

GEISA MAGELA VELOSO

**A MISSÃO “DESANALFABETIZADORA”
DO JORNAL *GAZETA DO NORTE*, EM
MONTES CLAROS (1918-1938)**

Belo Horizonte - MG
Faculdade de Educação da UFMG
2008

GEISA MAGELA VELOSO

**A MISSÃO “DESANALFABETIZADORA” DO JORNAL
GAZETA DO NORTE, EM MONTES CLAROS (1918-1938).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
“Conhecimento e Inclusão Social” da UFMG - Linha
de Pesquisa “Espaços Educativos, Produção e
Apropriação de Conhecimentos” como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação e Linguagem

Orientadora: Profª Drª Aparecida Paiva

Co-orientadora: Profª Drª Cynthia Greive Veiga

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E
INCLUSÃO SOCIAL**

Tese intitulada “*A missão “desanalfabetizadora” do jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros (1918-1938)*”, de autoria da doutoranda Geisa Magela Veloso, apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Aparecida Paiva - FAE/UFMG - Orientadora

Cynthia Greive Veiga - FAE/UFMG - Co-Orientadora

Diana Gonçalves Vidal - USP/SP

Eliane Marta Teixeira Lopes – UNINCOR/MG

Isabel Cristina Alves da Silva Frade - FAE/UFMG

Magda Becker Soares - FAE/UFMG

Hércules Corrêa Toledo – UNI/BH (Suplente)

Maria Cristina Soares Gouvêa - FAE/UFMG (Suplente)

Belo Horizonte, 18 de abril de 2008

A Lucília, Tarcísio, Pedro,
Flávio e Érika, presenças
constantes nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS:

Essa tese representa uma etapa de trabalho e esforço para a superação de dificuldades, e de intensa aprendizagem, empreendida com a colaboração de muitos e importantes parceiros, presentes em diferentes momentos da trajetória, aos quais agradeço de todo coração. Aqui, destaco alguns, através dos quais estendo a minha gratidão a todos:

À Cidinha, pela competência e seriedade com que orientou a realização desse trabalho de pesquisa, mas também pela amizade, carinho e generosa acolhida.

À Cynthia, pela competente co-orientação, pela disponibilidade e amizade, por todas as vezes que ficou muito brava, que indicou caminhos e corrigiu a rota.

À Diana Vidal e Magda Soares, pela generosa leitura que realizaram no processo de qualificação, pelas intervenções e significativa contribuição para esse trabalho.

À Ilvia, Nice e Rosário, bibliotecárias do Conservatório Estadual de Música “Lorenzo Fernandez”, companheiras em infindáveis horas de leitura e solitária empreitada de garimpagem na *Gazeta do Norte*.

À minha família, sempre presente, apoiando e acreditando na possibilidade de realização de mais esse projeto.

À Fapemig, que financiou essa pesquisa; à Unimontes, pelo apoio institucional; aos colegas de trabalho no DMTE, pelo incentivo e pela amizade.

Cidade Grande

Que beleza Montes Claros.
Como cresceu Montes Claros.
Quanta indústria em Montes Claros.
Montes Claros cresceu tanto,
Ficou urbe notória,
prima-rica do Rio de Janeiro,
que já tem cinco favelas
por enquanto, e mais promete.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A tese discute práticas culturais produzidas em Montes Claros, Estado de Minas Gerais, cujas representações circularam por meio do jornal *Gazeta do Norte*, entre 1918 e 1938, visando civilizar, educar e “desalfabetizar” a população. Tomando Chartier (1990, 2002) como referência teórica, compreendemos que a História Cultural é a história das representações do mundo social, representações que não são a realidade, mas matrizes geradoras de discursos e práticas. Considerando os conceitos de civilização (Elias, 1993) e de modernidade (Baudrillard, 1989; Le Goff, 1984, 1992), compreendemos que o jornal assume a “desalfabetização” com o sentido de missão, que objetiva não apenas alfabetizar, mas produzir o cidadão civilizado e moderno, por sua inserção no mundo da cultura escrita. Constatamos que a *Gazeta do Norte* associa-se à Escola Normal de Montes Claros, que essa relação intensifica-se a partir de 1923 e produz modificações significativas em seu empreendimento educativo. Inicialmente organizada pela denúncia dos problemas e propaganda dos benefícios da instrução, da educação e do saber ler e escrever, a ação militante da *Gazeta do Norte* ganha novos contornos no decorrer da década de 1920, adquirindo uma dimensão pedagógica e o sentido de renovação de métodos de ensino e da prática de leitura reflexiva, na década de 1930. As práticas culturais analisadas foram atravessadas pelo movimento da Escola Nova e passaram a visar a modernidade pedagógica, tomando a educação como base pela qual se forjaria um novo cidadão – o indivíduo civilizado, de mentalidade moderna, orientado pela ciência, consciente de seus direitos e deveres, autodisciplinado e produtivo.

Palavras-chave: educação, alfabetização, imprensa, civilização, modernidade.

ABSTRACT

This thesis discusses cultural practices developed in Montes Claros, in the State of Minas Gerais, Brazil, which representations circulated by the newspaper *Gazeta do Norte*, between 1918 and 1938, with the aim of civilizing, educating and turning the population literate. According to Chartier (1990, 2002) used as theoretical reference, we understand that Cultural History is the history of representations in the social world. These representations are not according to reality, but are the generating matrices of discourses and practices. Considering the concepts of civilization (Elias, 1993) and modernity (Baudrillard, 1989; Le Goff, 1984, 1992), we understand that this newspaper assumes this 'disilliteracy' action as a mission which aims not only to teach how to read and write but to produce a civilized and modern citizen through his insertion in the written culture world. As a result of the research, we noticed that *Gazeta do Norte* is associated to *Escola Normal de Montes Claros* (Normal School of Montes Claros) and that this relationship is enhanced from 1923 and produces significant modifications in its education enterprise. Initially organized by the denouncement of problems and advertisement of instruction benefits of education and the act of knowing how to read and write, the militant action of *Gazeta do Norte* gains new contours along the decade of 1920, acquiring a new pedagogical dimension and as a renovation of teaching methods and comprehensive reading in the decade of 1930. The analyzed cultural practices were influenced by the "*Escola Nova*" (New School) movement and begin to claim pedagogical modernity, taking education as a basis in which a new citizen would be forged – a civilized individual with a modern mentality, guided by science, conscious of his rights and duties, self-disciplined and productive.

Keywords: education, literacy, press, civilization, modernity.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

QUADRO I: Intelectuais montesclarenses na <i>Gazeta do Norte</i>	56
QUADRO II: Acervo de jornais publicados em montes claros: 1884 – 1938	262
QUADRO III: Pessoal da Escola Normal com publicações nos jornais locais	263
QUADRO IV: Palestras e conferências pedagógicas realizadas na Escola Normal: 1918 – 1935	267
QUADRO V: Matérias de natureza pedagógica publicadas nos jornais	269
QUADRO VI: Matérias publicadas na imprensa: natureza informativa e/ou formadora de opinião	271
QUADRO VII: Eventos, festas, homenagens- notícias sobre a Escola Normal	282
QUADRO VIII: Matrícula na escola normal de montes claros: 1916 – 1937	285
FIGURA I: Localização de Montes Claros no Estado de Minas Gerais	40
FIGURA II: Escola Normal de Montes Claros	74
FIGURA III: Bailado das alunas da Escola Normal de Montes Claros	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I:	
A Gazeta do Norte, sua associação com a Escola Normal e sua missão educativa.	39
1.1- A constituição da <i>Gazeta do Norte</i> : a missão educativa da imprensa e dos intelectuais montesclarenses.	40
1.2 - A <i>Gazeta do Norte</i> e a produção de um imaginário social em defesa da Escola Normal	58
1.3 - Imagens e símbolos que produzem o sucesso da Escola Normal.	70
1.4 - Silenciar-se sobre a extinção da Escola Normal: uma tática contra o poder do forte?	86
CAPÍTULO II:	
Instrução, educação e “desanalfabetização” como dispositivos da modernidade, civilização e progresso	99
2.1- Os sentidos da modernidade e civilização em Montes Claros.	100
2.2 - A missão “desanalfabetizadora” da <i>Gazeta do Norte</i> .	111
2.3 - Métodos de alfabetização e modernidade pedagógica.	128
2.4 - Livros, literatura e histórias: mediação, interdição e ensino reflexivo da leitura.	141
CAPÍTULO III:	
A <i>Gazeta do Norte</i> e os significados atribuídos ao movimento da Escola Nova.	160
3.1 - A renovação do ensino e o sentido da atividade escolar.	161
3.2 - Individualização e socialização: significados disseminados pela <i>Gazeta do Norte</i>	172
3.3 - Apropriações, incompreensões e temores em torno das práticas socializadoras.	180

CAPÍTULO IV:

Uma outra faceta “desanalfabetizadora” da <i>Gazeta do Norte</i> : a educação da mulher moderna	196
4.1 - A questão médico-higiênica e a relação escola-família na educação das crianças.	197
4.2- A mulher moderna na educação das crianças.	203
4.3 -Civilização como processo de disciplinamento dos indivíduos.	211
4.4-Civilização como autocontrole e respeito à liberdade individual	217
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
VI- FONTES DOCUMENTAIS	240
VII- REFERÊNCIAS	250
VIII- ANEXOS	261

INTRODUÇÃO

A presente tese tem por objeto a missão “desanalfabetizadora” empreendida pelo jornal *Gazeta do Norte*, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. A pesquisa situa-se na interface dos campos de estudos sobre a linguagem e os processos educativos e a história da educação, focalizando a “desanalfabetização” como condição de civilização, modernidade e progresso. Considera uma temporalidade distinta (1918-1938) e procura compreender representações do mundo social e apropriações de modelos culturais, produzidos por homens e mulheres do passado.

Se inicialmente nos perguntávamos sobre os processos de ensino e as práticas de leitura desenvolvidas na Escola Normal de Montes Claros, o discurso jornalístico redirecionou nossas questões e problemas. Entender o encontro de interesses da Escola Normal e do jornal *Gazeta do Norte*, na missão de instruir, educar e “desanalfabetizar” a população, tornou-se o nosso foco de investigação. Ou seja, procuramos compreender o modo como os intelectuais integrantes da *Gazeta do Norte*, tomando a Escola Normal como referência e inspiração, apropriaram-se de discursos relativos ao papel da educação e da instrução como condições para civilizar os cidadãos e modernizar a cidade. Assim, nas décadas de 1910-30, Montes Claros esteve envolvida em intensa produção cultural, por um movimento em que esses intelectuais assumiram a “desanalfabetização” com o sentido de missão, produzindo representações e fazendo-as circular.

Com o presente estudo, pretendemos demonstrar que a *Gazeta do Norte*, semanário fundado em julho de 1918 pelo advogado José Thomaz de Oliveira, inscreve-se na história de Montes Claros como instância educativa, que assume para si um conjunto de encargos que compunham o projeto social de modernização, civilização e progresso da cidade. Projeto que dependia da instrução e da educação para “desanalfabetizar” a população, promover a mudança de mentalidade e a conformação de novos comportamentos da população montesclareense. Ou seja, a *Gazeta do Norte* pretendia provocar mudanças no conjunto de idéias, valores e crenças de sua época, nos modos

de pensar a realidade e nos saberes que orientavam as formas de organização da vida de um grupo social.

“Desalfabetização” é uma expressão utilizada pela *Gazeta do Norte* e assume um sentido que ultrapassa a mera alfabetização dos montesclarenses. Inicialmente, nas décadas de 1910 e 1920, a missão “desalfabetizadora” do jornal fez propaganda dos benefícios individuais e sociais advindos da disseminação da leitura e da escrita, habilidades necessárias à apropriação da cultura, favorecendo uma inserção diferenciada dos sujeitos no mundo social. Contudo, no final da década de 1920 e década de 1930, ao ser atravessada pelo movimento da Escola Nova, a missão “desalfabetizadora” ampliou-se, assumiu um sentido pedagógico, também visando educar a mulher moderna e interferir nos processos educativos ocorridos no lar e na escola.

Também pretendemos demonstrar que, por uma característica própria aos jornais, uma dimensão da missão “desalfabetizadora” assumida pela *Gazeta do Norte* era a formação da opinião pública, ação que constituiu-se como desdobramento da sua associação com a Escola Normal de Montes Claros. Sob o signo da instrução e da educação, a *Gazeta do Norte* posiciona-se em favor da “desalfabetização” da população – via pela qual se produziria a ilustração das pessoas, a sua saída do ambiente de “trevas da ignorância”, para se atingir as “luzes do conhecimento”. Nesse sentido, a instrução e a educação foram consideradas como dispositivos capazes de produzir um novo cidadão, guiado por uma nova sociabilidade, uma nova cultura, urbana e civilizada. Produzida à luz da ciência e da razão, essa nova cultura, na perspectiva individual, favoreceria a inserção dos sujeitos alfabetizados e esclarecidos na sociedade; já no plano coletivo, possibilitaria a inserção da cidade de Montes Claros entre os centros modernos e evoluídos – fatos que impulsionariam o seu progresso.

Em sua identificação, o jornal *Gazeta do Norte* apresentava-se como “semanário independente, literário e noticioso” que não priorizava fatos e ocorrências, mas pretendia a disseminação de idéias, a construção de uma nova mentalidade e a formação da opinião pública pela discussão de temas e questões do seu tempo. A sua intencionalidade educativa e formadora de opinião e o tipo de direcionamento pretendido para os leitores foram percebidos no modo como os redatores construíram as matérias, expressando pontos de

vista, apresentando conhecimentos produzidos pela ciência, reportando-se a autores e obras consagradas, fazendo citações, comparações e análises de fatos, discutindo temáticas e conceitos oriundos das ciências humanas e sociais.

Realizamos um estudo localizado em Montes Claros por compreendermos que a realidade é complexa e não homogênea e apresenta características específicas, que não podem ser naturalizadas e generalizadas a todos as regiões do país. Por uma incursão nos jornais de circulação local tornou-se possível analisar as apropriações de modelos pedagógicos e outros discursos em circulação nas primeiras décadas do século XX. Guiamo-nos pelo desafio de mapear e compreender representações sobre a educação e a instrução, identificando estratégias utilizadas para disseminação de princípios e propostas educativas, colocando foco no processo de “desanalfabetização” da população. Também procuramos entender a relação entre esses saberes e a instauração da modernidade, da civilização e do progresso.

Empreendemos a tarefa de captar as especificidades locais, mapeando ocorrências que tiveram curso em Montes Claros e saberes postos em circulação pela *Gazeta do Norte*. Pela utilização da *Revista do Ensino-MG*, procuramos considerar a sincronia com outros espaços, sendo possível perceber que o jornal montesclareense apresentava-se atualizado em relação aos movimentos de renovação das práticas educativas desenvolvidas na capital mineira, às quais aderiu e fez circular. Por uma análise das publicações da *Gazeta do Norte*, que de certa forma dialogam com conteúdos da *Revista do Ensino*, procuramos construir uma compreensão mais refinada de particularidades locais, via pela evitam-se as generalizações apressadas que, muitas vezes, atribuem a todo país ocorrências especificamente relacionadas a São Paulo e Rio de Janeiro.

Por um movimento que ultrapassou o nível das constatações, tornou-se possível captar o como e o porquê de certos usos, finalidades, imagens e expectativas, que integraram o imaginário social e mobilizaram ações, gestos e atitudes dos montesclarenses. Por visar a um projeto social de modernização e civilização, a Escola Normal de Montes Claros tornou-se referência regional no processo de formação de professores e encontrou ressonância na *Gazeta do Norte*, que apresentou-se como um porta-voz e aliado.

A pesquisa que empreendemos visou reconstituir alguns aspectos da inteligibilidade das primeiras décadas do século XX, um momento histórico singular, em que foi gestado o projeto de modernização do Brasil, em que a cidade de Montes Claros, pelo desejo e ação militante de seus intelectuais, imaginou para si um ideal de futuro e procurou inserir-se nesse contexto de modernidade. Assim, a presente investigação contribui para o preenchimento de lacunas na historiografia, por apontar elementos constituintes das práticas culturais montesclarenses, cujas representações, intencionalidades e apropriações ainda não foram adequadamente compreendidas.

Ainda que o recorte temporal tenha se orientado por questões locais e tenha a especificidade de ocorrências ligadas à Montes Claros como referência, não desconhecemos as forças políticas, sociais, econômicas e culturais que moveram a sociedade. Também não desconhecemos as profundas modificações das décadas de 1920-30, às quais a Escola Normal de Montes Claros não ficou imune. No contexto global, vale destacar que, por influência europeia e norte-americana, estava em curso o processo de renovação proposto pela Escola Nova, que instaura um movimento de mudança dos discursos e práticas educativas. No âmbito estadual, Minas Gerais redefine sua política educacional, implanta a Reforma Francisco Campos em 1927-28 e adota princípios escolanovistas como sentido e significado da renovação pretendida. Nesse cenário de mudanças, a Escola Normal de Montes Claros foi lugar de apropriação desses conhecimentos e produção de representações e ideais educativos, encontrando na *Gazeta do Norte* um espaço privilegiado de ampliação de sua circulação.

Em Montes Claros, a *Gazeta do Norte* encontrava-se imbricada com os processos educativos formais, compartilhando quadros dirigentes com a Escola Normal. Por isso interessou-nos investigar o papel militante assumido por essas instituições, que comungam de uma missão educativa e organizam ações de natureza pedagógica, a partir dos homens e mulheres de letras que integravam o seu quadro intelectual. Interessou-nos, sobretudo, compreender as apropriações dos princípios educativos do movimento da Escola Nova, as finalidades pretendidas para o ensino, os processos produzidos para ensinar a ler, as modificações atribuídas aos usuários das habilidades da leitura e da escrita, a educação da mulher moderna. Enfim, nosso interesse concentrou-se

no modo pelo qual os intelectuais montesclarenses produziram representações do mundo social, propuseram práticas educativas, apropriaram-se de modelos culturais, colocando-os em circulação com a intenção de formar e informar, produzir uma mentalidade moderna e uma nova sociabilidade.

Alguns questionamentos orientaram nosso olhar, encaminhando a seleção de fontes e a busca de respostas. Se as primeiras décadas do século XX caracterizam-se pela transformação da escola e dos processos de escolarização, qual foi o papel desempenhado pela *Gazeta do Norte* na disseminação dos princípios educativos da Escola Nova em Montes Claros? Qual é o sentido da “desanalfabetização” dos montesclarenses na consolidação do projeto de civilização e modernidade pretendido? Em atendimento aos propósitos de ordenamento social, quais foram as estratégias utilizadas para educar as famílias e produzir a mulher moderna? Como a educação das famílias inscreve-se no projeto educativo assumido pela *Gazeta do Norte*? Se a imprensa montesclarenses assumiu uma missão educativa qual era a especificidade e o papel que a Escola Normal desempenhou na educação e no processo de civilização e modernidade?

Essas foram questões que inicialmente levantamos e que guiaram nossas buscas. Por considerar que a escrita da história não é uma atividade objetiva e neutra, mas orientada pelos interesses e indagações do historiador, procuramos superar os limites interpostos pelas fontes documentais e explorar suas possibilidades. Assim, procuramos identificar representações, apropriações e práticas inscritas nos textos da imprensa, realizando um movimento interpretativo da realidade local, ao invés de meramente narrar os acontecimentos. Por concordar com Peter Burke que “[...] não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular” (BURKE, 1992, p. 15), compreendemos que outras perguntas poderiam ser feitas, que outros olhares poderiam ter sido lançados sobre o movimento cultural montesclarenses. Também compreendemos que uma pretensa objetividade é um ideal irrealista, que os dados históricos obtidos foram filtrados pela *Gazeta do Norte*, que a análise está impregnada pelo olhar que lançamos sobre ele.

Por esse interesse em mapear e analisar representações disseminadas pela *Gazeta do Norte*, dentre as muitas vertentes da história inscrevemos nossa atividade de pesquisa no âmbito da História Cultural. Este é um campo

de trabalho que ganhou visibilidade a partir das últimas décadas do século XX e tem sido utilizado para fazer referência a estudos que produziram um deslocamento da história social da cultura para a história cultural da sociedade. Os historiadores culturais consideram que o termo “cultura” não pode estar associado apenas às artes e aos valores da elite, tomando-o por uma abordagem antropológica que inclui os saberes e práticas cotidianas de um grupo social. Por isso, procuramos pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo, como uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica.

Reconhecendo a pluralidade da Nova História Cultural, Vainfas (1997) seleciona e apresenta três maneiras distintas de tratar a história cultural, que permitem distingui-la da “antiga” história das mentalidades. Da Itália veio a perspectiva histórica praticada por Carlo Ginzburg, a partir dos conceitos de cultura popular e circularidade cultural. Da Inglaterra veio a história cultural praticada por Edward Thompson, que discutiu os movimentos sociais e o cotidiano das classes operárias. Da França, veio a tendência mais amplamente difundida, proposta por Roger Chartier. (VAINFAS, 1997)

Dentre essas distintas maneiras de estudar a cultura optamos pela vertente proposta por Chartier. A História Cultural, como o autor a compreende, tem como objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Chartier trabalha com o conceito de representação, ou seja, as classificações e exclusões que constituem as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo e de um espaço. Por essa abordagem é possível superar os falsos debates em torno da divisão irreduzível entre as objetivações das estruturas e a subjetividade das representações. Ou seja, permite superar o terreno de uma história mais segura, que pretende reconstruir as sociedades tais como eram na verdade e uma outra história dirigida às ilusões de discursos distanciados do real. (CHARTIER, 1990).

Utilizando os conceitos de representação, prática e apropriação como referências metodológicas tornou-se possível acessar fatos do passado, não pela crença em acontecimentos verdadeiros, mas pela possibilidade de captar representações do mundo social e revelar saberes, expectativas, crenças e

desejos dos sujeitos que as produziram. Chartier entende que a história cultural é a história das representações, representações que não são a verdade, mas aquilo que o sujeito pensa que é o real ou aquilo que ele gostaria que fosse; representações consideradas como matrizes geradoras de discursos e práticas. (CHARTIER, 1990).

No âmbito da História Cultural, Chartier considera que as análises que tomam o fato social como determinação, produzem a submissão da cultura, conduzem a uma prévia definição de identidades, provocam distanciamentos culturais e hierarquias. No entanto, considera que o social não deve ser omitido nas análises, exatamente por entender que a história cultural é a história das representações e práticas do homem inserido no mundo social, produzindo formas para compreendê-lo e dar-lhe sentido. O autor entende que a produção de representações é uma atividade atravessada pela subjetividade dos processos construtivos dos sujeitos. (CHARTIER, 1990).

Desta forma, para compreender as representações sobre um dado fenômeno faz-se necessário realizar um levantamento da inteligibilidade socialmente produzida em determinada época ou por determinado agrupamento humano, compreender os processos sociais que as engendraram e lhes conferiram uma estrutura peculiar. As representações são individuais porque construídas pelos sujeitos pela via dos processos de comunicação e mediação social. E as representações referem-se ao mundo social justamente porque não foram produzidas por indivíduos isolados, mas por sujeitos em interação. É na interface entre as práticas cotidianas, a partir dos elementos cognitivos e dos investimentos afetivos, que se constroem as representações. Por constituir-se como saberes sociais, a produção de representações envolve a cognição e apresenta-se como resultado do empenho dos sujeitos sociais em sua ação de compreender e dar sentido ao mundo.

Barros (2004) considera que a decisiva contribuição de Chartier para a História Cultural foi a elaboração dos conceitos de prática e representações, por meio dos quais podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e a difusão cultural e os sistemas que dão suporte aos processos e sujeitos. Ainda segundo o autor, representações e práticas têm possibilitado novas perspectivas para o estudo historiográfico da cultura,

porque permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos culturais, além de chamarem atenção para o dinamismo destes fenômenos. Ou seja, a análise histórica das representações permite compreender que elas encontram-se emaranhadas às ações e práticas, atitudes e gestos, não sendo possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas, se em determinadas representações). (BARROS, 2004).

Para analisar as estratégias pelas quais as publicações da *Gazeta do Norte* contribuíram para a legitimação e consolidação da Escola Normal como instância essencial para o desenvolvimento de Montes Claros, utilizamos o conceito de “imaginário social” proposto por Baczko (1985) e compreendido como conjunto de representações. Representações que não são um mero agregado de significados isentos de conflitos e disputas. Por serem histórica e socialmente construídas, as representações inscrevem-se em um determinado contexto cultural e se alimentam das experiências dos sujeitos e dos conteúdos em circulação.

Para Baczko (1985), o imaginário social é uma peça efetiva e eficaz de controle da vida social e coletiva, sendo também lugar e objeto de conflitos sociais. É no centro do imaginário que se encontra o centro do poder legítimo, sendo as épocas de crise momentos ideais para intensificar a produção de imaginários concorrentes e antagonistas, em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente se proliferam e ganham difusão por meio dos símbolos produzidos pelos sujeitos. Tais símbolos são construídos através das experiências dos agentes sociais, mas também de seus desejos, aspirações, motivações, expectativas, esperanças, temores e recusas. Por estarem ancoradas nas necessidades dos indivíduos e grupos sociais, as representações acabam por se tornar para eles como uma razão de existir. O imaginário informa acerca da realidade e constitui um apelo para a ação, suscita a adesão a um sistema de valores, modelando o comportamento e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum. (BACZKO, 1985).

Por esta perspectiva teórica, tornou-se possível compreender que, não apenas os objetos culturais são produzidos entre práticas e representações, mas também os sujeitos produtores e receptores de cultura circulam entre estes pólos, que correspondem a modos de fazer e modos de pensar. Isso

porque, para além dos sujeitos e das agências nas quais exercem seu ofício, torna-se possível compreender a atividade de apropriação dos conteúdos em circulação, os processos de produção da cultura.

Ao pesquisar as representações produzidas em Montes Claros, procuramos ultrapassar a mera especulação de construções individuais, para realizar um mapeamento das significações, buscando apreender as mediações pelas quais se constituíram. Procuramos relacionar os discursos publicados pela *Gazeta do Norte* com a posição de quem os produziu, visando identificar as intenções neles inscritas. Afinal, conforme Chartier, as percepções do social não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas sociais, que tendem a impor uma autoridade, legitimar um projeto reformador ou justificar condutas. (CHARTIER, 1990).

Para analisar as operações desenvolvidas pela *Gazeta do Norte* na produção e circulação de representações, seus mecanismos de sobrevivência como empresa jornalística, suas ações e empreendimentos visando atingir o seu público e formar-lhe a opinião, tomamos como referência conceitos produzidos por De Certeau (1999a). Por considerar as práticas cotidianas como processo de apropriação (ou re-apropriação) e o seu consumo ou recepção como maneiras de fazer e de pensar, o autor entende que, no estudo histórico das culturas não se deve colocar ênfase nos produtos culturais oferecidos, mas buscar as operações de seus usuários. Suas próprias pesquisas nasceram de uma interrogação sobre as operações dos usuários, supostamente entregues a uma passividade e disciplina.

O autor não compreende o cotidiano como espaço habitado por sujeitos imersos em passividade e ordem. Ao contrário, De Certeau considera que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (1999a, p. 38). Assim, deve-se colocar confiança na inteligência e inventividade inscritas nas práticas cotidianas e considerar que o mais fraco esboça uma concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder e seus súditos. Por essa compreensão, “a fraqueza em meios de informação, em bens financeiros e em ‘segurança’ de todo tipo exige um acréscimo de astúcia, de sonho ou de senso de humor”. (DE CERTEAU, 1999a, p. 44 – ênfase do autor).

As práticas cotidianas não são desinteressadas e neutras, estão impregnadas pelas intencionalidades dos sujeitos ordinários, que “fazem uma

bricolagem” com e na economia dominante, segundo seus interesses. Por essa lógica, De Certeau considera que o cotidiano se organiza por mecanismos estratégicos e táticos. As “estratégias” são “maneiras de fazer” e de pensar a realidade, que têm como referência um lugar e um espaço de poder próprios; são práticas cotidianas produzidas a partir do cálculo ou manipulação das relações de força e são capazes de produzir, mapear e impor novas operações. Para o autor, tática é “a arte do fraco”, é um cálculo que não pode contar com um “próprio” e que joga no lugar de poder “do outro”, somente podendo utilizar, manipular e alterar as maneiras de fazer que já existem. Por essa razão, “para ler e escrever a cultura ordinária é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto”. (DE CERTEAU, 1999a, p.35).

Entendemos a articulação da *Gazeta do Norte* com a Escola Normal como movimento estratégico, em que os intelectuais montesclarenses apropriaram-se de modelos culturais, produziram representações e práticas, informaram seus leitores e formaram a opinião pública. Consideramos o fazer intelectual como atividade complexa, que impulsiona a concorrência entre diversos tipos de produtores culturais, envolve questões relativas ao poder e depende do contexto tomado como referência. Para estabelecer significados acerca do fazer intelectual em Montes Claros e propor uma definição da categoria intelectual, utilizamos teorizações de Miceli (2001) e Giroux (1997).

Com Miceli (2001) compreendemos intelectuais como pessoas que se dedicam ao ofício de escrever e ao “trabalho do espírito”, produtores profissionais de bens simbólicos, homens letrados que utilizaram a capacidade intelectual de pensar a realidade como parte integrante do seu exercício profissional. Nesse sentido, a atividade intelectual é diversificada. Conforme o autor, tradicionalmente, os intelectuais encontravam-se ligados à atividade literária, mas a categoria passa a incluir outras práticas de produção e difusão cultural, dentre elas, a atividade exercida pelos educadores profissionais, jornalistas, artistas plásticos, pessoas ligadas ao pensamento político, à emissão de pareceres jurídicos, à crítica literária. (MICELI, 2001).

Ao pesquisar e discutir a formação de professores, Giroux (1997) trabalha com duas categorias de análise da realidade: entende as escolas como esferas públicas e democráticas e define os professores como intelectuais transformadores. Para o autor, a categoria intelectual é bastante útil

por favorecer uma base teórica que permite pensar a profissão docente em termos de uma atividade que combina reflexão e ação, em contraste com abordagens estritamente técnicas e instrumentais. Encarar os professores como intelectuais é considerar que toda atividade humana exige pensamento e reflexão e, dessa forma, poder dignificar o trabalho docente e analisar as condições que têm impedido que os professores assumam o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos. (GIROUX, 1997).

Dessa forma, consideramos os professores formadores e em formação na Escola Normal de Montes Claros como intelectuais, pessoas que assumiram a tarefa de formar a opinião pública, exerceram o ofício de escritores na *Gazeta do Norte* e participaram do processo de produção de um imaginário social que tinha a instrução e a educação como símbolos da modernidade, civilização e progresso.

Dado o nosso propósito em analisar a intencionalidade modernizadora e civilizatória inscrita nas operações desenvolvidas pelo jornal, “modernidade”, “civilização” e “progresso” são conceitos básicos em nossa atividade de pesquisa, em torno dos quais gravitaram outras noções, como “moderno” e “modernização”.

Modernidade e progresso são conceitos complexos. Para Le Goff (2003), durante o período pré-industrial do século V ao XIX, o par antigo/moderno marcou o ritmo de uma oposição cultural, que irrompeu na cena intelectual no fim da Idade Média durante as Luzes e transformou-se na metade do século XIX com o aparecimento da “modernidade”. Ou seja, o jogo conceitual oculto pela oposição antigo/moderno transforma-se com o Renascimento, quando “antigo” passa a designar a Antiguidade Greco-Romana – período que os humanistas consideravam como um modelo a ser imitado –, e moderno adquire o sentido de renovação. Dessa forma, a Idade Moderna passa a ser compreendida positivamente por representar um progresso em relação ao tempo que a precede. (LE GOFF, 2003)

Para Baudrillard (1989), independente do contexto cultural, o antigo e o moderno alternam-se, o que não significa que em toda parte exista uma modernidade. O autor situa os fundamentos filosóficos e políticos da modernidade em três conjuntos de fatores: no pensamento individualista e racionalista moderno, de que Descartes e os filósofos do Iluminismo são

representativos; no Estado monárquico e suas técnicas de administração, que sucede o sistema feudal; nas ciências física e natural que produzem os primeiros efeitos de uma tecnologia aplicada. Ao situar os fundamentos da modernidade entre séculos XVII e XVIII, Baudrillard (1989) considera que, nessa época, a modernidade ainda não era um modo de vida, e o termo nem existia, mas tornou-se uma idéia unida à idéia de progresso.

Apesar de entrar em crise¹ a partir da década de 1920, o progresso passa a ter um valor largamente reconhecido. Segundo Le Goff, como substantivo a palavra “progresso” assumiu significados ligados à evolução e ao desenvolvimento e, no século XIX, engendrou um verbo “progredir” e um adjetivo “progressista”, colocando o termo “moderno” em posição excluída e desvalorizada. Isso porque, se por um lado o termo “moderno” assinala a tomada de consciência acerca de uma ruptura com o passado, por outro, “moderno” não tem a frescura e a inocência de “novo”, nem o dinamismo de “progressista”. Por essa conotação positiva, as expressões “liberdade e progresso”, “democracia e progresso”, “civilização e progresso”, tornaram-se lugares-comuns. (LE GOFF, 2003)

Ainda segundo Le Goff (2003), o termo “progresso” e seu desenvolvimento parecem ser uma idéia fundamental contida na palavra “civilização”. “Civilização” que, para Elias (1993a, 1993b), é um conceito difícil de ser descrito ou sumariado em algumas palavras, por referir-se a uma grande variedade de fatos ligados ao desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos científicos, mas, sobretudo, refere-se às mentalidades, às maneiras de ser e de pensar, às sociabilidades, aos costumes, aos comportamentos e às maneiras de fazer. Para o autor, não há nada que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. (ELIAS, 1993a).

No contexto da civilização e da modernidade também situamos as idéias de individualização e socialização. Não se pode compreender o indivíduo civilizado sem uma consciência de si, pois é essa consciência que torna

¹ Essa crise do termo progresso relaciona-se a duas ocorrências principais. De um lado, Primeira Guerra Mundial abalou a crença no progresso; de outra, a crise de 1929 pôs fim ao mito da prosperidade, por atingir sobretudo os Estados Unidos, país que havia se transformado no modelo de progresso econômico, social e político. Por sua vez, como um legado ao mundo em paz, a Segunda Guerra Mundial deixou a bomba atômica, que poderia por fim à humanidade, ou a sua maior parte, nos países civilizados.

possível o autocontrole e o freio aos instintos. Baudrillard (1989) considera que a modernidade fundou-se na defesa da consciência individual, da autonomia da liberdade e dos direitos individuais. Varela (2002) compreende que essas idéias provocaram transformações nos códigos de saber: pela interiorização dos controles sociais, teve início um processo que pretendia distanciar o homem de sua animalidade e dos comportamentos instintivos, tornando-o um ser “civilizado”, um ser cada vez mais individualizado. (VARELA, 2002).

Para os defensores da Escola Nova, movimento educativo fundado nos conhecimentos da Psicologia, da Biologia e da Sociologia, o individual não é antagônico ao social, e a individualização é um contraponto da socialização. A própria percepção das características individuais e a estruturação da personalidade do indivíduo não ocorrem no isolamento da pessoa, mas em sua interação social. Daí a necessidade de práticas educativas individualizadoras, expressas no respeito às aptidões e diferenças individuais e no exercício da liberdade, como também de atividades socializadoras, que favorecem a adaptação dos indivíduos ao seu meio e a homogeneização de um determinado padrão social. (LOURENÇO FILHO, 1978).

Por essas referências teóricas, empreendemos a análise da realidade montesclareense, tendo a *Gazeta do Norte* como objeto de estudo e também como fonte documental.

Entendemos que as fontes constituem-se como uma referência nas pesquisas históricas, por não ser possível acessar o passado sem a sua utilização. Se escrever a História é reconstituir a memória coletiva a partir de questões contemporâneas, essa atividade não depende somente do interesse e vontade do pesquisador, mas da existência de documentos que permitam acessar o passado. Nesse sentido, a dificuldade relativa à escassez, dispersão e fragmentação dos documentos históricos tem sido resolvida pela ampliação das concepções e abordagens historiográficas, permitindo que objetos e documentos não-convencionais sejam tratados como guardiões da memória coletiva. E, nessa renovação, o historiador adquiriu liberdade para selecionar as fontes que melhor respondam às suas indagações, desvendando fatos e fazendo emergir a memória de uma época.

Para Le Goff (1984), História é a forma científica da memória coletiva, que não é reconstituída em sua totalidade. O historiador faz escolhas, recortes

e seleções, mas encontra-se com os limites interpostos pelas escolhas, recortes e seleções daqueles que nos legaram os vestígios do passado.

De facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1984, p. 95).

Assim, a História é escrita pelo prisma dos homens de hoje, que depende de traços, marcas, indícios e documentos legados pelo passado, sendo que os fatos não são plena e integralmente acessíveis ao historiador. Os homens do passado selecionam, conscientemente ou não, os eventos da sua realidade que se tornarão disponíveis aos homens de hoje. Se por um lado, os homens do passado fazem recortes na realidade – selecionam fatos que serão registrados e registros que serão preservados –, por outro, o historiador também realiza recortes no passado, elegendo temáticas de estudo. Em outras palavras, é duplo o movimento pelo qual a reconstituição historiográfica amplia-se ou limita-se: o historiador confere visibilidade e inteligibilidade a determinadas facetas do real vivido, e o faz tendo por referência o seu interesse de pesquisa, mas, sobretudo, suas escolhas incidem sobre os materiais da memória que este passado nos legou – aquilo que os homens do passado permitiram que chegasse até nós.

Por essa compreensão, a reconstituição de práticas culturais produzidas em Montes Claros, nas primeiras décadas do século XX, constituiu-se como tarefa instigante e, por vezes, difícil e problemática. Dentre os problemas, a definição das fontes documentais foi o primeiro desafio. Se o historiador não escreve a história sem recorrer às fontes, tornou-se necessário, na perspectiva apontada por Furet, definir o objeto de investigação e “inventar” fontes, de forma a poder fazer a leitura da realidade e construir respostas para os problemas propostos. Dessa forma, a presente tese resulta de um processo de pesquisa que, inicialmente, tinha a cultura escolar como objeto de estudo e a Escola Normal como *lócus* de sua produção. Contudo, no decorrer do estudo, a escassez de documentos oficiais relativos à Escola produziu deslocamentos que colocaram o jornal como *corpus* documental e a *Gazeta do Norte* no lugar de objeto de estudo.

Pela intenção de pesquisar a cultura escolar produzida em Montes Claros, a nossa imersão no campo iniciou-se por contatos com a extinta Escola Normal Oficial, hoje Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, mas a busca por documentos oficiais foi frustrada. No decurso de sua trajetória e das sucessivas extinções sofridas, a instituição não preservou arquivos relativos ao período histórico recortado, arquivando apenas documentos posteriores à sua última reinstalação (1953). Esse fato conduziu-nos ao Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, que preserva um conjunto de dados (relatórios de inspeção, correspondências, contratações e licenças de professores, aprovação de alunos etc.), relativos à primeira fase de funcionamento da Escola Normal Oficial de Montes Claros (1879-1905), como também a legislação do ensino e a *Revista do Ensino*.

Em função da quase ausência de documentos oficiais², buscamos por outros documentos históricos para reconstituição da memória da instituição. A estratégia exploratória adotada foi a incursão em outros contextos e objetivou a obtenção de informações, a identificação de informantes e fontes documentais. Assim, nos encaminhamos à Hemeroteca Pública “Assis Chateaubriand”, em Belo Horizonte; e às Bibliotecas Públicas do Conservatório Estadual de Música “Lorenzo Fernandez” e do Centro Cultural “Hermes de Paula”, e do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, em Montes Claros/MG.

Essa atividade mostrou-se importante, por permitir a apreensão da sistemática de organização da Hemeroteca e das Bibliotecas Públicas, que preservam documentos históricos, sobretudo, jornais que circularam em Montes Claros no período investigado. Possibilitou constatar dificuldades em relação ao Arquivo Público Mineiro, cujos acervos documentais são arquivados e catalogados de forma não muito ordenada ou de fácil manuseio.

² Essa perda da memória coletiva pela não constituição de acervos públicos foi discutida pelo jornal Montes Claros, em 1917, onde o jornalista ressentia-se da dificuldade de reconstituição de fatos históricos: “No nosso paiz deixam-se perder lembranças muito caras, traços muito interessantes e até mesmo documentos de real valor para as famílias e mesmo para o Estado. Registros particulares mui raros existem. Os registros públicos são por um preço de tirar coelho e cabelo... De modo que ficamos as vezes privados de reconstituir um facto importante em relação directa com um patrimônio moral ou material”. (Família Virციани: notas de um curioso. Jornal Montes Claros. nº 71. 07 de outubro de 1917).

Tais espaços de preservação da memória nos possibilitaram acesso a documentos, sobretudo jornais, produzidos pela imprensa local e que circularam em Montes Claros e região. Por meio desses documentos tornou-se possível apreender representações produzidas pelos intelectuais ligados à Escola Normal e à Imprensa local. Por mediações discursivas diferenciadas, identificamos finalidades educativas pretendidas por essas instâncias educativas – jornal e escola –, mas, sobretudo, as representações acerca da educação produzidas pelos sujeitos envolvidos e as apropriações que fizeram dos discursos que circularam nas primeiras décadas do século XX.

Pela pesquisa exploratória dos arquivos a nossa busca por documentos históricos, possibilitou a localização, e posterior utilização, das seguintes fontes documentais: Revista do Ensino, publicação do governo mineiro destinada à divulgação pedagógica (95 volumes, entre 1925 e 1933); monografia produzida pelo montesclareense Urbino Vianna (VIANA, 1916); livro do historiador montesclareense Hermes de Paula (PAULA, 1957); publicação oficial do governo de Fernando Mello Vianna (MINAS GERAIS, 1926); 1.132 exemplares de jornais que circularam em Montes Claros: 33 exemplares do *Correio do Norte* (1884-1889), 28 exemplares do *Montes Claros* (1916-1918), 02 do jornal *A Liga* (1922), 01 exemplar de *A Palavra*, 04 de *A Ordem* (1922), 02 do jornal *Folha do Norte* (1930), 01 exemplar de *A Verdade* (1911) e da *Opinião do Norte* (1905), 29 exemplares de *O Operário* (1932-1937), 1.031 exemplares da *Gazeta do Norte* (1918-1938). (VER QUADRO II, ANEXO I).

Queremos destacar que, em relação à *Gazeta do Norte*, esse número pode não ser exato, mas constitui-se como aproximação bastante confiável. Ou seja, tivemos acesso a um acervo quase completo, do tempo em que o periódico esteve em circulação na cidade, de 06 de julho de 1918 até os anos de 1960. Contudo, em alguns volumes encadernados, falta um ou outro exemplar; também faltam todos os exemplares do ano IV (julho de 1921/julho de 1922), que perfaz um total de 56 jornais. Excetuando essas pequenas faltas, trabalhamos sistematicamente com os jornais publicados entre 1918 e 1938 e também consultamos as publicações que circularam entre 1939 e 1953, de forma a acompanhar as manifestações da *Gazeta do Norte* em relação à Escola Normal no período que circunscreve o seu fechamento em 1938 e sua reabertura em 1953. No entanto, esclarecemos não ter sido possível fazer a

contagem dos exemplares do jornal, uma vez que o acervo foi doado pelo Conservatório Estadual de Música “Lorenzo Fernandez” para a Universidade Estadual de Montes Claros, que está procedendo sua restauração e microfilmagem, tornando-o indisponível para consulta.

Visando captar a sincronia do movimento histórico local, em sua relação com o contexto mineiro, utilizamos a *Revista do Ensino*. Como órgão oficial do governo mineiro, a Revista constituiu-se como importante recurso de divulgação do movimento da nova escola e do projeto de reforma pretendido para as escolas do Estado, e visava quebrar a resistência de professores, levando-os à adesão dos novos métodos de ensino. A *Revista* foi criada pelo Regulamento do Ensino, que em seu artigo 479 indica o seu objetivo educativo. Estava “destinada a orientar, estimular e informar os funcionarios do ensino e os particulares interessados em assumptos com este relacionados”³.

Visando os objetivos a que se propunha, a *Revista* foi organizada por duas perspectivas. Uma parte doutrinária que se destinava a dirigir o professorado público e harmonizar seus esforços, conferindo-lhes acesso aos conhecimentos correntes produzidos em relação ao ensino primário, como também a publicação de trabalhos de interesse didático. Já a parte noticiosa destinava-se a publicar ocorrências locais, nacionais e estrangeiras, dados estatísticos e atos oficiais de interesse do ensino⁴. A *Revista* pretendia atualizar os professores e prescrevia orientações acerca da renovação do ensino e, por isso, serviu-nos ao processo de cruzamento de dados e revelou a atualização da *Gazeta do Norte*.

A partir desse *corpus* documental, o nosso desafio foi proceder a um recorte temporal. A definição do intervalo de 1918 e 1938 como referência temporal foi orientada pela instalação da *Gazeta do Norte*, que ocorreu em julho de 1918, e pela segunda fase de funcionamento da Escola Normal de Montes Claros, instalada como escola livre, em novembro de 1915, e extinta como escola oficial, em janeiro de 1938.

O intervalo de 1918-1938 representou um recorte referencial, pois em alguns momentos extrapolamos esse período, não delimitando a análise nesse

³ Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da instrução. Belo Horizonte Ano I. nº 01. 08 de março de 1925, p. 01.

⁴ Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da instrução. Belo Horizonte Ano I. nº 01. 08 de março de 1925, p. 01.

limite temporal, reportando-nos a eventos que extrapolaram a temporalidade que tomamos como referência. Ao conferir visibilidade à segunda fase da Escola Normal de Montes Claros priorizamos algumas ocorrências desse período. Contudo, para discutir alguns temas, como a história da instituição, fez-se necessária a retomada de outros períodos, que antecederam ou sucederam o tempo considerado, reportando-nos para elementos que gestaram os fatos discutidos e suas conseqüências futuras.

Com Boutier e Julia (1998), compreendemos que “[...] as fontes só começam a falar a partir do momento em que as interrogamos, e que a qualidade das respostas que elas podem dar coincide com a qualidade das questões que se formulam”. Também compreendemos que “[...] as fontes não dizem tudo, não podem dizer tudo – mesmo quando as lemos escrupulosamente e formulamos as perguntas certas” (BOUTIER e JULIA, 1998, p. 158). As fontes não falam sobre os homens do passado é o historiador quem as faz falar, a partir das perguntas que coloca e da sua capacidade de buscar as respostas nos fragmentos do passado e de ler os dados inscritos nos documentos.

Assim, construímos consciência de algumas limitações: conformando-se aos documentos acessíveis, determinados aspectos da realidade nos escapariam e não poderiam ser lembrados. Como qualquer documento, os jornais apresentam limites na sua capacidade de informar, tornando necessário interrogá-los acerca de suas próprias limitações. Produzidos por sujeitos, os jornais são parciais, revelam crenças, idéias, desejos e interesses, fazem circular representações de uma dada realidade. “[...] E toda representação é perspectivada por uma posição determinada, a do sujeito que a produz enquanto também se produz nela”. (NUNES e CARVALHO, 1993, p.59).

Reconstituir os processos dinâmicos de produção das representações, inscritas nos textos jornalísticos, exigiu sensibilidade e esforço de compreensão de forma a ser possível recuperar a memória e perceber como o individual se enraizou no social, como as posições pessoais dos redatores e colaboradores dos jornais refletiam uma compreensão coletiva da realidade. Nesse sentido, diversificar as fontes foi um recurso importante. Pelo cruzamento de informações, os fragmentos acessíveis possibilitaram a compreensão da realidade e a construção de algumas respostas para os questionamentos

levantados.

Visando a uma adequada utilização dos textos publicados pelo jornal, consideramos teorizações e alertas apontadas por pesquisadores, que procuram compreender sua organização e seu papel no atendimento às demandas culturais, políticas, educativas, postas pelas sociedades e pelos projetos sociais. Ao discutir a questão, Zicman (1985) destaca duas possibilidades de abordagem historiográfica: a história da imprensa e a história através da imprensa, na medida em que for considerada como objeto ou como fonte de pesquisa.

Em nossa pesquisa a *Gazeta do Norte* foi tomada como fonte documental e objeto de estudo não apenas por registrar fragmentos da memória local, mas porque a leitura e análise dos jornais montesclarenses revelam uma faceta educativa claramente definida em suas matérias. É interessante destacar que, não apenas a *Gazeta do Norte* apresentava preocupações civilizatórias e modernizadoras, sendo forte a presença da temática em todos eles⁵. Dessa forma, o jornal possibilitou a compreensão de elementos integrantes da cultura produzida em Montes Claros, apontando para finalidades educativas e para as apropriações de discursos em circulação no período recortado para estudo. Concordando com Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002), compreendemos que, ao tomar a imprensa como testemunha de concepções pedagógicas e métodos de ensino, torna-se possível ir além da ideologia de um determinado tempo histórico, para compreender o modo pelo qual os discursos educacionais foram recebidos e discutidos na esfera pública. (CARVALHO, ARAÚJO e GONÇALVES NETO, 2002).

Procuramos compreender processos não-formais de educação ocorridos em Montes Claros e inscritos no projeto educativo da própria *Gazeta do Norte*.

⁵ Pela insistência do jornal *Montes Claros* em abordar questões da educação e conferir visibilidade aos eventos realizados na Escola Normal de Montes Claros, no ano de 1916, alguns leitores teceram comentários depreciativos, sobre os quais o jornal manifestou-se de forma contundente e meio irônica: “Dizem que já vae tornando cacete a Escola Normal nas columnas do ‘Montes Claros’ e que outros assumptos de mais importância – ‘concursos de belleza’, ‘perfis a carvão’, ‘piadinhas de Boccage’, etc, vão ficando esquecido” (ênfases no original). Na mesma matéria, em forma de versos, o jornal repudia essas atitudes e reafirma seu posicionamento em favor da discussão das questões educacionais nos seguintes termos: “Se assumpto assim de peso/ e de tão grande conforto/ já a alguns causa desprezo,/ o mundo está mesmo torto” (Minutos de lazer. Jornal Montes Claros. Ano I. nº 33, 21 de dezembro de 1916, p. 01).

Ao discutir a utilização da imprensa como fonte documental, Pallares-Burke (1998) compreende que, “[...] não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração à outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo” (1998, p. 145). Faria Filho (2002a) e Souza (2000) consideram que, nesse tipo de pesquisa a imprensa tem se apresentado como uma fonte documental importante, ela mesma se constituindo como instituição educativa, ou dando visibilidade às iniciativas educacionais desenvolvidas pela sociedade.

Consideramos que o jornal é testemunho vivo da realidade, como portador e produtor de representações sobre o passado – representações marcadas pelo lugar social de quem as produziram, que deram a ver o real, mas não se constituíram como realidade objetiva, posto que filtradas pelo olhar do jornalista, redator, colaborador, diretor ou proprietário do jornal. Por considerar a natureza do texto jornalístico procuramos fazer a crítica interna ao documento, historicizar o jornal, situando-o no seu contexto e nas condições de sua produção. Como destaca Bastos (2002), a crítica a um documento é uma atividade de desmontagem do texto, de forma a desvelar significados, contradições e diferenças na forma e no conteúdo das falas.

Considerando teorizações de Faria Filho e Vidal (2003) nos atentamos para o “[...] risco da crítica interna a uma fonte a partir de parâmetros de inteligibilidade de outra, ou seja, por exemplo, utilizar os mesmos parâmetros para análise de textos e imagens”. Também consideramos concepções de Le Goff (1994), ao afirmar que documento é monumento e resulta do esforço que as sociedades empreendem, visando impor ao futuro uma determinada imagem de si próprias. Se, “no limite, não existe documento-verdade” (LE GOFF, 1984, p. 103), procuramos não tratar os textos jornalísticos de forma ingênua, como se fossem neutros. Conforme o autor, como todo documento, o jornal é verdadeiro e ao mesmo tempo falso; é uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. Assim, tornou-se necessário desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos “documentos-monumentos”. (LE GOFF, 1984, p. 104).

Realizar essa desmontagem pressupõe a compreensão do processo pelo qual os acontecimentos foram captados e transformados em notícia, o

modo como as experiências, vivenciadas por homens e mulheres do passado, foram organizadas em matérias, reportagens, editoriais, etc. Isto significou uma leitura atenta e cuidadosa dos textos da imprensa, buscando identificar a filiação ideológica do jornal, os interesses que motivaram sua fundação, as disputas políticas que tiveram lugar em Montes Claros, as opções realizadas pelos sujeitos. Conforme o alerta de Zicman (1985), consideramos a necessidade de analisar os jornais e não apenas consultá-los e citá-los, dispensando-lhes o mesmo cuidado que se tem com as outras fontes.

Consideramos que os redatores ou colaboradores de um jornal são capazes de captar as sensibilidades de um contexto histórico e as transportar para o texto, mas produzem discursos que não podem ser lidos como retrato da realidade, que não podem ser compreendidos como descrição fiel de ocorrências e eventos. O texto jornalístico tem o real como referente, mas não é a realidade. Assim, foi preciso considerar os distanciamentos e aproximações entre discurso histórico e discurso jornalístico. Considerar também que, a partir de filiações políticas e interesses de quem escreve, determinados sujeitos ganham voz, enquanto que outros são silenciados, determinadas ocorrências são publicadas e outras omitidas.

Apoiando-nos em Zicman (1985), tomamos os jornais como “arquivos do cotidiano” que registram a realidade, possibilitam o estabelecimento de uma cronologia dos fatos, além de permitir a inserção do fato histórico no contexto de outros fatos que compõem a realidade. Dessa forma, no diálogo com as dimensões política, social e econômica, tornou-se possível investigar a cultura local, mapeando representações e práticas, identificando e analisando apropriações de discursos e prescrições educativas realizadas pelos intelectuais montesclarenses e colocadas em circulação pela *Gazeta do Norte*.

Compreendendo a impossibilidade de percepção global dos fenômenos, consideramos que os jornais consultados preservaram fragmentos do passado e, como qualquer outro documento, não revelaram integralmente a realidade. Novamente nos reportando a Zicman (1985), concordamos que, como vantagem sobre outros documentos, os jornais sofrem apenas a censura instantânea e imediata operada por quem escreve os textos jornalísticos, diferentemente de outras fontes, que são triadas antes de arquivadas.

Por essa perspectiva, como vantagem dos jornais consideramos que,

dada a emergência dos fatos, o redator ou colaborador responde de forma pronta e imediata, noticiando ocorrências que talvez não publicasse se tivesse maior tempo disponível para reflexão. Além disso, o tom da matéria e o estilo da escrita podem ser afetados pela urgência e as “verdades” podem ser ditas de forma mais espontânea e menos censurada.

A compreensão do entrelaçamento da imprensa com o mundo social tornou-se atividade fundamental. Afinal, como destaca Araújo (2002), toda atividade de imprensa é compreensível somente na sua relação com o meio social no qual foi produzida. Como um produto social, a imprensa é veiculadora de interesses, não podendo ser considerada como um veículo imparcial e neutro diante dos acontecimentos. Perceber essas vinculações foi uma perspectiva de análise importante por conduzir à leitura dos fatos passados sem incorrer na ingenuidade de considerar o jornal como portador de verdades, mas como um veículo que serviu a determinados interesses, que produziu representações e as fez circular visando aos seus propósitos.

Por entender que o jornal não é uma fonte em que as informações valem por si mesmas procuramos captar a sincronia dos acontecimentos históricos, remetendo-nos para outras ocorrências do âmbito local ou do contexto mais ampliado. Por um esforço de aproximação com a realidade buscamos evitar a contaminação pelas fontes, realizando o confronto de dados, de forma a fazer uma análise circunstanciada das questões que emergiram em Montes Claros.

Por esta visão, podemos afirmar que a imprensa em Montes Claros constituiu-se como espaço de convergência de múltiplos discursos sobre a realidade, como produtora e veiculadora de representações. Por um processo de seleção e recorte, a imprensa conferiu visibilidade a determinados aspectos do mundo social, visando disseminar opiniões, forjar um determinado tipo de cidadão e sociedade. No interior da cultura, por mecanismos que visavam mostrar ou esconder determinados elementos, dar voz ou silenciar determinados grupos sociais, a imprensa informou leitores e procurou formar cidadãos, e o fez pela perspectiva que considerava legítima.

Com o objetivo de conferir visibilidade aos conteúdos que a *Gazeta do Norte* recortou na cultura mais ampla e colocou em circulação, muitas vezes, realizamos longas citações extraídas de artigos e/ou conferências pedagógicas produzidas por diretores da Escola Normal ou de alunas do seu Curso de

Aplicação. Ao transcrever esses trechos nossa intenção não é fazer a História das Idéias Pedagógicas, mas indicar os eixos orientadores da missão “desanalfabetizadora” empreendida pelo jornal e, também, captar e discutir algumas apropriações realizadas no âmbito local. A circulação desses conhecimentos revela a atualidade da *Gazeta do Norte*, em dia com a produção de idéias renovadoras no campo da educação. Também revela que, em uma dada situação, a apropriação realizada é dissonante e conflitante com as concepções e modelos pedagógicos produzidos pelos movimentos de reforma do ensino em Minas.

Nunes e Carvalho (1993) consideram que a História Cultural tem procurado marcar um distanciamento relativo à História das Idéias pelo deslocamento das idéias para as representações; pela recusa em trabalhar as idéias desencarnadas das práticas dos agentes que as produziu, ou mesmo das formas impressas que permitem a sua circulação. “Isto porque as práticas dos agentes que produzem as ‘idéias’ e as formas impressas que as fazem circular são relevantes na própria determinação do seu significado” (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 48). Ao apresentar e discutir concepções pedagógicas disseminadas pela imprensa, o nosso foco de atenção não está nas idéias, mas nas representações que o jornal fez circular e nas apropriações que os intelectuais montesclarenses realizaram.

Pelo modo enfático como confere visibilidade a um conjunto de conhecimentos, como também pelo tipo de texto que colocou em circulação, muitas vezes, a *Gazeta do Norte* induziu nossas reflexões e conduziu algumas seleções e recortes de conteúdos. O tipo de publicação pedagógica do jornal muitas vezes aproximou-se de publicações comuns às revistas especializadas e isso produziu um forte impacto, dificultando a tarefa de interrogar as fontes, produzir um distanciamento, fazer uma leitura menos contaminada e mais reflexiva dos dados obtidos.

Em síntese, a presente tese resulta do nosso interesse em compreender práticas culturais desenvolvidas em Montes Claros, analisa o empreendimento “desanalfabetizador” da *Gazeta do Norte* em seu imbricamento com a Escola Normal e apresenta-se organizada em quatro capítulos. As idéias neles apresentadas revelam facetas da modernidade, civilização e progresso pretendidos para Montes Claros, encontrando unidade e significado quando

compreendidos como peças que dão a ver a missão educativa desenvolvida pelo jornal, inscrita no projeto de desenvolvimento da cidade e que tem a Escola Normal como referência e inspiração.

No primeiro capítulo, intitulado “A *Gazeta do Norte*, sua associação com a Escola Normal e sua missão educativa”, não é discutida a missão “desanalfabetizadora” do jornal, pois a preocupação é de situar o contexto e conferir visibilidade aos entrelaçamentos entre jornal e escola. Dessa forma, o objetivo do capítulo é mostrar que, ao instalar-se em Montes Claros no ano de 1918, a *Gazeta do Norte* define-se como empresa educativa e inscreve-se no projeto de modernizar a cidade, elegendo a “desanalfabetização” da população como dispositivo para civilização e desenvolvimento local. Nesse sentido, discutimos sua associação com a Escola Normal, cuja organização e atuação são compreendidas como movimentos estratégicos, que contribuem para sua consolidação como empresa jornalística, por favorecerem a adesão de um público leitor e o reconhecimento de seu papel educativo. Entendemos que o estreitamento da relação entre a Imprensa e a Escola não ocorreu como algo intencionalmente planejado por nenhuma das partes, mas foi se construindo no decurso do tempo. Tanto a Escola, como o jornal, passaram a perceber essa relação como uma possibilidade para legitimação e ampliação de um espaço de atuação e poder.

Pretendemos mostrar que o jornal trabalhou na construção e atualização de um imaginário social, produziu representações e as colocou em circulação, projetou um futuro para Montes Claros. Ao eleger a Escola Normal como símbolo de modernidade, civilização e progresso, o jornal resgatou imagens da antiga escola oficial desativada em 1905, produzindo sua extinção como usurpação de um direito, e a consolidação da nova escola normal como a reparação de uma injustiça cometida. Nesse capítulo, também discutimos o quase silenciamento da *Gazeta do Norte* em relação ao encerramento das atividades da Escola Normal em 1938, analisando as operações de manipulação da opinião pública como parte do movimento estratégico de preservação da empresa jornalística.

Por considerar que a principal operação desenvolvida pela *Gazeta do Norte* era a formação da opinião pública e a educação de seu público leitor, organizamos os próximos capítulos por um movimento em que abordamos e

discutimos a missão “desanalfabetizadora” do jornal, que revela-se nos conteúdos presentes nas publicações e nas escolhas feitas por seu proprietário e redator-chefe.

Por essa lógica, que pretende discutir idéias para dar a ver a missão educativa inscrita nas publicações da *Gazeta do Norte*, no segundo capítulo, intitulado “Instrução, educação e ‘desanalfabetização’ como dispositivos da modernidade, civilização e progresso”, analisamos representações produzidas em torno desses conceitos, que engendram o saber ler e escrever como condição para o desenvolvimento de Montes Claros. Assim, apresentamos a missão “desanalfabetizadora” da *Gazeta do Norte*, que não significava a mera alfabetização, mas percebia o aprender a ler e escrever como uma aquisição escolar capaz de favorecer o acesso aos demais conhecimentos escolares e, como consequência, a saída das trevas da ignorância e a adoção de um padrão de comportamento educado, típico de uma cidade moderna e civilizada.

Ainda no segundo capítulo, discutimos alguns deslocamentos sofridos pela missão “desanalfabetizadora” do jornal que, no final da década de 1910 e primeiros anos da década de 1920, orientou-se pela denúncia de problemas e pela propaganda dos benefícios advindos da alfabetização, da instrução e da educação. No entanto, a partir da consolidação da Escola Normal, o sentido dessa missão ganha novos contornos, e a *Gazeta do Norte* assume uma dimensão pedagógica, preocupando-se com os métodos para alfabetizar. A missão do jornal é atravessada pelo movimento da Escola Nova, que adensa a discussão e redimensiona o seu projeto de “desanalfabetização”. Além de defender a necessidade de ensinar a ler e escrever, o jornal desenvolve ações visando interferir na sala de aula e modificar as práticas. Pela negação dos processos sintéticos de alfabetização, o jornal passa a valorizar os métodos analíticos para ensinar a ler e defende a adoção de novos recursos e materiais didáticos, por considerar que a leitura deveria priorizar a compreensão dos textos lidos e ser utilizada para a aquisição de conhecimentos.

No terceiro capítulo, intitulado “A *Gazeta do Norte* e os significados atribuídos ao movimento da Escola Nova”, o objetivo é mostrar que o jornal amplia os sentidos de sua missão “desanalfabetizadora”. Ao apropriar-se de princípios educativos escolanovistas e colocá-los em circulação, a *Gazeta do Norte* redimensiona o seu projeto inicial. Para além do ensino da leitura e da

escrita, era necessário que os cidadãos montesclarenses fossem educados de forma integral, que percebessem sua singularidade como pessoas, desenvolvessem suas aptidões individuais e se adaptassem ao meio social.

Para organização dessas idéias, situamos o processo de renovação do ensino ocorrido nas décadas de 1920-30, sob a denominação de Escola Nova, discutindo significados atribuídos à formação dos professores, à renovação de métodos e recursos de ensino e aos princípios de individualização e socialização. Embora tenham sido veiculadas pela Escola Normal, com uma circulação ampliada pelas publicações da *Gazeta do Norte*, isso não indica que as idéias renovadas tenham sido igualmente apropriadas por todos. Nesse sentido, apontamos alguns equívocos, incompreensões e temores produzidos em torno desses princípios, buscando compreender apropriações diferenciadas ocorridas no contexto local.

No quarto capítulo, intitulado “Uma outra faceta da missão ‘desanalfabetizadora’ da *Gazeta do Norte*: a educação da mulher moderna”, o objetivo é demonstrar que, como conseqüência do movimento da Escola Nova, a *Gazeta do Norte* passa a compreender que a educação da família é uma importante dimensão de sua missão educativa e civilizadora. Ao lançar um olhar diferenciado sobre a mulher, o jornal a percebe como peça-chave da modernidade, sendo necessário educá-la para que pudesse educar as novas gerações.

Nesse sentido, a modernidade pedagógica é compreendida como processo em que a civilização deixa de significar apenas urbanização da cidade, alfabetização e moralização da população, impondo a necessidade de autogoverno e liberdade individual. Nesse quadro, a renovação dos processos de educação doméstica impõe-se como necessidade: a mulher moderna deveria educar-se, apropriar-se de conhecimentos científicos e tornar-se capaz de utilizar processos menos coercitivos e mais operativos para a obtenção da obediência, do respeito e da disciplina. Liberdade e autodisciplina passam a ser vistos como traços característicos de uma educação moderna, não punitiva e não coercitiva, em que a aplicação de castigos passa a ser condenada como prática educativa, por constituir-se como desrespeito à criança e à sua individualidade.

Enfim, com essa tese, pretendemos demonstrar que, em torno da modernidade, civilização e progresso, foi produzido um conjunto de representações e que o imaginário de uma Montes Claros moderna e desenvolvida interveio continuamente, ao longo dos anos, produzindo práticas diferenciadas. Através de diferentes discursos que circularam na *Gazeta do Norte*, em editoriais, crônicas, notícias etc, foi estabelecida uma antinomia entre analfabeto-leitor, atrasado-desenvolvido, ignorante-civilizado, que visava mobilizar ações para superação dos problemas e construir um adequado grau de civilização e progresso. Por essas representações, a instrução, a educação e a alfabetização apresentavam-se como resposta ao atraso cultural, aos crimes, à marginalidade, a vadiagem, a deformação dos valores morais e, ao mesmo tempo, como recurso capaz de instaurar o progresso e legitimar a verdadeira cidadania.

Guiando-nos por essa compreensão, consideramos que a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal tornaram-se instituições fundamentais para o desenvolvimento de Montes Claros. Pensadas como instrumentos capazes de instaurar a modernidade e a civilização, Escola e Jornal apresentaram-se como espaços em que se travaram lutas por representações. Tradição e progresso, liberdade e disciplina, autoridade do professor e atividade do aluno, educação doméstica e educação escolar, ensino propedêutico e formação profissional, individualização e socialização são alguns dos desafios colocados, para os quais Imprensa e Escola trabalharam. Por processos imbricados, colocaram em curso um empreendimento civilizatório que visava provocar mudanças nas concepções e práticas.

CAPÍTULO I

A GAZETA DO NORTE, SUA ASSOCIAÇÃO COM A ESCOLA NORMAL E SUA MISSÃO EDUCATIVA

Dirigida por espíritos superiores, a imprensa é um factor poderoso da civilização. Dirigida por espíritos transviados, ella si converte em perigoso instrumento da anarchia.

João Chaves, *Gazeta do Norte*, 1920.

1.1 – A GAZETA DO NORTE E SUA RELAÇÃO COM OS INTELECTUAIS MONTESCLARENSES

No Brasil republicano, a educação apresentou-se como alternativa de solução para uma série de problemas sociais, econômicos, políticos. Vinculada à idéia de progresso e civilização, a educação constituiu-se como dispositivo capaz de preparar, tanto as elites como as populações iletradas, para o trabalho de transformação da realidade e a construção da nação brasileira. E nesse contexto, a imprensa brasileira encontrou espaço e condições para sua consolidação como empresa educativa. O empreendimento de educar a população e imprimir-lhe uma nova mentalidade não era tributado apenas à escola, mas a todas as instituições sociais, como a família e a igreja, nelas incluindo a literatura, o teatro, o cinema, as revistas e os jornais.

A cidade de Montes Claros, como parte integrante desse contexto, também empreendeu ações, que incluíram instâncias escolares e informais, no processo de educar e civilizar os seus cidadãos.

Montes Claros é a denominação de uma antiga fazenda, de onde se iniciou uma povoação, que em 1857 foi emancipada e tornou-se cidade-pólo do Norte de Minas. Localizado em ponto estratégico, o município é considerado o 2º maior entroncamento rodoviário do país, ligando Brasília-DF ao Triângulo Mineiro, aos Estados do Sul e do Nordeste brasileiro. (VER FIGURA I)



FIGURA I: Localização de Montes Claros no Estado de Minas Gerais
Fonte: Adaptado de: <http://www.mercolub.com.br/images/mapa.jpg>

Pelo censo do IBGE de 1970, Montes Claros contava com 116.468 habitantes, e atualmente estima-se 400.000 – número a indicar que sua população triplicou em menos de 40 anos, apresentando-se como o sexto município mineiro em densidade populacional.

A história de Montes Claros é marcada por disputas, conflitos, desafios e possibilidades, nos quais inscrevem-se a Escola Normal Oficial de Montes Claros e o jornal *Gazeta do Norte*. A Escola Normal foi instalada em 1879, quando a Montes Claros contava com pouco mais de 20 anos de emancipação política, exercendo função importante na definição do projeto de civilização e progresso pretendidos para os seus habitantes. “No processo de reordenação da cidade, a Escola Normal desempenhou o papel de espaço veiculador de um ideário de sociedade fundamentada no trabalho e nos princípios de civilização moderna” (DURÃES, 2003, p. 44). Quanto à *Gazeta do Norte*, o jornal foi instalado por ocasião do 39º aniversário de Montes Claros, em julho de 1918, sendo que o “semanário independente, literário e noticioso”, fundado pelo advogado José Thomaz de Oliveira, passou a integrar a cidade. Nas palavras de Athanazio Lima, a *Gazeta do Norte* era a “vitoriosa montesclarensense”, para a qual se voltam “as simpatias unânimes do povo de Montes Claros”⁶.

A trajetória da Escola Normal de Montes Claros é bastante irregular, marcada por sucessivas extinções e reaberturas. De modo geral, os historiadores montesclarenses consideram o seu percurso constituído por três fases. A primeira compreende o intervalo entre 1878⁷ e 1905, em que foi criada como Escola Normal Oficial e extinta por decreto do governo mineiro, respectivamente. A segunda fase se circunscreve no período entre 1915 e

⁶ LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007, p. 208.

⁷ Tomar o ano 1878 como o de criação e 1879 como o ano de instalação da Escola Normal Oficial de Montes Claros é um dado aceito pela própria escola e por historiadores montesclarenses, como Hermes Augusto de Paula (1957) e Urbino Viana (1916). Contudo, a historiadora Sarah Jane discute a data de fundação da Escola Normal de Montes Claros. Em suas pesquisas, outras duas datas, 1872 e 1880, aparecem como possibilidades, segundo consta em Relatório do Presidente da Província Mineira, de 1887. “Mais tarde foram ainda criadas outras duas, a de Montes Claros decretada em 1872 e suprimida em 1878, e a de Diamantina decretada em 1878 e instalada em 1979. De então para cá, tem sido [pois] rápida a criação de escolas normais. Em 1880 foi restaurada a de Montes Claros, e criada a de Paracatu” (MINAS GERAIS, Relatório do Presidente da Província, 1887, p. 05. In: DURÃES, 2003).

1938, delimitado por sua fundação como escola livre e sua extinção como escola oficial, e que inclui a desativação em 1918, a reabertura em 1923, a equiparação às escolas oficiais do Estado em 1925 e o emcampamento pelo poder público estadual em 1928. Já a 3ª fase tem início no ano de 1953, em que foi reaberta como escola oficial, e se prolonga até o momento atual, em que funciona como escola regular de Educação Básica.

Em seu empreendimento educativo, a Escola Normal e o jornal *Gazeta do Norte* encontravam-se imbricadas em seu processo de constituição e funcionamento. Por um lado, comungavam o ideal de instruir, educar e civilizar a população. Por outro lado, compartilhavam um quadro militante – intelectuais que assumiram funções dirigente e docente na Escola Normal eram, também, redatores, diretores e colaboradores do jornal.

Além disso, o jornal dependia da escolarização da população para ampliar seu quadro de leitores e consolidar-se como empresa de comunicação. De forma direta, independente de práticas mediadas por outros leitores, a imprensa somente seria capaz de atingir os já alfabetizados. O jornal dependia da escola para formar públicos leitores, ao passo que a escola dependia desse meio para ampliar a capacidade de fazer ouvida a voz dos intelectuais que compunham seus quadros e que pretendiam disseminar conhecimentos. Mobilizados por esse objetivo comum, escola e jornal desenvolveram suas ações.

Consideramos que a constituição da *Gazeta do Norte* e o tipo de operações realizadas por seu fundador-proprietário, advogado José Thomaz de Oliveira, inscreveram-se em um movimento estratégico, organizado a partir de três principais dimensões de atuação. Na primeira, entendemos que a própria fundação do periódico, seu funcionamento e seu modo de organização constituem-se como “estratégias”, por visarem à definição de uma identidade e construção de “um lugar próprio” de atuação e de poder. Por essas operações, o silenciamento do jornal, por ocasião da extinção da Escola Normal de Montes Claros, em 1938, constituiu-se como tática, como opção assumida em defesa do seu lugar e do seu espaço próprios.

No editorial do número de lançamento, em 1918, da *Gazeta do Norte* explicita sua intenção de dedicar-se à essa missão e formadora de seus leitores. O jornal compreendia que a sua função social constituía-se como

“sagrado sacerdócio”, por visar a “educação cívica do povo” e favorecer-lhe a retomada de sua “marcha evolutiva” rumo ao progresso e à civilização.

Dedicados sinceramente a causa publica merecemos-há especial cuidado a educação cívica do povo, pois a verdade, é que esta lhe falta em absoluto, ignorando mesmo o que é, e o que vale. É a falta de conhecimento de seus direitos que se deve esse marasmo que nos ia asphixiando e que entorpece a marcha evolutiva dos lugares, fadados a uma supremacia moral, material e econômica⁸.

Ainda em seu número de lançamento, ao dar “notas aos fatos”, Athos Jomez, explicitou admiração e entusiasmo pelo papel desempenhado pelos jornalistas e escritores, que orientavam e educavam o povo, conduzindo a sua opinião. E “nenhuma outra missão é mais nobre e proveitosa do que essa de orientar e educar o povo e por isso penso que nenhuma outra profissão pode ser mais digna e elevada do que essa de conduzir a opinião”⁹.

Para a *Gazeta do Norte*, o jornal era “a mais fecunda semente da civilização e o attestado mais eloquente da instrução de um povo”, plantá-la “nos logares que necessitam de evolução e de progresso”, representava um “acto patriótico e digno de applausos de todos aquelles que desejam o bem estar do canto do Paiz em que vivem”. Assim, *Gazeta do Norte* não iria se descurar “da educação cívica do povo, fazendo-lhe conhecer as nossas datas nacionaes e a historia de nossos antepassados illustres, despertando-lhe o sentimento patriótico, pelo conhecimento de cousas de nossa cara Pátria”¹⁰.

Por reconhecer a atividade jornalística como formadora da opinião pública, em 1920, o poeta e seresteiro, João Chaves, discutiu o poder da palavra. Afirmando a autoridade da palavra, destacou o quão nefasto poderiam ser os seus efeitos, se usada inadequadamente por jornalistas e outros profissionais, cujos cargos lhes conferiam poder para influenciar pessoas. “Foi a palavra dos professores, litteratos, jornalistas e oradores que creou o militarismo prussiano e precipitou a conflagração européia”¹¹.

João Chaves considerava que, dentre todas as possibilidades profissionais, “é na imprensa que a palavra adquire a sua máxima auctoridade

⁸ Editorial. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 01, 06 de julho de 1918, p. 01.

⁹ JOMEZ, Athos. *Gazeta do Norte*. Ano I, nº 01, 06 de julho de 1918, p. 02.

¹⁰ *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 01, 6 de julho de 1918, p. 01.

¹¹ CHAVES, João. O poder da palavra. *Gazeta do Norte*. Ano II, nº 102. 19 de julho de 1920.

e attinge a culminância do seu poder”. Quando “dirigida por espíritos superiores, a imprensa é um factor poderoso da civilização. Dirigida por espíritos transviados, ella si converte em perigoso instrumento da anarchia”. E mais, a imprensa “orienta a opinião, auxilia os poderes constituídos, defende a soberania e a Lei” e “projecta luz sobre os grandes problemas que interessam à humanidade”¹².

A *Gazeta do Norte* compreendia a si mesma como instrumento de formação de opinião, de civilização e progresso de Montes Claros e regioao. Por partilhar uma intencionalidade educativa com as instâncias escolares, o jornal estabeleceu relações com a Escola Normal. Como instâncias educativas, de forma distinta, jornal e escola procuraram educar os cidadãos e, ao mesmo tempo, definiram suas identidades, seus espaços de atuação e poder, havendo entre elas uma relação de complementaridade e reciprocidade. O jornal colaborou com a “disseminação das luzes”, favoreceu o desenvolvimento do letramento social, ao passo que à Escola coube a função de formar professores capazes de “desalfabetizar” a população. Nesse processo, os intelectuais ligados à escola e ao jornal produziram “estratégias” e “táticas”, visando à legitimação e consolidação dessas instituições junto aos montesclarenses.

Com De Certeau (1999a), entendemos que as práticas cotidianas da *Gazeta do Norte* compõem-se por distintas maneiras de fazer e de pensar, que se inscrevem em movimentos estratégicos por definição de uma identidade e de um lugar de poder. O autor compreende “estratégia” como “maneiras de fazer” e de pensar a realidade, como o cálculo ou a manipulação das relações de forças, de onde se pode gerir as relações com uma realidade de alvos e ameaças. Tática é “a arte do fraco”, é o cálculo que tem para si o lugar do outro, é o jogo com os acontecimentos para transformá-los em ocasiões. Para o autor, o que distingue estratégias de táticas é o tipo de operações realizadas nos espaços. Enquanto as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor novas operações, as táticas só podem utilizar, manipular e alterar as maneiras de fazer que já existem. (DE CERTEAU, 1999a).

¹² CHAVES, João. O poder da palavra. *Gazeta do Norte*. Ano II, nº 102. 19 de julho de 1920.

Por significar a definição de um lugar e um espaço de poder, é necessário reconhecer nas “estratégias” um tipo específico de saber, que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. Significa, ainda, que um poder não é apenas um atributo ou o seu efeito, “um poder é a preliminar desse saber”. (DE CERTEAU, 1999a, p. 100).

O advogado José Thomaz de Oliveira, por nascimento, não pertencia a Montes Claros. Ao instalar-se em um espaço que não era o seu, precisava construir o seu lugar, estabelecer um pertencimento social e profissional, definir sua identidade. Ao casar-se com Aura Sarmento, filha de uma tradicional família da cidade, o consórcio apresenta-se como uma possibilidade de inserção na cidade, como ação capaz de auferir-lhe rendimentos sociais que, associados à sua experiência profissional e ao seu capital cultural, favoreceram-lhe o estabelecimento do seu lugar de atuação e poder.

Em 1918, a fundação da *Gazeta do Norte* também pode ser compreendida como parte desse movimento estratégico de conquista de um lugar e um espaço de poder próprios, não apenas no âmbito social e cultural, mas também econômico. Nessa época, com 43 anos de idade, o advogado José Thomaz de Oliveira já havia definido um pertencimento e uma inserção em Montes Claros, já havia conquistado um reconhecimento público no nível local. Contudo, numa cidade em que os jornais tinham vida curta, em que as iniciativas de outros empreendedores se frustraram, a *Gazeta do Norte* permaneceu em circulação por mais de 4 décadas. Conforme o historiador montesclareense Hermes Augusto de Paula, no período de 1884-1957, Montes Claros contou com 53 empreendimentos jornalísticos, que foram instalados e encerraram suas atividades com pouco tempo de funcionamento¹³. Essa instabilidade indica que a sobrevivência da *Gazeta do Norte* dependia de adesão e aceitação da elite local, potencial consumidora desse produto cultural. Há ainda que se considerar que Montes Claros era uma cidade de pequeno contingente populacional, contava com apenas 4.193 habitantes em 1913¹⁴, e possuía um jornal concorrente, o *Montes Claros*, fundado em 1916.

¹³ PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007.

¹⁴ *Ibidem*.

De forma a conquistar o seu lugar próprio, o advogado José Thomaz de Oliveira, através da *Gazeta do Norte*, estabeleceu relações com o “lugar do outro” (DE CERTEAU, 1999a), realizando operações que visavam conferir sustentabilidade e legitimidade às ações e à atuação do seu empreendimento jornalístico. Como estratégia para garantir permanência e circulação do jornal, o Dr. José Thomaz de Oliveira utilizou-se de recurso fundamental – através do periódico, adotou e alimentou os projetos de desenvolvimento imaginados e sonhados pela cidade de Montes Claros, para os quais seus intelectuais trabalhavam.

Quando a *Gazeta do Norte* foi instalada (1918), a cidade de Montes Claros já estava engajada na luta pela civilização advinda da instrução e da educação. Nessa época a cidade contava com um Grupo Escolar, o “Gonçalves Chaves”¹⁵, duas escolas isoladas, a do Bairro Malhada e a do Bairro Morrinhos, uma escola municipal noturna. A Escola Normal “Norte Mineira” já havia sido instalada por iniciativa particular em outubro de 1915 e, entre o “entusiasmo de alguns”, o “desânimo e a descrença de outros”¹⁶, lutava por consolidar-se como instituição formadora de professores. A Escola era considerada como porta-voz do projeto educativo e civilizador encetado por um grupo de letrados da cidade.

Assim, o jornal aderiu a esse projeto educativo e associou-se à Escola Normal, conferindo-lhe publicidade. No momento inicial de sua instalação, a missão educativa do jornal pôde ser percebida nos discursos veiculados, que centravam-se na idéia de “desanalfabetizar” a população e pretendiam retirá-la da ignorância advinda de seu estado de analfabetismo. Com o fechamento provisório da Escola Normal em novembro de 1918, a sua reabertura e manutenção tornou-se um eixo importante de objetivação e materialização das operações realizadas pela *Gazeta do Norte*.

Ao apresentar-se como colaboradora na tarefa de “desanalfabetizar” a população, a *Gazeta do Norte* elegeu a Escola Normal como aliada e definiu

¹⁵ O Grupo Escolar Gonçalves Chaves é o primeiro a ser instalado em Montes Claros. Criado em 1909, pelo decreto 2352/1906, constitui-se como a primeira instituição a representar os ideais republicanos de educação. O seu prédio, construído em 1927, apesar de não apresentar a imponência de outros grupos escolares do Estado de Minas, materializou o discurso urbano de modernidade pretendida pela República. (AGUIAR, 2007).

¹⁶ MARTINS, Olyntho. Escola Normal “Norte Mineira” – As festas de encerramento do anno letivo. Jornal Montes Claros. Ano I. nº 29. 23 de novembro de 1916, p. 01.

um lugar de atuação e poder – lugar que encontra ressonância no desejo dos intelectuais locais, que visavam à “elevação do nível intelectual da população”¹⁷ e ao progresso social, econômico e cultural de Montes Claros. Há nessa estratégia um tipo específico de saber, que contribuiu para sua sustentação como empresa jornalística, quando outros jornais não lograram êxito. Esse saber, essa “maneira de fazer” também determina o poder de conquistar seu espaço de atuação e o reconhecimento da comunidade local. Como afirma Athanazio Lima, cronista montesclareense, “nascida em período de embates vivíssimos em Montes Claros, a ‘Gazeta’ foi um jornal de luta acesa em campanhas memoráveis”¹⁸.

Em 1957, ao prefaciá-lo obra do historiador montesclareense Hermes Augusto de Paula, as palavras de Newton Prates confirmam esse reconhecimento. Ao descrever o advogado José Thomaz de Oliveira apresenta-o como “o jornalista de alma generosa e de grande coração”; ao lembrar-se de seu trabalho destaca o espírito de “abnegação e sacrifício”, com que “prestigiou sempre a imprensa local”. Ao falar da *Gazeta do Norte* apresenta o periódico como “instrumento de progresso, sempre a serviço dos bons empreendimentos em favor de Montes Claros”ⁱ.

Por um cálculo estratégico, ao apresentar-se como instituição guiada por objetivos e práticas desinteressadas, ao adotar como seus os projetos de civilização e progresso da cidade, o jornal e seu proprietário obtiveram adesão, encontraram espaço de atuação e, na acepção de De Certeau (1999a), construíram um lugar próprio e inscreveram-se no mundo de poder do outro.

Assim podemos compreender a rede de relações que se estabeleceram entre Escola Normal e *Gazeta do Norte*. Pensamos que a *Gazeta do Norte* não tenha se associado à Escola de forma planejada e intencional, por antever a possibilidade de auferir lucros com o fato. É provável que a percepção da rentabilidade social dessa associação tenha sido construída no decurso do tempo, a partir dos retornos obtidos por ela, da adesão dos montesclarenses à Escola, dos investimentos que a cidade fazia para sua consolidação.

¹⁷ PEREIRA, Cícero. A Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 248, 21 de abril de 1923, p. 01.

¹⁸ LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007, p. 208.

Essas relações escola-jornal iniciaram-se em 1918 e se fortaleceram a partir de 1923, com conseqüente proveito para ambos. De um lado, o jornal dribla a concorrência, consolida-se como empresa jornalística, assumindo-se como porta-voz dos interesses locais; do outro lado, a Escola firma-se como formadora de professores, ganha visibilidade e conquista reconhecimento público. Nessa relação é possível perceber que a escola alimenta as publicações do jornal, com artigos de opinião, textos pedagógicos, conferências e outros tipos de textos que discutiam a temática educacional. Ao mesmo tempo, o jornal amplia o poder da Escola, por disseminar suas idéias e fazê-las chegar a outros públicos externos ao seu corpo de alunos.

Como estratégia para garantir credibilidade, o jornal recrutou pessoas influentes na cidade para colaborarem com o empreendimento. O seu grupo de colaboradores integrava a elite cultural montesclareense, como intelectuais que gozavam de prestígio e reconhecimento junto à comunidade.

Tomando Sérgio Miceli como referência e, às vezes, dele nos afastando, estamos consideramos como intelectuais os “homens de letras”, detentores de um capital cultural. Em seu livro, “Intelectuais à brasileira”, Miceli (2001) procura detectar as peculiaridades da condição intelectual na sociedade brasileira, no longo período compreendido pela Primeira República e o fim do Estado Novo (1989-1945). O autor discute as peculiaridades do processo de formação do poder no interior da classe dirigente, ou seja, o modo como os laços familiares e corporativos desempenham um papel crucial nas estratégias de acumulação e reprodução social dos diversos grupos dirigentes.

Miceli (2001) também apresenta elementos que nos permitem compreender os intelectuais como produtores profissionais de bens simbólicos, como homens letrados que conseguiram a profissionalização do seu trabalho intelectual. Para o autor, são diversificadas as categorias de atividade intelectual, não apenas ligadas à atividade literária, mas à produção e difusão cultural, incluindo a atividade exercida na área das artes plásticas, ao pensamento político, à emissão de pareceres jurídicos, à crítica literária e pelos educadores profissionais (pessoas que se dedicavam exclusivamente ao ofício de professor e publicavam textos relativos à educação). Na categoria intelectual, o autor também inclui o jornalista, por considerar que, desde o final do século XIX, com a transformação dos jornais em empresas capitalistas não-

artesanais, a atividade jornalística tornou-se um ofício compatível com o *status* de escritor. (MICELI, 2001).

O autor entende intelectuais como pessoas letradas, que se dedicavam ao ofício de escrever ou ao “trabalho do espírito”, cujas carreiras se contrapõem às ditas profissões masculinas (médico, engenheiro, odontólogo etc). Em sua concepção:

A definição do que seja o fazer intelectual numa determinada conjuntura constitui, por si só, um dos móveis centrais que impulsionam a concorrência entre diversos tipos de produtores em luta pela monopolização da autoridade de legislar em matéria cultural. (MICELI, 2001, p. 247).

Em nosso trabalho de pesquisa, o que denominamos por “intelectuais montesclarenses” não se enquadra exatamente no perfil concebido por Miceli (2001), como pessoas que exerciam seu ofício profissional com base estritamente na produção cultural de bens simbólicos. Apesar de alguns desses intelectuais montesclarenses se dedicarem à escrita de poemas ou serem educadores profissionais, a sua produção cultural não era propriamente literária, artística ou estritamente educacional, mas estava voltada para a disseminação de conhecimentos, para a formação da opinião pública, sendo que outros não exerceram atividades literárias ou jornalísticas como profissão. No entanto, não podemos desconsiderar a atividade intelectual de médicos, farmacêuticos, advogados, professores da Escola Normal, que assumiram a tarefa de disseminar conhecimentos e que, no âmbito da profissão docente e da condição de colaboradores eventuais do periódico, exerceram importante papel na construção de uma nova mentalidade e na conformação de novos hábitos, valores e comportamentos.

Esses montesclarenses são pessoas com capital cultural¹⁹ legitimado e objetivado, em sua maioria, no nível superior, com formação nas áreas de direito, medicina, farmácia, e alguns com diploma de Curso Normal. Não limitavam sua atividade profissional estritamente à profissão indicada por seus diplomas universitários, mas também exerciam atividades docentes e

¹⁹ Compreendemos “capital cultural” na perspectiva discutida por Bourdieu, que considera que o capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais; e no estado institucionalizado, sob a forma do certificado escolar (BOURDIEU, 1999).

trabalhavam como formadoras de opinião. Estavam ligados aos jornais locais, exercendo atividades como colaboradores efetivos da *Gazeta do Norte* e outros periódicos, ou mesmo como colaboradores eventuais, por terem publicado artigos pedagógicos, pronunciamentos, discursos e textos de base das conferências que proferiram para a comunidade local.

Giroux (1997) considera que a categoria intelectual é bastante útil para a tarefa de repensar e reestruturar a natureza da atividade docente. A categoria intelectual, para o autor, oferece uma base teórica para examinar a atividade do professor como uma forma de trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais ou técnicos. A categoria intelectual esclarece as condições ideológicas e práticas necessárias para que os professores funcionem como intelectuais, esclarecendo o papel que os professores desempenham na produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais variados, através de pedagogias por eles endossadas e utilizadas. (GIROUX, 1997).

É evidente que o professor das décadas de 1920-30 não pode ser pensado com as ferramentas da contemporaneidade. O papel atribuído ao intelectual no passado é muito diferente do tempo presente, da mesma forma que a sua formação também era distinta. Considerando o alerta de Chartier, entendemos ser necessário encontrar as representações antigas, sem as envolver em categorias anacrônicas, nem as medir por padrões contemporâneos. (CHARTIER, 1990). É assim que, tomar Giroux (1997) como referência teórica e encarar os professores como intelectuais implica trabalhar com a importante idéia de que toda atividade humana envolve alguma forma de pensamento e, dessa forma, dignificar a capacidade humana de integrar pensamento e prática.

O intelectual é mais do que uma pessoa das letras, ou um produtor e transmissor de idéias. Os intelectuais são também mediadores, e produtores de idéias e práticas sociais; eles cumprem uma função de natureza eminentemente política. (GIROUX *et al*, 1997, p. 186).

Por essa compreensão, consideramos os professores da Escola Normal como intelectuais, por entender que eles ofereciam liderança intelectual e moral.

Mesmo considerando que o trabalho na sala de aula pressupõe o pensamento e a reflexão acerca das práticas mediadas pelos professores, para efeito desse estudo, não incluímos indistintamente todo o corpo docente da escola, recortando nosso universo de análise àqueles que, de alguma forma, tiveram publicações nos jornais. É evidente que esse critério excluirá pessoas que, no âmbito da escola, produziram conhecimento e exercitaram o pensamento reflexivo, contudo, essa atividade não poderá ser acessada, porque os registros de seu fazer cotidiano não foram legados ao tempo presente.

Por considerarmos um duplo pertencimento – inserção na Escola Normal e na Imprensa local –, a delimitação de sujeitos também excluirá outros intelectuais, que exerceram atividade de formação de opinião, que tiveram uma produção cultural, mas não se enquadram nesses critérios. Por essa definição, os professores colaboradores efetivos da *Gazeta do Norte*²⁰, são: 1) o Coronel Antônio F. de Oliveira, farmacêutico e professor de Geografia (1915-1918), suplente do Inspetor Escolar (1919); 2) o farmacêutico Antônio Teixeira, professor de Higiene e Psicologia e Pedagogia (1915-1918); 3) o médico Plínio Ribeiro dos Santos, graduado em 1925, professor de Psicologia (1928-1938), exerceu interinamente a direção da Escola Normal (09/1933 a 02/1934); 4) o Major Honor Sarmiento, advogado, poeta e professor de Português (1915-1918), responsável pela coluna “Cartas Semanaes” na *Gazeta do Norte*, que “esteve sempre a frente de movimentos generosos, apondo o seu apoio a várias iniciativas”²¹, falecendo prematuramente em 1930; 5) o normalista Leônidas Câmara, professor de Francês (1915-1938), poeta, literato, que exercia o jornalismo como profissão.

Destacamos, ainda, dois outros professores, figuras importantes no cenário educacional montesclarenses, que não eram colaboradores da *Gazeta do Norte*, mas tiveram idéias veiculadas na imprensa local. O advogado e poeta Herculino Pereira, autor do hino da Escola Normal, exerceu as funções de vice-diretor e professor de Francês na referida escola (1915-1918), também

²⁰ As matérias publicadas pela imprensa local normalmente não eram assinadas. Dessa forma, estamos considerando como “colaboradores efetivos” da *Gazeta do Norte* os profissionais identificados na edição de nº 52, comemorativa do seu primeiro aniversário de funcionamento, datada de 05 de julho de 1919.

²¹ PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007, p. 147.

assumindo funções como Inspetor Escolar e Promotor Público. Sua atividade jornalística ocorreu no periódico *Montes Claros* (1916-1918), onde, freqüentemente, se ocupou dos problemas da educação, discutindo a questão na coluna “Horas Vagas”, da qual era responsável. O outro destaque é o advogado Olyntho Martins, Juiz Municipal, professor de Português e primeiro Diretor da Escola Normal (1915-1918), sendo considerado um de seus fundadores. Não exerceu uma atividade jornalística, mas teve discursos publicados pelo jornal *Montes Claros*.

Além desses nomes, no grupo de intelectuais montesclarenses, incluímos dois educadores profissionais: Francisco Floriano de Paula, professor de Metodologia e Prática Profissional e Diretor da Escola, entre 1932 e 1933; que posteriormente assumiu os cargos de Vice-Reitor do Gymnasio Mineiro e Assistente Técnico do Ensino em Minas; José Raymundo Netto, professor, Assistente Técnico do Ensino em Minas, Diretor da Escola Normal entre 1934 e 1938; e também o professor Cícero Pereira, docente de Pedagogia, Higiene e Psicologia, que também exerceu a função de Diretor entre 1923 e 1924, no período em que a Escola Normal era livre e mantida por iniciativa particular.

Também estamos considerando algumas “mulheres de letras”: a professora de Geografia, Maria das Mercês Prates (1928-1938), que realizou conferências pedagógicas para a comunidade educativa, tendo texto publicado na *Gazeta do Norte*; e as alunas-mestras do Curso de Aplicação da Escola Normal, Helena Santos, Idoleta Maciel, Maria Geralda Gomes, Augusta Guimarães e Jenny Canella, que em 1933 participaram da “Columna Pedagógica” da *Gazeta do Norte*, com publicação de artigos de natureza pedagógica.

Contudo, nesse grupo intelectual, o destaque absoluto recai sobre duas figuras emblemáticas da história local, o Coronel João de Andrade Câmara e o advogado José Thomaz de Oliveira. O primeiro, formado normalista pela extinta Escola Normal Oficial de Montes Claros (1879-1905), exerceu a função de Coletor Federal, fundou a Escola Normal “Norte Mineira”. Casado com a também normalista Cândida Mendes Siqueira, professora de uma escola isolada em Montes Claros, João de Andrade Câmara teve filhos que, seguindo uma tradição intelectual da família Câmara, todos tiveram uma trajetória escolar de mais longa duração: Aníbal e Abelard tornaram-se engenheiros,

Aldemar formou-se em medicina, Aderbal em direito; enquanto que as mulheres Noeme e Nair concluíram o curso normal, assumindo cargos de professora nas turmas anexas da Escola Normal de Montes Claros.

No período compreendido pela fundação como escola livre e sua extinção como escola oficial, 1915 a 1938, o professor João de Andrade Câmara exerceu diferentes funções docentes e administrativas: Professor, Secretário, Tesoureiro, Diretor e Vice-diretor. Na condição de fundador da escola, o professor Câmara esteve sempre na luta por ela. Inicialmente, no momento de sua fundação, organizou o grupo que assumiu as funções docentes e administrativas; quando a escola encerrou provisoriamente suas atividades em 1918, empreendeu ações e esforços por sua reabertura; quando reinstalada, trabalhou por sua manutenção e equiparação às escolas normais oficiais de Minas; quando equiparada, batalhou por sua oficialização e pela qualidade do trabalho educacional desenvolvido.

Em todo o período em que a escola funcionou como instituição particular (1918-1928), o Coronel João Câmara, professor de Álgebra e Aritmética, por exercer funções administrativas, sobretudo como Secretário Escolar e Tesoureiro, cumpriu um papel de divulgador da Escola Normal junto aos jornais locais, selecionando e enviando material promocional a ser publicado: atas de reuniões, termos de visita de “pessoas ilustres”, termos de fiscalização técnica e outras ocorrências elogiosas à escola e ao trabalho.

Como dissemos anteriormente, o advogado José Thomaz de Oliveira não era natural de Montes Claros. Nasceu em Recife-PE, no ano 1875, onde realizou seus estudos e trabalhou na redação do “Jornal de Recife” e outros órgãos da imprensa pernambucana. Diplomou-se Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Recife, com 20 anos de idade. Em 1896, aos 21 anos, desloca-se para Carmo do Paranaíba-MG, onde assumiu o cargo de Promotor de Justiça. Logo em seguida foi transferido para Montes Claros como Promotor Público (1904), onde exerceu o cargo de Juiz Municipal (em substituição), colaborou com o jornal *A Opinião do Norte* e casou-se com Aura Sarmiento – normalista e professora no Grupo Escolar “Gonçalves Chaves”. Em 1908, transferiu-se novamente para Dores do Indaiá-MG e depois para o Rio de Janeiro, onde exerceu diferentes cargos públicos. Em 1917, retornou para Montes Claros como Delegado de Polícia, cargo que abandonou para exercer a

advocacia. Em 1918 fundou a *Gazeta do Norte*.

Nas palavras de Athanazio Lima, o Dr José Thomaz de Oliveira desenvolvia “uma atividade espantosa, escrevendo, revendo, corrigindo, puxando o jornal ao pé da máquina”²². Esteve à frente de tudo o que acontecia na *Gazeta do Norte*, era pessoa-chave na definição das publicações e na orientação do jornal. Quanto às publicações, poucas matérias eram assinadas, de onde concluímos que, na condição de diretor-proprietário e redator-chefe, essa grande quantidade de matérias anônimas foram escritas por ele ou por seus colaboradores, com sua chancela.

O Dr. José Thomaz de Oliveira também foi professor de História do Brasil, História Universal, Educação Moral e Cívica da Escola Normal. Assumiu o cargo de docente em 1918, exonerou em 1924, sendo renomeado por duas vezes, em 1925, com a equiparação e em 1928, com a sua oficialização; também assumindo o cargo de vice-diretor em 1927.

Por essa intensa atividade profissional o Dr. José Thomaz de Oliveira recebeu o reconhecimento local. Em festividade comemorativa do 10º aniversário de fundação da Escola Normal, no ano de 1925, a aluna Geraldina Alves afirmava ser do conhecimento de todos que, “não é somente ao lado do vosso nobre jornal” que José Thomaz de Oliveira, empenhava “profícuos esforços à causa da instrução”, mas também como um dos “mais illustres professores desta escola, sempre prestigiado por todo seu corpo docente e muito admirado e querido dos seus alumnos, pela lhaneza do trato e sábias lições professadas sempre com proveito dos vossos discípulos”²³.

Ao falar de seu trabalho o historiador Hermes de Paula assim se pronunciou.

Na crônica da cidade – em largo período de sua existência – o Dr. José Thomaz de Oliveira aparece como elemento de relevo, patrocinando iniciativas nobres e generosas. Inteligente e culto, foi sempre um amigo de Montes Claros²⁴.

²² LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007, p. 208.

²³ ALVES, Geraldina. Escola Normal Mello Vianna – foi festivamente comemorado o 10º aniversário de sua fundação. *Gazeta do Norte*. nº 386, 14 de outubro de 1925, p. 01.

²⁴ LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007.

O advogado José Thomaz de Oliveira esteve à frente dos trabalhos desenvolvidos do jornal até outubro de 1929, período em que atividades foram assumidas por seus filhos. Isso porque, na opinião do montesclarenses Athanazio Lima, “o espírito combativo e a coragem de atitude foi transmitida do Dr. José Thomaz de Oliveira aos seus filhos”²⁵. Ary de Oliveira nasceu no ano de 1900 e estudou no Colégio Maia, no Rio de Janeiro, publicou numerosas poesias e ditou o hino “A milho e carvão”. Jair de Oliveira nasceu em 1902 e também estudou no Colégio Maia, no Rio de Janeiro e na Escola Normal de Montes Claros. Aos 17 anos transferiu-se para Recife onde fez cursos preparatórios no Ginásio Pernambucano e cursou a Escola Politécnica por um ano, trabalhando em diversos jornais. Fundou a *Revista Mauricea* e, em 1924 regressou a Montes Claros. Na *Gazeta do Norte*, Ary de Oliveira assumiu a função de diretor e Jair de Oliveira a de gerente²⁶. Posteriormente, Ary de Oliveira transferiu-se de Montes Claros, passando a direção do jornal para Jair de Oliveira e o cargo de gerente para Waldir de Oliveira, que deram continuidade à atividade jornalística, até a década de 1960, quando foi extinto o periódico. (VER QUADRO I na página seguinte e QUADRO III, ANEXO II, que apresentam a confluência de intelectuais na Escola Normal e nos jornais locais).

Nas concepções de Athanazio Lima, à frente da *Gazeta do Norte*, “Ary de Oliveira chefiou em Montes Claros uma das campanhas mais árduas que um espírito afeito a lutas poderia empreender. Essas campanhas ficaram celebradas no espírito público, se bem que delas adviessem luz para o povo e amargura²⁷ para eles²⁸”. Quanto à Jair de Oliveira, era “inteligente e fino”,

²⁵ LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007.

²⁶ *Gazeta do Norte*. Ano XII. nº 692, 19 de outubro de 1929 e *Gazeta do Norte*. Ano XII. nº 767, 04 de julho de 1931.

²⁷ Em relação a esse contraponto “luz para o povo” e “amargura para eles”, acreditamos que o historiador Hermes de Paula esteja referindo-se à missão educativa e formadora de opinião assumida pelo jornal, que favorecia a disseminação de conhecimentos junto aos seus leitores. Quanto à amargura, é provável que a referência esteja aliada aos embates políticos locais, ao posicionamento político da *Gazeta do Norte* como aliada da Concentração Conservadora, e à luta armada ocorrida em 06 de fevereiro de 1930, em que o vice-presidente Fernando de Mello Viana foi ferido, e em que morreram alguns montesclarenses, dentre eles Iraci de Oliveira, filha do advogado José Thomaz de Oliveira.

sendo capaz de “compreender com rara argúcia, as dificuldades do meio ambiente. O seu espírito de equilíbrio e ponderação vem-nos dando um jornal moderno, sóbrio e prestigioso”²⁹.

QUADRO I:

INTELECTUAIS MONTESCLARENSES NA GAZETA DO NORTE

Professores e Alunas da Escola Normal com publicação na <i>Gazeta do Norte</i>	Professores da Escola Normal com cargos na <i>Gazeta do Norte</i>	Dirigentes e colaboradores da <i>Gazeta do Norte</i> sem vínculo com a Escola Normal
<ul style="list-style-type: none"> .João de Andrade Câmara, normalista. .Olyntho Martins, advogado, Juiz Municipal . Herculino Pereira, Juiz municipal, advogado. . Cícero Pereira, diretor. .Maria das Mercês Prates .Honor Sarmento, advogado, promotor público, inspetor escolar .Francisco Floriano de Paula , diretor .José Raymundo Netto, diretor . Geraldina Alves, aluna. .Jenny Canella, aluna . Augusta Guimarães, aluna . Helena Santos, aluna. . Idoleta Maciel, aluna. . Maria Geralda Gomes 	<ul style="list-style-type: none"> . José Thomaz de Oliveira, advogado, diretor proprietário da <i>Gazeta do Norte</i> .Honor Sarmento, advogado . Plínio Ribeiro dos Santos, médico. . Antonio F. de Oliveira, farmacêutico . Leônidas Câmara, normalista, poeta 	<ul style="list-style-type: none"> . Antônio Teixeira de Carvalho, médico, prefeito. . Camillo Prates, professor a Escola Normal em sua 1ª fase (1879-1905), deputado . Cel. João M. Silva Maia. . Antonio T. C. de Queiroga . José da Costa Júnior . Prof. Álvaro Prates, prof. e diretor do Grupo Escolar. . João Caetano da Costa, médico . Antonio Cruz, acadêmico . J. de Lins . João Chaves, advogado e poeta. . Onofre Lafetá . Jair de Oliveira. . Ary de Oliveira.

FONTE: Jornal *Gazeta do Norte*.

Em síntese, ser intelectual em Montes Claros é exercer um ofício em condições diferenciadas, não sendo possível dedicar-se apenas à produção cultural. A sobrevivência material exigia a inserção em uma série de atividades profissionais.

²⁸ LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007, p. 208.

²⁹ *Ibidem*.

Nas primeiras décadas do século XX, Montes Claros era uma típica cidade de interior. Com uma população de 4.193 habitantes em 1913, a instalação da energia elétrica somente ocorre em 1917 e o abastecimento de água canalizada em 1938. Afastada da capital mineira por 420 Km de estradas praticamente inexistentes, o meio de transporte mais comum era o cavalo. O primeiro caminhão chega à cidade em 1920 e a estrada de ferro em 1926. Os jornais não tinham uma vida longa, abriam-se e fechavam com muita frequência. A primeira rádio comercial somente foi instalada em 1944, a ZYD-7, Rádio Sociedade Norte de Minas³⁰, 22 anos após a primeira emissão radiofônica brasileira, que ocorreu no Rio de Janeiro, nas comemorações do centenário da independência do Brasil.

Apesar da distância e das dificuldades de transporte e comunicação que separava Montes Claros da capital mineira e de outros centros urbanos, a cidade não se isolou dos movimentos de mudança que ocorriam em Minas e no país. Atribuímos esse não isolamento ao esforço e trabalho desses intelectuais, que se formavam nos grandes centros e retornavam à cidade para exercerem suas atividades profissionais, empenhando-se por seu desenvolvimento social, cultural e econômico. Mesmo com uma produção cultural limitada pelas condições sócio-históricas, esses homens letrados batalhavam por sua própria projeção e também pela projeção da cidade no cenário estadual.

Em monografia publicada em 1916, Urbino Viana, fez referência à condição intelectual dos montesclarenses, levando em conta as limitações da cidade, cuja produção cultural era ainda pequena. Em sua análise, apontou a importância cultural exercida pela extinta Escola Normal, considerando-a como um “viveiro de moços”, dos quais muitos se elevaram a “posições salientes”³¹. Em suas palavras:

Montes Claros, sem ser propriamente uma cidade de feição intelectual é, no entanto, um núcleo onde se move a inteligência com alguma largueza, garantindo a liberdade de pensamento, senão em toda sua plenitude, o bastante para desenvolver e fazer evoluir o pensamento³².

³⁰ PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007

³¹ VIANA, Urbino. Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1916, p. 100.

³² *idem*.

Nesse trabalho de pesquisa citamos nomes de alguns montesclarenses para contextualizar um lugar e dar visibilidade a essas pessoas – nem sempre lembradas ou conhecidas, muitas vezes esquecidas e relegadas ao anonimato, mas que, no cotidiano de práticas vividas, produziram história, contribuíram para a construção da cidade que hoje conhecemos. Procuramos não realizar uma análise individual das “maneiras de fazer”, mas elucidar o modo como o individual se enraizou no social e coletivo e, ao mesmo tempo, não reduzir o social ao plano das realizações individuais.

Entendemos que a relação dos indivíduos é sempre social e não deve ser isolada dessa complexa rede em que inscrevem o seu fazer cotidiano. Com De Certeau, recusamos o “atomismo social”, que durante três séculos serviu como postulado histórico para analisar a sociedade, supondo uma unidade elementar, o indivíduo, a partir do qual seriam compostos os grupos e à qual seria possível reduzi-los. (DE CERTEAU, 1999).

Com Norbert Elias (1993), entendemos que a sociedade que compomos, tal como se apresenta, não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos juntos. A sociedade só existe quando existe um grande número de pessoas e só continua a funcionar quando muitas pessoas, tomadas isoladamente, querem e fazem certas coisas, mas a estrutura e as grandes transformações históricas independem das intenções de qualquer pessoa em particular. (ELIAS, 1994).

1.2 – A GAZETA DO NORTE E A PRODUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOCIAL EM DEFESA DA ESCOLA NORMAL

Nessa seção, discutiremos o papel ativo assumido pela *Gazeta do Norte* na produção de representações que colocaram a instrução e a educação como condições para que Montes Claros conquistasse *status* de cidade evoluída e civilizada, elegendo sua Escola Normal como símbolo desse progresso. Nesse sentido, procuramos analisar o processo pelo qual diferentes representações, imagens e significações tornaram-se parte integrante do imaginário social,

sinalizando para as funções desse imaginário na construção de crenças e na mobilização das ações dos montesclarenses.

Com Chartier, entendemos que a produção de representações não é um processo neutro e desinteressado, mas marcado pelas posições e intenções daqueles que as produzem; que as percepções do mundo social não são discursos neutros, produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, legitimar um projeto reformador, justificar escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990).

Como dissemos anteriormente, apoiar a Escola Normal não era ação desinteressada, mas fazia parte de um movimento estratégico empreendido pela *Gazeta do Norte*, cuja sobrevivência como empresa jornalística dependia de sua inserção na cidade e sua aceitação pela comunidade local. Assim, a relação estabelecida entre escola e imprensa era uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que a Escola reconhecia a importância do jornal, este lhe dava suporte, apoiando suas realizações e chamando a comunidade para participar.

Afinal, a Escola Normal foi fundada em 1915 como escola livre, enfrentou dificuldade para manutenção do seu funcionamento nos primeiros dez anos de atividade, não apenas para financiar o empreendimento, mas também porque muitos montesclarenses não acreditavam na possibilidade de se manter a Escola por iniciativa particular. Esse pessimismo perseguiu a Escola desde a sua fundação. Em 1916, em solenidade de comemoração de seu 1º aniversário, Antônio Olyntho, diretor da Escola, expressa seu desconforto diante dos pessimistas e confessa: “senti-me desfalecer por muitas vezes ante a descrença de uns e o desânimo de outros”³³.

Apontando o pessimismo, os jornais destacam os enormes “esforços de um grupo de pessoas”³⁴ que, “no affan de ser útil a toda essa população, a vida de instrução e de progresso, mantém com sacrifício inaudito, uma Escola Normal”³⁵. Ao mostrar o desânimo de alguns montesclarenses, a *Gazeta do Norte* demarca uma possibilidade de atuação e confere visibilidade e legitimidade ao trabalho daqueles que acreditavam. Francisco Floriano de

³³ MARTINS, Olyntho. Escola Normal “Norte Mineira” – As festas de encerramento do anno letivo. Jornal Montes Claros. Ano I. nº 29. 23 de novembro de 1916, p. 01.

³⁴ Escola N. Mello Vianna. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 608, 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

³⁵ *Ibidem*.

Paula compreendia que essas “forças negativas”, que se prolongaram para a década de 1930, eram “necessárias para a valorização do nosso trabalho”, e não se sentia desamparado, pois percebia “a forte afirmativa da dedicação de bons companheiros e a segurança de vosso desejo de fazer brilhar neste fim de curso o fulgor de vossa inteligência”³⁶.

O desânimo e a descrença encontravam justificativa na própria trajetória da escola, bastante irregular e instável, marcada por constantes extinções e re-aberturas. Nesse sentido, o apoio da *Gazeta do Norte* foi importante para a Escola, por produzir representações positivas associadas à educação e aos benefícios advindos da alfabetização e favorecer o rompimento de resistências. Ao construir uma visão otimista e bem sucedida, capaz de impressionar a imaginação e produzir credibilidade, o jornal impulsionava ações e impedia que a descrença se generalizasse e imobilizasse os montesclarenses. Isso porque, com a atuação da Escola Normal, o resultado seria a construção de uma cidade civilizada, com “a instrução clariando os espíritos, cultivando inteligências, preparando os homens de amanhã”³⁷.

Dessa forma, a *Gazeta do Norte* marcou presença, demarcou seu espaço de atuação e definiu seu lugar de poder, sempre apoiando as iniciativas da Escola Normal, divulgando suas realizações, estimulando a adesão da comunidade.

Constatamos que os jornais montesclarenses aderiram ao formato discutido por Pallares-Burke (1989), em que os jornais, por assumirem a função de informar e formar opinião, organizavam suas publicações por duas vertentes. Na *Gazeta do Norte*, identificamos matérias de natureza cultural e de caráter noticioso. Na vertente cultural, especificamente em relação à educação e instrução, entre 1918 e 1938, identificamos 30 palestras ou conferências médicas ou pedagógicas, a maioria transcrita na íntegra ou em versão resumida (VER QUADRO IV ANEXO III); 19 matérias de cunho pedagógico, discutindo conceitos e concepções educacionais (VER QUADRO V, ANEXO IV); 138 matérias de natureza informativa ou formadora de opinião acerca do valor da escola e da educação (VER QUADRO VI, ANEXO V). Possivelmente

³⁶ PAULA, Francisco Floriano de. Pela Instrução. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p.02.

³⁷ Montes Claros progride. *Gazeta do Norte*. Ano XI. nº 673, 25 de maio de 1929, p. 01.

em função de sua periodicidade semanal, a *Gazeta do Norte* não era pressionada pela imperiosa necessidade de dar a ver os acontecimentos e mostrar-se atualizada. Daí que a notícia encontrou menor espaço. Nessa vertente encontramos 52 publicações que produziram os eventos ocorridos na Escola Normal estritamente como notícia (VER QUADRO VII, ANEXO VI).

Vale destacar que, no mesmo período, dentre as 351 matérias – lidas e por nós consideradas nessa pesquisa –, 212 foram publicadas na primeira página, 81 na segunda, 41 na terceira, 17 na quarta, 01 na quinta, 02 na sexta e na sétima, 03 na oitava. Ou seja, a maioria das publicações recebeu destaque na primeira página, sendo também considerável o número de matérias que encontraram lugar na segunda – indicando a relevância do tema “educação” para os jornais.

Na esteira de todas essas publicações foi possível perceber o aspecto noticioso, mas, sobretudo, a faceta educativa e formadora. As notícias não pretendiam meramente dar a ver os fatos, mas legitimar determinadas práticas, modelar comportamentos, formar a opinião pública e contribuir para a consolidação da Escola Normal. Ao transformar os fatos educativos em notícia percebemos o interesse do jornal em conferir visibilidade à educação e legitimar a Escola Normal como instância formadora. As honrarias e homenagens que o jornal prestou aos moradores e aos visitantes “ilustres”, igualmente dão a ver esse ideal formador, indicando um olhar de aprovação lançado sobre o civilizado, o culto, o moderno e o avançado – ideal projetado para o futuro da cidade, que também se constituiria como espaço de progresso e modernidade.

Pela perspectiva de compreensão apresentada por Chartier (2001), procuramos analisar a *Gazeta do Norte*, tomando-a como lugar da opinião pública, por ser capaz de fazer circular idéias e colocar as pessoas em comunicação. No entanto, o jornal também vinculou-se às sociabilidades, às práticas, aos comportamentos e formas concretas de viver em sociedade. E a Escola Normal fazia parte desse processo, sendo igualmente um lugar da opinião pública e uma instância guardiã da civilização.

Por esses ideais e interesses comuns, escola e jornal produzem relações de interdependência e constroem uma história em que muitos pontos se entrelaçam e dialogam com o desenvolvimento da cidade. Na 2ª fase da

Escola Normal (1915-1938), a *Gazeta do Norte* acompanhou de perto as irregularidades no funcionamento da Escola Normal. Em 1918, anunciou o encerramento dos trabalhos escolares, acatando o Decreto 5133, de 17 de dezembro/1918, que adia a época dos exames e matrículas em função de epidemia de gripe espanhola³⁸; ressaltou o encerramento de suas atividades no ano subsequente³⁹, apontou os prejuízos causados pelo seu fechamento⁴⁰; discutiu as razões que motivaram a não reabertura da escola: a sua má direção⁴¹ e o desânimo provocado pelo impedimento legal de sua equiparação com as escolas oficiais mineiras⁴²; alertou para os cuidados necessários à reorganização de seu funcionamento, evitando-se “as injustiças, preferições e favores”⁴³.

Em 1920 a *Gazeta do Norte* destacou o apelo do professor João Câmara, que solicita aos montesclarenses que “envidem todos os esforços para a manutenção da Escola Normal e para que a municipalidade consiga edificar um prédio para seus trabalhos”⁴⁴. Em 1921, anunciou a chegada do professor Matheus Alves Pereira, inspetor regional que iria organizar a escola, “que tem arrastado vida inglória desde que de sua direção foi afastado, por motivos de mudança, o Dr. Olyntho Martins”⁴⁵. Em 1923 o jornal anunciou a reabertura da extinta escola⁴⁶; divulgou os exames de admissão e a solenidade de re-início das aulas⁴⁷. Em 1924, acompanha ações para equiparação da escola às oficiais do Estado⁴⁸ e noticiou a fiscalização que visava esse intento⁴⁹. Em 1925, anunciou a “effusão de contentamento e de gratidão” dos montesclarenses pelo ato de equiparação da Escola Normal às oficiais do

³⁸ *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 26. 28 de dezembro de 1918.

³⁹ Grupo Escolar. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 31. 01 de fevereiro de 1919.

⁴⁰ SARMENTO, Honor. Cartas Semanaes. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 44, 03 de maio de 1919, p. 02.

⁴¹ Escola Normal. *Gazeta do Norte*, nº 67, Ano II, nº 18 de outubro de 1919, p. 01.

⁴² Cartas Semanaes. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 134, 29 de janeiro de 1921, p. 01.

⁴³ Escola Normal. *Gazeta do Norte*, nº 67, Ano II, nº 18 de outubro de 1919, p. 01.

⁴⁴ CÂMARA, João. Recenseamento. *Gazeta do Norte*. Ano III, nº 110, 14 de agosto de 1920, p. 02.

⁴⁵ Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 134, 29 de janeiro de 1921: 01.

⁴⁶ PEREIRA, Cícero. Escola Normal de Montes Claros. *Gazeta do Norte*, ano V, nº 245, 31 de março de 1923.

⁴⁷ *Gazeta do Norte*. Escola Normal – a solemne instalação da Escola Normal “Norte Mineira”. Ano V. nº 252, 19 de maio de 1923, p. 01.

⁴⁸ *Gazeta do Norte*. Ano VI. nº. 297, 29 de março de 1924, p. 01.

⁴⁹ *Gazeta do Norte*, Escola Normal. Ano VI, nº. 302, 03 de maio de 1924, p. 01.

Estado⁵⁰. No ano de 1926 passou a discutir a possibilidade de encampamento da escola, tornando-a uma instituição oficial⁵¹. Anunciou sua oficialização no ano de 1928⁵² e a implantação do Curso de Aplicação em 1935.

Enfim, a *Gazeta do Norte* funcionou como uma espécie de porta-voz da Escola Normal, exercendo uma função importante para sua integração ao imaginário local, como também ao processo de sua consolidação. Isso porque, na medida em que as pessoas da comunidade construía a crença na possibilidade de uma Escola Normal atuante e bem sucedida, passavam a defendê-la e lutar por ela. Por processo similar, na medida em que trabalhava pela escola, a comunidade passava a crer na possibilidade de sua existência e legitimidade. Em outras palavras, conforme Chartier (1990), as representações geram práticas e as práticas geram representações. Conforme Baczko (1985), a faculdade humana de produzir sonhos, ilusões e símbolos é uma condição para a ação dos sujeitos.

Baczko (1985) compreende que a produção de um conjunto de representações acerca do mundo social, ou seja, a produção de um imaginário social constitui-se como móvel da história, uma vez que os sujeitos sociais imaginam percursos para si próprios e essa imaginação apresenta funções reais, por ser capaz de produzir ações.

Por essa visão, procuramos compreender a operação empreendida por intelectuais ligados à *Gazeta do Norte*, visando integrar a Escola Normal ao imaginário social, por meio da produção de imagens e símbolos que acenavam para um futuro de progresso para Montes Claros e atrelavam esse progresso à educação da população. Se a produção de representações é uma operação realizada por pessoas individuais inseridas em um universo de relações sociais, podemos afirmar que o professor João de Andrade Câmara, e os demais montesclarenses que fundaram a Escola Normal em 1915, ao empreenderem suas ações, vislumbravam o social. Por isso a *Gazeta do Norte* insistia em divulgar a fundação e manutenção da Escola como ação altruística. Mesmo possuindo interesses pessoais (salário, *status* de professor, educação

⁵⁰ E. N. "Mello Vianna – a sua equiparação às officiaes do Estado. *Gazeta do Norte*, nº. 340. 24 de janeiro de 1925, p. 01.

⁵¹ Escolas Regionais. *Gazeta do Norte*. Ano VIII. nº 419, 06 de fevereiro de 1926, p. 01.

⁵² Escola Normal M. Vianna. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 608, 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

dos filhos), as representações que a *Gazeta do Norte* construiu em torno desses intelectuais revelam a face de pessoas devotadas a Montes Claros e à causa da educação, que realizavam uma atividade desinteressada, voltada para os interesses coletivos.

Por uma dupla construção simbólica – a de Montes Claros como cidade moderna e a da Escola Normal como alavanca dessa modernidade –, os intelectuais montesclarenses produziram representações de civilização e progresso, projetando uma imagem de futuro que impulsionava ações e pretendia mobilizar a comunidade. Com Baczko, compreendemos essa estratégia, ao considerar que “os imaginários operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro” (BACZKO, 1985, p. 312).

Na compreensão de Baczko, um imaginário é capaz de produzir ações, modelar comportamentos, mobilizar energias e legitimar as ações dos sujeitos. Isso porque, é difícil separar os agentes e seus atos das imagens que têm de si próprios e dos inimigos. Ou seja, através dos imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si, estabelece a distribuição de papéis e posições sociais, constrói uma espécie de código do “bom comportamento” e instala modelos formadores. (BACZKO, 1985)

Em Montes Claros, pareceu-nos difícil isolar os sujeitos e suas ações das representações que produziram. Por um lado, imagens de um futuro de progresso e desenvolvimento, que tinham por símbolo a instrução e a educação, tornavam a Escola Normal uma necessidade. Por outro lado, imagens que atribuíam um valor para a Escola Normal, reiteravam o sucesso da antiga escola extinta em 1905, condenavam a iniquidade da medida que a extinguiu e afirmavam a necessidade de se voltar a atenção para a escola normal que renascia.

Esse modo de organização do imaginário social e de produção das representações era orientado pela *Gazeta do Norte*, que reiterava a necessidade de “desanalfabetizar” a população, colocava a Escola Normal como um dos pilares dessa missão e impulsionava as ações. Na distribuição dos papéis sociais, como professores, fundadores da escola e colaboradores

do jornal, coube aos intelectuais a função de dirigir os destinos do povo – disseminando conhecimentos, formando novos professores, construindo a base para o futuro de Montes Claros.

Em relação à Escola Normal, os discursos eram orientados por uma dupla perspectiva de argumentação, visando formar a opinião dos leitores do jornal e obter a adesão da população acerca das idéias que colocava em circulação. De um lado, reportavam-se à extinta escola, conferindo-lhe destaque e distinção e lembrando os prejuízos provocados por seu fechamento em 1905. Por outro, colocavam foco no presente, destacavam o relevante papel da escola para a formação intelectual da mocidade, enalteciam a competência e brilhantismo de seu diretor, o trabalho dedicado e abnegado de seus professores, o esforço e disciplina de seus alunos, o altruísmo de um grupo de pessoas que fundaram a escola e lutavam por sua manutenção.

A *Gazeta do Norte* ainda produziu representações acerca da população montesclareense, cuja imagem era a de pessoas fortes e trabalhadoras. Nesse sentido, o apoio à Escola era sempre solicitado com base na idéia de que o montesclareense não se acomodava à espera dos governos; que as pessoas exerciam uma atividade independente e, dentro de suas possibilidades, agiam pela coletividade e pelo progresso da cidade.

Por colocar a Escola Normal como um empreendimento coletivo e de interesse de todos, o destaque conferido aos intelectuais e o apelo endereçado à comunidade eram sempre reiterados. Ao discutir a reabertura da Escola, em 1923, a *Gazeta do Norte* “aplaudindo a ideia” dessa reorganização, destaca não ser “demais todos os esforços que nesse sentido se fizerem”⁵³, pois “Montes Claros ressentia-se da falta de um estabelecimento de instrução dessa natureza.”⁵⁴

E o jornal também fez apelo aos montesclareenses: “são todos chamados a cooperar na grande obra da Educação”. E os argumentos para o apelo inscreviam-se na própria natureza da ação, pois “nenhuma outra [obra] se avantajava em valor e méritos” e “nenhum patriota de verdade que se interesse vivamente pela elevação do nível intelectual, moral e cívico do Norte de Minas,

⁵³ Escola Normal de Montes Claros. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 245. 31 de março de 1923, p. 01.

⁵⁴ Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 249. 21 de abril de 1923, p. 01.

poderá recusar-lhe o concurso de sua bôa vontade e eficiente apoio”⁵⁵. E mais, o jornal considerava que todos deveriam auxiliar o diretor Cícero Pereira, “afim de que possa essa Escola realizar uma de nossas aspirações – distribuir o ensino secundário a dezenas de patrícios, anciosos por instrucção”⁵⁶

Ao dar publicidade à solenidade de reinstalação da escola, a *Gazeta do Norte* considerava que o fato era um atestado da estima dos montesclarenses pelo empreendimento, “levado a effeito por um núcleo de pessoas interessadas em dotar nossa cidade de um estabelecimento dessa natureza, cuja necessidade todos são unânimes em proclamar”⁵⁷. Ao tecer comentários acerca da solenidade de re-instalação da Escola Normal a *Gazeta do Norte* destacou o apoio da elite local, em que “numerosa e selecta assistência enchia litteralmente todos os ângulos do vasto salão”⁵⁸.

Ao discutir o encampamento da Escola Normal pelo Estado, a *Gazeta do Norte* aplaudiu o governo, não apenas por tornar a escola oficial, sobretudo por utilizar-se de “critério justo e bem orientado”, “galardeando o esforço e desinteresse, daquelles que em outras épocas, com sacrifícios, tomaram a si a tarefa, nobre e altruística de ministrar a instrucção a nossos jovens conterrâneos”⁵⁹.

O discurso da *Gazeta do Norte* dirigido às famílias visava obter adesão à causa educacional, constituindo-se como chamamento para matrícula: “mandae pressurosos os vossos filhinhos banharem-se na luz divina que jorra do Sol da Educação”⁶⁰. Ao convidar as famílias para participarem da *Associação de Pais e Professores*, o jornal considerava que, “para esse desideratum é mister apenas que aquelles que se alistarem nessa cruzada, sejam convictos e dispostos a auxiliar a idéa de fecundos resultados para Montes Claros”⁶¹. Contudo, para as famílias que se omitiam em relação à educação de seus filhos, o discurso era de cobrança: “que se obriguem os

⁵⁵ Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 248. 28 de abril de 1923, p. 01.

⁵⁶ Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 249. 21 de abril de 1923, p. 01.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Escola Normal de Montes Claros. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 610. 05 de maio de 1928, p. 01.

⁶⁰ PEREIRA, Cícero. A Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 248. 21 de abril de 1923, p. 01.

⁶¹ Uma bella iniciativa. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 254. 02 de junho de 1923, p. 01.

paes ignorantes dos seus deveres, a cumpril-os e teremos para o futuro a remodelação da nossa sociedade”⁶².

A reiteração dos discursos visava reforçar uma imagem, imprimir um desejo, produzir a adesão, fazer crer no potencial da instrução e na necessidade da Escola Normal. Conforme o professor Plínio Ribeiro, em discurso proferido em 1934, a Escola Normal “tem feito infinitamente mais pelo desenvolvimento econômico, material, moral e intelectual deste município e mesmo de todos os demais municípios deste setentrião mineiro, que todos os governos passados”⁶³.

Por esse movimento estratégico, a imaginação social, construída em torno da Escola Normal, era alimentada e orientada nos momentos em que se fazia necessária a legitimação da instituição. Isso porque a *Gazeta do Norte*, pretendia veicular idéias e crenças, modelar comportamentos, produzir modificações e obter a adesão da comunidade ao projeto transformador que ela havia adotado para si. Conforme Nascimento (1989), a força da opinião não provém dos intelectuais que a produzem, mas de sua aceitação e assimilação pelo público. Por essa compreensão, quando um intelectual consegue fazer com que suas idéias sejam partilhadas pelo povo, ele consegue resposta ao seu apelo e não estará mais sozinho. (NASCIMENTO, 1989). Ou seja, a produção de um imaginário somente faria sentido se as representações encontrassem ressonância junto ao povo, se as idéias e imagens disseminadas pelos intelectuais se integrassem ao conhecimento e às crenças de cada um e provocassem mudanças em sua maneira de pensar e sentir, servindo como orientadores de suas ações.

Ainda visando obter a adesão da comunidade, nos discursos dos intelectuais ligados à *Gazeta do Norte*, a Escola Normal passou a se constituir como um direito dos montesclarenses – “direito usurpado”⁶⁴, que precisava ser restabelecido, como forma de também re-estabelecer uma história de progresso que havia sido interrompida em 1905. Por essa lógica, a equiparação da escola em 1925 foi compreendida como a conversão de desejo

⁶² ALTES.A Instrução. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 33. 15 de fevereiro de 1919, p. 01.

⁶³ RIBEIRO, Plínio. Discurso pronunciado pelo ilustrado clínico dr. Plínio Ribeiro. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 910, 21 de abril de 1934, p. 02.

⁶⁴ MORAES, Jazon de. Escola Normal Regional Norte. *Gazeta do Norte*. Ano IX, nº 547, 06 de julho de 1927, p. 01.

em realidade, como “a grande, a legítima aspiração dos montesclarenses”⁶⁵. Pela mesma lógica, em 1928, o seu encampamento pelo governo mineiro era mais do que um desejo, constituía-se como “um velho e justo objectivo”, a “reparação de uma injustiça”⁶⁶, a restauração de “direitos postergados há muitos annos com graves danos”⁶⁷. Era, portanto, um dever do Estado.

Assim, o discurso do direito usurpado e da injustiça cometida contra Montes Claros era tão marcante que, aos poucos, a *Gazeta do Norte* produziu laços de continuidade entre a antiga e a nova escola, que passaram a ser consideradas como uma única escola. “Ela tem passado, tradição, alma, vida”⁶⁸; “hoje official, hontem simplesmente equiparada e antes Escola Livre, cujas raízes remotas se prendem à antiga Escola Normal de Montes Claros”⁶⁹.

Por essa produção de laços de continuidade da antiga com a nova Escola Normal, as histórias se cruzaram e se completaram. Em diferentes momentos, mas, sobretudo, nos de reivindicação, esse imaginário foi alimentado, fazendo crer, não apenas no sucesso de outrora, mas também no sucesso das ações no presente e nas promessas para o futuro.

Em 1918, ao apresentar Montes Claros como cidade merecedora de uma escola normal oficial, em suas *Cartas Semanaes*, Honor Sarmiento destacou a “reputação inesquecível” e o “magnífico prédio em que já funcionou a antiga Escola Normal”⁷⁰. Em 1923, em solenidade de reabertura da Escola Normal, o seu diretor, Cícero Pereira, numa referência saudosista à extinta escola, afirma: “são os bons e antigos tempos que se approximam, que voltam. É a renascença áurea dos magníficos tempos de animação, luz e vida. É a belleza da estação floral que retorna”⁷¹. Ainda em 1923, ao queixar-se da falta de investimentos públicos na área educacional, o diretor confirmava: “até hoje, [Montes Claros] vive, nesse particular, do conceito e dos resultados da

⁶⁵ Editorial. *Gazeta do Norte*. Ano VII. nº 340. 24 de janeiro de 1925, p. 01.

⁶⁶ Escola Normal M. Vianna. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 608, 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

⁶⁷ MORAES, Jazon de. Escola Normal Regional Norte. *Gazeta do Norte*. Ano IX, nº 547, 06 de julho de 1927, p. 01.

⁶⁸ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrucção. Normalistas de 1934. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 946, 05 de janeiro de 1935, p.02.

⁶⁹ RIBEIRO, Plínio. Discurso pronunciado pelo illustrado clinico dr. Plínio Ribeiro. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 910, 21 de abril de 1934, p. 02.

⁷⁰ SARMENTO, Honor. *Cartas Semanaes*. *Gazeta do Norte*, Ano I. nº 10. 07 de setembro de 1918, p. 03.

⁷¹ PEREIRA, Cícero. A Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 248, 21 de abril de 1923, p. 01.

correção com que se houveram os que dirigiram sua Escola Normal, reputada em todo o Estado”⁷².

Em 1927, ao reivindicar a oficialização, a *Gazeta do Norte* conferiu destaque à extinta escola. Retomando discurso do deputado Alberto Alvares, pronunciado na Assembléia Mineira em 1911, o professor João de Andrade Câmara lembrou que a extinta escola normal foi “sempre considerada como um dos mais importantes estabelecimentos officiaes de educação profissional”, com “assignalados serviços” prestados à causa do ensino, em cujos anais ficaram registradas “as tradições mais honrosas”⁷³. Já o Inspetor Regional, Jazon de Moraes, fala de sua extinção e destaca os “desastrosos efeitos da medida iníqua”, que pegou de surpresa a todos e restringiu as aspirações educativas das famílias “desprovidas de fortuna”⁷⁴.

Em 1928, a imagem da escola, “reputada das melhores do Estado”⁷⁵, foi retomada para reafirmar a legitimidade do encampamento de “nossa escola normal” pelo Estado de Minas. Com a oficialização nascia a certeza de que a Montes Claros voltaria a possuir uma escola com a “fama justa de ser uma das melhores do Estado, como em outros tempos”⁷⁶. Ou seja, no imaginário da cidade e nos projetos de futuro, a Escola Normal significava o moderno, o novo, o progresso. Contudo, o par antigo/moderno se amalgamava e o antigo era tomado de forma positiva, como prática bem-sucedida, como experiência que conferia base para novos empreendimentos.

Le Goff (2003) afirma que, apesar da disputa entre o novo e o velho, no Ocidente, os dois conceitos nem sempre se opuseram um ao outro e qualquer dos termos pode ser acompanhado de conotações laudatárias, pejorativas ou neutras. O antagonismo antigo/moderno no contexto ocidental situa-se fundamentalmente no nível cultural, em que os “antigos” defendem a tradição, enquanto os “modernos” se pronunciam pela inovação. “Novo” implica a idéia de nascimento, de começo, de recém-aparecido. No entanto, “antigo” não era

⁷² Caixas Escolares. *Gazeta do Norte*, Ano VI. nº 274, 20 de outubro de 1923.

⁷³ CAMARA, João. *apud* ÁLVARES, Alberto (1911). Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 562. 27 de agosto de 1927, p.01.

⁷⁴ MORAES, Jazon. Pela Instrução. Escola Normal “Mello Vianna”. *Gazeta do Norte*. Ano IX, nº 547, 06 de julho de 1927, p. 01

⁷⁵ Escola Normal M. Vianna. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 608, 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

⁷⁶ Escola Normal de Montes Claros. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 610. 10 de março de 1928, p. 01.

compreendido em termos negativos, uma vez que nas sociedades arcaicas os velhos estavam ligados à sabedoria e à experiência. (LE GOFF, 2003: 175).

Enfim, por um movimento estratégico e de mútuos interesses a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal estabeleceram uma interessante parceria, que contribuiu para legitimar o jornal como empresa jornalística interessada no progresso de Montes Claros e favoreceu a consolidação da Escola como instituição educadora da mocidade e formadora de professores para a cidade e a região Norte Mineira.

1.3 – IMAGENS E SÍMBOLOS QUE PRODUZEM O SUCESSO DA ESCOLA NORMAL

Se a influência dos imaginários sobre as mentalidades depende dos meios que asseguram a sua difusão, no contexto montesclareense, em que outros jornais já haviam sido instalados e desativados, a *Gazeta do Norte*, com publicações regulares de 1918 até a década de 1960, ocupou um lugar diferenciado. Por ter sido o primeiro periódico a consolidar-se no ramo jornalístico, por um longo período produziu representações e possibilitou sua circulação.

Apesar de estar limitada por sua periodicidade semanal, a *Gazeta do Norte* tinha circulação em toda a região Norte Mineira, sendo esse um dado importante na leitura da realidade local. Conforme Baczko (1985), a passagem da cultura oral para a escrita e a implantação duradoura dos meios de comunicação de massa, marcaram rupturas significativas na circulação das informações, por garantirem que um único emissor tivesse a possibilidade de atingir simultaneamente uma ambiência enorme. (BACZKO, 1985).

Na *Gazeta do Norte*, as imagens que associavam a Escola Normal à “elevação cultural da mocidade” e ao progresso da cidade eram reiteradas em momentos estratégicos, sendo mesmo possível que a força dessas imagens tenha sido maior do que a real notoriedade e distinção conquistadas pela escola.

Em nossa análise não temos a intenção de colocar em questão essa distinção da escola, mas demonstrar que a retomada dessa imagem bem-

sucedida fez parte de um movimento estratégico utilizado pela *Gazeta do Norte*. Inicialmente, essas imagens e símbolos de sucesso, associados à antiga e à nova Escola Normal, visavam à sua manutenção, quebrando as resistências e a descrença daqueles que não acreditavam no empreendimento. Posteriormente, com a sua equiparação em 1925 e sua oficialização em 1928, a presença constante da Escola no jornal visava consolidar sua credibilidade e produzir consensos acerca da sua eficiência e importância para Montes Claros. Nesse sentido, a Escola passa a ser identificada como “a nossa escola normal”, a “nossa principal casa de instrução”⁷⁷, o “nosso principal estabelecimento de instrução”⁷⁸.

Para Baczko, o dispositivo imaginário é capaz de suscitar a adesão a um sistema de valores e intervir nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando comportamento e induzindo a ação. Isso porque “o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira” (BACZKO, 1985, p. 311).

Nesse sentido, ao produzir a Escola Normal como a “a nossa escola” a *Gazeta do Norte* induziu o reconhecimento da instituição como algo que pertencia à comunidade, como patrimônio da cidade. Ao dar visibilidade aos eventos realizados pela Escola Normal, a *Gazeta do Norte* produzia imagens sempre positivas, eficientes, qualificadas. As festas grandiosas, como as solenidades de formatura, as homenagens e celebrações cívicas eram divulgadas com a função de impressionar a imaginação e dar a ver a importância da Escola Normal. Esses eventos eram verdadeiras peças de encenação, que ressaltavam o valor da Escola e procuravam demarcar o papel da educação e da instrução na instauração da modernidade. Essa grandiosidade foi reiterada pelos Termos de Visita e de Inspeção Técnica, e a sua divulgação pela imprensa servia de propaganda e cumpria um papel de consolidação do sistema de representações.

⁷⁷ Pela instrução – Escola Normal Oficial. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 893, 16 de dezembro de 1933, p. 02.

⁷⁸ Pela instrução – Escola Normal Oficial. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 905, 17 de março de 1934, p. 02.

Independentemente do sucesso da Escola Normal ter sido real, ou fabricado pela imprensa, a força da palavra e a eloqüência dos discursos fixaram imagens de sucesso, que permaneceram no imaginário social de sucessivas gerações que freqüentaram a escola.

Ao falar da Escola Normal, a *Gazeta do Norte* produziu uma simbologia que a compreendia como: “grande foco de luz que se accende, mais um santuário que se abre”⁷⁹, “pharol da nobre gente nortista”⁸⁰, “atalaia da ciência”⁸¹, “arvore bem-fazeja e bemdita da Educação popular”⁸². E mais, a escola tinha um “brilhante grau de destaque”⁸³, era um “fecundo centro de instrucção e trabalho”⁸⁴, um “ninho de trabalho e dynamismo”, uma “casa de ensino e carinho”⁸⁵, que apresentava a “maxima ordem e methodo, não só quanto ao ensino, que obedece integralmente às mais modernas leis da pedagogia”⁸⁶. A Escola podia ser considerada como “modelo de direcção, pedindo meças as melhores do Estado”⁸⁷, como lugar que emanava “raios nitentes”, “pejados de luz Divina”⁸⁸ e que os alunos freqüentavam para poderem “beber as luzes da instrucção e se preparar para serem os educadores do futuro”⁸⁹

Nas representações produzidas, “a Escola Normal de Montes Claros é hoje, no sertão mineiro, um esplendente símbolo das mais altas virtudes do espírito humano”⁹⁰, “representa a soma enorme de esforços que, atraves de 25 anos um povo desenvolveu”⁹¹, é “o coroamento natural do zelo da cidade em

⁷⁹ PEREIRA, Cícero. A escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 248. 21 de abril de 1923, p. 01.

⁸⁰ MELLO, Conceição Freitas Rocha. Embaixada acadêmica que nos visita. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 922, 21 de julho de 1934, p. 02.

⁸¹ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrucção. *Normalistas de 1934*. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 946, 05 de janeiro de 1935, p. 02.

⁸² Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 248. 21 de abril de 1923, p. 01.

⁸³ Dr. Floriano de Paula *Gazeta do Norte*. Ano XV, nº 870, 08 de julho de 1933, p. 02.

⁸⁴ A Escola Nova. *Gazeta do Norte*. Ano XV, nº 868, 24 de junho de 1933, p. 01.

⁸⁵ CARVALHO, Arnaldo de. A instrucção no Norte de Minas. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

⁸⁶ Pela Instrucção – Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano XIII. nº 754, 04 de abril de 1931, p. 01.

⁸⁷ Commentarios. *Gazeta do Norte*. Ano XV, nº 871, 15 de julho de 1933, p. 02.

⁸⁸ MELLO, Conceição Freitas Rocha. Embaixada acadêmica que nos visita. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 922, 21 de julho de 1934, p. 02.

⁸⁹ E. N. “Mello Vianna – a sua equiparação às officiaes do Estado. *Gazeta do Norte*, no. 340, 24 de janeiro de 1925, p. 01.

⁹⁰ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrucção. *Normalistas de 1934*. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 946, 05 de janeiro de 1935, p. 02.

⁹¹ *Ibidem*.

conservar por tantos annos o patrimônio cultural que tanto a dignifica e enriquece”⁹². Por seu trabalho, a Escola constituiu-se como “viveiro irradiador de instrução e sociabilidade”⁹³, capaz de “divulgar o que há de mais útil e interessante na moderna ciência de educar”⁹⁴, porque “se harmoniza com a grande organização educacional do Universo”⁹⁵. “Se abrimos os sentidos e ao misterioso mundo das vibrações espirituais poderemos ouvir, naquele vetusto casarão, a sinfonia do trabalho e do amor”⁹⁶, perceber o “ambiente de harmonia e de ordem, de boa vontade e ajuda-mutua”⁹⁷, “ambiente de trabalho, alegria e cooperação”⁹⁸, sentir a “sombra protectora deste velho tecto acolhedor e amigo”⁹⁹.

Em relação às instalações físicas, as descrições eram feitas em termos um pouco mais modestos. A escola estava “installada em predio antigo, porém amplo, confortavel e com todos os requisitos de hygiene”¹⁰⁰, “prédio vasto, dos melhores da cidade”¹⁰¹. (Ver Fig. II)

Por essa mesma lógica, a cidade era compreendida como lugar evoluído, e o desejo manifesto pela *Gazeta do Norte* era que “a nossa querida Montes Claros continue a gozar com vantagem, da justa fama de cidade culta, grande, à altura da grandeza do seu Estado”¹⁰². Como “cidade dynamo, Montes Claros é synonymo de trabalho, de esforço e persistência”¹⁰³. E “o ensino em Montes Claros como em todo o Estado de Minas, está num plano muito elevado em confronto com alguns Estados brasileiros que se dizem

⁹² PAULA, Francisco Floriano de. Pela Instrução. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

⁹³ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

⁹⁴ Pela Instrução – Escola Normal Official. *Gazeta do Norte*. Anno XVII. nº 975, 03 de agosto de 1935, p. 01.

⁹⁵ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Normalistas de 1934. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 946, 05 de janeiro de 1935, p. 02.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

⁹⁹ PAULA, Francisco Floriano de. Pela Instrução. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

¹⁰⁰ Pela Instrução – Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano XIII. nº 754, 04 de abril de 1931, p. 01.

¹⁰¹ Escola N. Mello Vianna. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 608, 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

¹⁰² Editorial. *Gazeta do Norte*. Ano VII. nº 340. 24 de janeiro de 1925, p. 01.

¹⁰³ MELLO, Conceição Freitas Rocha. Embaixada acadêmica que nos visita. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 922, 21 de julho de 1934, p.02.

adeantados na sua instrução”¹⁰⁴, porque “Montes Claros em educação como em outros problemas tem tomado sempre um rumo novo e profícuo”¹⁰⁵.



FIGURA 2: Escola Normal de Montes Claros (s/d)
Fonte: <http://www.montesclaros.com>

Esse “rumo novo e profícuo” era produzido pela ação de todos aqueles que faziam o dia-a-dia da escola: professores, alunos e direção. Para a *Gazeta do Norte*, a Escola Normal contava com o privilégio de possuir um “corpo docente escolhido e capaz, onde se preparam as obreiras para a educação d’amanhã”¹⁰⁶. Dessa forma, eram bastante generosos os adjetivos que qualificavam e descreviam o corpo docente, que “além de culto é de uma grande capacidade de organização e trabalho, para maior eficiência do desdobramento cultural da escola”¹⁰⁷, “fazendo desta casa não um recinto de

¹⁰⁴ O Operário. Ano III. nº 105, 1932: 01 – Transcrito da Revista Minas Econômica.

¹⁰⁵ MELLO, Conceição Freitas Rocha. Embaixada acadêmica que nos visita. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 922, 21 de julho de 1934, p. 02.

¹⁰⁶ Montes Claros progride. *Gazeta do Norte*. Ano XI. nº 673, 25 de maio de 1929, p. 01.

¹⁰⁷ O Operário. Ano III. nº 105, 1932: 01 – Transcrito da Revista Minas Econômica.

tédio, mas, tão somente, um núcleo de sociabilidade para a mocidade montesclareense¹⁰⁸. Os professores eram compreendidos como pessoas que “se esforçam no sentido de que ella [a escola] corresponda plenamente às necessidades da vasta zona que beneficia”¹⁰⁹. “Graças à sua elevada cultura e incontestável devotamento”¹¹⁰, e também à sua “acção eficiente” e os “modernos processos de ensinar”¹¹¹, na Escola Normal, a “actividade didáctica se vem desenvolvendo no sentido de encaminhar a mocidade ao estudo meditado dos melhores autores e cientistas”¹¹².

No mesmo sentido que exaltava a eficiência profissional e as qualidades pessoais, na *Gazeta do Norte*, as palavras que qualificavam os diretores da Escola eram bastante generosas. O professor Luiz Gonzaga Júnior era o “digno e illustre director”¹¹³, “de visão tão clara e percepção tão fácil que sabia transformar, com rapidez, em razão criteriosa as emoções de um povo simples”¹¹⁴. O professor Almir de Souza era “um verdadeiro orientador e amigo – simples e enérgico, bondoso e competente”¹¹⁵, “exerceu o cargo de diretor com competência e critério”¹¹⁶, já o professor Plínio Ribeiro dos Santos era um “esforçado director”¹¹⁷.

O jornal não poupou elogios ao trabalho e à pessoa de Francisco Floriano de Paula, “revelado sobejamente digno do encargo que lhe foi confiado pelo governo. Espírito culto e reformador, profundo conhecedor dos modernos methods pedagógicos, vem imprimindo àquele estabelecimento um

¹⁰⁸ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

¹⁰⁹ Pela Instrução – Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano XIII. nº 754, 04 de abril de 1931, p. 01.

¹¹⁰ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. *Normalistas de 1934*. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 946, 05 de janeiro de 1935, p. 02.

¹¹¹ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

¹¹² RAYMUNDO NETTO, José. *Escola Normal Oficial*. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 972, 13 de julho de 1935, p. 01.

¹¹³ Pela Instrução - *Escola Normal Oficial*. *Gazeta do Norte*. Ano XI. nº 642, 20 de outubro de 1928, p. 01.

¹¹⁴ PIMENTA, Lucy. Pela Instrução - *Escola Normal*. *Gazeta do Norte*. Ano XI. nº 665, 30 de março de 1929, p.01.

¹¹⁵ Pela Instrução - *Escola Normal Oficial*. *Gazeta do Norte*. Ano XI. nº 674, 01 de junho de 1929, p. 01.

¹¹⁶ Pela Instrução - *Escola Normal*. *Gazeta do Norte*. Ano XI. nº 663, 16 de março de 1929, p. 01.

¹¹⁷ Pela instrução – *Escola Normal Oficial*. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 893, 16 de dezembro de 1935, p. 02.

cunho excepcional de organização e disciplina”¹¹⁸. Em curto lapso de tempo soube “conquistar a estima e *sympatia* da sociedade montesclarenses”¹¹⁹, “*alliando* a esses dotes de espírito, raros predicados de coração e de carácter”, além de ser “um espírito altamente competente e realizador”¹²⁰. Dessa forma, em 1933, a sua transferência para o cargo de vice-reitor do Ginásio Mineiro, mesmo compreendida como perda para Montes Claros, foi reconhecida como “um justo premio ao esforço, dedicação e operosidade com que o dr. Floriano de Paula”¹²¹ exercia suas atividades profissionais.

O seu sucessor, José Raymundo Netto, era “*illustre educador*”¹²², “cultor das letras”, “moço de sólida cultura e aprimorados dotes intellectuaes, revelando-se um perfeito educador e um profundo conhecedor dos modernos *methodos de ensino*”¹²³. Era “*peessoa de visão*”¹²⁴, dispunha de “energia, operosidade e reconhecida capacidade de trabalho”¹²⁵, era o “regente desta orchestra maviosa afinada na diapasão da ordem, no *rythmo* da disciplina, na cadência do *methodo* e sobretudo na melodia excelsa da instrução sociabilizada”. E mais, era a “*garantia plena e absoluta da victoria intellectual da exuberante juventude de Montes Claros*”¹²⁶.

Ao corpo discente também foram apresentados elogios. Os alunos obtinham diplomas como “*resultado de seus esforços*”¹²⁷ e “*serão amanhã os homens de vossa terra*”¹²⁸. As alunas do curso normal foram descritas como: “*dynamicas, confiantes e cheias de entusiasmo, em doce convivio de*

¹¹⁸ Dr. Floriano de Paula. Gazeta do Norte. Ano XIV. nº 776, 05 de setembro de 1931, p. 01

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ Dr. Floriano de Paula Gazeta do Norte. Ano XV, nº 870, 08 de julho de 1933, p. 02.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Pela instrução – Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 893, 16 de dezembro de 1933, p. 02.

¹²³ Pela instrução – Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 905, 17 de março de 1934, p. 02.

¹²⁴ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

¹²⁵ Pela instrução – Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 905, 17 de março de 1934, p. 02.

¹²⁶ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

¹²⁷ Escola N. Mello Vianna. Gazeta do Norte. Ano X. nº 608, 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

¹²⁸ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p. 04.

socialização e sociabilidade!...”¹²⁹. Ao falar do reinício das aulas a *Gazeta do Norte* destaca ser “motivo de real prazer ver-se a mocidade, pressurosa, dirigir-se à Escola, logo pela manhã, em busca de pão espiritual”¹³⁰

Enfim, a *Gazeta do Norte* produziu e colocou em circulação um conjunto de imagens altamente positivas acerca de Escola Normal. Entendendo com Baczko (1985) que um sistema de representações traduz e legitima a ordem do grupo social que o produziu, consideramos que, essas representações visavam obter a adesão da comunidade, legitimando a Escola Normal como escola secundária para educação da mocidade e formação de professores. Ainda tomando Baczko (1985) como referência, ao afirmar que qualquer sociedade, ao produzir um sistema simbólico também instala seus “guardiões”, consideramos que, em Montes Claros, os intelectuais ligados à Escola Normal e à *Gazeta do Norte* eram esses guardiões.

Para Baczko, raramente os percursos imaginados se cumprem, porque as previsões têm limites e deficiências. Contudo, o desfasamento entre a imaginação e as ações efetivamente realizadas pelos sujeitos sociais não anula as funções reais desses percursos imaginados, apenas as coloca em realce. Isso porque, em qualquer conflito social grave, “as imagens exaltantes e magnificentes” dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada parecem ser condição de possibilidade da própria ação. (BACZKO, 1985).

Raciocínio semelhante pode ser identificado em Chartier (1990, 2002), ao discutir a pertinência operatória de se tomar o conceito de representação para tratar de objetos culturais. Para o autor, a distinção entre representação e representado pode ser pervertida pelas formas de teatralização da vida social, pela produção de mecanismos que tenham em vista fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação; isto é, que a coisa somente exista no signo que a exhibe. E esse é um tipo de funcionamento que leva a crer que a aparência vale pelo real, pois a relação de representação é deturpada. Confundida pela ação da imaginação a representação, transforma-se em instrumento de poder e violência. Fazendo

¹²⁹ CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935, p.04.

¹³⁰ PEREIRA, Cícero. Escola Normal. Liga de Paes e Professores. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 253. 26 de maio de 1923, p. 02.

tomar o logro pela verdade uma sociedade pode ostentar signos visíveis como provas de uma realidade que não o é. (CHARTIER, 1990).

Afinal, “é nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua ‘verdade’, bem como o lugar que lhe cabe na ‘lógica da história’”. (BACZKO, 1985, p. 303 – ênfases do autor). Ou seja, no processo de produção de representações, indivíduos ou grupos sociais podem produzir uma “aparência” capaz de impressionar a imaginação, de conferir legitimidade a determinados processos dados a ver, de fazer crer nos signos ostentados. Essas representações podem não ser a realidade, mas aquilo que os seus produtores pensam que é o real ou aquilo que gostariam que fosse.

Esse modo de compreensão nos leva a pensar que as práticas “reais” desenvolvidas pela Escola Normal podem não corresponder à imagem de sucesso propalada pela *Gazeta do Norte*. Os discursos jornalísticos podem ter construído uma aparência, em que a imagem de sucesso produzida tinha valor de realidade e visava impressionar e produzir a adesão da comunidade. Por concordarmos com Baczko (1985), que a imaginação é uma faculdade, em cujo lume as paixões se acendem e para a qual se dirige a linguagem dos símbolos, consideramos natural que a *Gazeta do Norte* tenha trabalhado nesse campo, e que tenha produzido/disseminado imagens grandiosas da realidade. E se o princípio que impulsiona as ações é o coração e os desejos do homem, também consideramos natural que o jornal tenha projetado um futuro de sucesso como forma de mobilizar as ações dos intelectuais e da comunidade local.

A *Gazeta do Norte* trabalhou para fazer crer na Escola Normal como uma instituição importante e bem-sucedida; fundada por montesclarenses altruístas e desinteressados; dirigida e mantida por professores cultos, abnegados e laboriosos; freqüentada por alunos dinâmicos e esforçados. Visando atingir esse objetivo, entendemos a publicação de Termos de Visita e de Inspeção Técnica como estratégias utilizadas pelo jornal, por tornar públicos os julgamentos emitidos por pessoas socialmente legitimadas. E o peso dessas publicações estava localizado nos indivíduos que os emitiram. Mais do que “visitantes ilustres”, os fiscais, inspetores e assistentes técnicos representavam a autoridade instituída.

Dessa forma, a *Gazeta do Norte* deu publicidade ao fato de que, em 1931, o Assistente Técnico do Ensino, Otilio Gonçalves, permaneceu na Escola Normal de 28 de novembro a 12 de dezembro, constatou a necessidade de urgentes reparos no prédio, mas confirmou e aprovou o trabalho eficiente nele desenvolvido. Em relação às alunas do 3º ano do Curso Normal, afirmou que “essa turma de diplomadas, está apta para a prática profissional e integrada nas idéias e conceitos da moderna pedagogia”¹³¹.

Em 1932, entre 03 a 21 de novembro, o Assistente Técnico do Ensino, Jazon de Moraes, visitou a Escola “em missão especial do Governo do Estado”, avaliando a qualidade do trabalho desenvolvido, sob a direção de Francisco Floriano de Paula. Em suas palavras:

A vinda deste conhecido educador imprimiu feição nova e eficiente ao ensino na Escola Normal desta cidade, que desfruta hoje de grande conceito no seio da região em que foi localizada; resultado este colimado pelo talento de escol do seu director, que alia à perfeita orientação pedagógica grande capacidade de trabalho. ¹³²

Ainda em 1932, o diretor da Escola Normal de Ouro Preto, Sebastião Zimbres, em “serviço de fiscalização especial” também visitou a Escola, no período de 17 a 23 de novembro, atestando a competência técnica de seu diretor e o bom funcionamento das atividades, deixando registradas felicitações às normalistas em formação.

O meu aplauso às alunas montesclarenses pela maneira segura e nobre por que vão formando a sua experiência mental e social. A ellas, sem dúvida, às suas qualidades de inteligência e coração, deve o estabelecimento de uma grande parte de suas realizações ¹³³.

Em síntese, a publicação desses julgamentos “legítimos” servia para dar credibilidade ao trabalho da escola e imprimir/reforçar uma imagem positiva junto à comunidade. Ainda perseguindo o objetivo de impressionar a imaginação social, compreendemos as festas pomposas, as solenidades, as

¹³¹ GONÇALVES, Otilio. Termo de fiscalização de exames de 1ª época da Escola Normal Oficial de Montes Claros. *Gazeta do Norte*. Ano XIV, nº 792, 26 de dezembro de 1931, p. 01.

¹³² MORAES, Jazon. Termo de Assitencia Technica. *Gazeta do Norte*. Ano XV, nº 842, 17 de dezembro de 1932, p. 01.

¹³³ ZIMBRES, Sebastião. Pela instrucção- Escola Normal Oficial. *Gazeta do Norte*. Ano XV, nº 839, 26 de novembro de 1932, p. 01.

homenagens e as honrarias como peças montadas para dar a ver essa realidade. Elas ajudavam a construir uma imagem, mostrando determinadas facetas capazes de imprimir uma forte impressão. Até a descrição dos espaços guardava relação com essa intencionalidade, sendo representativa de um valor atribuído aos eventos realizados pela Escola. Na solenidade de sua reinstalação, em 1923, “o amplo e elegante salão acha[va]-se ricamente ornamentado de flôres naturaes e galhardetes, ostentando-se artísticos jarões, estheticamente distribuídos ao redor da mesa da presidência, vendo-se fundo o pavilhão nacional”¹³⁴.



FIGURA 3: Bailado das alunas da Escola Normal de Montes Claros (s/d)
Fonte: <http://www.montesclaros.com>

Entendemos que, mais do que um ato de celebração, essas solenidades constituíam-se como aparatos produzidos para impressionar e conferir credibilidade e distinção, estabelecer um lugar poder e autoridade, quebrar resistências de integrantes da comunidade em relação à Escola Normal de

¹³⁴ Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano V. nº 250. 05 de maio de 1923, p. 01.

Montes Claros. Como parte dessa encenação, para as solenidades eram convidadas as autoridades locais (o bispo, o juiz municipal, o presidente da câmara, o prefeito etc) que legitimavam a instituição e suas realizações. Como paraninfos da escola, foram homenageados o bispo da arquidiocese (Dom João Pimenta) e o político mais tradicional e conhecido da cidade (o Senador Camilo Prates).

Nesse processo de construção de um imaginário social, a *Gazeta do Norte* teve papel ativo, não apenas por produzir representações, sobretudo, por colocá-las em circulação e ampliar o alcance das imagens e símbolos produzidos. O jornal fez circular diferentes representações produzidas pela própria escola, por visitantes “ilustres”, inspetores etc, que confirmavam e davam a ver o valor da Escola Normal. Essas representações constituíam-se como mecanismos de legitimação de suas práticas e de seu papel junto à comunidade.

Como as representações não são neutras, mas inscrevem-se no plano dos interesses de quem as produz, em determinadas ocasiões, a *Gazeta do Norte*, caracterizava Montes Claros como uma cidade não civilizada. Quando se desejava fazer denúncias, reivindicar investimentos públicos, tecer críticas ao estado de abandono pelos poderes públicos ou mesmo ao descuido da sua população, a cidade era apresentada em seu atraso e retrocesso, em sua condição de penúria, e a educação apresentada como defeituosa e problemática. Em contraposição, em situações de festejos e homenagens, a cidade era apresentada como lugar evoluído, a própria representação da civilização.

Por essa estratégia, que procurava ocultar ou dar a ver algumas facetas da realidade, em 1918, momento em que a Escola Normal havia sofrido uma interrupção de seu funcionamento, a *Gazeta do Norte* apresenta a cidade em sua condição de atraso e aponta o governo municipal como responsável. Nas palavras do jornal: “temos a vergonha e humilhante certeza de verificar o nosso retrocesso, o nosso atrasamento, sob tal ponto de vista, em relação àquela quadra de vida quasi primitiva”¹³⁵.

Em 1922, momento em que a Escola Normal ainda não havia

¹³⁵ *Gazeta do Norte*, Ano I. nº 25, 21 de dezembro de 1918, p. 01.

restabelecido seu funcionamento, ao endereçar apelo a Raul Soares, novo Presidente de Minas, o jornal afirmou que: “pode-se dizer, sem temeridade, que o ensino público entre nós, pela força que vae sendo praticado, nenhum proveito tem trazido em bem da educação de nossos filhos”¹³⁶. Em função da inexistência de uma fiscalização eficiente e do desinteresse dos professores, a situação do ensino no Estado, mas principalmente em nossa região, era de uma verdadeira anarquia. Dessa forma:

As creanças vivem n’um completo estado de desamparo espiritual, quer em se tratando de instrucção propriamente dita, que se tratando de formar os seus pequenos corações, fazendo brotar n’elles os bons sentimentos e o amor da pátria, a obediência a família e o conhecimento do cidadão¹³⁷.

Em contraposição, em 1926, quando a Escola Normal já havia sido re-estabelecida e estava equiparada às escolas oficiais mineiras, ao comemorar a chegada da ferrovia, a cidade foi considerada como lugar de progresso e desenvolvimento. A inauguração da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil era o acontecimento que integraria Montes Claros “no convívio com a civilização”. Para o jornal:

Montes Claros tem evoluído, tem sido objeto de admiração a quantos aqui chegam. O seu grau de progresso e adeantamento, tendo em vista a distancia que a separava dos grandes centros civilizados, é uma prova frizante de suas possibilidades, não grado todas as dificuldades que tinha a vencer para fazer-se notar daquelles que vem dirigindo os destinos do Estado¹³⁸.

Esses posicionamentos da *Gazeta do Norte* são reveladores dos conflitos presentes no contexto local e da forte presença da Escola Normal. Quando a imaginação trabalhava e produzia o projeto de futuro, o jornal assumia uma posição idealista, que se alicerçava no desejo de construir a cidade como lugar desenvolvido e civilizado. Em outros momentos, quando os problemas pareciam ser maiores do que a capacidade de ação, o jornal assumia uma posição realista e estampava a insatisfação com as condições

¹³⁶ AFELINO. Instrucção publica – um apelo ao novo governo. *Gazeta do Norte*. Ano V, nº 218, 23 de setembro de 1922, p. 01.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ O maior dia de Montes Claros. *Gazeta do Norte*, no 469, 01 de setembro de 1926, p. 01.

em que a educação se encontrava.

Uma outra situação em que essa dualidade foi identificada refere-se aos posicionamentos estritamente políticos. Apesar de politicamente ligada à Concentração Conservadora, a *Gazeta do Norte* afirmava ser um jornal apolítico – “temos agido, nos oito annos que contamos de existência, com a maior independência, fazendo justiça sempre aos homens de governo quando praticam actos que merecem a gratidão do povo”¹³⁹. E nesse campo, a contradição também encontrou lugar para manifestar-se.

Em 1928, em momento de “rigosijo intenso”, ao congratular-se pela oficialização da Escola Normal, o jornal agradeceu ao Presidente Antônio Carlos que, “fiel aos seus princípios de ‘governar dentro das normas das mais rigorosas justiças’ conservou [os professores] em sua quase totalidade em suas cadeiras”¹⁴⁰ (ênfase no original). Em 1930, em momento de disputa política, a *Gazeta do Norte* retomou a questão e teceu críticas ao “vendaval carlista de desrespeito aos direitos particulares e políticos dos cidadãos”, desrespeito que se manifestou na não-nomeação de todos que nela vinham trabalhando, “realizando a mais comesinha justiça”¹⁴¹, ao preterir antigos professores. Ou seja, em relação ao governo mineiro, dependendo dos interesses, o tom era de agradecimento e mesmo de aceitação da exclusão de alguns professores; mas também poderia ser de críticas e cobranças, apontando-se para a injustiça cometida, pois “a par de algumas nomeações justas”, foram nomeadas “várias pessoas que nunca tiveram o menor trabalho com a mesma preterindo antigos professores como Rady Gorky e dr Pedro Velloso”¹⁴².

Por um processo semelhante, esses conflitos também foram identificados em relação à capacidade altruística dos montesclarenses. Nos momentos de distinção e festejos os intelectuais eram apresentados pela *Gazeta do Norte* como pessoas de espírito abnegado, que “há annos vem desinteressadamente prestando concurso efficiente para que se mantivesse

¹³⁹ Escolas Regionaes. *Gazeta do Norte*, Ano VIII. nº 419, 06 de fevereiro de 1926, p. 01.

¹⁴⁰ E. Normal M. Vianna. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 608. 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

¹⁴¹ Façanhas do Liberalismo Protestante. *Gazeta do Norte*. Ano XII nº 703, 04 de janeiro de 1930, p. 01.

¹⁴² *Ibidem*.

aqui uma Escola Normal, capaz de ministrar instrução, a essa zona Norte Mineira”¹⁴³. Também no Jornal *Montes Claros*, a imagem produzida era a mesma: “o pugillo de batalhadores que realizou esta obra meritória, da mais elevada significação social, conquistou definitivamente a gratidão do nosso povo, [...] cuidando da educação da mocidade”¹⁴⁴.

Nos momentos de crise e conflito e na emergência dos fatos, em que a *Gazeta do Norte* se viu diante apenas da “censura imediata e instantânea” (ZICMAN, 1985), foi possível perceber mudanças no tom da matéria e no estilo da escrita, em que algumas “verdades” foram ditas de forma mais espontânea e menos censurada. Dessa forma, indignado pela retirada do retrato de Mello Viana do salão nobre da Escola, o jornal pronuncia de forma contundente. Apontando para a não união do corpo docente, lembrou o encerramento do ano letivo de 1924 e acusou os professores de abandonarem a escola quando se perdera a esperança de sua equiparação com as oficiais.

Raros os professores, apenas os snrs. drs. José Thomaz de Oliveira e Pedro Velloso, os cels. João Câmara e Arthur Valle, o srn Rady Gorsk e sras Lília Câmara e Nazinha Mauricio Prates, luctavam para que o estabelecimento não morresse de todo, principalmente quando se viram abandonados, no fim do anno, com uma turma de alumnos a concluir o curso, por outros companheiros que se acabam de retirar, em virtude de uma grave divergência que surgira entre a congregação¹⁴⁵.

Em outra ocasião, em virtude da dificuldade de preenchimento de vagas no quadro docente da Escola Normal, a *Gazeta do Norte* também se pronuncia em tom acusatório, dirigindo cobranças e severas censuras aos intelectuais montesclarenses. Em suas palavras: “causa pena, causa desillusão pelo futuro de nossa terra, esse interesseiro egoísmo dos nossos intellectuaes, negando-se a trabalhar pelo ensino”. Muitos médicos, bacharéis, engenheiros e farmacêuticos não se dispunham a ocupar os cargos vagos de professor, porque eram “filhos ingratos e imprestáveis à Mãe Cidade”, “ingratos à terra em que nasceram ou que lhes vem o pão ao seu sustento”¹⁴⁶.

¹⁴³ E. Normal M. Vianna. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 608. 25 de fevereiro de 1928, p. 01.

¹⁴⁴ Escola Normal “Norte Mineira”. *Jornal Montes Claros*. Ano I, nº 23, 12 de outubro de 1916, p. 01.

¹⁴⁵ Façanhas do Liberalismo Protestante. *Gazeta do Norte*. Ano XII. nº 703. 04 de janeiro de 1930, p. 01.

¹⁴⁶ Seja útil à sua terra. *Gazeta do Norte*. Ano X. nº 552. 23 de julho de 1927, p. 01.

Por esse discurso, a idéia de altruísmo e trabalho desinteressado foi arranhada. Afinal, os professores tinham interesses e moviam-se também por eles, e não apenas pela abnegação e desprendimento. O próprio fundador da Escola teve seus interesses revelados pela *Gazeta do Norte*. Ao discutir situação de conflito vivida em 1925, o jornal destacou o apelo que o professor João de Andrade Câmara dirigiu a seus colegas, “para que ao menos a turma daquele anno terminasse os exames e o curso”¹⁴⁷. Conforme informava o jornal, o professor João Câmara tinha filhas e sobrinhas matriculadas na turma de normalistas concluintes daquele ano. Ou seja, o jornal não negava o tanto que o professor “se devotou à Escola”, contudo indicava a existência de outros interesses pessoais e não altruísticos ligados à continuidade do funcionamento da Escola.

Outro conjunto de interesses em jogo associava-se ao preenchimento de cargos: duas filhas do professor João Câmara, Noeme e Nair Câmara, assumiram funções docentes nas classes anexas, sendo dois sobrinhos, Leônidas e Lilia Câmara, pertenciam ao quadro docente da Escola Normal, além dele próprio que, desde a sua fundação desempenhou funções docentes e administrativas na Escola.

Ao discutir o papel dos intelectuais montesclarenses, a *Gazeta do Norte* produziu imagens que exaltavam o valor desse grupo, identificando-se nessas imagens. Por essa identificação escola-jornal, e o pertencimento do advogado José Thomaz de Oliveira a essas duas instâncias, era de se esperar que a Escola Normal não fosse desmerecida e desqualificada nas páginas do periódico. Para o proprietário-redator da *Gazeta do Norte*, produzir uma imagem negativa da Escola Normal era produzir uma imagem negativa de si mesmo. Desqualificar o trabalho dos professores da Escola era desqualificar a si mesmo como parte integrante desse corpo docente.

Enfim, os posicionamentos que o jornal assumiu, as facetas da realidade que deu a ver ou que omitiu, as imagens que produziu e os significados/ funções que lhes foram atribuídos constituem um complexo sistema de representações. E por serem representações do mundo social não podem ser

¹⁴⁷ Façanhas do Liberalismo Protestante. *Gazeta do Norte*. Ano XII. nº 703. 04 de janeiro de 1930, p. 01.

compreendidas como produções neutras, mas imbuídas de interesses e significações, fazem parte de um processo de informar e formar a opinião pública.

1.4- SILENCIAR-SE SOBRE A EXTINÇÃO DA ESCOLA NORMAL: UMA TÁTICA CONTRA O PODER DO FORTE?

No Brasil, as primeiras escolas normais foram estabelecidas por iniciativa das Províncias, após a reforma constitucional de 12/08/1834, que conferiu às Assembléias Legislativas Provinciais a atribuição de legislar sobre a instrução pública e os estabelecimentos próprios para promovê-la. Essas escolas enfrentaram muitas dificuldades, contradições e problemas que interferiram em seu funcionamento e as caracterizaram pela instabilidade: eram instaladas, passavam por sucessivas reformas, mudanças de prédio, extinções e reinstalações. Ou seja, as escolas normais estabelecidas nesse período tiveram sua organização e seu funcionamento bastante precários, não sendo possível afirmar que cumpriram com eficácia os propósitos pretendidos. Entretanto, visando ao atendimento a um projeto social proposto para a nação brasileira, as escolas normais, aos poucos, foram se consolidando como instituições responsáveis pela formação das professoras primárias.

Conforme Tanuri (2000), em todas as províncias, as escolas normais tiveram trajetória incerta e atribulada. Uma indefinição que somente foi superada na década de 1870, um momento em que “[...] se consolidam as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade do ensino”. Para a autora, até então, as escolas normais não foram mais que um projeto irrealizado. (TANURI, 2000, p. 64).

A partir de então, as escolas encontram espaço e motivo para sua implantação e gradativa consolidação como instituições formadoras de professores para as escolas primárias, constituindo-se como locais legítimos e autorizados para difusão dos conhecimentos necessários à formação dos novos profissionais do ensino. Há, neste processo, uma grande centralidade dos hábitos disciplinares e da moralização dos indivíduos, uniformizando padrões culturais e instituindo uma nova sociabilidade, que possibilitaria a implantação e a adesão aos princípios da ordem e da civilidade, por parte da

população em processo de escolarização.

A Escola Normal Oficial de Montes Claros foi criada em 1878 e instalada no ano seguinte, momento em que as diversas Províncias ampliam seu número de escolas normais, sendo extinta em 1905, juntamente com outras nove escolas oficiais mineiras. Com a extinção, Montes Claros permaneceu sem escola de formação de professores até 1915, período em que foi fundada uma escola livre, a Escola Normal “Norte Mineira. Posteriormente equiparada e, 1925, assumiu a denominação de Escola Normal “Mello Vianna”, sendo encampada pelo governo mineiro em 1928, com a antiga denominação, Escola Normal Oficial de Montes Claros. A sua segunda extinção ocorreu pelo Decreto lei nº 63, de 15 de janeiro de 1938, juntamente com outras cinco escolas oficiais (Diamantina, Campanha, Uberaba, Itabira e Curvelo).

Como justificativa para o fechamento das escolas normais, o governador Benedito Valadares apresentou alguns considerandos. O primeiro baseava-se no plano de reforma do ensino normal do Estado, cujo ante-projeto encontrava-se em andamento e pretendia assegurar a completa formação do professor e o atendimento de sua vocação profissional. O segundo, fundava-se na constatação da existência de grande número de Escolas Normais reconhecidas, que preenchiam os fins a que eram destinadas na atual organização, sendo que muitas cidades possuíam estabelecimentos oficiais, ao lado dessas escolas particulares reconhecidas, nas quais os alunos poderiam dar continuidade aos estudos, sem qualquer prejuízo¹⁴⁸.

No contexto dessa discussão não pretendemos questionar o fechamento da Escola Normal. Interessa-nos entender os motivos que produziram o silenciamento da *Gazeta do Norte*, uma vez que existia uma intensa e profícua aliança entre escola e imprensa, dados os interesses dessas instituições e a missão de instruir, educar e “desanalfabetizar” a população.

No contexto montesclareense, a extinção das escolas foi dada a conhecer pela *Gazeta do Norte*, que noticiou o fato e publicou o decreto que tornava oficial o fechamento de cinco escolas normais mineiras. Sob o título “supressão de escolas normaes no Estado” e o sub-título “Montes Claros é atingida por

¹⁴⁸ MINAS GERAIS. Decreto Lei nº 63/1938. In: *Gazeta do Norte*. Ano XX, nº 1092, 22 de janeiro de 1938.

esta medida”¹⁴⁹, foi tornada pública a medida administrativa do governo mineiro. Contudo, o jornal não conferiu grande visibilidade ao fato; localizando a matéria na página 4, não denunciou, lamentou ou comentou o fechamento.

Peixoto (2003) discutiu essa questão no âmbito estadual e entende que, em Belo Horizonte, o silêncio da imprensa em relação ao fechamento das escolas normais pode ser interpretado de, pelo menos, duas maneiras. “Uma primeira hipótese é a de que o governo, não tendo interesse em espalhar ‘aos quatro ventos’ a notícia, tenha proibido qualquer menção ao fato. Outra hipótese seria a de que não podendo denunciar o fato, tenha a imprensa preferido ignorá-lo”. Além disso, segundo a autora, como porta-voz do Estado, o jornal *Minas Gerais* justificou a decisão com base na “superprodução de normalistas” (PEIXOTO, 2003, p. 419).

Entendemos que em Montes Claros, no lugar de assumir uma posição apaixonada e emocional, a *Gazeta do Norte* tenha optado por uma forma objetiva e racional de abordar a extinção da Escola. Opção que lhe tornou possível controlar os conflitos, dominar os temores e aguardar o momento adequado para uma reação. Assim, a *Gazeta do Norte* organizou um modo de atuar “estratégico” e também “tático”. Por suas operações visava à sua sobrevivência: como instituição, o jornal possuía uma base material que precisava ser preservada; como “um lugar próprio”, possuía um espaço imaterial de atuação e de poder, que também poderia ser atingido como resultado de contundentes manifestações de protesto.

De Certeau (1999a) entende que, na vida comum cotidiana, os sujeitos produzem “mil maneiras de fazer” que podem ser táticas e estratégicas. Para o autor, a estratégia é a ação que define um lugar e um espaço próprios; enquanto tática é a ação determinada pela ausência de um próprio. Ou seja, tática é um recurso utilizado quando não se dispõe de meios para manter-se em si mesmo, sendo necessário colocar-se à distância e numa posição recuada. Tática é, dessa forma, um movimento de jogo no campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. Usar de tática é jogar no terreno do outro, com as condições que lhes são impostas, é não ter um controle da totalidade da situação, é operar lance por lance, aproveitar as ocasiões, utilizar

¹⁴⁹ Supressão de escolas normaes no Estado. *Gazeta do Norte*. Ano XX. Nº 1092. 22 de janeiro de 1938, p. 04.

as falhas na conjuntura para beneficiar-se e garantir o seu espaço. Em suma, “tática é a arte do fraco” (DE CERTEAU, 1999^a, p. 101).

Por essa lógica analisamos as ações da *Gazeta do Norte* e as inscrevemos em duas abordagens. Por um lado, ao publicar a notícia, mesmo sem conferir-lhe grande visibilidade, o jornal foi “estratégico”, pois cumpriu sua função jornalística e preservou o seu “lugar próprio”. Ou seja, o jornal não poderia ser acusado de não servir ao seu público leitor, pois não se recusou a dar ciência dos fatos relevantes para o contexto local. Por outro lado, como forma “tática” de atuação, o jornal manipulou o imaginário social, produzindo um deslocamento do problema e apresentando o excesso de normalistas como justificativa – não para o fechamento da escola, mas para sua própria passividade e a aceitação do fato. Se o jornal não poderia fazer nada para reverter a situação, se a extinção da escola era fato consumado, restava-lhe preservar a integridade da instituição – tanto física como moral.

Entendemos, com Dines (1986), que “uma notícia não se proíbe; no máximo, consegue-se limitar sua circulação”. Isso porque, “o processo de comunicação não se interrompe; consegue-se reorientar o seu sentido” (1986, p. 76). Ou seja, a *Gazeta do Norte*, mesmo imersa no regime autoritário, não foi silenciada e não silenciou-se; não estava proibida de divulgar a extinção da escola normal e não deixou de noticiar o fato, apenas o fez por uma outra lógica. Ao deslocar significados, produziu um apagamento da notícia e reorientou o sentido da extinção, fez crer que os benefícios prestados pelo governo mineiro suplantavam eventuais prejuízos e que Montes Claros continuava sua trajetória rumo à modernidade e ao progresso.

Ao reorientar a opinião pública, a *Gazeta do Norte* preservou-se como empresa jornalística. Denunciar o ato do governo poderia significar o aniquilamento do jornal em sua materialidade. Em lugar de apontar possíveis prejuízos, o jornal atestou a falência e apontou a pouca utilidade do Curso Normal, discutiu o desemprego das normalistas e sinalizou para outras possibilidades de formação profissional. Em matéria de João Netto, professor do Instituto Norte Mineiro de Educação, intitulada “30.000 normalistas sem colocação!”, foi abordado o excesso de normalistas no Estado de Minas e em Montes Claros:

O problema da chômage atingio a classe das professoras. Não há empregos, não há classes para trinta mil normalistas. Quando a moça faz o curso normal, tem em vista duas finalidades: educar-se e adquerir um diploma que lhe garanta a sua manutenção no futuro. A primeira finalidade é quase sempre colimada, a segunda muito raramente é satisfeita. As escolas normaes de Minas Geraes lançaram no ano passado 4.000 normalistas. Montes Claros contribuiu com 59 diplomadas! O número de portadores de diploma de curso normal já é phantastico! ¹⁵⁰ (VER QUADRO VIII, ANEXO VII, que mostra o número de matrícula da Escola Normal entre 1917 e 1938)

Não temos dados que permitam afirmar a veracidade desse suposto excesso de formandas. Provavelmente, essa afirmação não tem base de sustentação, em função do quadro educacional da época, em que a grande maioria da população encontrava-se excluída da escola. Em 1926, ao reivindicar a instalação de uma escola normal oficial em Montes Claros, a *Gazeta do Norte* considera ser necessária a ampliação do quadro de professores primários para atendimento à demanda por escolarização. Em suas palavras:

Pensamos que para que a difusão do ensino possa ser eficiente, necessário seria que houvesse diplomados em número capaz de prover às inúmeras cadeiras vagas, ou preenchidas por não diplomadas, principalmente nesta vasta região Norte Mineira, onde por falta de escolas é maior que em outras regiões do Estado, o numero de analfabetos¹⁵¹.

Ao aceitar o posicionamento do governo mineiro e apresentar o excesso de normalistas como justificativa para o fechamento de escolas normais, queremos sinalizar para o fato de que, para a *Gazeta do Norte*, a adoção desse argumento era uma alternativa estratégica de ação, que preservava o seu lugar como empresa jornalística. Em sua matéria, João Netto afirmava que “o curso normal falio sob o ponto de vista pratico”, pois as jovens normalistas recém-formadas não se tornariam professoras. Por falta de colocação no magistério, a normalista, “quando terminar o curso irá desempenhar o atrahente cargo de caixa de um café, de uma casa comercial”. E “não é preciso saber Pscycolgia, pedologia, Methodologia, Francez para se effectuar um troco, costurar um

¹⁵⁰ JOÃO NETTO, 30.000 normalistas sem colocação!. *Gazeta do Norte*. Ano XX, nº 1099, 12 de março de 1938, p. 01.

¹⁵¹ Escolas Regionaes. *Gazeta do Norte*, Ano VIII. nº 419, 06 de fevereiro de 1926, p. 01.

vestido!”¹⁵². Por seu raciocínio, o diploma de normalista era desnecessário.

O diploma, para Bourdier (1999), é “uma certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional”, é uma forma de capital cultural intimado a demonstrar esse valor convencional e se fazer reconhecer (BOURDIEU, 1999, p. 78). Em sua argumentação a *Gazeta do Norte* tentou demonstrar que o “capital institucionalizado” pelo diploma de normalista, apesar de permanecer com um valor convencional e reconhecido na capacidade cultural de suas detentoras, havia perdido sua capacidade de converter-se em capital econômico. O jornal procurou convencer os seus leitores que a carreira docente estava inflacionada e que a certificação obtida na Escola Normal era desnecessária.

Ou seja, no mercado de bens simbólicos, o diploma estabelecia uma distinção cultural por legitimar o conhecimento científico e técnico adquirido pelas normalistas, mas não era capaz de facultar-lhes uma colocação no magistério primário e converter conhecimento em emprego e renda. Conforme Bourdieu, “o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que lhe implica for objetivamente garantido” (BOURDIEU, 1999, p. 79). Dessa forma, em sua operação estratégica, o jornal procurou mostrar a não-empregabilidade da normalista e a falta de sentido do curso normal, incapaz de favorecer a inserção das formandas no mercado de trabalho.

Para Baczko, “a legitimidade de um poder é um bem particularmente raro e asperamente disputado” (1985, p. 310). Por isso, o poder estabelecido protege sua legitimidade contra os que a atacam, imaginando uma contra legitimidade. Ainda segundo o autor, ao longo da história, as formas de poder dominante, a fim de protegerem esse bem raro, têm produzido um conjunto de dispositivos extremamente variados e bem “reais”, visando assegurar-se do lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais. Além disso, as épocas de crise de um poder são aquelas em que se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, em que as representações de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade. (BACZKO, 1985).

¹⁵² JOÃO NETTO, 30.000 normalistas sem colocação!. *Gazeta do Norte*. Ano XX, nº 1099, 12 de março de 1938, p. 01.

Ainda segundo Bourdieu (1999), os benefícios materiais e simbólicos que o capital institucionalizado é capaz de garantir, dependem da raridade do certificado escolar. Raridade que, para a *Gazeta do Norte*, não era uma realidade em relação ao diploma obtido no Curso Normal – nas palavras de J. da Rua, “a Escola Normal diplomou mais uma ‘fornada’ de futuras professoras”. E essa grande quantidade de formandas estabelecia o seu destino em um mercado inflacionado – “é mais uma turma de moças que deixa de lisar as carteiras velhas da Escola, para lisar os bancos sujos da Praça Dr. Carlos”¹⁵³.

Enfim, se até então coube à *Gazeta do Norte* um papel de aliada do progresso de Montes Claros e defensora dos interesses coletivos, não denunciar um problema e deslocar o olhar dos leitores, naquele momento, era ação tática de preservação do jornal – na materialidade de suas oficinas e do seu lugar de poder, prestígio e influência.

Dessa forma, o jornal produziu não apenas a idéia de um número excessivo de normalista – o que justificava o fechamento da Escola Normal –, mas deslocou os sentidos da formação dos moços e moças de Montes Claros. Na matéria de João Netto, publicada pela *Gazeta do Norte*, o professor também indicava que os pais das jovens tinham o dever moral de assegurar-lhes uma carreira mais feliz. Ao dirigir-se aos pais, o jornal considerava que eles deveriam favorecer outras possibilidades de formação profissional para suas filhas, pois “continuar na mesma rotina, dando inúteis canudos de normalistas às filhas, é permanecer no mesmo erro sob o ponto de vista utilitário”¹⁵⁴.

Nessa mesma direção, em abril de 1938, Freitas Coutinho Filho, professor do Ginásio Municipal de Montes Claros, indicava a necessidade de cursos de preparação para o trabalho. “As escolas devem formar homens e mulheres para enfrentarem e vencerem a luta pela vida. É preciso que os jovens de ambos os sexos saiam das escolas, sabendo como poderão utilmente empregar seus braços e sua intelligencia”¹⁵⁵. Ainda em sua opinião, o ensino secundário devia ser dado sempre em ginásios, que preparassem os

¹⁵³ J. da RUA. Registro social – professoras e alunos. *Gazeta do Norte*. Ano XIX. nº 1038, 19 de dezembro de 1936, p. 06 (ênfases no original).

¹⁵⁴ JOÃO NETTO, 30.000 normalistas sem colocação!. *Gazeta do Norte*. Ano XX, nº 1099, 12 de março de 1938, p. 01.

¹⁵⁵ COUTINHO FILHO, Freitas. O ensino primário e o secundário no Brasil. *Gazeta do Norte*. Ano XX. nº 1102, 02 de abril de 1938, p. 01.

jovens de ambos os sexos para os cursos profissionais que formassem professores, industriais, comerciantes e agricultores. “Estes cursos profissionais adiantados seriam abertos aos diplomados pelos gymnasios e ensinariam apenas a especialidade relativa ao bom desempenho da profissão no curto período de um anno”.¹⁵⁶

Dessa forma, afirmar a falência do Curso Normal, com base na saturação do mercado de trabalho, e dar visibilidade a outras possibilidades de formação profissional, foi opção adotada pelo jornal. Essa estratégia visava deslocar o foco da atenção e produzir uma compreensão diferenciada acerca do significado do fechamento da escola. A sua extinção passava a ser vista como decisão técnica, uma medida de racionalização de investimentos. Para preservar-se, a *Gazeta do Norte* não publicou matérias de autoria de seus redatores ou colaboradores, mas opiniões de leitores do jornal.

Para o interventor Benedito Valadares, Montes Claros não precisava de uma escola oficial, porque já tinha um colégio equiparado. Para o diretor de um Curso Comercial em Montes Claros, João Netto, a docência no nível primário estava em colapso, cabendo aos pais dar uma outra formação profissional a seus filhos. Para Freitas Coutinho Filho, os cursos profissionais deveriam ser oferecidos pelos ginásios.

Uma outra ação tática utilizada pelo jornal, e que também produziu deslocamentos nas representações da população, relacionou-se ao governo. Em lugar de desqualificar sua ação, o jornal deu visibilidade à figura de Benedito Valladares, conferindo publicidade à inauguração de retrato a óleo no salão nobre da Prefeitura Municipal, momento em que o prefeito elogiou o governo e destacou a gratidão de Montes Claros pelos benefícios recebidos – a sede de uma circunscrição administrativa recém-criada e a promessa de se resolver o “secular problema do abastecimento de água”¹⁵⁷.

Igual homenagem foi prestada pelo grupo escolar da cidade, fato que novamente foi divulgado pela *Gazeta do Norte*. Nas palavras de José Raymundo Netto, ex-diretor da escola normal e Assistente Técnico do Ensino no momento, “o governador de Minas Gerais faz jús à grande estima e a

¹⁵⁶ COUTINHO FILHO, Freitas. O ensino primário e o secundário no Brasil. *Gazeta do Norte*. Ano XX. nº 1102, 02 de abril de 1938, p. 01.

¹⁵⁷ Homenagem da Prefeitura ao governador Valladares. *Gazeta do Norte*. Ano XX, nº 1107, 07 de março de 1938, p. 01.

radicada gratidão que lhe devotam os montesclarenses”, sendo que professoras e alunas do grupo escolar acompanham, “com profunda gratidão, o especial carinho com que o governador Benedito Valladares vem dando acolhida aos problemas capitais de Montes Claros, tudo fazendo no sentido de promover a grandeza desta terra e a felicidade de seus habitantes”¹⁵⁸. Enfim, parece-nos que a cidade – a *Gazeta do Norte*, o grupo escolar, o prefeito e outros – relativizaram a perda da sua Escola Normal e não estavam insatisfeitos com as ações do governo mineiro.

Se no plano nacional havia uma aceitação do novo regime por parte dos intelectuais, que viam no governo forte uma possibilidade de realizar o interesse coletivo, não era de se esperar que o contexto montesclarenses fosse marcado por fortes oposições e que os posicionamentos dos jornais conflitassem com os interesses políticos ou contrariassem o poder. Assim, a *Gazeta do Norte* conferia publicidade a problemas, fatos e questões que não representassem conflitos com a ordem estabelecida e com o projeto de nação em curso. Então, por que considerar que a *Gazeta do Norte* estava na posição do “fraco”, jogando com o lugar de poder do outro?

Compreendemos que três ordens de fatores se cruzavam e colocaram o jornal em uma posição fragilizada: o contexto político estadonovista, que restringia liberdades; a afiliação política do periódico que, na Revolução de 1930, não havia apoiado a candidatura Vargas; e as acirradas disputas políticas locais.

Em Montes Claros, independentemente do Estado Novo, eram ferrenhas as disputas. Conforme Newton Prates, “as divergências políticas cortavam a cidade em duas”¹⁵⁹. Existia uma complexa rede de relações de poder, em que os apoios às eleições eram feitos, e muitas vezes, desfeitos após os resultados das urnas. A parentela era uma forma de organização e exercício do poder político, sendo que os chefes políticos se dividiam em dois blocos¹⁶⁰.

¹⁵⁸ RAYMUNDO NETTO, José. In.: O primeiro aniversário do Estado Novo. *Gazeta do Norte*. Ano XXI, nº 1133, 12 de novembro de 1938, p.01.

¹⁵⁹ PRATES, Newton. Um retrato - Prefácio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007, p. XVI.

¹⁶⁰ Um dos grupos era Liberal, chefiado pelos Prates. Era apoiado pelas famílias Chaves, Sá, Souto, Teixeira, Dias, Fróes, Figueredo, Freitas, Abreu, Costa, Durães, Soares, Guimarães, do qual fazia parte o Intendente da República, deputado Camilo Prates. O outro grupo era Conservador, encabeçado pela família Alves e apoiado pelos Veloso, Versiani,

Nessas disputas locais, a *Gazeta do Norte* não ficava isenta. Para ilustrar, em 06 de fevereiro de 1930, ocorreu um conflito armado, em que foi ferido o Vice-presidente da República, Fernando de Melo Viana, e ainda morreram várias pessoas, dentre elas, Iraci de Oliveira, filha de José Thomaz de Oliveira. O fato provocou a exaltação dos ânimos, ficando os adversários políticos quase inimigos. Ainda no ano de 1930, no mês de outubro, em consequência dos confrontos políticos e dos posicionamentos assumidos, “a *Gazeta do Norte* foi empastelada em praça pública, juntamente com a Bandeira Nacional pertencente àquele jornal”¹⁶¹, ficando desativada por três meses.

Em Montes Claros, no ano de desativação da Escola Normal (1938), os contendores experimentavam um período de trégua nas disputas e a posição da *Gazeta do Norte* não foi de contenda. O próprio prefeito da cidade, Antônio Teixeira de Carvalho, afirmou que, “o maior dos benefícios que o Governador Benedito Valladares prestou a nossa terra foi a segurança de uma paz serena, para que todos nós pudéssemos trabalhar e progredir dentro de um ambiente de liberdade, de sossego e de justiça”¹⁶².

Por esses motivos é possível entender a ação estratégico-tática da *Gazeta do Norte*. Manifestar-se publicamente contra o fechamento da Escola Normal poderia ferir interesses políticos, acirrar os ânimos adversários, produzir novos embates e, sobretudo, colocar em xeque o poder do jornal. Contrariar os interesses políticos poderia colocar em risco a própria

Ribeiro, Alves, Miranda, Vale, Sarmiento, Salgado, Mauricio, Anjos, Peres, Câmara. Fazia parte deste grupo o médico Honorato Alves. (Porto, 2007).

Em relação a esses grupos, Newton Prates afirma que, “eram inimigos irreconciliáveis na política municipal. Nas suas lutas, algumas vezes correu sangue”. No entanto, “ambos morriam de amores pelos governos do Estado e da República. Tinham a mesma origem, o mesmo programa, a mesma formação” (PRATES, Newton. Um retrato - Prefácio. In: PAULA, 1957). Ou seja, os dois grupos eram governistas, refaziam acordos e apoios políticos em função dos resultados das eleições, e sempre apoiavam o governo eleito. A opinião é confirmada. Por sua vez, o Estado dava sua chancela ao vencedor nas eleições locais e, muitas vezes, distribuía os cargos no município para evitar conflitos. (Porto, 2007)

Nos anos de 1915/16 e na década de 1920, com Mello Vianna, os acordos foram antecidos por conflitos e tiroteio. (Porto, 2007). Conforme Hermes de Paula, em 1930, a disputa política entre adeptos de Vargas e Prestes foi intensa. O grupo chefiado por Dr. João Alves apoiava a Aliança Liberal e contava com apoio do Presidente da Câmara, Dr. Alfredo Coutinho, pessoa de absoluta confiança do Presidente Antônio Carlos. A Concentração Conservadora apoiava a candidatura de Júlio Prestes, cuja propaganda era feita pela *Gazeta do Norte*.

¹⁶¹ PAULA, Hermes Augusto de. Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Rio de Janeiro, p. 39.

¹⁶² CARVALHO, Antônio Teixeira de. In: Homenagem da Prefeitura ao governador Valladares. *Gazeta do Norte*. Ano XX, nº 1107, 07 de março de 1938, p. 01.

sobrevivência do jornal, e, certamente, na memória da família Oliveira, ainda estava viva a lembrança das perdas sofridas em 1930 – a destruição das oficinas do jornal e a morte de uma filha.

Entendemos como tática a opção da *Gazeta do Norte*, porque, naquele momento, uma atitude de confronto seria improdutivo. Em Montes Claros as questões políticas eram acirradas, sendo que, “nascida em período de embates vivíssimos em Montes Claros, a ‘Gazeta’ foi um jornal de luta acesa em campanhas memoráveis”¹⁶³. Anteriormente, o jornal já havia questionado ações políticas de seus adversários e voltou a fazê-lo quando o ambiente político tornou-se menos hostil.

E em 1946, após o regime estadonovista, a *Gazeta do Norte* retomou a causa da Escola Normal, pleiteou sua reabertura e cobrou a adequação na formação de professores. Em 1946, Augusto A. Pinto discutiu “as lamentáveis falhas e lacunas” nos processos de ensino, “o que muito concorre para a estandardização da mediocridade enfatuada, ou seja para o baixo nível moral e cultural dos responsáveis diretos pela alfabetização do nosso Povo”. Em sua opinião, esses problemas relacionam-se a uma “infinidade” de “professores improvisados”, que vivem “mercantilizando e deshonrando a carreira do verdadeiro professor, cuja nobre e sagrada missão é a benéfica e feliz interferência do homem na formação do homem”¹⁶⁴.

Em janeiro de 1947, a *Gazeta do Norte* publicou matéria de Austen Drumond dos Santos, advogado e Delegado de Polícia, que acusava Benedito Valadares de trair Vargas na eleição de Júlio Prestes. O advogado considerava que Valadares deveria desistir “da pretensão por todos os títulos de continuar a influir na alta administração do Estado”, prestando, assim, “inestimável serviço ao povo mineiro, vitima de irreparável desgraça de suportar o seu desgoverno de bacanais durante tantos anos”¹⁶⁵.

Afirmava que Benedito Valladares prestou enormes “benefícios” à instrução pública do nosso Estado, “fechando escolas, ginásios, etc, etc,

¹⁶³ LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007, p. 208.

¹⁶⁴ PINTO, Augusto A. Política Educacional. *Gazeta do Norte*. Ano XXVIII, nº 1661, 10 de fevereiro de 1946, p. 02.

¹⁶⁵ SANTOS, Austen Drumond dos. Carta aberta ...*Gazeta do Norte*. Ano XXX. nº 1781, 12 de janeiro de 1947, p. 03.

nomeando professores sem ter em consideração alguma o valor moral e intelectual dos mesmos, auscultando apenas a maior ou menor capacidade bajulatória dos respectivos protetores”. Também considerava que a “campanha de analfabetização” do governo “visou diminuir ou baixar o nível intelectual dos habitantes do sertão mineiro, num plano criminoso e diabólico de reduzir-nos à impotência pela ignorância da maioria numérica”, dada a certeza de que “um povo civilizado e instruído não o tolera e nem poderia tolerar”¹⁶⁶.

Em 1948, com o movimento para reinstalação organizado pelo *Rotary Club*, a *Gazeta do Norte*, em matéria de Pinto Coelho, afirmava que: “extinguir uma escola, seja qual for a sua finalidade social-educativa, é um crime inapelável. Reestabelecer uma escola é uma glória para quem o pratica”¹⁶⁷. No movimento de reabertura da Escola Normal, a *Gazeta do Norte* esteve presente, divulgando as ações empreendidas junto à Assembléia Mineira. Noticiou que o projeto de sua reinstalação havia sido apresentado em setembro de 1948, aprovado em 2ª discussão em novembro do mesmo ano¹⁶⁸, e em 3ª no mês subsequente¹⁶⁹. Denunciou que, mesmo aprovada, a instalação constitui-se em “esperança malograda”¹⁷⁰, porque o governador Milton Campos vetou o projeto, alegando falta de verbas.

Em agosto de 1949, a *Gazeta do Norte* publicou “asas para Montes Claros”, informando que o governador Milton Campos colocara em votação projeto de lei nº 1002, autorizando o restabelecimento das Escolas Normais de Itabira e Montes Claros¹⁷¹. No mês seguinte, em setembro de 1949, o jornal noticiou a realização de banquete em homenagem e agradecimento ao deputado Antonio Pimenta¹⁷², e posteriormente constatou que Escola Normal não fora reinstalada como previsto, o que ocorreu somente em 1953 “graças à

¹⁶⁶ SANTOS, Austen Drumond dos. Carta aberta ...*Gazeta do Norte*. Ano XXX. nº 1781, 12 de janeiro de 1947, p. 03.

¹⁶⁷ PINTO COELHO. Escola Normal Oficial. *Gazeta do Norte*. Ano XXXI, nº 1114, 19 de setembro de 1948, p. 01

¹⁶⁸ Restauração de nossa Escola Normal. *Gazeta do Norte*. Ano XXXI. Nº1132. 25 de novembro de 1948, p. 01

¹⁶⁹ Aprovada em 3ª discussão. *Gazeta do Norte*. Ano XXXI. nº 1136. 09 de dezembro de 1948, p. 01.

¹⁷⁰ MARY. Esperança malograda. *Gazeta do Norte*. Ano XXI, nº 1142, 01 de janeiro de 1949, p. 07.

¹⁷¹ Asas para o Norte. *Gazeta do Norte*. Ano XXXII, nº 1190, 04 de agosto de 1949, p. 01.

¹⁷² Discurso proferido por Aflio Mendes Aguiar. *Gazeta do Norte*. Ano XXXII, nº 1201, 18 de setembro de 1949.

compreensão e simpatia do Governador Juscelino Kubtschek”¹⁷³.

Enfim, se a *Gazeta do Norte*, desde a sua fundação em 1918, foi estratégica na definição de um lugar próprio de poder, no momento do fechamento da escola em 1938, utilizou-se de operações para preservação desse lugar, deslocando o olhar de seu público como tática necessária para a sua sobrevivência.

¹⁷³ PAULA, Hermes de. Escola Normal de Montes Claros. *Gazeta do Norte*. Ano XXXVI. nº 2124, 12 de abril de 1953, p. 01.

CAPÍTULO II:

INSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO E “DESANALFABETIZAÇÃO” COMO DISPOSITIVOS DA MODERNIDADE

Precisamos nos convencer de que o progresso não depende só da riqueza do dinheiro acumulado, que é o seu elemento ponderável; o principal é o fator mental, a idéia, intangível na sua aparência imaterial, porém decisiva.

Antônio A. Teixeira, *Gazeta do Norte*, 1925

2.1- OS SENTIDOS DA MODERNIDADE E CIVILIZAÇÃO EM MONTES CLAROS

Para as culturas ocidentais, que se utilizam intensamente da leitura e da escrita na realização de inúmeras atividades cotidianas, a apropriação dessa modalidade de linguagem ainda hoje tem sido considerada como fator determinante para o desenvolvimento, por se creditar a ela a capacidade de produzir impactos individuais e sociais. Por essa compreensão, a alfabetização apresenta-se como motor de mudanças significativas em seus usuários, do ponto de vista cognitivo, político, econômico, social e cultural, sendo que, para as sociedades, seria considerada um traço da modernidade, uma condição para a civilização e o progresso.

Ao discutir os mitos produzidos em torno da leitura e da escrita, Graff (1994) afirma que, na primeira metade do século XIX, a educação, nos dois lados do Atlântico, tornou-se uma obsessão vitoriana e um remédio para as mudanças.

Anos mais tarde, esse consenso tornou-se um artigo integral exportado às nações subdesenvolvidas como parte da parcela ocidental da teoria e da estratégia de modernização. Esta visão enfatizava objetivos sociais agregados: a redução do crime e da desordem, a assimilação de valores morais (e protestantes) e, em uma extensão mais limitada, a ampliação da produtividade econômica ao invés de objetivos individualistas de desenvolvimento intelectual e avanço pessoal. (GRAFF, 1994, p. 67).

Por essa inteligibilidade, que produziu uma representação positiva em torno dos benefícios individuais e sociais proporcionados pelas habilidades de ler e escrever, a defesa da escolarização constitui-se como verdadeira bandeira assumida por diferentes sociedades. Ainda segundo Graff (1994), até a década de 1960, o sentido e o lugar da leitura e da escrita, na compreensão acadêmica e popular, eram simples e seguros, com uma história tipicamente concebida em termos de mudança operadas nos indivíduos, nas sociedades e nos Estados. Compreendida mais como variável independente do que como um fator dependente, o aprendizado das habilidades de ler e escrever encontrava-se ancorado na crença de seu poder transformador.

Ainda segundo o autor, a equação que associa desenvolvimento,

democracia, liberdade e soberania ao aprendizado da leitura e escrita é uma compreensão herdada do Iluminismo e orgulhosamente mantida por diversas sociedades ainda hoje:

Dentre as noções básicas e indubitavelmente mais orgulhosamente mantidas do Iluminismo é a de que um povo livre, soberano, deve ser educado; uma pessoa deve saber ler e escrever e ser treinada em habilidades críticas a fim de fazer as escolhas críticas que a democracia exige e para realizar os deveres da cidadania responsável (GRAFF, 1994, p. 91).

Em consonância com esse ideário, que tem a educação escolar como instrumento fundante da cidadania, Cook-Gumperz (1991) afirma que, desde os primórdios dos tempos modernos, o saber ler e escrever passou a ser considerado como virtude, sendo que alguns elementos dessa virtude moral parecem vincular-se a ela também no tempo presente, no sentido de que os julgamentos sobre as habilidades de uso da leitura e da escrita tendem a ter alusões prescritivas e normativas.

Uma pessoa alfabetizada¹⁷⁴ não apenas era vista como uma boa pessoa, mas também como alguém capaz de emitir um julgamento bom ou razoável, já que o gosto e o julgamento de uma pessoa alfabetizada dependiam do acesso a uma tradição escrita – um conjunto de textos, que reflete séculos de experiência coletiva. (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 12).

Por esse viés, a moralidade e o disciplinamento social apresentam-se como virtudes positivamente correlacionadas com a alfabetização e as habilidades de uso da linguagem escrita. O progresso, a ordem, a moral e a estabilidade são fundamentos do pensamento do século XIX, sendo que saber ler e escrever constituiu-se como um seguro social contra a criminalidade e a desordem. Por essa visão, “a alfabetização, se adequadamente ministrada,

¹⁷⁴ O uso da expressão “alfabetização” nas traduções de autores que discutem os usos da leitura e da escrita em países de 1º mundo tem sido questionado em congressos e encontros de educadores no Brasil. Isso porque a expressão mais adequada seria “letramento”, uma vez que as discussões não referem-se ao ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, mas aos usos sociais das habilidades de ler e escrever. Em relação ao uso específico de “alfabetização” na tradução da obra de Harvey Graff, a professora Magda Soares fez-me o alerta, quando da atividade de qualificação, também o fazendo no livro “Alfabetização e letramento”, de sua autoria, por considerar que traduzir *literacy* por alfabetização, no título e em toda a obra seja inadequado. (SOARES, 2004, p. 43).

evitaria rupturas e criminalidade, na medida em que ela podia evitar e indigência e o vício”. (GRAFF, 1994, p. 81). Contudo, como destaca o autor:

Os indícios sugerem que a alfabetização, apesar dos argumentos dos escolásticos, não se relacionava diretamente ao avanço individual ou ao progresso social conforme exemplificado por uma redução da criminalidade. De modo semelhante, o analfabetismo, isolado da etnia ou do sexo, não se relacionava de modo exclusivo ou não ambíguo à criminalidade, nem à pobreza ou à imobilidade. (GRAFF, 1994, p. 240).

Procurando compreender esse fenômeno, considerado como elemento central de progresso e modernização social, vale destacar as idéias de Denny (1997), ao lembrar que os efeitos da cultura escrita são, com freqüência, mal interpretados e exagerados. A superioridade do pensamento ocidental é creditada a uma postura etnocêntrica, que o considera mais reflexivo, mais complexo, mais lógico do que o pensamento das sociedades agrícolas anteriores à escrita.

Graff (1994) considera que, tanto no passado como no presente, a questão tem sido mal compreendida. Assim, a leitura e a escrita tornaram mito, e a tirania do mito tornou-se fato marcante na história das sociedades ocidentais, que produziram hierarquias e distinções sociais, desqualificando e marginalizando os analfabetos. Considerados como entraves e obstáculos ao desenvolvimento, os analfabetos passam a ser vistos como pessoas incapazes, incompetentes e improdutivas, por não dominarem a tecnologia da leitura e da escrita. Nesse contexto, faz-se necessária uma revisão de nossas concepções, sendo essa uma atividade que pode receber contribuições importantes dos historiadores. Pesquisas históricas podem permitir a compreensão do passado e lançarem luz sobre questões contemporâneas: “Se o presente nos ensina alguma coisa é que os supostos lugares da alfabetização [letramento] e da escolarização não são nem sacrossantos nem muito bem compreendidos”. (GRAFF, 1994, p. 27).

É nesse contexto, de ampla crença no poder transformador implicado nas práticas de leitura e escrita, que situamos o Brasil do final do século XIX e início do XX. Desde o início do Império estava em curso um processo de transformações, em que se creditava à educação uma função central no processo de desenvolvimento. Desta forma, o Brasil procurou constituir e

ampliar as instituições educativas, que assumiram papel fundamental na consolidação do seu projeto de civilização, de modernização social e de progresso.

Por essa inteligibilidade, a educação assume o papel de motor da história, sendo compreendida como uma força capaz de impulsionar todo um movimento de transformação social, em especial a partir do segundo decênio do século XX – momento em que as promessas da República e as esperanças na educação se renovam. Neste sentido, podemos tomar a escola como uma instituição central para as transformações pretendidas, por assumir papel fundamental na disseminação de padrões de civilidade e moralidade, capazes de orientar as condutas das crianças e jovens. Utilizando-se de aparatos próprios, foram produzidos modelos e estratégias para a escolarização desses valores, estimulando o sentido da competitividade e da disputa por lugares sociais, disseminando o ideal de ordem e disciplina, por um processo em que a escola assume o papel de guardião da civilidade.

No contexto brasileiro do final do século XIX e início do XX, tornar civilizada a população era uma meta que assumiu grande centralidade e pode ser identificada nos discursos sobre a modernidade. Diferentes organizações sociais, como a imprensa, o serviço médico, as instituições jurídicas, disseminaram idéias e práticas modernizadoras, mas, sobretudo a escola, assume para si esse papel. Coube à escola desenvolver mecanismos que se encaminhassem para a consolidação do propósito civilizador e a instauração da modernidade, por ser considerada capaz de produzir mudanças de mentalidade e sociabilidades.

Para pesquisadores de diferentes campos das ciências sociais (filósofos, sociólogos, cientistas políticos, economistas, arquitetos, historiadores, educadores), a década de 1920 é considerada como a origem do Brasil Moderno. De Lorenzo e Costa (1997) consideram que, revisitar a década de 1920 pode contribuir para uma reflexão acerca do conteúdo mesmo da modernidade brasileira, geralmente datada a partir das transformações da década subsequente. Dessa forma, rastrear as mudanças ocorridas na vida material, no pensamento político e no plano da cultura nos permite compreender elementos que balizaram o tipo de modernização produzido. (DE LORENZO e COSTA, 1997).

Conforme Granziera (1997, p. 136), “a abordagem dos anos 20 no Brasil, qualquer que seja o prisma eleito para observar a sociedade de então, revela-se desafiadora e complexa”. Essa complexidade que caracterizou os processos sociais, quer no plano material, político ou cultural, produziu uma realidade multifacetada, em que diferentes elementos se cruzavam e integravam a modernidade. Assim, a mudança na organização da sociedade, as transformações na conformação da cidade, a inserção de processos tecnológicos na vida cotidiana, o desenvolvimento de conhecimento científico etc, constituíram-se como facetas da modernidade. E nesse amplo movimento de modernidade, a educação e a instrução assumiram centralidade, pois, de certa forma, esses elementos cimentavam e davam suporte às outras modificações – não apenas pela crença em seu poder de transformar comportamentos individuais, mas de civilizar e instaurar mudanças mais amplas associadas ao desenvolvimento econômico, ao progresso social e coletivo.

Por compreender que a modernidade, o progresso e a civilização não focalizaram uma única dimensão da realidade, procuramos não separar as diferentes facetas integrantes da realidade e considerar essas transformações por uma visão diacrônica e sincrônica. As representações de modernidade veiculadas pela *Gazeta do Norte* e as ações que visavam tornar Montes Claros uma cidade moderna, relacionavam-se ao desejo de progresso, sendo a civilização uma condição para sua efetivação. Em algumas situações, as imagens e os símbolos da modernidade eram consensuais e integradores, mas em outras se percebia elementos distintos, conflituosos e concorrentes.

A luta por impor uma representação de cidade moderna sinalizava para um modo de vida articulado sobre a inovação, mas marcado pela inquietude e pela tensão, e pode ser compreendida pela teorização de Baudrillard (1989). Conforme o autor, a modernidade não é dialética, ela é paradoxal, implica desestruturação e mudança, mas também ambigüidade, compromisso, ruptura e solução de continuidade. A modernidade também não é mudança radical, ela produz um jogo cultural sutil com a tradição, num processo de amálgama e adaptação.

Por esse jogo entre ruptura e continuidade, e como ressonância da própria representação de modernidade, na *Gazeta do Norte*, as condições para

que a cidade apresentasse ares modernos se estabeleceram por um diálogo com as práticas antigas, em que o novo se alicerçava na tradição da cidade. A *Gazeta do Norte*, imbuída de sua missão “desanalfabetizadora”, dialogou com a cultura de Montes Claros e retomou o passado, mesmo que recente, para garantir legitimidade ao tempo presente e imprimir novas representações e práticas.

Nos jornais montesclarenses, os sentidos atribuídos à “modernidade”, via de regra, encaminhavam-se para uma percepção mais abrangente e coletiva da cidade, mas também focalizavam elementos mais específicos, voltados para os sujeitos e seu universo pessoal. Ora expressavam o desejo de inserção da cidade na agitação e no *glamour* das grandes metrópoles, ora manifestavam-se em favor do retorno à quietude e à mansidão como padrões representativos de um ideal de vida saudável e moderno.

Nessas disputas por representação, a *Gazeta do Norte*, no ano de 1918, denunciou as condições de atraso da cidade. Diante da “intensidade de vida” e das “exigências que a civilização e a ciência fazem aos núcleos mais consideráveis de habitações, às vilas, às aldeias, às capitais”, a *Gazeta do Norte* reconhece o atraso de Montes Claros e afirma “a vergonha e humilhante certeza de verificar o nosso retrocesso”¹⁷⁵.

Na *Gazeta do Norte*, atrelados a um desejo de progresso científico e cultural, os discursos fizeram coro à tecnologia, à urbanização, aos meios de comunicação e transporte. Em 1922, em Carta Aberta ao Presidente de Minas, Raul Soares, o jornal apontava o Norte do Estado como uma região “preche de todas as possibilidades e capaz por si só de se tornar um vasto Estado, si lhe derem aquilo que ella mais precisa – instrucção e vias de comunicação”¹⁷⁶.

Nessa visão da modernidade, de um lado encontrava-se a instrução, capaz de abrir a inteligência e lhe trazer luz; e de outro a ferrovia, que oportunizaria o contato com outros espaços e cidades, produzindo e recebendo influências. Instrução e ferrovia cumpririam o mesmo papel: tirariam as pessoas e a cidade do seu estado de apatia e isolamento, produzindo o encontro: com novos conhecimentos e idéias, com novos processos de compreender e

¹⁷⁵ *Gazeta do Norte*, Ano I. nº 25, 21 de dezembro de 1918, p. 01.

¹⁷⁶ Carta Aberta ao muito illustre dr. Raul Soares de Moura, Presidente do Estado de Minas. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 221. 14 de outubro de 1922, p. 01.

empreender a “marcha evolutiva”¹⁷⁷.

Alguns anos mais tarde, em 1926, ao anunciar a inauguração oficial da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil em Montes Claros, a *Gazeta do Norte* considerava ser esta uma “data imperecível”, por integrar a cidade “no convívio da Civilização”¹⁷⁸.

Montes Claros tem evoluído, tem sido objeto de admiração a quantos aqui chegam. O seu grau de progresso e adeantamento, tendo em vista a distancia que a separava dos grandes centros civilizados, é uma prova frizante de suas possibilidades, não grado todas as dificuldades que tinha a vencer para fazer-se notar daquelles que vem dirigindo os destinos do Estado¹⁷⁹.

No mesmo número da *Gazeta do Norte*, ainda abordando a inauguração da Estrada de Ferro, o Inspetor Regional Polydoro Figueredo, exaltou a cidade como lugar de progresso e civilização, “de onde o foco de luz se irradiará, com mais intenso clarão”¹⁸⁰. Nas representações e símbolos disseminados estava presente a certeza de que Montes Claros já havia iniciado sua caminhada rumo ao progresso, e a ferrovia trazia “novas esperanças” de futuro:

¹⁷⁷ Esse posicionamento em favor da ferrovia e da instrução já havia sido tematizado pela imprensa local. Em 1916, sob o título “um ponto de partida: precisamos de dois elementos apenas”, o jornal Montes Claros estabeleceu uma interessante discussão indicando que, “muitos são os nossos meios” para se atingir a melhoria das condições de vida na cidade, mas a instrução e as vias de comunicação eram os elementos fundamentais. O jornal foi bastante claro ao apontar os elementos que produziriam a modernidade: “a instrução e a ferrovia! não precisamos de mais nada”. Igualmente clara era a indicação daqueles que tinham a responsabilidade por construir essa condição. “Que os governos nos dêem, pois, a instrução amplamente difundida e criteriosamente dirigida e algumas centenas de caminho à locomotiva, e o mais deixem por nossa conta”. Nas palavras do jornal:

– A instrução e as vias de comunicação. – Ninguém desconhece a importancia do papel que esses dois elementos representam na marcha evolutiva de um povo. Aquella, aclarando o cérebro, norteando a intelligencia e aplainando as múltiplas difficuldades; estas, pondo em contacto mais rápido e estreito as povoações, as villas e as cidades, trazendo-lhes a seiva de vida palpitante, levando para outros pontos o que seu solo e sua industria produzem, enfim, movimentando, agitando e enthusiasmando os logares. A instrução! momentoso problema que uma vez resolvido faz a grandeza de um povo, a cohesão de um estado, a independência de um paiz! Faz, sim! Porque, como consecuencia lógica, como elação necessaria do cerebro e como força propulsora para todos os effeitos, tira o homem da apathia e leva-o a cogitar, empreender e luctar enfim, com certa consciencia e até prazer. (Um ponto de partida: precisamos de dois elementos apenas. Jornal Montes Claros. Ano I, nº 13, 03 de agosto de 1916, p. 01)

¹⁷⁸ O maior dia de Montes Claros. *Gazeta do Norte*. Ano IX. nº 469, 01 de setembro de 1926, p. 01.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ FIGUEREDO, Polydoro. *Gazeta do Norte*. Ano IX, nº 468, 01 de setembro de 1926, p. 02.

Vê-de: as ruas se alargam, já se estendem. Com novos casarios, que resplandecem. [...] Automóveis colleiam para o norte. Sem respeito, siquer, ao contra-forte. Da Serra do Espinhaço... A machina apita. E os grandes chapadões do Norte agita! Agora sim, a terra sertaneja. Nova seiva de vida já poreja. E da locomotiva o grito acode. Do passado o torpor bate e sacode!¹⁸¹

Nessa matéria, a *Gazeta do Norte* sintetizou um ideal de progresso pretendido, que estava vinculado à introdução de recursos técnicos, à modernização das habitações, ao alargamento das ruas, ao conforto e bem-estar proporcionado pela tecnologia e, sobretudo, à integração com outros centros urbanos, que seria favorecida pela linha férrea e pelos automóveis. Se a ciência e a técnica por si mesmas não são modernas, mas provocam efeitos na cultura cotidiana e nos estilos de vida, o entusiasmo montesclareense com a ferrovia associava-se aos possíveis efeitos. A ferrovia não significava a modernidade e civilização, mas criava possibilidades de mudança nos costumes, favorecia o intercâmbio cultural.

Esse posicionamento da *Gazeta do Norte* encontrava-se com idéias da época, em que o progresso técnico compôs as representações da modernidade brasileira. Diferentes estudos consideram a década de 1920 como as origens do Brasil moderno, indicando que esse é um conceito polêmico, que abarca significados diversos e não apenas a educação e a produção cultural. (DE LORENZO e COSTA, 1997).

Ao discutir o contexto paulista na década de 1920, De Lorenzo (1997) considera que o desenvolvimento urbano, a eletrificação e a iluminação pública eram fatores intrinsecamente ligados à modernização da vida cotidiana, por favorecerem o desenvolvimento industrial e a transformação econômica. Reis Filho (1997) indica que o “rodoviarismo” era elemento importante de progresso, aponta que o automóvel era considerado um símbolo da modernidade e considera que essa não era uma diretriz regional, mas uma linha cultural comum a todos os países.

Por inserir-se nesse contexto, Montes Claros apostou na capacidade integradora e modernizadora da ferrovia, que iria encurtar o espaço e o tempo, ligando a cidade a outros centros urbanos. Considerada como elemento chave para o desenvolvimento, a ferrovia foi comparada com as conquistas já obtidas

¹⁸¹ FIGUEREDO, Polydoro. *Gazeta do Norte*. Ano IX, nº 468, 01 de setembro de 1926, p. 02.

no campo da educação, outro elemento integrador e traço indicador de modernidade e civilização.

Nesse sentido, uma crônica assinada por “X” e veiculada pelo periódico *A Liga*, em 1922, encontra-se com o propósito educativo e “desanalfabetizador” da *Gazeta do Norte* e, ao mesmo tempo, dela se distancia. A crônica traz uma interessante discussão acerca da modernidade, compreendendo-a como mudança cultural. Ao estabelecer uma relação direta entre a falta de educação e de saúde com o atraso, o analfabetismo e a doença são considerados como reais motivos de vergonha para a cidade.

Na argumentação do cronista, saúde, instrução e educação eram bases e fundamentos de um povo verdadeiramente civilizado, sendo a tecnologia considerada como máscara a encobrir os problemas vividos pela cidade e seus moradores. O posicionamento indica que o foco na tecnologia produzia uma ilusória civilização, construía uma falsa imagem a encobrir os verdadeiros e reais problemas. Por essa visão o jornal se pronuncia:

Mas a civilização? – Que civilização? Isso não é senão um ridículo imenso. Prenderam aos fios essas lampadas e à noite ellas bruxoleiam para dar a vocês uma idéa falsa de civilização. Sem duvida! Bella idéa, imagem perfeita de uma ilusão...¹⁸²

Nas representações veiculadas pelo jornal, a cidade de Montes Claros havia se modificado. E essa transformação produziu modos de organização que não significavam civilização e progresso, mas a morte de um estilo de vida voltado para as coisas simples e naturais. Ao invés de uma metrópole, construía-se uma “necrópole”; no lugar das “noites de luar”, dos “jasmineiros perfumados” e dos “acordes sonoros de violão”, a cidade ganhara um “vento falso de snobismo”¹⁸³:

¹⁸² “X”. Chronica a lápis. Jornal *A Liga*. Ano I. nº XIV. 23 de março de 1922, p. 02.

¹⁸³ É interessante destacar que, por um olhar retrospectivo, ainda em 1905, o termo civilização contrapôs movimento e quietude. Pelo discurso produzido por Risophilo, no jornal *A Opinião do Norte*, foram veiculadas idéias em que a civilização encontrava-se associada à quebra da rotina e do marasmo pela promoção de festejos alegres, capazes de arrebatam a população e trazer as pessoas para as ruas, movimentando-as. Civilização significava romper com o isolamento das pessoas e da cidade, fazendo emergir o movimento e o burburinho das metrópoles, “das noites em que ricos e pobres não dormem, mas festejam enebriados”. O jornal também fez apelo aos leitores para criação de uma associação para promover festas populares, “porque se assim fôr o futuro carnaval, já não será a semsaboria estulta que tanta lastima nos causa e tanto nos envergonha aos olhos dos estranhos que costumamos

Mas, que fazem vocês? Cobrem de calhãos detestáveis o tapete das ruas, põem a luz indecisa de umas lâmpadas e assim nessa camoufflage summaria, nem se lembram que usam ainda, como os nubios da África, furar o solo para beber uma água morta, puxada à corda, num balde de zinco. E... outras sujidades que ninguém diz porque faz mal.

Essa civilização, meus amigos, é um bluf, e causa pena. Quando se vê, à noite, essa fita de luz triste a estender-se pelo perfil das ruas, a gente, se está de ânimo menos affeito às cousas joviaes, – uma idéa recebe, cheia de lucto: é a de uma necrópole sem arvore nem flôres, silente e fria, dormindo na paz dos túmulos¹⁸⁴.

Para o jornal, a modernidade não havia chegado a Montes Claros, porque a tecnologia não fora capaz de provocar transformações nos estilos de vida; e o processo civilizatório vivenciado pela cidade estava equivocado, por eleger elementos não prioritários como diretrizes para o desenvolvimento. Essa é uma discussão complexa e encontra-se com as teorizações acerca dos sentidos da modernidade. Com Baudrillard (1989), é possível compreender essa complexidade. Para o autor, a modernidade não é somente a realidade das perturbações técnicas, científicas e políticas, mas também o jogo dos signos, dos costumes e da cultura, que traduz as mudanças no nível do *habitus* social. Enquanto fenômeno ligado a uma crise histórica e de estrutura, a modernidade é um sintoma; enquanto idéia em que toda uma civilização se reconhece ela assume função de regulação cultural e, assim, associa-se à tradição. (BAUDRILLARD, 1989)

Podemos compreender que a lógica da modernidade discutida na imprensa montesclareense, ao mesmo tempo que desejava o progresso técnico, percebia que a tecnologia e a urbanização não eram suficientes para o desenvolvimento individual e social. Por diferentes discursos: político, pedagógico, escolar, científico, médico-higienista, foram disseminadas representações de modernidade e civilização, que incluíam a educação como fator determinante do progresso. Imprensa e Escola Normal produziram freqüentes referências à necessidade de cuidar da saúde e da educação e formar cidadãos produtivos. Por um intrincado processo, movimento e quietude, progresso e tradição, disciplina e liberdade, tecnologia e instrução, encontravam-se e construíam um modo plural e multifacetado de compreender

hospedar. Civilisemo-nos! Acabemos com a rotina!” (RISOPHILO. Festas populares. Jornal A Opinião do Norte. Ano I. nº 04, 31 de dezembro de 1905, p. 02).

¹⁸⁴ “X”. Chronica a lápis. Jornal A Liga. Ano I. nº XIV. 23 de março de 1922, p. 02.

o progresso e o desenvolvimento.

Ao analisar o contexto brasileiro nos anos de 1920, Lahuerta (1997) considera que esse é um período em que a intelectualidade passa a pensar o país, propõe reformas e a construção de uma nação moderna, levantando questionamentos inéditos, que permaneceram em pauta nas próximas décadas. O autor considera que a modernização pretendida não tinha um sentido definido. A racionalidade técnica era ainda incipiente, pois a ciência apenas começava a assumir importância como ideologia. O “atraso” tornava-se cada vez mais flagrante, e dar resposta a ele passou a ser a preocupação de inúmeras ações que tomavam a modernidade por referência. Assim, a pretensão de ser moderno deslocou-se para o tema nacional. A sociedade civil movimenta-se num sentido renovador e há em comum a necessidade de unificação cultural. Contudo, não havia um projeto que articulasse a sociedade em torno de uma perspectiva de desenvolvimento sócio-histórico alternativo. (LAHUERTA, 1997)

Segundo Araújo (2004), a década de 1920 depositou “[...] uma confiança inaudita num futuro genuinamente democrático e próspero, permitido pelo progresso liberal das artes, das ciências e de uma educação escolar integral e científica”. No inventário geral dessa época, há uma aposta de que a unidade nacional provinha de uma educação escolar integral e de pilares científicos, sendo possível identificar toda uma geração empenhada em delinear e fabricar um Brasil moderno (ARAÚJO, 2004, p. 135).

No contexto montesclareense, essa aposta foi evidenciada pela *Gazeta do Norte*, que assumiu uma missão educativa, posicionando-se em favor da educação, da instrução e da alfabetização. Ao representar o analfabeto e iletrado como pessoa ignorante, doente e passiva, o jornal produziu uma imagem positiva daquele que dominava as habilidades de leitura e escrita, colocando a educação como símbolo da modernidade. Ao desqualificar o analfabeto, apresentava a “desalfabetização” como a saída para os problemas de atraso cultural da cidade e do país, mobilizando ações dos intelectuais montesclareenses para superação do problema.

2.2- A MISSÃO “DESANALFABETIZADORA” DA GAZETA DO NORTE

Educação e instrução tornaram-se diretrizes orientadoras das ações empreendidas por intelectuais montesclarenses, sendo a “desanalfabetização” da população compreendida com um sentido de missão para a *Gazeta do Norte*. Mesmo próximas, as noções de educação e instrução não se equivaliam e apresentavam significados distintos. Educação, instrução e alfabetização são três noções a partir das quais o jornal organizou o que entendia ser a sua missão educativa. “Desanalfabetizar” a população era ação que dependia da escola e não significava apenas ensinar a ler e escrever, mas produzir modificações em seus usuários e facultar-lhes condições para uma imersão diferenciada na cultura.

Talvez pense muita gente que educar consiste apenas em ensinar a lêr e escrever somente! Não... Educar não é somente isto, mas sim, procurar desenvolver e dirigir aptidões individuais, melhorando-as, dando-lhes possibilidades novas, adaptando-as às possibilidades da época, às exigências do momento e do meio¹⁸⁵.

Conforme explicitou a *Gazeta do Norte*, “se o fim da educação, como já se disse alguém, é desenvolver as faculdades moraes, visa a instrução as faculdades intellectivas”¹⁸⁶. A instrução primária era compreendida como processo pelo qual se “desbrava as asperezas do cérebro e dissipa os nimbos da intelligência, pondo-a capaz ou em ponto de se dirigir e continuar as pesquisas”. Já a instrução secundária, “mais apurada” e com maior aprofundamento, “encaminha melhor a vivacidade natural do espírito”.¹⁸⁷

Apesar de visarem a finalidades específicas, educação e instrução não poderiam ser isoladas. Ao contrário, “é impossível o desenvolvimento das faculdades moraes, sem illustrar o espírito”¹⁸⁸. Para a *Gazeta do Norte*:

A instrução não se dispensa, quando se quer preparar o homem para os fins sociaes, pois como disse Isócrates, si o corpo se fortalece com o exercício moderado, o espírito se aperfeiçoa com doudas instruções: é a instrução, no dizer de Solon, a melhor provisão de viagem para a

¹⁸⁵ ALVES, Geraldina. A festa das normalistas. Discurso da alumna Geraldina Alves. *Gazeta do Norte*. Ano IX. n.º 506. 12 de fevereiro de 1927, p. 04.

¹⁸⁶ *Gazeta do Norte*, Ano VI. n.º 302, 03 de maio de 1924, p. 01.

¹⁸⁷ O nosso maior mal. *Gazeta do Norte*, Ano V. n.º 214, 26 de agosto de 1922, p. 01.

¹⁸⁸ *Gazeta do Norte*, Ano VI. n.º 302, 03 de maio de 1924, p. 01.

paragem da velhice; a pompa do rico e do pobre, no dizer de Mabihe, convindo que esquecido não fique o que Ruy Barbosa já disse: “a ignorância é a mãe da servilidade e da miséria”¹⁸⁹.

Se educação e instrução não poderiam ser vistas como processos independentes, neles também se incluía a alfabetização. Naquela época, e ainda hoje, ler e escrever são habilidades adquiridas pela via da escolarização, o que tornou natural a estreita vinculação entre escola e alfabetização. Conforme Soares (2004a), o vínculo entre alfabetização e escolarização é considerado natural e inquestionável. Tanto para o senso comum quanto para a área da educação:

O processo de alfabetização é visto não só como um componente essencial da escolarização inicial como, mais que isso, esta é mesmo comumente confundida com aquele: a concepção corrente é que a criança vai para a escola “para aprender a ler e a escrever”. (SOARES, 2004a, p. 93 – ênfases da autora).

Pelo estabelecimento desses vínculos, no contexto da missão “desanalfabetizadora” da *Gazeta do Norte*, era necessário educar, instruir e alfabetizar a população.

Ainda conforme Soares (2004b), a alfabetização é a aquisição do código escrito, em que ler e escrever implica a capacidade de representar fonemas em grafemas e grafemas em fonemas, mas também é um processo de expressão e compreensão de significados. Para a autora, além da decifração e da produção de significados, há um terceiro ponto de vista, que se desloca da questão individual para o aspecto social desse aprendizado: o conceito de alfabetização não é o mesmo para todas as sociedades. O modo como as pessoas compreendem e conceituam a alfabetização depende das características culturais, econômicas e tecnológicas da sociedade. Daí que o conceito não é único e o tipo de alfabetização necessária a uma determinada sociedade depende dos valores que essa sociedade atribui às habilidades de ler e escrever. (SOARES, 2004b).

Por essa visão, compreender o sentido da missão “desanalfabetizadora” empreendida pela *Gazeta do Norte* implicou em também compreender os

¹⁸⁹ *Gazeta do Norte*, Ano VI. nº 302, 03 de maio de 1924, p. 01.

sentidos que o jornal atribuía à alfabetização, processo que não era pensado de forma isolada e desarticulado do ato de educar, ao qual não se poderia limitar a educação.

Talvez pense muita gente que educar consiste apenas em ensinar a lêr e escrever somente! Não... Educar não é somente isto, mas sim, procurar desenvolver e dirigir aptidões individuais, melhorando-as, dando-lhes possibilidades novas, adaptando-as às possibilidades da época, às exigências do momento e do meio¹⁹⁰.

Como dissemos anteriormente, educação, instrução e alfabetização são três noções a partir das quais o jornal organizou sua missão educativa. “Desalfabetizar” a população era ação que dependia da escola e não significava apenas ensinar a ler e escrever, mas produzir modificações em seus usuários e facultar-lhes condições para uma imersão diferenciada na cultura.

Entendemos que, para a *Gazeta do Norte*, a missão “desalfabetizadora” tenha sido produzida pela constatação das precárias condições das escolas, pelos altos índices de analfabetismo e pela não-consciência dos montesclarenses acerca dos problemas advindos dessa condição. Assim, o jornal se colocou no lugar de quem fez a denúncia do atraso educacional da cidade e procurou mobilizar a população para reverter o quadro. Era necessário “desalfabetizar”, não apenas porque o alto índice de analfabetismo era um indicador do baixo nível de civilização da cidade, mas porque saber ler e acessar uma nova cultura era condição para atingir o progresso e o desenvolvimento.

Para a *Gazeta do Norte*, o uso das palavras “desalfabetizar” e “desalfabetização”, nas primeiras três décadas do século XX, apresentou um sentido especificamente ligado às demandas por escolarização e educação daquele momento histórico. Apesar do imbricamento entre a escola e o jornal, o uso dessas expressões na *Gazeta do Norte*, não foi identificado nos artigos assinados pelos professores e alunas da Escola Normal de Montes Claros ou colaboradores do jornal, estando presente apenas em matérias não assinadas. É um uso que atribuímos ao seu diretor-proprietário, o advogado José Thomaz

¹⁹⁰ ALVES, Geraldina. A festa das normalistas. Discurso da alumna Geraldina Alves. *Gazeta do Norte*. Ano IX. n.º 506. 12 de fevereiro de 1927, p. 04.

de Oliveira, que, na função de redator-chefe escreveu e/ou deu chancela às matérias publicadas pelo periódico.

Entendemos que essas expressões, no contexto investigado, não eram utilizadas como sinônimos para alfabetizar. Dadas as preocupações daquele momento (especialmente na década de 1930), que anunciavam a necessidade de ensinar a ler e escrever, como uma tecnologia que possibilitaria utilizar os textos de leitura para acessar outros conhecimentos escolares, entendemos que essas expressões encerram outras significações, mais amplas do que o mero ensino do código escrito. Na *Gazeta do Norte*, as preocupações com o analfabetismo estavam associadas às conseqüências dessa condição, e os discursos sobre a alfabetização estavam colados à possibilidade de que o saber ler e escrever favorecesse a aquisição de conhecimentos e a saída de um lugar de escuridão e ignorância.

As representações da época têm o analfabetismo como mácula e vergonha, problema causador de uma série de outros problemas. Na *Gazeta do Norte*, o analfabetismo não estava separado dessa imagem negativa. No entanto, ao propor a solução, o jornal não apresentou a alfabetização como a resposta, mas produziu representações que ligavam o aprendizado da leitura e da escrita com a possibilidade de acessar os conhecimentos inerentes à instrução. E o acesso ao conhecimento é que era considerado como solução para os problemas de atraso da cidade, por favorecer a mudança.

Ao combater o analfabetismo, a *Gazeta do Norte* defendia o acesso ao conhecimento como condição que favoreceria formar pessoas integradas ao meio social, consciente de suas responsabilidades e direitos, produtivas e aptas para o trabalho. A pessoa instruída tornava-se socialmente útil, colaborando para o desenvolvimento e o progresso da nação. “A falta de instrução concorre em grande parte para que os brasileiros, 80 por cento, dos quaes são analphabetos, não conheçam seus direitos e portanto, não possam agir, reclamando aquillo que lhes é devido”¹⁹¹.

Para a *Gazeta do Norte*, o analfabetismo era um mal, representava as trevas e a escuridão, era a causa da escravização e da subserviência das pessoas, produzia a mentira, a bajulação, conduzia à desonra e ao crime. No

¹⁹¹ Egoísmo e inércia. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 74, 06 de dezembro de 1919, p. 01.

entanto, a alfabetização, em si, não era a saída, mas era condição básica para o acesso ao conhecimento e a conscientização, que possibilitaria a liberdade, a cidadania, o exercício democrático dos direitos e deveres.

O caracter de um povo sem instrução é um poço de misérias humanas: é a mentira com todo o seu cortejo de intrigas; é a bajulação e a hipocrisia de mãos dadas; é o roubo e o assassinato em confabulações; é a sedução e a deshonra do lar!¹⁹²

Apesar de fundamental, não era a alfabetização que importava, mas aquilo que ela poderia significar como possibilidade de mudança nas sociabilidades. Para a *Gazeta do Norte*, o objeto das preocupações não era a alfabetização, mas a mudança cultural que a leitura iria patrocinar. O analfabetismo era visto como uma condição atribuída ao sujeito, mas produzia consequência para si e para a coletividade. Essa era uma condição que colocava o analfabeto em uma condição subalterna e conferia à cidade um estado de atraso e não-desenvolvimento. Era preciso “desanalfabetizar”, tirar o sujeito dessa condição desqualificada, colocá-lo no lugar daqueles que usufruíam de um bem cultural.

Parafraseando Soares (1999), afirmamos que, por não serem usuais, as palavras “desanalfabetizar” e “desanalfabetização” provocam estranhamento, apesar de estarem inseridas em um campo semântico familiar (alfabeto, analfabeto, alfabetizar, alfabetizado, alfabetização, analfabetismo) e indicar a possibilidade de construção de sentidos associados a esses usos e significações que nos são contemporâneas.

Conforme indicam os estudos lingüísticos, a língua é uma instituição social, em processo permanente de mudanças, sujeita à supressão ou ao acréscimo de novas expressões, como a palavra letramento, que passou a fazer parte do nosso vocabulário a partir da década de 1980. Na concepção de Magda Soares, “novas palavras são criadas (ou a velhas palavras dá-se um novo sentido) quando emergem novos fatos, novas idéias, novas maneiras de compreender os fenômenos” (SOARES, 1999, p. 16).

Por um processo semelhante, relacionado ao uso que os sujeitos fazem da língua, as palavras caem no esquecimento ou deixam de ser dicionarizadas,

¹⁹² *Gazeta do Norte*. nº 75, 13 de dezembro de 1919, p. 02.

por não serem objeto de usos reais e efetivos ou não corresponderem a fatos, idéias e maneiras de compreender os fenômenos sociais. Assim, a palavra “desanalfabetização” deixou de ser utilizada, mesmo integrando um campo semântico bastante familiar e amplamente discutido e, em nossa concepção, ainda ter uma correspondência em fatos educacionais e sociais contemporâneos.

Segundo Soares, analfabeto é aquele “que não sabe ler e escrever”. Já o analfabetismo é uma palavra de origem grega, composta pelo radical “alfabet”, antecedido pelo prefixo “a(n)” que indica privação ou falta, e com a terminação “ismo”, sufixo que indica modo de proceder ou de pensar. Dessa forma, analfabetismo “significa um modo de proceder como analfabeto, ou seja: analfabetismo é um estado, uma condição, o modo de proceder daquele que é analfabeto”; enquanto que alfabetização é a “ação de alfabetizar”, de tornar o indivíduo capaz de ler e escrever (SOARES, 1999, p. 16, 30-31 – grifos da autora).

Ao cunhar um conceito para “letramento”, a autora justifica a introdução de uma nova palavra, em nossa língua, pelo surgimento da necessidade de identificar um fenômeno, até então, pouco discutido: “o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 1999, p. 18).

“Desanalfabetizar” é um vocábulo construído a partir do radical “alfabet”, ao qual antecede os prefixos “des” que indica “separação” ou “ação contrária” e “a(n)” que significa “privação” ou “negação”, sendo ainda acrescido do sufixo “izar” que significa “tornar” ou “fazer com que”. Dessa forma, podemos compreender que “desanalfabetizar” é a ação que visa separar o sujeito do estado ou condição de não saber ler e escrever.

Segundo Soares (1999), “estado” ou “condição” são palavras importantes para quem deseja compreender as diferenças entre analfabeto, alfabetizado e letrado.

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu *lugar* social, seu *modo* de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os

outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente (SOARES, 1999, p. 37 – grifos da autora).

Por esse mesmo raciocínio e, novamente, parafraseando Magda Soares, diríamos que a pessoa “desanalfabetizada”, ou que passou pelo processo de “desanalfabetização”, também já não é a mesma de antes. Não apenas deixou de ser analfabeta, mas foi retirada de um estado ou condição social e cultural e, sendo assim, sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente.

Como conseqüência das representações negativas construídas em torno do analfabetismo, a necessidade de “desanalfabetizar” produziu uma concepção ampliada do ensino inicial da leitura e da escrita. Pela “desanalfabetização”, a escola iria ensinar a ler e escrever e, também, possibilitar ao alfabetizado acessar o mundo da cultura e do conhecimento. “Desanalfabetizar” era, portanto, retirar os sujeitos de um estado ou condição de não saberem ler e escrever e, portanto, inseri-los em um outro estado ou condição, facultar-lhes um outro modo de proceder – de quem sabe ler e escrever e utiliza os conhecimentos adquiridos pela leitura nas situações sociais cotidianas.

Se a *Gazeta do Norte* estava fazendo propaganda ou propondo uma ação que visava retirar os sujeitos de um estado ou condição de não saberem ler e escrever, existia a compreensão de que a “desanalfabetização” era mais do que alfabetizar. E essa é uma conceituação que guarda semelhanças com a nossa atual concepção do que seja alfabetização e letramento. Isso porque a idéia implica o uso da leitura e da escrita. Para a *Gazeta do Norte*:

O combate ao analfabetismo é sem duvida uma das mais nobilísimas funções dos governos bem intencionados. Instruir o cidadão; iluminar o seu espírito, torná-lo apto ao commercio das idéias pela palavra escripta, habitual-o a ler e a comprehender, a houver novos conhecimentos, torná-lo útil e prestativo à sociedade, é, em dúvida obra de patriotismo¹⁹³.

Dessa forma, a escola não poderia apenas ensinar a ler e escrever. A alfabetização era compreendida como um meio pelo qual seria possível produzir uma geração capaz de usar as habilidades de ler e escrever,

¹⁹³ Escolas Municipais. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 150, 28 de maio de 1921, p. 02.

apropriando-se de conhecimentos pela leitura, adaptando-se às necessidades da sociedade moderna. Por isso a *Gazeta do Norte* tecia críticas aos “pistolões da política”, que protegiam professores, interferiam no cumprimento do seu dever e prejudicavam o ensino, que era “ministrado de modo mais conveniente aos interesses pessoais do que a necessidade de desalfabetização da população privada de instrução”¹⁹⁴.

O jornal também tecia críticas ao ensino dos rudimentos da alfabetização. Agindo dessa forma a escola não iria instruir as pessoas, mas atender apenas aos propósitos interesseiros ou à “politicagem”, como é o caso da “fabricação de eleitores” e da preparação dos “respectivos amigos para o alistamento” –, e “nem se diga ou se queira justificar actos taes sob a capa dourada da instrução publica”¹⁹⁵.

No contexto montesclarenses, como produto resultante da escolarização, a alfabetização deveria ser seguida pelo ensino profissional. Era necessário que os homens se instruissem e se apropriassem dos conhecimentos produzidos pela ciência, de forma a se tornarem pessoas competentes e produtivas. Os esforços deveriam compreender tudo que se relacionasse à instrução, mas principalmente “ao ensino primário para a desalfabetização de paiz e depois ao ensino profissional, para fazer competentes”. Isso porque, “a regeneração nacional não pode ser conseguida senão pela instrução e educação e pela sciencia”. E para atingir essa regeneração “necessitamos formar uma geração que dê homens preparados; a theoria dos não preparados falliu”¹⁹⁶.

Em síntese, “desalfabetizar” a população era tarefa que implicava ensinar a ler e escrever, mas não se limitava a esse ensino, pois era necessário produzir a mudança cultural. Até os primeiros anos da década de 1920, a *Gazeta do Norte* compreendia que a sua missão “desalfabetizadora” deveria voltar-se para despertar a consciência acerca do valor da educação e da instrução, formando a opinião pública e mobilizando a comunidade. Nesse período, em que o funcionamento da Escola Normal ainda não estava

¹⁹⁴ *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 141. 19 de março de 1921, p. 01.

¹⁹⁵ *Escolas Municipais*. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 150, 28 de maio de 1921, p. 02.

¹⁹⁶ *O ensino no Brasil*. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 109, 07 de agosto de 1920, p. 01.

regularizado¹⁹⁷, os discursos do jornal dão a ver uma realidade marcada por dificuldades e orientam-se pela lógica de uma campanha de conscientização, apontando as dificuldades, denunciando os problemas, desqualificando os analfabetos e fazendo propaganda da educação, instrução e alfabetização.

Um dos grandes problemas nacionaes, talvez o maior certamente, é o de fornecer instrucção a esses milhões de brasileiros que vivem no mais desalentador regimen de analphabetismo. A propaganda do ensino e da instrucção deve ser agora uma bandeira de combate, como o foi em outros tempos a da abolição da escravatura e da mudança de Governo, de Monarchia para Republica¹⁹⁸.

Convencer a população dos benefícios da alfabetização, cobrar a obrigatoriedade do ensino, expandir a oferta de escolas, estimular as pessoas a trabalharem pela causa da educação eram ações meritórias.

Neste anno em que commemoramos o nosso primeiro centenário de emancipação política, deveríamos também commemorar o início de uma propaganda systemática pelo ensino obrigatório, de verdade, pelo ensino ambulante, levado a todos os extremos da nossa vasta Pátria, com prêmios a todos aquelles que tirassem um só individuo que fosse, das trevas do analphabetismo¹⁹⁹.

Por haver o reconhecimento do “nosso atraso”, eram feitas denúncias da precariedade das escolas e da falta de condições para uma educação eficaz e, nesse caso, o governo era responsabilizado, sendo dirigidas cobranças ao poder público. A compreensão de que a nação precisava de patriotas e não meros habitantes das cidades, direcionava cobranças aos cidadãos, para que revelassem espírito de civismo e patriotismo e freqüentassem a escola.

Por outro lado, a *Gazeta do Norte* produziu uma insistente propaganda que associava os benefícios da alfabetização a um futuro de civilização e progresso, reiterava os malefícios advindos do analfabetismo. Nas representações veiculadas, os governos eram negligentes quanto à questão educacional, não provendo a região Norte Mineira do seu maior fator de

¹⁹⁷ A irregularidade do funcionamento da Escola refere-se à inconstância das atividades, dada a suspensão do trabalho no final de 1918 em função do surto de gripe espanhola, sem que houvesse “diplomado” nenhuma de suas alunas, e das inúmeras tentativas de reabertura mal sucedidas. Além disso, por não estar equiparada às escolas oficiais, os diplomas que fossem expedidos não teriam validade legal.

¹⁹⁸ O ensino no Brasil. *Gazeta do Norte*, Ano III, no 109, 07 de agosto de 1920, p. 01.

¹⁹⁹ O nosso maior mal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 214, 26 de agosto de 1922, p. 01.

progresso.

Realmente Montes Claros, afóra o Grupo Escolar e duas escolas isoladas, na cidade não se conta com um estabelecimento de ensino onde possam as nossas creanças obter as luzes necessárias à lucta pela vida cada vez mais difficil, nestes difficeis tempos que correm²⁰⁰.

A instrução era considerada como instrumento útil ao enfrentamento das questões práticas da vida, sendo necessário ampliar a rede de escolas, propagar indistintamente as luzes do conhecimento, educar e instruir maciçamente toda a população. No entanto, “os Governos, ocupados com outros problemas da administração publica, voltam raramente os olhos para essa força principal ao desenvolvimento de todas as outras forças, que concorrem directamente para a grandeza nacional”²⁰¹. Por isso, combater o analfabetismo era prioridade e deveria constituir-se em preocupação de todos os cidadãos, que precisavam trabalhar pela causa da “desanalfabetização” – condição para se obter a luz do conhecimento, da verdade e da ciência.

Além das denúncias e críticas, a *Gazeta do Norte* procurou formar a opinião, convencer a população, obter sua adesão. Para isso apontava os malefícios da falta conhecimentos, causadora da decadência moral do país e da falta de civismo dos brasileiros.

Há muita gente que attribue à falta de instrucção, o estado de decadência moral em que jaz o Paiz. Não há que negar que a ella, em regra, se deve a falta de conhecimentos que dão lugar à ausência de civismo em grande numero de brasileiros.²⁰²

Nesse período, a grande preocupação era com a acessibilidade à escola, com suas condições de funcionamento, a frequência dos alunos e a formação de professores capazes de alfabetizar a população e retirá-la das “trevas da ignorância”. Foram disseminadas representações diversas, em que a instrução e a educação eram apontadas como solução para os problemas. Por influência do ideal iluminista e liberal, a educação era positivamente associada à construção da nacionalidade, ao avanço econômico e tecnológico, à civilidade e moralidade, ao desenvolvimento cultural, ao progresso e a

²⁰⁰ SARMENTO, Honor. Cartas Semanaes. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 44, 3 de maio de 1919, p. 01.

²⁰¹ ALTES. A instrucção. *Gazeta do Norte*, nº 33, 15 de fevereiro de 1919, p. 02.

²⁰² Tempos difficeis. *Gazeta do Norte*. Ano II. nº 87, 26 de março de 1920, p. 01.

prosperidade individual e social. No entanto, havia o temor de que a pessoas instruídas fugissem ao controle e se rebelassem, deixando de ser produtivas e dóceis.

Nas representações produzidas pela *Gazeta do Norte*, a falta de escolas e a inadequação de suas condições era o “grande mal” a ser equacionado, pois “nenhum factor tem maior coeﬃciente em prol da liberdade, do engrandecimento d’um paiz, que a instrucção”²⁰³. Sem instrucção, a conquista da independência não seria possível – mesmo libertas, as pessoas seriam condenadas à escuridão e ao estado de escravização. “Sem instrucção nunca teremos conhecimento perfeito dos nossos deveres e dos nossos direitos – seremos eternamente um povo escravizado, sem a menor somma de liberdade”²⁰⁴.

Ao defender a instituição do voto secreto e obrigatório, a *Gazeta do Norte* afirmou a importância dessa conquista, contudo ressaltou que a instrucção deveria ser a aspiração maior a mobilizar o interesse dos cidadãos patriotas. “É essa a conquista que mais interessa ao nosso Paiz, abstrahindo-se a da instrucção, primordial aspiração entre todas de que se devem occupar os homens patriotas”²⁰⁵.

À sua falta [de instrucção] se devem o desprezo pelos deveres cívicos, o desrespeito às leis, o suborno fácil, a traição aos princípios da honra, a ausência de amor pátrio, todas as calamidades enfim, que impedem o homem de conhecer a sua força no conjunto dessa invencível agremiação que se chama – o povo²⁰⁶.

A *Gazeta do Norte* considerou que “a nossa educação política se ressentia justamente da falta de civismo e de patriotismo que só se adquire pela instrucção”²⁰⁷. “Infelizmente, porem, bem longe estamos de tel-a entre nós, ao menos medíocre”²⁰⁸. A matéria ainda estabelecia comparações entre a nossa condição de atraso e o Japão, “que em menos de 50 anos transformou-se de uma nação civilizada, com geral assombro para o mundo inteiro”²⁰⁹; enquanto

²⁰³ ALTES. A instrucção. *Gazeta do Norte*, nº 33, 15 de fevereiro de 1919, p. 02.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ Recenseamento. *Gazeta do Norte*, Ano III. nº 110, 14 de agosto de 1920, p. 01.

²⁰⁶ O nosso maior mal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 214, 26 de agosto de 1922, p. 01.

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ ALTES. A instrucção. *Gazeta do Norte*, nº 33, 15 de fevereiro de 1919, p. 02.

²⁰⁹ O nosso maior mal. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 214, 26 de agosto de 1922, p. 01.

que a Rússia sofria as conseqüências da indiferença pela instrução do seu povo: “Hoje, acha-se a braços com a fome e toda a sorte de misérias, porque na sua população, ignorante e supersticiosa, falta a base dos grandes empreendimentos – a instrução”²¹⁰.

É assim que todos os governos que se dizem de paizes civilizados empenham-se pela instrução de seus nacionaes, e o cultivo que estes adquirem é a maior garantia do progresso do Paiz que tal interesse toma pela educação de seus filhos. Há precisamente um século tivemos a nossa emancipação política e durante esses cem annos o que menos tem preocupado os governos que se succedem na mesma apathia, é a instrução²¹¹.

O progresso era creditado às condições de instrução e o governo era responsável por garantir o acesso à escola. A falta de educação entravaria o desenvolvimento coletivo e individual. As pessoas não obteriam liberdade e conhecimento dos direitos e deveres, não formariam a consciência esclarecida e capaz das melhores escolhas, não agiriam em favor da liberdade e da grandeza do país.

A instrução seria capaz de suplantar a selvageria, produzir a cultura do espírito, a consciência dos deveres, o desenvolvimento das aptidões necessárias para a vida produtiva. Ainda em 1920, o jornal destacou que “o ensino da mocidade tem para nós especial attractivo, pois nella temos fé, como capaz de fazer o Brasil de amanhã, poderoso e respeitado, como deve e há de ser”²¹². Confirmando a crença no poder da educação, Afelino posicionou-se, apontando o ato de educar como condição “para que possamos preparar para o futuro uma sociedade culta e digna da epocha”. E a tarefa era urgente e imediata, pois “se assim não se fizer, teremos amanhã, não uma sociedade civilizada, e sim um povo sem cultura, triste victima dos nossos erros”²¹³.

A alfabetização era condição para conhecer direitos e deveres e agir de forma consciente e cidadã; era garantia de que as pessoas pudessem se defender de interesses escusos, de aproveitadores e espertos, que faziam uso das posições que ocupavam em benefício próprio. Dessa forma, saber ler e

²¹⁰ O nosso maior mal. Gazeta do Norte. Ano V. nº 214, 26 de agosto de 1922, p. 01.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² Editorial. Gazeta do Norte. Ano II, nº 104, 03 de julho de 1920, p. 01.

²¹³ AFELINO. Instrucção publica – um appello ao novo governo. Gazeta do Norte. Ano V, nº 218, 23 de setembro de 1922, p. 01.

escrever passa a ser condição de cidadania, liberdade e luta contra a submissão e a opressão.

Si os que sabem ler e tem medo se unem aos analphabetos que não agem por consciência de seus deveres, o país fica entregue aos espertos, aos que, donos das posições, delas fazem uso, só no seu interesse próprio, trazendo aos outros em seu cativeiro que resulta da submissão aos seus actos, os mais impatrióticos e offensivos à sua liberdade²¹⁴.

Produzida como signo da modernidade, a alfabetização era requisito para a liberdade, condição para as pessoas fazerem escolhas autônomas e conscientes. Além da apatia, a falta de instrução era concebida como fonte de grandes “calamidades sociais”, como a traição, o suborno, o desrespeito às leis – elementos que se constituíam como obstáculos, impedindo que os homens pudessem se unir e conhecer sua verdadeira força. Além de redimir a sociedade dos problemas relacionados à vadiagem, pela instrução as pessoas poderiam tornar-se produtivas, assumirem cargos e prestarem relevantes serviços a sociedade, abandonarem hábitos perniciosos, vícios e, até mesmo, evitarem os crimes.

Ainda em 1919, ao defender a instalação de escolas noturnas, a *Gazeta do Norte* argumentou que a alfabetização era capaz de agir sistematicamente na prevenção da vadiagem e “os crimes seriam praticados em menor número, porque o analphabetismo é o motor principal dos crimes”²¹⁵. A criação da escola noturna foi considerada como ação importante na cruzada contra o analfabetismo, mas seus potenciais alunos não se conscientizaram de que deveriam freqüentá-la, preferindo a vadiagem em lugar da educação.

Seus alumnos vagueiam pelas ruas ou freqüentam as tavernas e as casas de jogos prohibidos, onde, em contrastes com os conhecimentos que deveriam receber na escola, são contaminados pelo vicio, pela perdição, e, em vez de homens úteis à sociedade, surgem delles, não raro, os criminosos inveterados, indivíduos prejudiciaes à sociedade²¹⁶.

Para o colaborador do jornal, convicto dos valores inerentes à instrução e à alfabetização, “a essas escolas, principalmente, deveria ser applicada a

²¹⁴ Egoísmo e inércia. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 74, 06 de dezembro de 1919, p. 01.

²¹⁵ ALTES. A Instrução. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 33, 15 de fevereiro de 1919, p. 02.

²¹⁶ *Ibidem*.

obrigatoriedade do ensino, punindo severamente esses moços transviados, mas que se salvariam facilmente se a lei os obrigasse a receber instrução”. E, dada a capacidade salvadora da instrução, até mesmo a polícia deveria ser chamada para “auxiliar aos professores de taes escolas, porque está no seu dever reprimir a vagabundagem – seria uma violência, mas uma violência que produziria os melhores benefícios à sociedade em geral”²¹⁷. O colaborador do jornal depositava esperanças no governo mineiro, por acreditar que agir com honestidade e demonstrava preocupação com o “levantamento moral” do Estado e compreendia que a educação do povo constituía-se como condição vital de “soerguimento da nação”²¹⁸.

Por esse raciocínio, a *Gazeta do Norte* defendia a idéia de que, “saneando os indivíduos e o meio em que elles exercem sua actividade, concorre o Estado para elevar-lhe o moral, tornando-o mais apto para o trabalho, nessas condições mais productivo e remunerador”²¹⁹. A escola era vista como uma necessidade, por ser o lugar da formação moral, do trabalho produtivo, da consciência dos deveres e direitos. A consciência dos direitos retirava os cidadãos da inércia e da apatia, possibilitava a ação, impulsionava-os a reagirem contra erros e desmandos cometidos, em favor de seus legítimos interesses e do bem social.

Por essa lógica, se a educação era compreendida como condição para a ação consciente, alavanca do progresso, motor do desenvolvimento, salvação nacional; o seu oposto antagônico era o analfabetismo e a ignorância – de onde se construiu a idéia de nação atrasada, composta por uma população apática, escravizada, pouco consciente de seus direitos e responsabilidades. A educação, portanto, era a tarefa primeira, para a qual deveriam se encaminhar investimentos e esforços.

Constitue uma das maiores preocupações dos governos bem intencionados e patriotas, o combate, por todos os meios do analfabetismo, a causa primacial do estado de apathia do povo brasileiro, incapaz, por falta de instrução, de comprehender os seus direitos e deveres²²⁰.

²¹⁷ ALTES. A Instrução. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 33, 15 de fevereiro de 1919, p. 02.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ Editorial. *Gazeta do Norte*. Ano II. nº 98, 22 de maio de 1920, p. 01.

²²⁰ Caixa Escolar. *Gazeta do Norte*. Ano III. nº 113, 04 de setembro de 1920, p. 01.

Percebe-se nesse discurso, não apenas uma responsabilização patriótica dos governos, ou mesmo uma valorização dos benefícios da alfabetização e da instrução. Para além dessas defesas, o jornal apresentava o povo brasileiro como um conjunto de pessoas apáticas, doentes e passivas.

Eduque-se o povo do Norte; faça-se com que elle comprehenda seus deveres cívicos e far-se-ha mudado essa passividade doentia de que temos dado provas por uma collaboração benéfica em prol desta vasta região fadada a um grandioso futuro²²¹.

Nessa direção, ao discutir política e educação nos anos de 1920, Carvalho (1997, p. 125) identifica, nas práticas cívicas das organizações nacionalistas, uma forte circulação da idéia do “marasmo”. Por esse movimento, “[...] as imagens da doença, do vício, da falta de caráter, da amorfia, capturadas como indícios da passividade das populações brasileiras”, entraram em circulação, sendo atribuída às elites, a direção política dos processos de transformação. Para a autora, a circulação dessas imagens não tem sido, suficientemente, registrada e explorada no movimento educacional. Contudo, a idéia de apatia e passividade do povo, relacionava-se, simultaneamente, à educação e aos grupos intelectuais. Isso porque, a amorfia atribuída à população brasileira dá a dimensão do que seja a sua indissociável contrapartida, ou seja o papel atribuído às elites, que precisavam assumir a direção política da ação educacional e dos processos de transformação social.

Obra de moldagem, a educação era o instrumento com que contavam tais elites para unificar, disciplinar, moralizar, homogeneizar e hierarquizar as populações brasileiras, com vistas à efetivação de um particular projeto de sociedade. (CARVALHO, 1997, p. 127).

Por esta lógica, que compreendia a falta de educação e o analfabetismo como causas de apatia, como mácula e vergonha, o discurso do governo mineiro indicava a necessidade de educar a população. Em relatório do governo de Melo Viana, ao abordar a aquisição e distribuição de livros para os alunos pobres, foi transcrita matéria publicada pelo jornal *O Paiz*, onde o analfabetismo era tomado como fator a nos “acabrunhar”, ao passo que o investimento em livros estava positivamente associado à fecunda produção de

²²¹ As eleições e o Norte. Gazeta do Norte, Ano I. nº 36, 08 de março de 1919, p. 01.

bons frutos.

Quisessem todos os Estados do Brasil aplicar em taes obras os recursos (mesmos pequenos) permitidos pelos seus respectivos orçamentos e teríamos, de há muito, reduzido a porcentagem colossal de analphabetos que nos acabrunha e macula. Nem todos os Estados poderão dispor de grandes verbas para tal fim: mas faça cada um o que puder, dentro desses formosos exemplos, e teremos de fructificar em gloriosa messe a sementeira fecunda das idéas²²².

Segundo Graff (1994), o suporte para essas crenças em torno do aprendizado da leitura e da escrita originou-se de um duplo movimento: de um lado, as suposições e expectativas do senso comum, que enfatizavam a linearidade e a infalibilidade do progresso. Por outro lado, corrobora com o mito, uma série de correlações, que associavam positivamente os níveis de alfabetização com os indicadores de desenvolvimento social. Dos indicadores de fertilidade até o desenvolvimento social e econômico, passando por questões relacionadas com a democratização política, a cidadania participante, a ampliação da consciência e da identidade, o aproveitamento de oportunidades, a orientação de ações, como também os problemas relativos à vadiagem, criminalidade, etc, encontravam-se correlacionados aos índices de alfabetização. “A quantidade de conseqüências e correlações ecológicas aduzidas é inimaginável; poder-se-ia facilmente encher volumes com elas. As evidências, entretanto, são muito menores que as expectativas e suposições [...]”. (GRAFF, 1994, p. 33).

Por comungar dessas idéias, a *Gazeta do Norte* empreendeu suas ações. No entanto, a partir de 1923, com a reabertura da Escola Normal e a regularização de seu funcionamento, é possível perceber um deslocamento nos discursos. Permanece a crença no poder da educação e da instrução, e a “desanalfabetização” permaneceu na pauta de discussão. No entanto, como permanência não significa imutabilidade, a missão do jornal assumiu novos contornos. A representação ainda é de alfabetizar e instruir para se obter a civilização e o progresso, mas as ações desenvolvidas sofreram modificações.

Nesse movimento, o lugar da Escola Normal na imprensa também se distingue. Se no período anterior, a *Gazeta do Norte* procurou desenvolver

²²² MINAS GERAIS. Relatório do governo Mello Vianna. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 182. (Reportagem transcrita de “O Paiz”).

esforços em prol da normalização de seu funcionamento, a partir da 2ª metade de década de 1920, a Escola passou a ser uma aliada do jornal, contribuindo para sua missão educativa. Por essa parceria, os discursos do jornal assumiram uma natureza pedagógica, procurando direcionar as ações educativas no lar e na escola.

Se até então a imprensa cumpria um papel de denúncia, reivindicação e propaganda da educação, esses discursos sofreram modificações, e a cidade de Montes Claros passou a ser vista por uma perspectiva cada vez mais positiva e otimista. Em “Montes Claros progride”, no ano de 1927, a *Gazeta do Norte* destacou que Montes Claros vivia um momento de franco progresso pela conquista de condições de higiene e beleza arquitetônica das construções; pelas duas indústrias têxteis nascentes, pela energia elétrica instalada desde 1917; pela Estrada de Ferro Central do Brasil, que chegara em 1926 e ligava a cidade aos centros mais avançados.

Na percepção do jornal, este era um momento em que uma série de fatores concorria para o desenvolvimento: “tudo tende a aperfeiçoar-se, tudo tende a evoluir”. E esse surto de desenvolvimento também se devia à educação.

A instrução aqui atravessa uma ephoca de maior bonança. Além do grupo escolar, onde o ensino primário é ministrado por 19 professores competentes, sob a direcção technica de abalisado educador; a cidade possui ainda uma Escola Normal com seu corpo docente escolhido e capaz, onde se preparam as obreiras para a educação d’amanhã; temos mais o Gymnasio Municipal, equiparado, o qual vae num crescendo continuo, graças a boa direcção e systema de ensino.²²³

Disseminar a alfabetização e a instrução para toda a população era uma necessidade. Enquanto “motor do desenvolvimento”, a instrução da população não deveria visar aos interesses e questões pessoais, sobrepondo-se a elas para construir o bem estar da coletividade. Pessoas civilizadas e evoluídas formariam uma nação grande e igualmente civilizada e evoluída, pois o desenvolvimento individual estaria a serviço da coletividade. Por isso, a *Gazeta do Norte* produziu representações, fez propaganda dos benefícios da educação, depositou crenças na instrução e na alfabetização, sensibilizou seus

²²³ Montes Claros progride. *Gazeta do Norte*. Ano XI. nº 673, 25 de maio de 1929, p. 01.

leitores, associou-se à Escola Normal e disseminou conhecimentos pedagógicos, que visavam “preparar sacerdotisas da desalfabetização do nosso querido Brasil”²²⁴.

2.3- MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO E A MODERNIDADE PEDAGÓGICA

No contexto de modernização e progresso das décadas de 1920-30, a adoção de princípios da Escola Nova representa a modernidade pedagógica. Conforme Lourenço Filho (1978), a expressão Escola Nova não se refere a um tipo de escola, mas a todo um conjunto de princípios que visavam à revisão de formas tradicionais de ensino. Inicialmente, esses princípios derivam de uma nova compreensão das necessidades da infância, indicados por conclusões da Biologia e da Psicologia, mas alargam-se passando a relacionar-se ao social. (LOURENÇO FILHO, 1978).

A partir dos últimos anos do século XIX, em vários países, muitos educadores discutem os problemas educacionais tentando resolvê-los pela aplicação das recentes descobertas da ciência. Assim, as primeiras escolas novas com a denominação de Escola Nova surgem na Europa como instituições privadas de ensino, sendo que em 1889 os propugnadores do movimento fundam, em Genebra, o *Bureau International des Écoles Nouvelles* que, por longo tempo foi dirigido por Ferrière. Em 1919, em função da multiplicidade de práticas desenvolvidas sob o nome de Escola Nova, o encontro de escolas novas realizado em Calais assenta alguns caracteres gerais, visando à definição de características básicas relativas à organização das instituições de ensino e à formação intelectual e moral dos estudantes. (LOURENÇO FILHO, 1978).

A Escola Nova não era, portanto, um movimento único de mudanças, caracterizado pela uniformidade e homogeneização de discursos e práticas educativas. Ao contrário, no Brasil e no mundo, diferentes correntes de pensamento coexistiram no interior desse movimento renovador. Como uma proposta multifacetada, a partir da qual foram geradas práticas distintas e,

²²⁴ Semanal. Em torno de uma dedicatória ao D. Francisco Floriano de Paula. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 895. 13 de janeiro de 1934.

muitas vezes conflitantes e antagônicas, o movimento não pode ser compreendido pela busca de convergências.

No contexto das escolas mineiras, a adoção de princípios da Escola Nova foi institucionalizada pela Reforma Francisco Campos (1927-1928). A Reforma foi implementada pelo Regulamento do Ensino Primário (Decreto lei 7.970, de 15 de outubro de 1927), sendo complementada pelo Regulamento do Ensino Normal (Decreto lei 5.162, de 20 de janeiro de 1928) e pelos Programas do Ensino Primário (Decreto lei 8.094, de 20 de janeiro de 1928). Para viabilizar sua implementação, dentre outras atividades, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte, além de 21 escolas normais oficiais; foram promovidos cursos e palestras, instaladas bibliotecas escolares e intensificada a divulgação da *Revista do Ensino*.

Nas instituições de ensino, a adoção de princípios escolanovistas implicou a necessidade de mudança nas práticas de socialização e homogeneização cultural; respeito à individualidade e à liberdade, aos ritmos individuais e interesses infantis; a realização de um trabalho voltado para a atividade da criança. Também representou a renovação dos processos de ensino da linguagem, sendo que a negação dos métodos sintéticos e a adoção dos métodos analíticos assumiram o sentido de modernização da alfabetização.

A proposta de renovação deslocou o olhar lançado sobre o aprendizado inicial da leitura e da escrita. Novas representações indicavam a ampliação de exigências e a complexificação das funções regeneradoras atribuídas à escola, à escolarização e à alfabetização. A nação demandava pessoas preparadas para exercerem funções produtivas no mercado de trabalho, sendo necessária a apropriação de conhecimentos produzidos pelas ciências modernas. De forma embrionária, ainda nos primeiros anos da década de 1920, algumas nuances das modificações em curso indicam que a escolarização não deveria limitar-se à eliminação do analfabetismo e que a alfabetização não poderia circunscrever-se a ensinar a ler e escrever.

As novas demandas colocadas para o ensino da leitura impuseram mudanças nos processos de alfabetização. De aquisição de mecanismos de decifração do código, a alfabetização passou a ser vista como compreensão de textos. E essa mudança indicava a emergência de novos propósitos escolares

de utilização da leitura e da escrita, que entravam em disputa e produziam uma revisão de concepções e práticas relativas aos métodos de alfabetização.

Na *Gazeta do Norte*, o propósito educativo foi redimensionado, assumindo o sentido de uma preocupação pedagógica com a alfabetização. Por isso, o jornal passou a divulgar conhecimentos relativos ao ensino da leitura e da escrita, orientando as professoras acerca da utilização de métodos e materiais de alfabetização. No lugar de fazer denúncia, indicar a necessidade de eliminar o analfabetismo, ou mesmo de cobrar políticas públicas e empreender campanhas de conscientização, a *Gazeta do Norte*, por sua adesão aos princípios escolanovistas, passou a fornecer orientações didáticas, indicar novos materiais e prescrever a adoção dos métodos analíticos para alfabetização.

Isso porque, nas abordagens sintéticas, ler equivale a decifrar e o ensino parte da idéia de que se deve adquirir uma técnica para o decifrado. Ou seja, partem de elementos menores do que a palavra, ou seja, têm o grafema, o fonema ou a sílaba como referência para a sistematização do ensino e insistem na correspondência entre o oral e o escrito, estabelecendo relações a partir de elementos mínimos, em um processo que consiste em ir das partes para o todo.

Ao prescrever a utilização das abordagens analíticas, a *Gazeta do Norte* sinalizava para o fato de esse ser um modo de ensino que tem a compreensão por base, partindo da palavra ou de unidades maiores para sistematizar a alfabetização. O método analítico, também denominado global ou ideovisual, proposto por Decroly²²⁵, representa uma reação contra os postulados dos métodos sintéticos, por considerá-los mecanicistas. Decroly postula que, no espírito da criança, as visões de conjunto precedem a análise e assim, no método global a análise dos componentes é uma etapa posterior ao reconhecimento global das palavras e frases. Assim, os desacordos entre

²²⁵ Ovídio Decroly, em 1907, fundou a “École de l’Ermitage”, um centro experimental para crianças ditas anormais, que exerceu grande influência no campo educativo. Inspirado pelas idéias da Escola Nova, dedicou-se à aplicação de novos métodos, Decroly era partidário da aprendizagem através da ação, colocando a criança no centro da atividade educativa e procurando organizar um ambiente estimulante, adaptado às necessidades individuais, ao desenvolvimento da criança e aos saberes. Entende ser necessária a modificação dos programas escolares tradicionais e do trabalho escolar, propondo um programa de “centros de interesse” e a globalização do ensino. (LOURENÇO FILHO, 1978).

sintéticos e analíticos focalizam-se sobre o tipo de estratégia perceptiva em jogo: auditivo ou visual. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985).

Ou seja, nas primeiras décadas do século XX, a dicotomia entre decifração e compreensão orientou a discussão. Nos embates por métodos, os autores opuseram uma técnica alfabética e silábica a uma técnica global e, no entanto, essas duas estratégias diferem apenas na ordem das etapas necessárias à aquisição do sistema. No início, os métodos clássicos (sintéticos) ensinam uma decifração fonética, que pode levar a produzir corretamente os sons, mas a não descobrir os sentidos. Dessa forma, as crianças somente saberão ler quando os procedimentos de decifração puderem ser esquecidos e o leitor aceder diretamente o sentido. Já a segunda estratégia (analítica), corresponde a uma leitura que vai diretamente ao sentido e apenas numa outra etapa esses leitores deverão aprender as regras de correspondência grafema-fonema para poderem fazer aproximações às palavras desconhecidas.

No Brasil, conforme Pfromm Neto (1974), a penetração dos métodos analíticos ocorreu entre as décadas de transição do século XIX para o século XX, por influência norte-americana e européia. (PFROMM NETO, 1974). Em Minas Gerais, essa discussão se fez presente com muita intensidade, constituindo-se como preocupação de professores e inspetores do ensino. Nesse período, ainda em 1890, como reflexo dessas discussões, a preocupação com a modernização dos métodos para alfabetizar e com a eficiência na alfabetização também mobilizou os educadores montesclarenses, sendo tematizada pela imprensa local.

Interessante perceber que, em cada época, o que se considera moderno é diferente dos padrões de modernidade de outras temporalidades ou sociedades. Se no final do século XIX, moderno era adotar métodos e cartilhas sintéticas, no movimento de renovação da Escola Nova, moderno era negar esses métodos e adotar as abordagens analíticas e globais. No contexto montesclarenses, ao abordar as grandes transformações culturais em curso, o jornal *Correio do Norte* considerava que, a “evolução” e a modernização percebida no ensino da leitura e da escrita era atribuída à adoção de métodos e cartilhas sintéticas. No discurso produzido pelo jornal, se há uns trinta anos atrás, mal se conhecia qualquer teoria sobre a instrução primária, naquele momento (1890), já era possível perceber os avanços da pedagogia. Se “a

pedagogia era um ramo de sciencia da qual talvez apenas se ouvisse acaso fallar, ignorando-se ao todo de que objecto tratasse”, hoje ela se fazia presente nas escolas e influenciava nos processos de alfabetização²²⁶.

No discurso publicado pelo jornal, as práticas alfabetizadoras do período imperial eram inadequadas, desordenadas, improdutivas, barulhentas, repetitivas, mecânicas e baseadas no “decoreba”. As críticas eram direcionadas ao modo de organização das aulas e ao método utilizado para alfabetizar:

Nas aulas de primeiras letras daquelle tempo, depois que o menino tinha consumido dois ou três mezes de berreiro do A,b,c, quando se livrava do Axbu, castigo imposto aos que somente decoravam as denominações das letras, sem conhecerem os caracteres do alphabeto, era obrigado a esgotar a longa série de cartas das syllabas e de nomes, arranjadas à phantasia do mestre que não obedecia à regra nem a princípio algum e só attendia ao próprio órgão auditivo pouco educado, pouco affeito à euphonia²²⁷.

As críticas também eram dirigidas ao material impresso utilizado para as primeiras leituras, considerado inadequado à atividade de ensino, pela complexidade dos textos, pelos erros ortográficos e sintáticos, pela pouca legibilidade dos manuscritos. Se inicialmente o aluno oralizava e decorava os nomes das letras e uma série de sílabas e de nomes, a tarefa seguinte era ler a letra impressa e os textos.

Assim preparado o alumno passava a aprender a ler letra redonda, como chamavam a impressa, o que se começava então pela célebre cartilha de doutrina Christã do Padre Ignácio, alternadamente com a leitura de manuscriptos, que eram cartas a particulares e de commercio, por via de regra, tão falhas de orthografia como de syntaxe, muitas recheiadas de pleonasmos, mais obscuras e inintelligiveis que um capítulo do Apocalypse²²⁸.

Nas representações veiculadas pelo jornal *Correio do Norte*, nas últimas décadas do século XIX, pela adoção de métodos e materiais inadequados, o

²²⁶ A escola. Jornal Correio do Norte. Ano VII, nº 326. 02 de novembro de 1890, p. 03.

²²⁷ A escola. Jornal Correio do Norte. Ano VII. nº 334, 23 de dezembro de 1890, p. 04

²²⁸ *Ibidem*.

aluno ficava cinco ou seis anos na escola e, somente se fosse assíduo, “sahia o menino sabendo ler, escrever e contar, conhecendo praticamente as quatro operações fundamentaes da arithemetica e a doutrina christã”. O material usado para alfabetizar não favorecia o aprendizado, pois era composto por “uma infinidade de cartas de sentenças”, “autos velhos, verdadeiros hieroglyphos difficilmente decifráveis”²²⁹. No entanto, o ensino começava a adequar-se aos novos tempos, a escola modernizava os processos de alfabetização. “Começaram a apparecer os methodos de ensino rápido, um após outro annunciados como a realização do ideal no gênero: primeiro o de Castilho, mais tarde o de João de Deus²³⁰, seguido do de Octaviano Hudson, no Rio de Janeiro”²³¹.

Esses discursos, produzidos ainda em 1890, revelam uma preocupação com o ensino: não bastava o acesso às escolas, era necessária uma alfabetização eficiente, de modo que a criança não fosse obrigada a freqüentar a escola por cinco ou seis longos anos para adquirir apenas os rudimentos da leitura, da escrita e das operações matemáticas. Esse posicionamento de critica à ausência de sistematização de métodos e materiais de ensino encontra-se com reflexões contemporâneas de Bresson (1996), ao afirmar que a leitura e a escrita não podem ser objetos de um procedimento espontâneo de aquisição. São práticas sociais instituídas, sendo que o simples contato com os escritos e a observação das leituras orais ou silenciosas feitas por outrem não são suficientes para transmitir as habilidades de ler e escrever. (BRESSON, 1996).

Em 1890, o *Correio do Norte* lança um olhar positivo sobre a alfabetização e considera ter havido progresso nos processos de ensinar a ler e escrever – progresso representado pelo surgimento de métodos sistematizados e materializado em cartilhas produzidas com a finalidade específica de alfabetizar. No entanto, nas décadas de 1910-30, a questão que mobilizou os debates e que indicava um novo avanço na alfabetização era a

²²⁹ A escola. Jornal Correio do Norte. Ano VII. nº 334, 23 de dezembro de 1890, p. 04.

²³⁰ Conforme Pfromm Neto (1974), o *Método Castilho* era uma cartilha adaptada de um método francês por Antonio Feliciano de Castilho, marcada por preocupações fonéticas, cuja primeira publicação ocorreu em Lisboa no ano de 1850, sendo reformulada em sua 2ª edição, de 1853, e incluía abecedário, silabário e textos de leitura. Já a Cartilha Maternal surgiu em 1875, de autoria do poeta João de Deus Ramos, sendo o segundo texto português de importância para o ensino da leitura.

²³¹ A escola. Jornal Correio do Norte. Ano VII. nº 326. 02 de novembro de 1890, p.03.

mudança nos métodos, enquanto que a inovação era representada pela adoção dos métodos analíticos, que tinham como ponto de partida a palavra, a sentença, a historieta ou o conto.

Segundo Pfromm Neto (1974), de 1910 a 1930, foram produzidas as primeiras cartilhas analíticas, baseadas inicialmente na palavração e posteriormente na sentencição. No entanto, o debate acirrou-se na década de 1930, em que os adeptos dos métodos sintéticos (da soletração e da silabação) passaram a ser considerados como tradicionalistas, enquanto que os inovadores, partidários dos métodos analíticos (globais), realçavam a importância da aprendizagem significativa ou da compreensão dos textos lidos, desde o início do aprendizado da leitura. (PFROMM NETTO, 1974). Essas disputas por métodos e tendências de alfabetização, na concepção de Frade (2004), revelam uma oposição entre o novo, o moderno e mesmo o “moderníssimo” e o tradicional, numa tentativa de eliminar o conhecimento pedagógico anterior. (FRADE, 2004).

Em Minas Gerais, a Reforma Francisco Campos, implementada em 1927, demarcou essas disputas por métodos de alfabetização, por interferir no processo de ensino e definir um único método a ser adotado pelas escolas mineiras. Conforme Frade e Maciel (2006), a reforma era abrangente, teve a inovação metodológica como eixo e produziu uma mudança paradigmática em relação ao aprendizado da leitura e da escrita, negando os métodos sintéticos e estabelecendo a adoção do método global para alfabetização. Por esse motivo, o ano de 1927 é considerado um marco de mudança para o ensino e para a história da alfabetização em Minas. (FRADE e MACIEL, 2006).

A *Revista do Ensino*, como órgão oficial de disseminação dos propósitos reformadores, em diferentes artigos coloca em circulação esses debates em torno dos métodos. Ainda em 1928, Júlio de Oliveira fez a defesa da alfabetização pelo método ideo-visual de Decroly, que partia da sentença, tinha por base a exploração das idéias contidas no texto e visava à formação de conceitos no espírito da criança²³². Sendo um “método ideológico”, não deveria

²³² Em 1929, Firmino Costa, Director Técnico do Curso de Aplicação da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, defende o método de alfabetização idealizado por Decroly, denominado de “ideo-visual porque a imagem graphica está sempre intimamente ligada à scena ou ao objecto; global, porque apresenta o todo”. Além de favorecer a compreensão dos conteúdos presentes no texto e não meramente a decifração do código, o método ideo-visual

ser confundido com o método da “fraseação”²³³, ou seja, “decorar um trecho ou uma frase e depois decompô-lo em palavras e syllabas, não é o mesmo que formar idéas para depois expressá-las”²³⁴, sendo importante selecionar textos coerentes e trabalhar as significações presentes.

No contexto montesclarenses, discussão semelhante ocorreu somente em 1933, momento em que a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal passaram a defender a alfabetização pelo método global, compreendido como mais adequado à aquisição das habilidades de leitura e escrita esperadas dos cidadãos modernos. A primeira referência encontrada no jornal é de Alberto Conte, que afirma a “revolução” operada pela Escola Nova e destaca a importância dos métodos de ensino, cujo valor não se mede pela quantidade de conhecimentos que possibilitavam transmitir em um determinado tempo. A sua qualidade era medida pelo seu coeficiente educativo.

O methodo syntetico de ensino de leitura, por exemplo, é talvez mais rápido que o methodo analytico, e este, no ensino não globalizado, mais rápido que o aprendizado da leitura no ensino globalizado. Mas o que importa isso, se esse último é o mais educativo, o que mais desenvolve e forma o espírito?²³⁵

Por essa lógica, o que importava no ensino da leitura não era a rapidez com que as crianças aprendessem, mas a consequência desse aprendizado

era considerado como mais adequado ao processo de pensamento e percepção da criança, que era globalizante. (COSTA, Firmino. O ensino da leitura. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte Ano IV. nº 29. janeiro de 1929, p. 44).

Em defesa do método global, em 1930, Lucia Schmidt Monteiro destaca suas vantagens, já demonstradas cientificamente, e pondera: “é certo que o processo fonético dará nos três primeiros meses resultado aparentemente superior ao global, mas na verdade inferior, como se tem seguramente verificado”²³². Isso porque o método global favorecia a leitura inteligente e os métodos sintéticos produziam a memorização de fragmentos e uma leitura mecânica das palavras.

²³³ Em 1931, a professora Filocelina Almeida defende o método global como mais prático e mais vantajoso do que o da simples sentença, porque consistia em apresentar a história toda para as crianças, depois de haver conversado com elas para provocar-lhe a necessidade de usar a linguagem. Os diferentes estímulos oferecidos pelo método global despertavam o interesse, criando situações reais, favoráveis à reação das crianças²³³. Em suas palavras, “o ensino da leitura deve obedecer as normas psicológicas do método global, ideovisual, preconizado pelos modernos educadores, que favorece o desenvolvimento da linguagem infantil, as grandes extensões de percepções, a antecipação de idéias, etc; enfim, dá ênfase à interpretação inteligente do trecho lido”. (ALMEIDA, Filocelina da C. Matos. O ensino da leitura. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte Ano VI. nº 59, 60, 61. Julho, Agosto e Setembro de 1931).

²³⁴ OLIVEIRA, Júlio. O systema Decroly. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte Ano III. nº 26. Outubro de 1928, p. 100.

²³⁵ CONTE, Alberto. Porque a Escola Nova é uma revolução pedagógica. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 912. 05 de maio de 1933, p. 02.

para a sua formação integral. Em artigo produzido por Helena Santos, a aluna do Curso de Aplicação reafirmou a supremacia do método global, por ser coerente com os processos de organização mental, ação e de expressão da criança.

“A creança age e expressa por sintheses”. Chegou-se, pois, à conclusão de que a leitura deve acompanhar essas estruturas ou sintheses a ser ensinada pelo processo global. Ministrando esse ensino, devem ser observados dois fins; um intrínseco, próprio da leitura, que consiste em dotar o aluno do mecanismo dos signaes graphics, e outro extrínseco, próprio de educação, que é a formação de hábitos de leitura para a aquisição de experiências relativas a todas as actividades do ensino²³⁶. (ênfases no original).

A aluna considerava que o momento da alfabetização não deveria se circunscrever à decifração, mas possibilitar a leitura compreensiva, em que a atividade de ler os textos favorecesse o acesso a outros conhecimentos escolares.

Nessas disputas por métodos de alfabetização, duas questões básicas orientavam os posicionamentos. A possibilidade de compreensão dos textos, desde o início do processo de alfabetização, apontava a supremacia do método global. No entanto, a aparente maior rapidez na alfabetização era considerada como vantagem dos métodos sintéticos. Além disso, contra a inovação e a favor da permanência dos processos de alfabetização sintéticos, havia outro elemento gerador de dificuldades: os professores não dominavam as etapas para aplicação do método global, precisavam trilhar caminhos desconhecidos e abrir mão de saberes já construídos na prática. Outro fator que interferiu na renovação das práticas alfabetizadoras foi a existência e utilização das cartilhas sintéticas, que já haviam sido introduzidas no Brasil desde o final do século XIX e que, em relação à metodologia global precisava ser construída pelos professores.

Conforme Frade e Maciel (2006), na Reforma Francisco Campos, a implementação do método analítico pelas escolas mineiras gerou insegurança entre as professoras, que se viram diante de uma proposta metodológica para a qual não estavam preparadas. O maior entrave estava na falta de suporte

²³⁶SANTOS, Helena. Columna pedagógica. O pré-livro e a globalização. Gazeta do Norte. Ano XV. nº 855, 18 de março de 1933, p. 01.

pedagógico, pois não dispunham de material didático adequado aos pressupostos do método global. Acostumadas com o uso de cartilhas, repentinamente, as professoras viram-se sem suporte pedagógico para ministrarem suas aulas. Ainda segundo as autoras, procurando atender às reivindicações e críticas das professoras e precavendo-se da insatisfação com os rumos da Reforma, a Escola de Aperfeiçoamento, criada em 1929 para formar multiplicadores de metodologias e práticas e difundir o ideário renovador, promoveu um concurso entre suas alunas, visando à produção de manuais didáticos que seguissem os pressupostos teórico-metodológicos do método global. (FRADE e MACIEL, 2006).

Essa nova produção didática, destinada ao ensino inicial da leitura e da escrita, recebeu o nome “pré-livro” e o seu objetivo era o mesmo das cartilhas. Os pré-livros produzidos pelas alunas da Escola de Aperfeiçoamento eram testados nas Classes de Demonstração e alguns tornaram-se sucesso editorial, como é o caso de *O livro de Lili*, de Anita Fonseca, *Bonequinho Doce*, de Alaíde Lisboa de Oliveira, *A Pituchinha*, de Marieta Leite. (FRADE e MACIEL, 2006).

Em Montes Claros, não constatamos se as professoras resistiram à adoção do método global de contos pela falta de material didático. Contudo, em 1933, a *Gazeta do Norte* publicou matéria que explicava o significado e a importância do Pré-livro. Por valorizar o ensino da leitura como experiência global, Helena Santos, aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal, defendeu a necessidade de um cuidado especial na elaboração do material de leitura. Em suas palavras:

O Pré-livro, a respeito do qual fazemos algumas observações, é constituído pelas lições organizadas pela professora para o tempo correspondente aos primeiros meses do anno lectivo, nas classes de analphabetos. Compõe-se de pequenas histórias, em numero de três ou mais, contribuindo cada uma para o reconhecimento de todas as palavras que a compõem²³⁷.

A preocupação principal era que a criança aprendesse o código escrito pela compreensão dos significados inscritos nos textos e pelo reconhecimento

²³⁷ SANTOS, Helena. Columna pedagógica. O pré-livro e a globalização. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 855, 18 de março de 1933, p. 01.

das palavras. Daí a importância das histórias curtas e ilustradas, possibilitando a reconstituição e interpretação das idéias por meio das imagens, além de serem acrescidas de jogos e fichas para o trabalho de identificação e reconhecimento das palavras.

Organizadas essas histórias, que devem ser amplamente ilustradas com gravuras coloridas e dinâmicas, sugestivas e dramatizáveis, completar-se-á o material com fichas relativas às histórias, às frases, às palavras, às sílabas para os jogos de reconhecimento e reconstituição²³⁸.

Para cumprir a função de desenvolvimento integral da criança, a professora não poderia dedicar o tempo de aula exclusivamente às atividades para alfabetização, mas integrá-las ao trabalho com os demais conteúdos previstos pelo currículo escolar.

Geralmente, ao preparar seu Pré-livro, preocupa-se a professora com a leitura de modo exclusivo, esquecendo-se de que o ensino é hoje feito em situação total e globalmente. Durante as aulas ocupa o tempo com a história, a escrita das palavras e o desenho da gravura, mudando completamente de assunto quando se lembra de que a educação do aluno exige experiências ligadas a outras matérias do programa. Neste caso sente mesmo dificuldades insuperáveis e usa então do processo de ocupar os primeiros meses do ano apenas com a leitura, a escrita e o desenho²³⁹.

Por essa visão, o tempo da alfabetização deveria vincular-se às demais atividades de ensino e não poderia representar um corte no processo de educação, mas inserir-se no currículo. O material destinado ao ensino da leitura deveria servir para estabelecer associações entre os conteúdos e interligar as experiências escolares. As histórias eram compreendidas como recursos educativos e não deveriam constituir-se como mero apoio à decifração do código escrito, mas como textos para leitura, imbuídos de significados. A leitura não deveria ser entendida como um fim, mas como atividade meio, como estratégia pela qual seria favorecida a vivência de experiências, como também a obtenção de novos conhecimentos. Ensinar a ler como fim em si mesmo era considerado um grave defeito da pedagogia.

²³⁸ SANTOS, Helena. Columna pedagógica. O pré-livro e a globalização. Gazeta do Norte. Ano XV. nº 855, 18 de março de 1933, p. 01.

²³⁹ *Ibidem*.

Como sanar esse defeito? Compenetrando-se de que todo o ensino é global e compreende todas as disciplinas do curriculum; escolhendo histórias e gravuras que se prestem à aprendizagem de maior numero de matérias; dividindo o tempo de aulas de modo que sejam contempladas outras matérias e não apenas a linguagem, a escripta e o desenho²⁴⁰.

A atividade de ensino deveria adequar-se às demandas por leitura. O ato de ler implicava compreender as idéias, antecipar sentidos antes de fazer a leitura. A professora deveria utilizar as gravuras como suporte para a compreensão das idéias e interpretar os textos de forma global.

Ha, de um modo geral, no Pré-livro um todo que encerra uma idea da qual a creança passa às partes. Desta forma a compreensão do todo deve preceder à leitura. A antecipação de idea é feita por duas imagens: uma illustrativa, provocada pela gravura, outra significativa, pela compreensão do quadro. Esse conjuncto é que forma o processo global da leitura, a qual deve ser em situação total, isto é, lançando mão de todas as forças psychicas que dão actividade e acção ao pensamento²⁴¹.

Por esse discurso, pode-se perceber a importância atribuída ao conteúdo, às ilustrações, aos sentidos veiculados pelos textos e à compreensão destes pelo alfabetizando. Por ser uma atividade meio, não bastava aprender a ler, a leitura deveria apresentar-se como instrumento necessário ao aprendizado de outros conteúdos. Ou seja, ao mesmo tempo que aprendia a decifração, o alfabetizando compreenderia os textos e aprenderia novos conhecimentos pela via da leitura das histórias e das gravuras.

Decifração e sentido foram aspectos centrais nas discussões sobre métodos de alfabetização e, conforme Frade (2004), a materialização dessa polarização girava em torno de dois modelos de livros: as cartilhas sintéticas com foco na decifração e os livros globais que enfatizavam a compreensão. No entanto, para a autora, o método global de ensino teve que fazer concessão à decifração, mesmo quando esse processo não aparecia claramente no corpo dos livros, que aparentemente eram apenas de leitura. (FRADE, 2004)

²⁴⁰ SANTOS, Helena. Columna pedagógica. O pré-livro e a globalização. Gazeta do Norte. Ano XV. nº 855, 18 de março de 1933, p. 01.

²⁴¹ *Ibidem*.

Ainda em sua concepção, as definições de método extrapolam o enquadramento e a materialização no suporte livro didático. No entanto, uma estreita vinculação entre livro e método é facilmente percebida na história da alfabetização brasileira, em que o método está inscrito nas atividades, em que o livro representa o modo de fazer. Ou seja, os métodos são depreendidos e compreendidos na sua materialização em livro, e a maioria das atividades desenvolvidas em sala de aula é sugerida pelos autores desses livros. (FRADE, 2004). Ou seja, ao tomar uma cartilha como base para a alfabetização, as professoras não precisavam compreender a lógica de organização do método de ensino, nem planejarem uma seqüência didática a ser desenvolvida em aula. Na prática, bastava seguir as atividades propostas no livro, fazendo os ajustamentos às necessidades e interesses dos alunos.

Nesse sentido, é possível compreender a insegurança, as possíveis resistências geradas pela prescrição do método global para alfabetização, como também a preocupação da Escola de Aperfeiçoamento, em produzir e testar livros de alfabetização orientados pelo método global, conforme indicam Frade e Maciel (2006). Pela mesma perspectiva, podemos entender as preocupações da *Gazeta do Norte* que, em sua missão educativa, compreendia ser necessário orientar as professoras primárias. As críticas das normalistas montesclarenses foram endereçadas às práticas alfabetizadoras desenvolvidas nas escolas primárias, por centrarem na decifração e traçado das letras e desconsiderarem a necessidade de compreensão dos textos e a articulação da leitura com todas as disciplinas do currículo. Também podemos compreender as orientações acerca da alfabetização global, visando a que as professoras pudessem selecionar ilustrações e textos, produzirem seu pré-livro e também o material complementar para análise lingüística.

Para as professoras, era mais cômodo alfabetizar com os métodos sintéticos, uma vez que dominavam uma metodologia de trabalho, já haviam produzido saberes pedagógicos e o faziam pela utilização de cartilhas sintéticas, por terem o livro como base de organização de suas aulas. Conforme Anne Marie Chartier, “os manuais de leitura programam, geralmente, uma pedagogia coletiva, através de uma progressão única, cuja vantagem é fazer da turma uma comunidade de trabalho”. Isso porque todos fazem as mesmas leituras e atividades que se tornam uma experiência compartilhada e

constitui sua memória. (CHARTIER, 2007, p. 156). Nessa mesma direção, Isabel Frade considera que o livro didático pode ser considerado como um dispositivo organizativo, que vai além dos conteúdos disciplinares, que pode possibilitar a homogeneização e a individualização, por um processo em que a escola ensina a todos ao mesmo tempo como se fosse a um só. (FRADE, 2004).

Nas concepções dessa época, a necessidade de mudança não se restringia à adoção dos métodos globais, mas compreendia a necessidade de rever as finalidades que a leitura assumia para o leitor. Não bastava mudar a orientação inicial do ensino, deixar de focalizar a sílaba, a letra ou o som como ponto de partida do ensino e passar a considerar a palavra, a frase, o conto ou historieta. Mais do que mudar o eixo de abordagem do código escrito era necessário mudar todo o processo de ensinar, focalizando as idéias, os sentidos inscritos nas unidades lingüísticas tomadas como referência. Não apenas o método de ensino era questionado, estava em jogo a finalidade do ensino da leitura.

2.4- LIVROS, LITERATURA E HISTÓRIAS: MEDIAÇÃO, INTERDIÇÃO E ENSINO REFLEXIVO DA LEITURA

No contexto montesclareense, constatamos que desde os últimos anos da década de 1920, a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal produziram um refinamento nas discussões sobre o ler e o escrever. A campanha de conscientização, presente nos artigos publicados nos últimos anos da década de 1910 e primeiros da década subsequente, deslocou-se para uma discussão pedagógica do ensino da leitura que, a partir dos últimos anos de 1920, pretendia uma alfabetização mais eficiente e o desenvolvimento da capacidade de fazer leitura reflexiva dos textos e inserir-se no mundo da cultura.

No entanto, no contexto da missão educativa da *Gazeta do Norte*, modificações significativas somente se definiram alguns anos mais tarde. Na década de 1930, um novo cenário, produzido pela adesão dos professores da Escola Normal ao movimento da Escola Nova, define a ampliação de funções atribuídas ao ensino, que deveria ser contextualizado em situações de uso da linguagem oral, da leitura e da escrita. Pelos deslocamentos ocorridos, tornou-

se necessário considerar a linguagem como objeto de ensino e como instrumento de aquisição de conhecimentos e expressão de idéias. Para Idoleta Maciel, aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal de Montes Claros, “a linguagem está em dupla relação com a obra educativa. Por uma parte é usada continuamente em toda disciplina social da escola e por outro lado é objecto especial de estudo”²⁴².

Nas palavras de Helena Santos, também aluna do Curso de Aplicação, as novas funções atribuídas à linguagem corresponderiam a um novo modo de ensinar:

A aprendizagem da leitura tem por fim fornecer ao indivíduo, através de signaes gráficos, uma technica ou mecanismo de aquisição e transmissão de conhecimentos, visando ainda, e principalmente, a criação de hábitos de investigação e pesquisa por meio da consulta aos livros. São esses seus objectivos, afastando-se dos quaes o professor deixa de dar a essa importante disciplina o caracter que realmente deve ter. Nos processos de investigação a leitura é um auxiliar do alumno na aquisição de novos conhecimentos, especialmente dos relativos às demaes matérias do curriculum, tornando-se necessário o aproveitamento desse mister para boa compreensão de seu valor pelo alumno²⁴³.

Por essa visão a leitura passou a ser compreendida como técnica que possibilitaria a decifração dos sinais gráficos, como mecanismo de aquisição e transmissão de conhecimentos e experiências, mas também como recurso para a pesquisa e a investigação.

Essa ampliação dos sentidos atribuídos ao aprendizado da leitura e da escrita, discutida na *Gazeta do Norte* no ano de 1933, fazia parte das idéias renovadoras da época e já havia sido tratada pela *Revista do Ensino*, desde 1930, por José Raymundo Netto, Assistente Técnico do Ensino. Para ele, os Estados Unidos tinham inovado seu ensino, ampliando os currículos destinados às camadas populares para além do ler, escrever e contar. Em suas palavras:

Nós começamos, apesar das incréus ou rotineiras, a perlustrar essa mesma estrada palmilhada pelos Estados Unidos há 40 ou 50 annos; estamos no início da jornada, é bem certo, e temos deante de nós

²⁴² MACIEL, Idoleta. Columna pedagógica. A linguagem como instrumento de comunicação. *Gazeta do Norte*, Ano XV, nº 856, 25 de março de 1933, p. 02.

²⁴³ SANTOS, Helena. Columna pedagógica. O pré-livro e a globalização. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 855, 18 de março de 1933, p. 01.

grandes obstáculos a vencer; mas também é certo que o movimento inovador toma vulto e vae ganhando corações, dia a dia²⁴⁴.

Apenas alfabetizar a população não garantiria progresso e desenvolvimento: o domínio das habilidades de ler e escrever era importante por possibilitar o acesso aos conhecimentos. Nesse sentido, a necessidade de compreensão dos textos lidos e de reflexão sobre seu conteúdo marcou o debate da década de 1930, que considerava fundamental a mudança na metodologia de ensinar a leitura²⁴⁵. Nos artigos publicados pela *Gazeta do Norte*, a leitura deveria ser atividade de pesquisa e investigação. Por isso, a escolha de textos deveria possibilitar um trabalho expressivo e reflexivo com a linguagem. Para Idoleta Maciel, aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal:

Nada se conseguiria com aquisições theoricas e regras abstratas. O contacto íntimo com as bôas dicções e bons textos, em todas as actividades escolares, a prática dirigida pela preocupação reflexiva de expressar-se clara e belamente, podem conduzir a resultados magníficos no aprendizado da linguagem, a criança a ser educada²⁴⁶.

Era necessário ensinar a ler, mas considerar que a interpretação dos textos e o desenvolvimento da linguagem deveria ser um eixo orientador da atividade escolar. Compreender era a tarefa principal de toda a atividade

²⁴⁴ NETTO, José Raymundo. Escola Activa – Liberdade e disciplina. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspetoria Geral da instrução. Ano V. nº 44. Abril de 1930, p. 04.

²⁴⁵ Nesse mesmo sentido, no ano de 1933, a Revista do Ensino publica matéria de Levindo Lambert, que discute o ensino do canto nas escolas primárias, destacando que o ato de cantar deveria ser precedido da compreensão da letra da música. Ao criticar o ensino do canto nas escolas, o olhar do professor não focaliza as habilidades musicais do aluno, mas a leitura e a compreensão da letra da música. Assim, propõe uma metodologia de trabalho em que o ato de cantar fosse precedido de interpretação e explicação do texto, quanto ao seu conteúdo e forma, para que as crianças soubessem o que estavam cantando. (LAMBERT, Levindo. Cantos escolares. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspetoria Geral da instrução. Ano VII. nº 87-88. mai/ago/1933, p. 30).

Em julho de 1933, o ensino da leitura é destacado como elemento importante para a formação das crianças, esperando-se que as escolas desenvolvessem ações para uma ampla propaganda da leitura, a criação de bibliotecas e a melhoria das já existentes (Revista do Ensino: órgão oficial da Inspetoria Geral da instrução. Ano VII. nº 90-91. 1º de julho de 1933, p. 01-02)

Ainda em 1933, Adherbal Alvarenga considera que “um dos segredos do saber consiste em saber lêr. Uma leitura feita às pressas, como uma refeição rapidamente tomada, só pôde ser indigesta, mas nunca assimilada”²⁴⁵. Era necessário desenvolver habilidades mais refinadas. (ALVARENGA, Adherbal. A arte de ler. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspetoria Geral da instrução. Ano VII. nº 92. 15 de julho de 1933, p.64).

²⁴⁶ MACIEL, Idoleta. Columna pedagógica. A linguagem como instrumento de comunicação. *Gazeta do Norte*, Ano XV, nº 856, 25 de março de 1933, p. 02.

escolar. Exercitar e aperfeiçoar a capacidade de reflexão não poderia limitar-se às aulas de português, nem ser pensada como atividade de treino mecânico de habilidades.

Toda matéria é matéria de linguagem, e os professores devem, em qualquer aula, procurar melhorar e aperfeiçoar a linguagem dos seus alunos, não podendo contudo deixar o principal pelo acessório. Obedecendo mais ou menos a estas considerações é que deve ser feito o ensino da linguagem. Aprender uma língua não é simplesmente transmitir pensamentos. Compreender é tarefa primordial e básica deste ensino, eliminando assim o psitacismo²⁴⁷.

Ainda conforme a normalista, a representação mental e a linguagem eram duas faces daquilo que se denominava pensamento. Por sua capacidade pensante, o homem elabora concepções e juízos acerca de tudo que o rodeia, “formando imagens mentaes, concatenando idéas, enfim elaborando pensamentos”, externalizando idéias e comunicando-se com as pessoas²⁴⁸.

Como fazê-lo? Recorrendo ao signal graphico ou às palavras, é o único meio que encontra, pois estas podem facilmente tornar-se comprehensivel pelos semelhantes. A esse conjuncto de signaes graphicos, a esse meio de communicação, enfim, a essa transmissão de pensamentos, idéas, sentimentos, é que vulgarmente apelidaram de “linguagem”. Dôres, alegrias, desejos, idéas, todas as actividades de nosso pensamento permaneceriam latentes, seriam ignoradas, si não possuíssemos uma linguagem para external-as²⁴⁹.

Ao discutir a importância da linguagem como construção humana, a aluna destacou que a competência para ler e escrever apresentava-se como meio, e não como um fim em si mesma. Ou seja, a leitura e a escrita se validavam por serem instrumentos a serviço do indivíduo, favorecendo-lhe condições para expressar suas idéias e apropriar-se das elaborações dos outros – acessando as produções do momento presente, como também os “thesouros” produzidos pelas gerações que os antecederam.

É de uma grandeza inestimável o papel da linguagem nas manifestações da vida humana. Por ella transmitimos nossas experiências e recebemos as dos outros. A linguagem permite ao

²⁴⁷ MACIEL, Idoleta. Columna pedagógica. A linguagem como instrumento de comunicação. Gazeta do Norte, Ano XV, nº 856, 25 de março de 1933, p. 02.

²⁴⁸ *Ibidem.*

²⁴⁹ *Ibidem.*

homem rever os thesouros de sabedoria legados pelas gerações passadas. Esta vasta seara de experiências, que maior realce e valor oferece à humanidade hodierna, não é esforço de um individuo, nem de uma única geração, é o fructo do labor coletivo dos espíritos que já uma vez trabalharam e daquelles que ainda o fazem. Está admitido, pois, que a linguagem é um meio e não um fim. É o laço indissolúvel que liga os nossos espíritos. Por ella o indivíduo expressa-se e interpreta o pensar dos demais²⁵⁰.

Em outras palavras, a linguagem tinha uma função social – era instrumento de expressão, possibilitava o intercâmbio de idéias, fatos, sentimentos. Por isso, o ensino da leitura e da escrita e o desenvolvimento das habilidades orais precisavam ser compreendidos como objetivos importantes a serem atingidos, não como algo a ser aprendido de forma mecânica, mas como uma prática necessária ao convívio social.

Ao discutir o ensino da linguagem pela abordagem da Escola Ativa, a normalista apontou algumas questões fundamentais. O primeiro ponto levantado foi a atividade e o interesse do sujeito aprendiz, que ligavam-se à necessidade de expressão, mobilizando as capacidades para organizar as idéias e transmiti-las. Além disso, a capacidade de interpretação das idéias lidas e ouvidas apresentava-se como resultado da atividade do sujeito, que as incorporaria em seu repertório de conhecimentos. Nas palavras de Idoleta Maciel:

Podemos dizer que é precisamente a interpretação e expressão que se deve exigir daquelle que queira regenerar-se com os princípios da escola activa. A falta de necessidade de expressão representa pouca actividade do mesmo modo que não interpretar o falado e o escripto pelos demais, denota carência que determina acção consciente²⁵¹.

A linguagem era compreendida como objeto de estudo e ensino, mas deveria focalizar as necessidades de uso no mundo social. Ao discutir as relações entre linguagem e pensamento, Idoleta Maciel apresentou três concepções teóricas explicativas, que exerciam influências no ensino. A 1ª concepção orientava o “método verbal” e compreendia o pensamento como fenômeno posterior à linguagem – razão pela qual a escola se propunha a fornecer palavras ao espírito, pois este só poderia pensar em relação às

²⁵⁰ MACIEL, Idoleta. A Linguagem como Instrumento de Comunicação. Gazeta do Norte. Ano XV. nº 856. 25 de março de 1933, p. 02

²⁵¹ *Ibidem*.

palavras. Na 2ª concepção, que serviu de orientação para o “método intuitivo”, admitia-se a coexistência entre linguagem e pensamento, cabendo à escola fornecer aos alunos um maior número de cousas, pois o ensino se fazia pelos sentidos. Na 3ª concepção, que naquele momento orientava a metodologia de ensino da Escola Ativa, a linguagem era considerada como instrumento do pensamento, cujo uso deveria ser exercitado e aperfeiçoado na escola.

No 3º caso, em que trabalha a psychologia da acção, o pensamento entra em actividade por meio da linguagem que é considerada o seu instrumento, como se dá no methodo activo. Não se pode pensar com as próprias cousas e seria extremamente difficil para o nosso pensamento se não houvesse a palavra para significar-as. As palavras se tornam poderosos factores de elaboração do pensamento, que bem se pode dizer não se pode existir pensamento verdadeiramente intelligente sem palavras²⁵².

Por considerar que a linguagem era o instrumento capaz de ativar o pensamento, era possível aquilatar a importância atribuída à escola. Como instituição responsável pela instrução, a escola deveria considerar a dupla finalidade da linguagem. Não bastava que a escola alfabetizasse os alunos, era urgente criar condições para que estes desenvolvessem sua capacidade expressiva e que utilizassem a oralidade, a leitura e a escrita como instrumentos para a aquisição de conhecimentos.

Philosophicamente é que servimos da linguagem para elaborar e exprimir conceitos. Já não é mais um instrumento de relações recíprocas e sim de conhecimentos. É necessário que a linguagem se transforme de instrumento apenas civil ou pratico, em philosophico, e para isso deve ser exercitado e aperfeiçoado na escola²⁵³.

Esses posicionamentos, identificados em Montes Claros no ano de 1933 e inscritos na missão educativa da *Gazeta do Norte*, refletem concepções e princípios defendidos pelos renovadores do ensino. A *Revista do Ensino*, desde o início da década de 1930, discutia a questão, indicando que a linguagem deveria ser trabalhada em situações em que o seu uso fizesse sentido e fosse uma necessidade expressiva das crianças. Ao apontar a função da linguagem na expressão de sentimentos e pensamentos, a Revista considera a

²⁵² MACIEL, Idoleta. A Linguagem como Instrumento de Comunicação. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 856. 25 de março de 1933, p. 02.

²⁵³ *Ibidem*.

necessidade de atrelar o ensino ao interesse dos alunos e de contextualizar a realização das atividades de escrita, leitura, oralidade e gramática às situações de uso²⁵⁴.

A Revista também considerava que a escola deveria criar oportunidades para os alunos utilizarem seus saberes, na apresentação de idéias, na conversa, na argumentação e discussão acerca de assuntos de seu interesse; nas “oportunidades freqüentes e numerosas para as crianças exprimirem claramente os seus pensamentos”, na “livre manifestação de pensamentos, interrogando-as sobretudo, pedindo-lhes a opinião, suscitando discussões entre ellas, conversando com ellas longamente sobre assumptos que as interessam”. Somente por essa abordagem as crianças “farão uso da língua e aprenderão a pensar sobre as coisas e emitir claramente as suas oppiniões, defendendo-as com coragem, explicando-as com firmeza”²⁵⁵.

Essa preocupação com o ensino contextualizado da linguagem, atrelado aos interesses e necessidades expressivas dos alunos, incluía a leitura, a oralidade e também a escrita²⁵⁶. Nas representações disseminadas pela *Gazeta do Norte*, vocabulário da criança era “uma bagagem caseira e às vezes muito viciada” de conhecimentos, que precisava ser ampliado para tornar-se “preciso e claro”. No entanto, “este augmento não deve ser feito por meio de

²⁵⁴ Em 1930, Lucia Schimidt Monteiro aborda a ampliação do trabalho com a linguagem, em que o ensino considerasse a “necessidade de se estender a preocupação da linguagem a todas as matérias, não sendo ella objecto exclusivo da aula de linguagem”. (Curso de aperfeiçoamento para o professorado primário. Methodologia de língua pátria. Aulas da professora Lucia Schimidt Monteiro, sintetizadas pela Revista do Ensino. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 44. Abril de 1930, p. 47).

Em 1933, Abgar Renault afirma que, “não haverá exagero em afirmar-se que uma aula – seja de que disciplina seja – deve ser, primeiro de tudo, um modelo, senão uma obra prima de expressão”. RENAULT, Abgar. Discurso de paraninfo às diplomandas da Escola Normal de Juiz de Fora. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano VII. nº 79. 1º de janeiro de 1933, p. 16.

²⁵⁵ O ensino da língua. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 43. março de 1930, p. 27.

²⁵⁶ Na Revista do Ensino, publicada em março/30, entendia que a escrita de composições escolares não poderia tornar-se um suplício para as crianças, que se angustiavam em busca de assuntos sobre os quais escrever. O artigo indica a necessidade de dar sentido ao ato de escrever, associar a escrita com os usos orais da linguagem e evitar que as composições se tornassem uma mera obrigação escolar. Assim, recomenda a escrita de diários contextualizados na vivência das crianças, com registro das “peripécias, aventuras e reveses de sua vida cotidiana”. Isso porque, “todo exercício de linguagem deve ser, portanto, antes de tudo, um exercício de pensamento e um exercício falado” (Diário – o que é. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 43. março de 1930, p. 9-11).

listas de palavras, porque as que não têm uso corrente na vida são facilmente esquecidas”²⁵⁷.

Nas concepções de Jenny Canella, também aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal, cabia à escola redirecionar os conhecimentos, considerar as experiências e conhecimentos lingüísticos da criança, para somente corrigi-los, ajustá-los e ordená-los. “A criança não vae aprender uma língua diferente, um novo idioma; vae ser re-dirigida, pela professora no sentido de se lhe corrigir, ajustar e ordenar a experiência verbal que traz de casa”²⁵⁸.

Esse posicionamento, explicitado pela *Gazeta do Norte* em 1930, já havia sido discutido pela *Revista do Ensino*, desde o ano de 1930. Nos artigos publicados pela Revista defendia-se a necessidade de romper com o verbalismo e o ensino mecânico, transformando a escola em espaço de trabalho, em que o aluno aprenderia por meio de sua ação²⁵⁹. Esperava-se que as crianças desenvolvessem sua capacidade de expressão, que a escola permitisse que falassem “abundantemente, não as perturbando com corrigendas a toda hora, mas reparando nos defeitos e erros para corrigil-os depois”²⁶⁰, que o estudo da gramática ocorresse no contexto de uso da língua

²⁶¹

Em sua missão educativa, os artigos publicados pela *Gazeta do Norte* pretendiam produzir mudanças nas práticas escolares de leitura, colocando ênfase no interesse como recurso para mobilizar a atividade da criança. São concepções pedagógicas da época, que concebiam o desejo como força motriz mais poderosa do que a coação e a imposição. Interesse que deveria ser utilizado em todas as atividades escolares, incluindo o trabalho com a linguagem oral, os conhecimentos sobre a língua, a escrita e a leitura. Caberia à escola renovar os métodos de ensino, de forma que a linguagem pudesse ser

²⁵⁷ MACIEL, Idoleta. A Linguagem como Instrumento de Comunicação. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 856. 25 de março de 1933, p. 02

²⁵⁸ CANELLA, Jenny. A escola, meio social. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 859. 15 de abril de 1933, p. 01.

²⁵⁹ Mãos a obra. *Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral*. Ano V. nº 41. jan.1930, p. 12.

²⁶⁰ O ensino da língua. *Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral*. Ano V. nº 43. março de 1930, p. 28.

²⁶¹ RENAULT, Abgar. Discurso de paraninfo às diplomandas da Escola Normal de Juiz de Fora. *Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução*. Ano VII. nº 79. 1º de janeiro de 1933, p. 15.

utilizada como mediação, instrumento de expressão, mas também fosse considerada como objeto sistemático de ensino. Por apropriar-se de idéias de sua época e acreditar no poder da leitura reflexiva, a *Gazeta do Norte* considerava importante mudar os métodos e recursos de ensino, de forma a garantir a formação de leitores e produzir mudanças nos usos da leitura.

Ao discutir práticas de leitura, Hébrard (1996) considera que, desde as propostas de reforma no século das Luzes até as expansões escolares do século XIX, todas as políticas educativas estavam plenamente convencidas de que o ensino da leitura era um meio de transformar os valores e os hábitos dos grupos sociais que se constituem como seu alvo. Ainda segundo o autor, o livro presta-se aos rituais de coesão social, familiar ou mais ampla, podendo interpelar o leitor e interferir na sua formação. (HÉBRARD, 1996). Pela mesma lógica, De Certeau (1998) afirma que “a idéia de uma produção da sociedade por um sistema ‘escriturístico’ não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico)”, permitindo que as idéias do texto sejam impressas no leitor. (DE CERTEAU, 1998, p. 261 – ênfase do autor).

Por essa crença no poder do livro, Hébrard (1996) considera que todas as políticas de alfabetização e leitura guardam um otimismo pedagógico inabalável: “elas conhecem apenas uma modalidade, universal, da leitura, aquela que, por sua transparência, permite ao livro, pura mensagem, transformar a cera mole que imaginamos ser o leitor” (1996, p. 36). No entanto, conforme o autor, é necessário considerar que toda tentativa de educação através da escrita pode ser desviada de seus fins, seja porque os grupos sociais apoderam-se por contágio das práticas da escrita, ou porque o saber ler conduz às “más leituras”. (HÉBRARD, 1996).

A modernidade pedagógica proposta pelo movimento da Escola Nova reafirma essa crença no poder do livro e da leitura. Conforme Vidal (2000), no contexto escolanovista, a leitura assume papel de destaque na formação intelectual dos educandos: de simples depositário da cultura universal o livro passa a ser visto como fonte de experiência.

Por fazer associar-se à Escola Normal de Montes Claros e fazer adesão ao movimento escolanovista, a *Gazeta do Norte*, no bojo de sua missão educativa, incluiu os livros e a leitura literária como possibilidade de

desenvolvimento cultural. Nas publicações do jornal, as duas vertentes de compreensão, discutidas por Hébrard (1996), foram consideradas: revelaram uma inabalável crença no poder da leitura também discutiram um possível mau uso e as influências negativas dos livros e histórias.

Em 1925, em matéria produzida por uma associada da “Liga de Paes e Professores”, instituição fundada pela Escola Normal em 1923, a *Gazeta do Norte* defendia que as mães assumissem o seu papel, não apenas como “mães físicas, mas mães moraes” – tarefa que requeria a disponibilização de tempo para os filhos, para contar-lhes histórias edificantes, aprimorando-lhes a alma e o coração pelo recurso à leitura²⁶².

Fiquemos certas de que, se roubarmos alguns minutos do dia dos nossos affazeres e também das nossas futilidades, que as temos e bastante, para nos dedicarmos a aprimorar, aformosear a alma e o coração dos nossos filhinhos, se tomarmos encantador encargo de ler, nas horas vagas alguma história edificante, contos escolhidos, às creancinhas, fazendo depois comentários e explicações, veremos quão surpreendentes resultados obteremos em pouco tempo. Lembremos, queridos patrícios, do tempo da nossa infância, do sublime encanto que encontravamos naquellas horas de doce intimidade, de soffreguidão com que ouvíamos as lindas histórias que nos contava a vovó, a titia ou a preta velha. Quem não conserva, até a morte, doces recordações dessa quadra inesquecível?! Em vez de deixarmos à soltas, os nossos filhinhos pelas ruas, pelo campo de foot-bal, pelo jardim, sabe Deus por onde mais, porque não os reunimos todos à roda para os instruir e entreter com histórias e contos proveitosos?²⁶³

Nessa publicação, é possível perceber a emergência de concepções escolanovistas, que compreendiam a disciplina como processo menos opressivo, de inculcação de valores por ações mais afetivas e voltadas para o respeito à criança. Pela via das histórias, e não pelos castigos e proibições, seria possível formar as crianças, indicando-lhes comportamentos socialmente

²⁶² O Jornal *Folha do Norte*, em 1930, também afirma as possibilidades transformadoras do homem pela via das leituras. Ao “inocular-se adentro, muito adentro do ser psiquico, tornando-o outro, modificando-o, aprimorando-o, emfim, fazendo dele – tantas vezes! – um herói ou um santo. Pode dizer-se uma segunda criação”. E mais, “assim como o corpo cresce pelo alimento, o espírito, o sentimento e a vontade crescem e fulguram pela leitura”. Por essas concepções, “no livro ou no opúsculo, na revista ou no jornal, quantas vezes a inteligência, ainda embrionária ou entenebrecida, adquire uma vida de luz, de sentimento e de fé que nos maravilha” (Escrever não é perverter. Jornal *Folha do Norte*. Ano I. n.º 16, 04 de maio de 1930, p. 02).

²⁶³ A. das mães de família. *Gazeta do Norte*. Ano VII. n.º 377, 12 de setembro de 1925, p. 01.

recomendados. Por essa compreensão, a mãe não assumiria diretamente o papel moralizador, deixando-o ao encargo dos livros e das histórias.

Pela perspectiva apontada pela mãe, autora do artigo, a leitura era compreendida como prática socialmente determinada e orientada para finalidades não escolares. A mãe via a leitura como tecnologia e possibilidade de mediação, por meio da qual se poderia atingir determinados fins, aos quais fez adesão e para os quais apresenta argumentos de defesa. Imbuída das representações que circulavam naquela época, a mãe prescrevia novos usos para o livro e defendia a transformação dos comportamentos pela leitura. Os livros e a leitura se constituíam como meios para a produção de uma nova sociabilidade, retirando as crianças do pernicioso espaço da rua, para inseri-la no espaço doméstico controlado pela mãe-educadora.

Ao analisar as práticas de leitura propostas na *Gazeta do Norte* podemos perceber que as atenções da mãe-educadora não focalizavam apenas a escolha adequada de livros edificantes. Havia uma preocupação prescritiva em relação aos modos de ler. A leitura deveria seguir-se de comentários e explicações, pelos quais se encaminharia a compreensão da criança, orientando o seu olhar e garantindo os efeitos positivos das histórias. Ao sugerir que as mães lessem para seus filhos, a autora do artigo generaliza e universaliza as condições que lhe possibilitaram tornar-se leitora, atribuindo às demais as mesmas condições de possibilidade de tornarem-se mediadoras²⁶⁴.

²⁶⁴ Em 1926, Claudio Brandão lamenta que os livros destinados à leitura ainda se distanciavam do ideal pedagógico. “Muitos delles, além da feitura antiesthetica, peccam pela escolha dos trechos e dos assumptos e pela distribuição dos mesmos”. (BRANDÃO, Cláudio. O ensino da leitura e do vocabulário. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 10. Janeiro de 1926, p. 6).

Em 1929, Firmino Costa considera que a relação positiva com os livros dependia da atuação docente. “Si a professora não sabe amar os livros, si não alimenta a sua intelligencia com o estudo, si enriquece o seu corpo e deixa pobrezinho o seu espírito, então, ella poderá ensinar a ler, não ha duvida, mas seu ensino não terá dado ao alumno o amor da leitura”.(COSTA, Firmino. O ensino da leitura. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte Ano IV. nº 29. janeiro de 1929, p. 43.

Em 1930, Catharina Silveira considera que, ao despertar nos alunos o amor pelos livros, era necessário alertá-los, “falar sobre as desvantagens e perigos que os máos livros constituem despertando nos alumnos a aversão a tudo quanto puder manchar-lhes a consciência e perverter-lhes o coração”. (SILVEIRA, Catharina. Amor à leitura. Como suscitaes em vossos alumnos o amor à leitura? Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 43. março de 1930, p. 40).

Em 1930, Firmino Costa sugere aos professores primários mineiros a narração de bonitas histórias e a recitação de belas poesias, como “aperitivo” para os alunos lerem bons livros. Em suas palavras, “inspire aos alumnos o amor da leitura, dando-lhes exemplo desse amor, reflectido nas licções que lhes ministra”. (COSTA, Firmino. Curso de aperfeiçoamento

Ao propor que as histórias lidas para as crianças fossem comentadas, a *Gazeta do Norte* preocupava-se com a relação de não transparência do leitor com os textos. Por compreender que o texto inscreveria-se diversamente em seus leitores, a matéria indicava estratégias de leitura que visavam impor uma ortodoxia do texto e neutralizar a liberdade do leitor. Ao sugerir que as mães leitoras comentassem e explicassem o texto lido, a intenção era de controle da interpretação, garantindo-se que os sentidos produzidos pelas crianças se equivalessem aos sentidos pretendidos pelos adultos que mediavam a leitura²⁶⁵.

Isso porque a diversidade de sentidos produzidos para um texto depende das competências dos leitores, das expectativas e das disposições, mas dependem igualmente das maneiras como os leitores lêem os textos. Para a *Gazeta do Norte* a leitura era compreendida não apenas como “audição de uma palavra leitora”, usando expressão de Chartier (1990, p. 124). A mãe, autora da matéria publicada pelo jornal, entendia que, ao ouvir, o leitor-criança não era passivo em sua atividade, produzindo significações que precisavam ser controladas. O leitor mediador proposto pela *Gazeta do Norte* não era um repetidor do texto. A prática de leitura sugerida aproxima-se das leituras escolares e prescritivas, que visam inculcar valores e “incorporar nos indivíduos os gestos necessários ou convenientes” (CHARTIER, 1990, p. 135).

A discussão em torno da prescrição de leituras educativas, também, foi identificada em pesquisas realizadas por Vidal (2001). Ao investigar a proposta de reforma empreendida pela Escola Normal do Rio de Janeiro na década de 30, a autora afirma ser este um espaço-tempo institucional, em que se apostava na escola e em seu poder de transformação cultural, sendo que a formação de professores se produziu na tensão entre prescrições de leitura e modos de ler e utilizar o livro. (VIDAL, 2001).

para o professorado primário. *Methodologia de historia e de Instrução Moral e Cívica*. Prof. Firmino Costa. *Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral*. Ano V. nº 44. Abril de 1930, p. 65).

Em 1933, o hábito é apresentado como solução para o “perigo das horas vagas”, pois a leitura, além de ser uma inigualável fonte de conhecimentos, é capaz de embelecer e elevar os homens²⁶⁴. (*Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da instrução*. Ano VII. nº 90-91. 1º de julho de 1933, p. 02).

²⁶⁵ Por constituir uma faceta importante da renovação proposta pela Escola Nova, essa discussão sobre a leitura e a audição de histórias foi tematizada pela *Revista do Ensino* em diferentes oportunidades.

Ao discutir representações de leitura, a *Gazeta do Norte*, em matéria assinada por C. Canela teceu críticas aos excessos cometidos pelos “antigos” que, em sua maioria, não compreendiam o valor da leitura na formação das crianças.

Se eu dissesse que todos eles odiavam a leitura, sem fazer pequena exceção, praticaria uma injustiça, de vez que, mesmo entre os velhos rabujentos de outrora, pintava um que dispunha de uns quatro vinténs destinados à compra de um “Soldadinho de Chumbo” para seus filhos. Mas o certo é que esse era considerado um libertino, um perverso²⁶⁶.

Para C. Canela, nas representações dos antigos, dado o temor de que a leitura pudesse influenciar as pessoas e deturpar sua formação, saber ler e escrever era compreendido como recurso transgressor dos bons costumes e da moral. “Os antigos não gostavam que seus filhos lessem”, pois a criança “letrada” era vista por uma perspectiva negativa. “O menino que lia naquele tempo, tomava o nome de letrado, de entrão. A criança não podia manifestar sua idéia acerca de qualquer assumpto porque estaria entromettendo nas conversas dos mais velhos”²⁶⁷.

Quanto às meninas, estas “não deviam aprender a assignar o nome deante do perigo de escrever para o namorado”. E o “perigo”, também, estava associado ao conhecimento: “Se por acaso freqüentavam uma escola, e o professor, em aula rudimentar, de História Natural, falasse sobre a digestão, o pae não consentia que a moça continuasse a estudar... Estava o professor, botando a menina perdida”²⁶⁸ (ênfases no original).

No entanto, ao situar-se no tempo presente (1937), C. Canela manifestou sua satisfação com as mudanças nas representações e nas práticas de leitura. “Felismente, essa ignorância foi aos poucos desaparecendo. Os paes foram conhecendo a necessidade de alfabetização de seus filhos”. E as crianças passaram a ver a leitura como uma prática prazerosa e envolvente, preferindo os livros aos mais diferentes brinquedos e folguedos infantis. “A meninada de hoje têm mais amor ao livro, do que ao pião, à arara e ao

²⁶⁶ CANELA, C. Progresso da leitura infantil em Montes Claros. *Gazeta do Norte*. Ano XX. nº 1065, 17 de julho de 1937, p. 02.

²⁶⁷ *Ibidem..*

²⁶⁸ *Ibidem.*

bibloquet”²⁶⁹.

É raro ver-se, em Montes Claros, como em tempos idos, blocos de crianças de Ronda e Veadinho Quer Mel. As Soldadescas e as prisões acabaram. Maria Catombe, para o menino de hoje, é uma velha imbecil e trouxa. As meninas não querem mais beber das rodas e dos Beber Água no Tororó²⁷⁰.

Pela via da leitura, as crianças tinham acesso a uma ampla rede de conhecimentos, que lhes proporcionavam a imersão em outros lugares e culturas: “das grandes descobertas, das grandes conquistas do mundo inteiro, o menino de hoje está a par”²⁷¹. A leitura saciava a curiosidade, proporcionava respostas para indagações, tornando as crianças bem informadas, capazes de se posicionarem e argumentarem sobre suas escolhas e opiniões.

Há poucos dias, no salão de engraxate ouvi uma discussão interessante de um garoto que limpava meus sapatos, com outro à esquerda. O rimeiro dissera, que Haylé Sellassié, havia de voltar ao poder. O segundo retrucou que não, porque já havia lido no suplemento de “Folha de Minas”, justamente o contrário...²⁷²

Para C. Canela, fato ainda mais notável sobre o “progresso da leitura infantil em Montes Claros” era a venda extraordinária de revistas e suplementos infantis, sendo “digno de aplausos ver-se pelas ruas da cidade, grandes grupos de crianças, atentas e embebidas com a leitura de jornais infantis”. O interesse por leitura produziria modificações, sendo possível encontrar “crianças pobres que trabalham o dia inteiro, apenas para ganhar o necessário para a compra do seu jornalzinho”²⁷³. A leitura era considerada um bem cultural acessível, que tinha sido democratizada para diferentes classes sociais. Apresentava-se como recurso educativo e formador e objeto de desejo. Mesmo pobres, as crianças sabiam ler e disponibilizavam seus poucos recursos financeiros para aquisição de materiais impressos.

Essas representações de leitura, que a tomavam como prática cultural inscrita no desejo do leitor, refletem posicionamentos dos defensores da Escola

²⁶⁹CANELA, C. Progresso da leitura infantil em Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano XX. nº 1065, 17 de julho de 1937, p. 02.

²⁷⁰*Ibidem.*

²⁷¹*Ibidem.*

²⁷²*Ibidem.*

²⁷³*Ibidem.*

Nova. Em 1937, sob o título “leituras perniciosas”, a *Gazeta do Norte* novamente demonstrou sua preocupação com as práticas de leitura e apontou a necessidade de controle, pelos pais, das leituras realizadas pelos filhos. O olhar educativo lançado sobre as obras ficcionais encaminhava-se para a necessidade de sua interdição, de forma que os pais vigiassem e controlassem as leituras da criança, por entender que a literatura de má qualidade poderia prejudicar sua formação.

Para a *Gazeta do Norte*, “nem sempre os paes de família se preocupam com as leituras dos filhos, e assim não devia ser”, pois “esta falta de vigilância pode gerar grandes males”. Daí a grande responsabilidade da família na seleção e controle das leituras: “o zelo dos paes deveria interceptar a seus lares esses venenos, que irão intoxicar o senso, depravando o gosto das creanças”. E mais, “os próprios governos andariam acertados se exercessem um controle severo sobre a publicidade escandalosa e malsã, que inacula o mal nos espíritos ainda em formação, sob a capa da leitura agradável à infancia e à adolescência”²⁷⁴. Era grande e variado o repertório de textos inadequados.

Não somente livros, folhetos e gravuras enxameiam por ahi, contendo novellas, narrativas e desenhos pouco recomendáveis à inteligência infantil, por offensivas a moral. Ha tambem os chamados romances policiaes, nem todos engendrados para a diversão dos espíritos juvenis, mas calcados sobre exclusivo interesse mercantil de auctores e editores. A gravura collabora nos enredos horripilantes, em que se descrevem scenas crueis, as tintas berrantes mais salientam os golpes de punhal, os tiros certos, a brutalidade assassina²⁷⁵.

A *Gazeta do Norte* produziu representações negativas de novelas, narrativas e romances policiais, descrevendo-os como literatura pouco recomendável, ofensiva à moral, por diferentes aspectos ligados ao enredo, aos maus exemplos, às ilustrações, à qualidade material e estética das obras²⁷⁶.

²⁷⁴ Entre aspas e originais. Leituras perniciosas. *Gazeta do Norte*. Ano XIX. nº 1058, 08 de maio de 1937, p. 01.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ Em 1933, na *Revista do Ensino*, Adherbal Alvarenga já havia destacado o cuidado em “não lêr toda obra que lhe cáí à mão”. Por isso “não ler às vezes é mais útil do que lêr. Os romances frívolos, as doutrinas exóticas e originais, os autores que se não recomendam pela

Nas representações das décadas de 1920-30 foi possível perceber a tensão instaurada entre prescrever e proscriver leituras e livros, uma preocupação contextualizada nos discursos e práticas da época, que a *Gazeta do Norte* incluiu em sua missão “desanalfabetizadora”. O desejo de ensinar a ler, formar leitores e constituir o hábito de ler estava associado à necessidade de controle das leituras, para impedir que as crianças tivessem acesso a livros não educativos. Quando bem escolhidas as obras eram boas e recomendáveis, mas determinados livros deveriam ser interditados, porque exerceriam uma influência perniciosa.

Nessas representações, independentemente da indicação de práticas, estava implícito um conjunto de imagens positivas: associavam os livros e a leitura à capacidade de alterar comportamentos, por falarem ao coração do leitor, pela via da sensibilidade, da emoção, do envolvimento com os textos e as histórias. E aí situava-se o perigo da leitura.

Uma faceta desse “perigoso” envolvimento do leitor foi discutida por Paiva (1997, 2000), que investiga a censura aos romances – censura compreendida como uma das dimensões do discurso católico sobre a leitura. A autora realiza uma incursão na censura, instaurada no início do século XX, a partir da atuação do Frei Pedro Sinzig, que elaborou e publicou um guia, composto de críticas a um significativo número de livros, classificando-os, julgando-os, indicando-os ou vetando-os, conforme se apresentassem como leitura sadia ou perigosa à formação das moças. (PAIVA, 1997, 2000).

Ao longo de diferentes temporalidades, os homens estabeleceram distintas relações com os livros e a leitura, relações que se associavam às concepções de cada época. Ao falar dessas concepções e dos percursos pelos quais passou a leitura, até conquistar uma aura positiva e chegar na idéia contemporânea e consensual de que o hábito de ler é capaz de produzir inúmeros benefícios aos leitores, Abreu (2000) afirma que, a uma certa altura do século XVIII, chegou-se a imaginar que a leitura pudesse oferecer riscos à saúde. O esforço continuado para ler um texto poderia prejudicar a visão, produzir esgotamento dos nervos e dificuldades digestivas, irritabilidade e uma

correição da fôrma, pureza da linguagem e elevação de sentimentos, devem ser banidos de nossas estantes” (ALVARENGA, Adherbal. A arte de ler. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da instrução. Ano VII. nº 92. 15 de julho de 1933, p. 64).

série de outros problemas. No entanto, os problemas físicos advindos do excesso de leitura não eram os piores.

Maior cuidado inspiravam as leituras que apresentavam perigos para a alma, aquelas que colocavam em risco a moral. Dizia-se que os livros divulgavam idéias falsas, fazendo-as parecer verdadeiras, estimulavam demasiadamente a imaginação, combatiam o pudor e a honestidade (ABREU, 2000, p. 11).

Buscando evitar possíveis malefícios, os livros eram censurados e a leitura vigiada, exercendo-se um controle sobre os excessos, mas, sobretudo, sobre o tipo de texto que se lia. Sendo prescritos ou proscritos, nas primeiras décadas do século XX, em Montes Claros, livros e leitura integravam as discussões veiculadas pela *Gazeta do Norte*. Muitas dessas representações revelam uma apropriação de princípios da Escola Nova, por conceberem o desejo, o interesse e o prazer da criança como molas propulsoras da sua atividade e da sua busca por livros. Segundo Vidal (2001):

O discurso escolanovista não se ocupou, apenas em normatizar o livro, atentando para seu aspecto material e de conteúdo. Uma explosão de falas sobre a leitura apontava para uma nova sensibilidade. A leitura prazerosa, muitas vezes identificada com a literatura, poderia ser reencontrada no trabalho e na escola. Abolido o livro-texto, a que se escravizavam os escolares, despertar-se-ia no aluno novo prazer por ler: aventura intelectual. Uma pluralidade de textos oferecia-se à descoberta. (VIDAL, 2001, p. 207-208).

Nos discursos escolanovistas, ler constituía-se como atividade fundamental, pelo potencial educativo dos livros, pela possibilidade de adesão da criança que, encontrando prazer, se envolveria com a leitura, independente de cobranças e imposições, formando-se como leitor e podendo usufruir dos mais diferentes tipos e gêneros textuais. Nesse sentido, as práticas escolares que visavam ao ensino da leitura precisavam ser revistas e modernizadas, iniciando-se pela mudança na alfabetização, pela adoção dos métodos analíticos, que baniam a leitura mecânica e produziram a leitura compreensiva.

Percebemos, nos discursos da *Gazeta do Norte*, a emergência de uma preocupação com os usos da leitura – questão que, na contemporaneidade, ganha espaço e passa a ser compreendida, conforme indica Soares (1999),

como alfabetizar letrando, ou seja, ao mesmo tempo que se aprende a ler e escrever, aprende-se a usar socialmente a leitura e a escrita.

Contemporaneamente, ao analisar o poder da escrita e a possibilidade de se fazer uma revolução social pela educação da população, Soares (1999) aborda, não apenas a aquisição da habilidade de ler e escrever, a alfabetização, mas o letramento, compreendido como o “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita.” (SOARES, 1999, p. 18). Neste sentido, a especificidade das práticas letradas passa a ser discutida e problematizada, tornando-se necessária a distinção entre o indivíduo alfabetizado, aquele que sabe ler e escrever, e o indivíduo letrado, aquele que se encontra imerso em práticas sociais mediadas pela leitura e pela escrita e apresenta capacidade para responder adequadamente às demandas sociais.

Para a autora, o letramento precisa ser compreendido em suas duas dimensões, a individual e a social. Pela dimensão individual, a leitura e a escrita apresentam-se como tecnologias, constituindo-se como um conjunto de habilidades, que os sujeitos aplicam diferenciadamente a um conjunto diversificado de materiais impressos. Já em sua dimensão social, o letramento ultrapassa o âmbito pessoal, sendo compreendido como aquilo que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, e também o modo como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. (SOARES, 1999).

Contudo, a autora destaca que, na dimensão social, as interpretações do letramento são conflitantes. Em uma perspectiva progressista e liberal, encontra-se a versão “fraca” do letramento, que se fundamenta em seu valor pragmático, ou seja, na necessidade de uso funcional da leitura e da escrita para que o indivíduo possa se adequar a um determinado contexto social. Já na perspectiva radical e “revolucionária”, o letramento é interpretado em sua versão “forte”, por um processo em que lhe é atribuído um determinado poder, ou seja, um potencial para transformar relações e práticas sociais injustas. (SOARES, 1999, p. 78).

Lançando um olhar inquiridor ao passado é possível afirmar que, desde os anos de 1920-30, essas questões estiveram presentes nas preocupações

da *Gazeta do Norte*. É importante destacar, no entanto, que as discussões atuais, comparadas às que ocorreram no início do século XX, apresentam pontos de convergência, mas não têm o mesmo significado, são concepções que não se equivalem. A contemporaneidade coloca foco nos usos sociais da leitura e da escrita e na possibilidade de sua utilização para a mudança social. No tempo passado, a preocupação central era com o desenvolvimento de habilidades individuais que favorecessem a leitura funcional. No âmbito escolar, a leitura era compreendida como condição para investigação, pesquisa e aquisição de conhecimentos escolares.

CAPÍTULO III:

A GAZETA DO NORTE E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA.

É fora de qualquer duvida que reina nos meios do ensino, o mais constrictador desnorteamento. [...] Onde as mais acentuadas tendências socialistas fixaram os seus arraiaes, na esperança de fazer da escola o seguro instrumento de sua infernal política de descristianização do mundo.

Francisco F. de Paula. *Gazeta do Norte*, 1935.

3.1- A RENOVAÇÃO DO ENSINO E O SENTIDO DA ATIVIDADE ESCOLAR

No Brasil republicano, as décadas de 1920-30 significaram um período de intensos debates, em que profundas reformas educacionais foram postas em andamento, visando à reconstrução nacional pela educação e à conformação dos homens e da sociedade aos ideais de progresso e civilização. Assim, no final da década de 1920 e início da década de 1930, uma nova proposta de educação movimentou o cenário nacional.

Nesse período, as idéias inovadoras integram os projetos de reforma do ensino em diferentes Estados brasileiros. Carvalho (2004) considera que, sob a designação de pedagogia da Educação Nova, a idéia de reformar a sociedade pela reforma do homem propagou-se mundialmente no período entreguerras. A disseminação dessa proposta encontrou suporte nas ações e publicações da *Liga Internacional de Educação Nova*, fundada em Calais no ano de 1921. Divulgando idéias por meio de suas revistas, a *Liga* não pretendia defender um método de educação em particular, mas incentivar a procura de soluções pedagógicas adaptadas às necessidades dos diferentes países. (CARVALHO, 2004).

Conforme a autora, a *Liga* pregou um espiritualismo pacifista, composto da crença na ciência, nas possibilidades inatas da criança e no advento de uma nova era. A intenção era construir uma humanidade melhor e essa transformação seria organizada pela escola. Contudo, era necessária uma revisão radical do ponto de partida e das finalidades da educação – medidas administrativas eram insuficientes para essa transformação. (CARVALHO, 2004).

No entanto, Lourenço Filho²⁷⁷ (1978) considera que as preocupações iniciais com a renovação do ensino não atrelavam-se a uma explicitação de objetivos pretendidos, pois o eixo da proposta escolanovista era a inovação de metodologias de ensino. A renovação proposta visava a superação de práticas

²⁷⁷ Manoel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970), nascido em São Paulo, foi um dos grandes teóricos e defensores do movimento da Escola Nova no Brasil. Dentre as diferentes atividades que realizou, podemos citar: a reforma do ensino no Ceará, a fundação do Liceu Nacional Rio Branco, a organização do Inep e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, dirigiu o Departamento Nacional de Educação, presidiu a comissão de elaboração da LDB de 1948. Por seu pioneirismo e espírito de inovação, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. (GADOTTI, 2001).

autoritárias da escola tradicional, admitindo-se que a função geral do processo educativo era o respeito à liberdade e o desenvolvimento individual de capacidades e aptidões – daí a organização de diversos sistemas didáticos em vários países. Como afirma o autor, a partir das perturbações decorrentes da 1ª guerra mundial, produz-se a necessidade de pensar as finalidades da educação, pela ampliação da escala de observação dos fatos educativos, suas condições e resultados, colocando-se em evidência os fatores histórico-culturais e as condições da vida social. (LOURENÇO FILHO, 1978).

A proposta de uma Escola Nova, mesmo não se caracterizando pela homogeneidade de idéias e concepções, apontava para a necessidade de renovação das práticas educativas pela superação de metodologias autoritárias e focalizadas na atividade do professor; pelo deslocamento do eixo de organização da atividade, que coloca a criança como centro do trabalho educativo e pretende respeitar sua individualidade e favorecer sua atividade consciente e interessada.

Nesse contexto, analisar as influências da Escola Nova no movimento educacional ocorrido em Montes Claros implicou considerar a não-homogeneidade de idéias e ocorrências que tiveram curso no período. Implicou, ainda, considerar que o contexto local não esteve imune ao movimento mais amplo ocorrido no país e no estado de Minas, mas apresentou especificidades, fez apropriações de princípios educativos e produziu sentidos.

Visando a uma leitura não isolada do processo histórico colocamo-nos diante da tarefa difícil de compreender expectativas, necessidades, dificuldades e interesses em disputa na cidade de Montes Claros, buscando contextualizar a questão educacional local em um quadro mais abrangente, em que antagonismos e conflitos se fizeram presentes e influenciaram discursos e práticas educativas.

Apesar da distância em relação a Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e das grandes dificuldades de transporte e comunicação, a Escola Normal de Montes Claros, como parte integrante da rede de ensino mineira, aderiu ao projeto renovador representado pela Escola Nova. No contexto da renovação, idéias e princípios escolanovistas circularam na Escola Normal e encontraram ressonância na missão “desanalfabetizadora” da *Gazeta do Norte*, que compreendia ser necessário produzir modificações nas práticas escolares,

o que levou o jornal a abrir espaço importante para discussão e ampliação de suas possibilidades de disseminação.

Para os defensores da Escola Nova a atividade era um eixo fundamental para o movimento de renovação. As concepções que circularam em torno da questão são múltiplas e diferenciadas, apesar de girarem em torno da idéia consensual de que a verdadeira aprendizagem somente seria possível se sustentada pela atividade e interesse da criança. É Lourenço Filho (1978, p. 200) que afirma: o “bom ensino só se dará quando os alunos, sob conveniente direção, possam mover-se por intenções que liguem suas impulsões e desejos a propósitos definidos, ideais e valores”.

Atividade e esforço, atividade e disciplina, atividade e trabalho são eixos em torno dos quais foram construídas diferentes representações e práticas escolares. No entanto, a questão do trabalho como princípio educativo encerrou pelo menos duas concepções distintas para a Escola Nova – ora considerado como atividade profissional, cabendo à escola a iniciação da criança no mundo do trabalho; ora como atividade, não significando a profissionalização.

Reconhecendo essas diferentes acepções, Lourenço Filho (1978) afirma que a Escola do Trabalho foi proposta por Kerschensteiner²⁷⁸, cuja expressão se origina do alemão “arbeit schule”, e foi traduzida por Bovet, do Instituto J. J. Rousseau, em 1917, por “escola ativa”, visando a não provocar confusão com escolas profissionais e poder indicar a atividade individual da criança – visando ao desenvolvimento intelectual e não o trabalho manual. Assim, para Lourenço Filho (1978), a atividade não era considerada como um fim, mas como meio e condição. Quer física ou mental, a atividade do educando deveria ser orientada e dirigida para a obtenção dos fins escolhidos.

A primeira matéria da *Gazeta do Norte*, que revelou suas preocupações

²⁷⁸ Jorge Kerschensteiner foi um educador alemão, que em 1911 criou a “Escola do Trabalho”. Para ele, o tipo de escola que desejava não deveria significar apenas escola de trabalhos manuais, nem simplesmente escola ativa, no sentido que essa expressão assumiu no contexto das línguas latinas. Conforme Kerschensteiner, três princípios deveriam orientar a organização do ensino: 1) a escola do trabalho deve enlaçar sua atividade educadora com as disposições individuais dos alunos, para desenvolver seus interesses e inclinações mediante uma atividade constante nos respectivos campos de trabalho; 2) a escola do trabalho trata de conformar as forças morais dos alunos, dirigindo-os e examinar constatemente seus trabalhos e atos, sem enganar a si mesmo e aos outros; 3) a escola do trabalho é uma comunidade de trabalho, em que os alunos se aperfeiçoam e se ajudam. (LOURENÇO FILHO, 1978).

com o movimento da Escola Nova e as mudanças inspiradas pelos princípios educativos renovados, data de 1927 e foi assinada por Geraldina Alves, aluna da Escola Normal. A normalista considerava que a atividade poderia variar segundo a sua organização (física ou mental) e em relação às suas finalidades (treinar ou educar):

No primeiro caso somos levados, apenas a certa conformação externa com hábitos e práticas de cujo sentido não participamos integralmente. Assim, muitas das actividades chamadas educativas a que forçamos as crianças não passam de um simples treino. No segundo caso somos educados. Mas a verdadeira educação tem que levar a criança para além dessa aquisição de modos externos de acção para que ella sinta o sucesso ou o fracasso de sua actividade, segundo o seu estímulo interno. A preocupação da escola actual é incutir no alumno o conhecimento do meio social, ensinando-lhe somente, as cousas que tenham significação real de vida. Isto é, que possam prestar serviço à sociedade²⁷⁹.

No entanto, em Montes Claros, o maior adensamento das discussões em torno da Escola Nova somente ocorreu na década seguinte. Visando à mudança nas práticas educativas, no ano de 1934, a *Gazeta do Norte* publicou matéria de Alberto Conte²⁸⁰. O colaborador do jornal teceu críticas à “pedagogia clássica ou tradicional”, que “gravitava em torno do conhecimento” e defendeu inovações no campo educacional, sobretudo em relação à adoção de novas metodologias de ensino e à revisão dos objetivos que se pretendia com a educação. Na visão de Alberto Conte, para evitar os erros, era necessário produzir mudanças significativas nos métodos de ensino utilizados na sala de aula, de forma a poder substituir:

A concepção de *escola armazem* pela *escola officina*, onde não se tenha a preocupação de dar depressa os conhecimentos-passaporte, mas onde se forje o homem capaz de iniciativa inteligente, de consciencia lúcida e de caracter formado de dentro para fora²⁸¹. (ênfases no original).

O eixo da mudança proposta estava nos métodos e recursos de ensino, na adoção da atividade e da experiência, pois a escola que visava à

²⁷⁹ ALVES, Geraldina. A festa das normalistas – discurso da alumna Geraldina Alves. *Gazeta do Norte*. Não IX. nº 508, 12 de fevereiro de 1927, p. 04.

²⁸⁰ CONTE, Alberto. Por que a Escola Nova é uma revolução pedagógica. *Gazeta do Norte*. Ano XVI, nº 912. 05 de maio de 1934, p. 02.

²⁸¹ *Ibidem*.

“estocagem de conhecimentos” era “errônea” e “nociva” para a formação das crianças. Assim, atividade e disciplina eram elementos sobre os quais deveriam se organizar as modernas práticas educativas que a *Gazeta do Norte* pretendia ver instauradas nas escolas montesclarenses.

Em homenagem às normalistas de 1934, o diretor da Escola Normal, José Raymundo Netto, evidenciou o valor da atividade para Escola Nova: formar na criança o homem do futuro, conferindo-lhe uma formação prática, em que a cooperação, a solidariedade e a união de todos se tornam elementos fundamentais para o “soerguimento de um povo” e a “grandeza de uma raça”. “Nossas escolas transformar-se-ão, pois, de auditórios em laboratórios na feliz expressão de Kerschensteiner, o grande pedagogo alemão: – escolas do trabalho, escola do amor e para Deus!”²⁸². Nas palavras de Raymundo Netto, o conhecimento deveria ser fruto da experiência da criança:

Empregue-se a curiosidade da criança na pesquisa da verdade. Ponha-se a criança em contacto com a realidade da vida, dando-lhe o máximo de auxílio de que possa elle necessitar. Ensinemos a criança a duvidar, que só duvidando se póde chegar à Verdade, façamol-a a fugir à sugestão. Que todo conhecimento seja fructo da experiência²⁸³.

Ao discutir a necessidade de renovação das práticas educativas, José Raymundo Netto retomou historicamente a atividade escolar e estabeleceu diferenças que marcaram as três fases da pedagogia. Inicialmente, na 1ª fase, predominava o “ensino verbal”, baseado na memorização de fórmulas, regras, leis e lições; em que se considerava a criança como uma miniatura dos adultos e a submetia à autoridade absoluta do mestre. Na 2ª fase, a da “escola sensualista”, prevalecia a concepção intelectualista da educação, em que o verbalismo fora substituído, porém, propunha-se um ensino intuitivo formal, com programas lógicos, de antemão traçados pelos adultos; e uma idéia que o espírito se forma de “fora para dentro”, por uma espécie de justaposição de conhecimentos. Ou seja, as crianças deveriam ser colocadas em “contacto com

²⁸² RAYMUNDO NETTO, José. Normalistas de 1934. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 946. 05 de janeiro de 1935, p. 02.

²⁸³ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrucção. Escola Normal Official. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 925, 11 de agosto de 1934, p. 02.

as cousas”, pois instruir não significava inculcar palavras e opiniões dos autores, mas abrir-lhe a inteligência para as cousas²⁸⁴.

José Raymundo Netto considerava que essa teoria era nova para o tempo, pois deslocava o centro da escola da prática verbalista para a atividade do aluno e defendia a observação e análise dos objetos para estimular os sentidos e a compreensão do mundo. Essa abordagem, denominada de “ensino intuitivo”, apesar de representar uma inovação, não mudou a face da escola, que permaneceu formal e intelectualista, centrada na memória, no raciocínio e na atenção. A terceira fase da pedagogia era representada pelo “ensino vitalista e funcional”, fundamentado na psicologia da ação e significava a verdadeira renovação da educação, por propor o aprendizado em situações reais de vida e conexão íntima com os interesses e necessidades²⁸⁵. Apoiando-se em Anísio Teixeira²⁸⁶, um importante disseminador do movimento da Escola Nova no Brasil, José Raymundo Netto afirmou que o ideal para o ensino era fazer desaparecer o artificialismo do ambiente escolar, realizando dentro da escola as condições existentes fora dela.

A dificuldade para o professor está em saber criar um ambiente propício, em não perder oportunidades úteis ao aproveitamento das actividades infantis, porquanto a criança tem em si um desejo inato de saber, uma curiosidade viva pelas cousas que a circundam. A actividade do menino é imanente; agir, fazer alguma cousa, é a lei que o domina: é para elle o que o trabalho representa para o adulto²⁸⁷.

A compreensão era de que o ensino intuitivo representou um avanço, mas não o suficiente para transformar a face da escola. Para as concepções renovadoras da época, tornava-se necessário que o dogmatismo e o ensino mecânico fossem eliminados e transformados em ação, pois a verdadeira mudança das práticas escolares somente seria possível pela atividade do aluno. Nesse sentido, no ano de 1935, José Raymundo Netto discutiu a

²⁸⁴ RAYMUNDO NETTO, José. Treis phases da pedagogia. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 912. 05 de maio de 1934, p. 02.

²⁸⁵ *Ibidem*.

²⁸⁶ Anísio Teixeira (1900-1971) foi um importante disseminador da Escola Nova, exercendo diversificadas atividades educativas, ocupando diferentes cargos na Bahia, Estado em que nasceu e no Distrito Federal, em que lançou uma proposta de ensino global (do primário à universidade). Ainda foi membro do Conselho Federal de Educação e Reitor da Universidade de Brasília. (GADOTTI, 2001)

²⁸⁷ RAYMUNDO NETTO, José. Treis phases da pedagogia. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 912. 05 de maio de 1934, p. 02.

ampliação da concepção de atividade, que não poderia limitar-se à ação externamente observável, para também significar ação mental. Citando Claparède, o professor Raymundo Netto estabeleceu duas significações que a palavra “atividade” poderia assumir: no sentido funcional e no sentido de realização.

No 1º caso: o indivíduo está passivo no sentido de realização, nada faz, recebe apenas impressões, mas está activo no sentido funcional, porque se interessa pelo assumpto e, neste caso, mau grado uma passividade exterior, há forte actividade interna: sensação, ideação, compreensão, trabalho mental, emfim, apesar da atitude de receptividade. No 2º caso o indivíduo age, faz alguma coisa, está activo no sentido de realização; essa actividade pode se combinar com a actividade ou com a passividade no sentido funcional; combina-se com a primeira se o individuo age impulsionado por interesse legitimo, por uma necessidade qualquer, com a segunda, isto é, com o desgosto ou com o constrangimento, se a acção é imposta não atende aos moveis interiores do próprio individuo²⁸⁸.

O indivíduo não precisava realizar uma ação externa e observável para ser considerado em atividade. Poderia estar aparentemente inativo, em situação de recepção, mas imerso em atividade mental de processamento de informações, impulsionado por um legítimo interesse de pesquisa e de apropriação de conhecimentos. Por essa compreensão, e citando Anísio Teixeira, o diretor considerou absurda a suposição de que os educandos possam conquistar mais disciplina mental ou intelectual pela mera realização de atividades desprovidas de desejo e interesse. Atividade era realização motivada pelo interesse dos sujeitos, podendo se inscrever na dimensão física ou mental²⁸⁹.

Por essa singularidade, a idéia de atividade comportava algumas confusões. Visando esclarecer essas incompreensões²⁹⁰, a *Gazeta do Norte*,

²⁸⁸ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 975. 03 de agosto de 1935, p. 01.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ Em 1930, a Revista do Ensino já havia discutido essas incompreensões. Levindo Lambert indica que a Escola Ativa estava sendo mal compreendida e que disciplina e atividade era o ponto vital dessas incompreensões. “Deante de uma classe indisciplinada diz-se que allí está a escola activa. De outra feita, si a classe se empenha em qualquer trabalho mechanic, ainda se diz que a escola é activa”. E mais, “confunde-se o conceito de actividade com o de indisciplina. Pensa-se que só se faz e se pratica escola activa com o trabalho manual do alumno”. Para Levindo Lambert “há disciplinas em que não há nada de concreto, nada de conhecido – e, entretanto, despertam uma actividade notável nos alumnos”²⁹⁰. O que caracteriza a renovação não é a presença da atividade manual e observável dos alunos, mas o interesse

no ano de 1937, publicou artigo de uma aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal, que discutiu a problemática citando exemplos extraídos da própria prática pedagógica vivenciada nas escolas. No primeiro caso, uma colega de curso confundiu a atividade interessada dos alunos com indisciplina; no segundo caso, o trabalho com mapas foi compreendido como ausência de atividade e de interesse, porque os alunos quase não falaram ou se movimentaram, mas “havia grande actividade no sentido de realização”²⁹¹.

Essas diferentes acepções atribuídas à atividade escolar se fizeram presentes nas concepções de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo²⁹², importantes defensores da Escola Nova no Brasil.

Na concepção de Fernando de Azevedo, a escola-laboratório significava a pesquisa científica realizada pelos alunos – física e química eram consideradas atividades de laboratório, em que se refaziam os passos das experiências científicas. Para Teixeira, mais do que a atividade dos alunos, a escola-laboratório significava a possibilidade de organizar o ensino experimental, propondo e vivenciando, nas salas de aula, as novas técnicas e métodos de ensino. A idéia de escola-laboratório em Azevedo devia-se ao fato da aprendizagem ser percebida como atividade. Em oposição à escola verbalista fazia a defesa do aluno experimentador, reproduzindo em laboratório as experiências de sala de aula. Pretendia-se que a pesquisa e a experimentação fossem o grande mote da educação, o que se evidenciava na grande quantidade de anexos e na construção de laboratórios de ciências e gabinetes para a pesquisa no campo da Psicologia Experimental e da Pedagogia. (VIDAL, 2001).

Com Anísio Teixeira o laboratório assumia dois sentidos: aluno experimentador e ensino-experimental. Mais do que ensino-ação e atividade do

em realizar as tarefas educativas. “Synteticamente, O INTERESSE DO ALUMNO é a verdadeira realização da escola activa. Se a professora conseguiu fazer o alumno interessar-se pela lição – poz em pratica a escola activa”²⁹⁰. (ênfase do original). (LAMBERT, Levindo. Escola Activa. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspetoria Geral da Instrução. Ano V. nº 47. julho de 1930, p. 49)

²⁹¹ GOMES, Maria Geralda. Problemas de Educação. Liberdade e Disciplina se integram. Gazeta do Norte. Ano XX. nº 1072. 04 de setembro de 1937, p. 02.

²⁹² Fernando de Azevedo (1894-1974) foi contemporâneo de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, sendo um dos divulgadores dos princípios da implantação da Escola Nova no Brasil. Sociólogo, nascido em Minas Gerais, foi membro de diversas associações científicas, brasileiras e estrangeiras e, dentre as diversas atividades que exerceu, foi professor e diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e também promoveu a reforma do sistema escolar do Rio de Janeiro. (GADOTTI, 2001).

estudante, a escola-laboratório representava a possibilidade de a escola servir como espaço de experimentação e observação, produção e revisão constante dos métodos utilizados, visando a uma ciência da criança. Apesar das dissonâncias e contradições, Vidal (2001) sinaliza que a atividade era considerada como fundamental na construção das práticas cotidianas da escola, sendo consensual a necessidade de inovação do ensino.

Essas idéias encontram-se com teorizações de Lourenço Filho (1897-1970). Conforme o autor, um princípio importante da Escola Nova era o da compreensão funcional do processo educativo, que implica considerar a atividade como um valor importante. Não a atividade como um fim em si mesma, mas visando aos fins a que se propusesse o próprio educando. Para a educação renovada, a atividade não seria imposta, mas responderia a alguma coisa sentida e desejada pelo educando, por um processo em que o interesse da criança seria capaz de ensinar a disciplina e o esforço. (LOURENÇO FILHO, 1978).

O fato de terem sido discutidas na Escola Normal e que o espaço de circulação das idéias escolanovistas tenha sido ampliado pelas publicações da *Gazeta do Norte* não indica que essas idéias tenham sido igualmente apropriadas por todos, nem significa que serviram de base para a construção de práticas educativas novas. Afinal, conforme De Certeau (1999), a mera presença e circulação de uma representação não indica o que elas significaram para seus usuários

Em matéria publicada pela *Gazeta do Norte*, em maio de 1934, uma aluna do Curso de Aplicação teceu críticas à Escola Normal, que não considerava a experiência prática e a atividade como eixos centrais na formação das futuras professoras. A matéria expressa a concepção de que o Curso Normal deveria ter base técnica e profissional, em que todas as disciplinas do currículo, mesmo as de natureza propedêutica, deveriam fundamentar a futura atividade docente, orientando a tarefa de ensino a ser desenvolvida nas escolas primárias²⁹³.

Ao abordar as deficiências do ensino, a matéria indicava que a proposta do Curso Normal não tinha sido bem compreendida, nem estava sendo

²⁹³ SANTOS, Helena Sousa. Ensino Normal. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 915.26 de maio de 1934, p. 01.

convenientemente executada por alguns professores da Escola Normal de Montes Claros e de outros institutos congêneres do Estado. Isso porque:

Ordinariamente, é o ensino propedêutico, se bem que lacunoso, o objecto da preocupação dessas escolas. Será que os seus elementos não vêem a larga modificação que ao ensino normal determinaram as profundas investigações relativas ao ensino primário? O facto é que, embora muitos não admitam, deve existir entre o ensino primário e o normal absoluta correlação. O ensino normal é, antes de tudo, ensino profissional; elle visa à aquisição de technicas e igual objectivo devem visar as matérias propedêuticas, matérias que servem para dar noções geraes necessárias à vida. Escola Normal, pois, deve ser, antes de tudo, escola technica. Assim sendo, não é apenas a methodology que se deve relacionar com o ensino profissional, mas todas as outras que constituem o currículo normal²⁹⁴.

Além de tecer críticas à organização do ensino, cujas matérias propedêuticas não fundamentavam a atividade técnica profissional, a aluna também criticou os métodos de ensino utilizados pelos professores, que não modernizaram suas práticas pela adoção de concepções da Escola Ativa, e ainda se inspiravam nas ultrapassadas metodologias da escola verbalista de outrora.

No ensino normal, apesar dos brados da pedagogia moderna que o orienta, ainda se vê e não raro, o systema, o lamentável systema das aulas-exposição, aulas monologo. As licções não devem constituir monólogos ou simples conferencia: – o professor deve appelar para a collaboração dos alumnos, para comentários e leituras úteis e ter em vista, principalmente, as experiências a realizar. Não se consideram pois, como dadas, as aulas-expostas, monologadas e ditadas²⁹⁵.

Percebe-se no discurso da aluna uma adesão às idéias escolanovistas, em que a atividade do aluno constitui-se como eixo do trabalho na escola. Por sua compreensão as atividades formadoras do Curso Normal deveriam orientar-se pela prática profissional e pela experiência, de forma que a normalista se preparasse para a atividade docente do ponto de vista técnico e prático.

O ensino normal não é um simples curso de cultura propedêutica, mas, antes de tudo, cultura technica e profissional de applicação immediata

²⁹⁴ SANTOS, Helena Sousa. Ensino Normal. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 915. 26 de maio de 1934, p. 01.

²⁹⁵ *Ibidem*.

nas classes primarias. Proceder contrariamente a essa, não apenas regra, mas necessidade, que implica a nossa vida pratica futura, é tirar todo o fulgor do nosso entusiasmo afeito às possíveis conquistas no campo profissional; é habituar-nos, a nós alumnas, a uma vagabundagem mental, a um tédio e desamor pela Escola, a uma aversão pela matéria e, conseqüentemente, pelo seu responsável; é tolher nossa atividade e transformar-nos em seres passivos, à margem da lucta pela vida, incapazes de iniciativa e acção próprias, é desintegração perfeita de nossa vida mental e de nossa personalidade às realidades da vida e à acção efficiente, fóra das quaes nada se pode fazer em beneficio da civilização!²⁹⁶

Ao afirmar a necessidade de uma cultura técnica e profissional na formação das futuras professoras, como também a ligação do Curso Normal com a escola primária, as concepções disseminadas não negavam a cultura geral, mas assumiam um claro posicionamento em favor da construção de habilidades técnicas que possibilitassem a renovação dos métodos de ensino. Por essa compreensão os conteúdos e processos formadores utilizados na escola normal exerceriam dupla influência nas normalistas. De um lado, a vivência de modernas metodologias possibilitaria a aquisição de técnicas aplicáveis ao ensino primário; e de outro favoreceria a conformação de um conjunto de disposições capazes de produzir o amor à escola e o gosto pelo magistério.

Essa discussão em torno do tipo de formação docente necessário e adequado à implementação das idéias novas no ensino primário revela conflitos e embates ocorridos em torno dos significados da Escola Nova. A disputa focalizava a base do curso normal, e os posicionamentos da época apontavam duas possibilidades de formação: ênfase na cultura geral ou formação técnica e prática. Contudo, era consensual a necessidade de renovação dos processos educativos, de forma que as professoras primárias se tornassem capazes de reorientar o sentido e a base da formação das crianças, favorecendo a construção de sua identidade individual e coletiva.

²⁹⁶ SANTOS, Helena Sousa. Ensino Normal. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 915. 26 de maio de 1934, p. 01.

3.2- INDIVIDUALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO: SIGNIFICADOS DISSEMINADOS PELA GAZETA DO NORTE

O uso das palavras “indivíduo”, “individualismo” ou “individualidade”, para referir-se especificamente às particularidades dos seres humanos, é uma ocorrência da era moderna, sendo que o processo de “individualização” passa a ser compreendido como um traço característico da “modernidade”. A proposta escolanovista considera que as práticas de individualização e de socialização eram eixos importantes da renovação educacional e não poderiam ser descuidados, sob o risco de não se efetivar o desenvolvimento integral do educando.

Varela (2002) entende que a modernidade produziu transformações nos códigos de saber, dando início a um processo em que, pela educação, pretendeu-se formar um novo homem, separando-o de sua “natureza natural”, distanciando-o da animalidade e dos comportamentos instintivos. Pela interiorização dos controles sociais, o homem deveria tornar-se “civilizado”, um ser cada vez mais individualizado. A partir da necessidade de conversão do homem em um ser civilizado, a modernidade impulsionou a individualização e os processos educativos tiveram papel importante na construção da consciência das particularidades individuais e na percepção de que cada indivíduo é um ser único. (VARELA, 2002).

Na compreensão do processo de individualização, além da interação social que interfere na percepção da individualidade, há que se considerar a questão biológica e psicológica do processo de desenvolvimento. O desenvolvimento da Biologia e da Psicologia favoreceram a construção da individualização, por apontarem as particularidades individuais que ocorrem não apenas no plano orgânico, mas também na estruturação da personalidade. Ou seja, a partir de sua inserção social e das práticas sociais vivenciadas em suas interações com os outros, o indivíduo define sua identidade pessoal, percebendo a si mesmo como organismo biológico e como ser social; identificando as características que têm em comum com as outras pessoas, mas também se percebendo como ser singular.

No movimento escolanovista a individualização passa a integrar os discursos que visavam à transformação das práticas escolares e a formação do

homem moderno, que tem consciência de sua singularidade, de suas aptidões e capacidades e, ao mesmo tempo, percebe-se como parte de uma sociedade; que desenvolve a percepção como ser único, mas encontra-se integrado em um grupo social.

Conforme Lourenço Filho (1978), a individualização e a socialização são conceitos importantes para a Escola Nova, por embasarem as práticas de diferenciação individual e homogeneização social – funções importantes a serem assumidas pela escola. Por tomar a socialização e a homogeneização dos indivíduos como referência, mas também considerar a necessidade de se respeitar e valorizar as diferenças individuais, o autor considera que esse é um diferencial da Escola Nova em relação à Escola Tradicional.

Ainda segundo o autor, do ponto de vista social, a grande distinção da educação proposta pelo movimento escolanovista é que no passado a educação atuava no sentido de repetir um tipo social uniforme ou poucos tipos. A Educação Nova não se esquece de que uma base de homogeneização é indispensável à coesão social, pois a assimilação de padrões sociais leva à formação de elementos básicos da personalidade; mas também busca desenvolver as capacidades individuais, diferenciá-las e colocá-las a serviço do bem estar da pessoa e da coletividade. (LOURENÇO FILHO, 1978).

Ou seja, na medida que os conhecimentos biológicos e psicológicos se aperfeiçoaram, os educadores e demais profissionais que lidavam com as crianças passaram a perceber que a formação humana não era independente da organização da vida social. O desenvolvimento das capacidades individuais encontrava-se relacionado com as condições sociais e com as interações que o indivíduo estabelecia com os outros.

Ainda conforme o autor, desde os primeiros renovadores, já se percebia a necessidade de melhor coordenar o trabalho da escola com o de todas as demais instituições. As raízes da reforma escolar encontram-se em uma dupla ordem de fundamentos: primeiro, uma maior e melhor compreensão do homem mediante conhecimento das condições de seu crescimento, desenvolvimento e expansão individual; depois, uma consciência das possibilidades de integração das novas gerações em seus respectivos grupos culturais. (LOURENÇO FILHO, 1978)

Por essa teorização de Lourenço Filho (1978), é possível perceber que, apesar da não-homogeneidade das idéias atribuídas ao movimento da Escola Nova, em relação aos significados atribuídos à socialização e individualização, a proposta não estava dividida por idéias concorrentes e contraditórias, sendo consensual a necessidade de respeitar a individualidade, promover o desenvolvimento das aptidões e adaptar os indivíduos à sociedade.

Ao ampliar os significados de sua missão “desanalfabetizadora”, a *Gazeta do Norte* disseminou essas idéias, visando modificar as práticas escolares e inserir Montes Claros no contexto da modernidade pedagógica proposta pela Escola Nova. Em 1927 a *Gazeta do Norte* publicou discurso de formatura de Geraldina Alves, aluna do Curso Normal que, embasada em conhecimentos da Biologia e da Psicologia enfatizava a necessidade de respeito às diferenças individuais da criança. Em sua concepção, a partir da proposta de renovação do ensino, a responsabilidade educativa das escolas havia se ampliado. Às professoras estava reservado um “cargo altruísta de finalidades vastas”, que lhes exigiria “amar a criança, esdudal-a, entender-lhe a psicologia, orientar-lhe de forma carinhosa e clarividente a forma da personalidade”²⁹⁷. Em suas concepções havia uma preocupação com as finalidades sociais da educação, instrumento capaz de favorecer o progresso pelo desenvolvimento das aptidões individuais e a adaptação dos indivíduos aos papéis sociais que lhes eram destinados.

Ao colocar atenção no indivíduo, a educação não visava a interesses particulares. O respeito à individualidade significava favorecer a diferenciação e o desenvolvimento das aptidões individuais, uma preocupação com finalidades socialmente definidas e inseridas no processo de civilização e progresso social. Para a normalista, a sua e também a alegria de todas as outras professoras somente se tornaria concreta quando pudessem ver o espírito juvenil se aperfeiçoar pela “cultura sadia e indispensável”: “e da criança illetrada surgir o indivíduo culto, útil, emancipado, forte”. Ou seja, a escola era a instituição capaz de promover a instrução e efetivar as transformações individuais e sociais que produziriam a cidade civilizada. E o professor era o agente dessa transformação, pois da instrução “depende o futuro da raça e o lugar de

²⁹⁷ ALVES, Geraldina. A festa das normalistas. Discurso da alumna Geraldina Alves. *Gazeta do Norte*. Ano IX. n.º 506. 12 de fevereiro de 1927, p. 04.

destaque que devemos ocupar no conceito das nações e dos povos civilizados”²⁹⁸.

Essas concepções revelam uma apropriação de princípios em circulação naquele momento histórico, em que a educação era compreendida como possibilidade de aprimoramento do indivíduo, favorecendo-lhes condições para desenvolver suas aptidões. No ano de 1934, a *Gazeta do Norte* retomou a discussão, sendo possível perceber uma maior explicitação dos princípios escolanovistas que passaram a orientar o trabalho escolar. Ao proferir conferências destinadas à educação das famílias montesclarenses, o professor José Raymundo Netto, diretor da Escola Normal de Montes Claros, afirmava ser necessário que todos os educadores compreendessem bem o ideário da Escola Nova e “o princípio cardeal que a orienta: – Liberdade e respeito à individualidade da criança!”²⁹⁹.

Visando produzir uma nova compreensão acerca da educação da infância e provocar mudanças no modo como os pais educavam seus filhos, o professor José Raymundo Netto construiu argumentos com base nos conhecimentos advindos da Biologia e da Psicologia e discutiu temas como: hereditariedade, iniciativa e interesses infantis, aplicação de castigos, recalçamento e sublimação dos instintos. Era necessário organizar práticas educativas menos rígidas, pela não-aplicação de castigos, com base na atividade infantil interessada, que produziria a autodisciplina e o controle dos instintos e desejos. Era necessário que o ambiente em torno da criança fosse rico em estímulos capazes de atender a seus interesses e favorecer o seu desenvolvimento pleno. A criança precisava viver intensamente a sua infância para tornar-se um adulto saudável, de corpo e de espírito³⁰⁰.

Em defesa da liberdade da criança e do respeito à individualidade, os argumentos do professor José Raymundo Netto eram coerentes com as idéias em curso naquela época, que pretendiam produzir o homem civilizado, consciente de suas particularidades como pessoa, que exercia uma liberdade alicerçada na autodisciplina e na separação do ser humano da sua “natureza

²⁹⁸ ALVES, Geraldina. A festa das normalistas. Discurso da alumna Geraldina Alves. *Gazeta do Norte*. Ano IX. n.º 506. 12 de fevereiro de 1927, p. 04.

²⁹⁹ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Escola Normal Oficial. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, n.º 925, 11 de agosto de 1934, p.02.

³⁰⁰ *Ibidem*.

natural” pelo controle dos comportamentos instintivos.

Para Varela (1996), a consolidação das pedagogias psicológicas ocorre em função da rejeição às pedagogias disciplinares e corretivas, evidenciando a necessidade de se evitar o controle exterior dos comportamentos das crianças. Por processos menos opressivos e mais operativos essas pedagogias situam a criança em primeiro plano e produzem um “ambiente artificial”, organizado e preparado para o atendimento às suas supostas necessidades naturais.

Conforme Lourenço Filho (1978), em busca de uma compreensão global e unitária da criança, o conhecimento objetivo favorecido pela Biologia tornou possível o desenvolvimento da Psicologia. Para o autor, a Biologia estabeleceu noções importantes acerca do crescimento, da maturação, do condicionamento endócrino e do condicionamento nervoso, mas a adaptação da criança não se limitava a esses aspectos. Desde cedo, a criança representa uma pessoa entre as demais, com elas estabelecendo formas de comunicação, ação e reação. E essas relações estabelecem a sua personalidade.

Pela lógica da individualização, a criança é compreendida como um ser singular, que representa uma pessoa entre as demais. No entanto, a estruturação de sua personalidade não se processa no isolamento, mas na interação com as outras pessoas. Por essa necessária relação do individual com o coletivo, a socialização apresentava-se como outro princípio orientador das práticas educativas renovadas.

Ao discutir concepções da Escola Nova, Lourenço Filho (1978) considera que uma situação qualquer de ensino deveria ser sempre uma atividade de cooperação social, pois a existência mental depende da interação do organismo com o meio físico e da pessoa com o seu grupo, no qual evolui. Assim, a escola deveria organizar-se na forma de comunidade, tendo em vista as necessidades da vida em comum, por um processo em que liberdade, atividade e responsabilidade fossem exercidas em termos de vida social. A atividade cooperativa era importante na escola porque o era na vida social.

Ainda conforme o autor, inicialmente, a renovação das práticas educativas colocou ênfase na mudança dos recursos didáticos e dos métodos de ensino, somente se preocupando com as finalidades sociais da educação a partir dos efeitos produzidos pela 1ª guerra mundial. Como efeito da guerra, produziu-se a consciência de uma maior e necessária dependência entre povos

e nações, apontando, sobretudo, para a necessidade de rever princípios de educação e suas instituições, visando à preservação da paz. (LOURENÇO FILHO, 1978).

Por essa compreensão acerca das finalidades sociais da educação, a *Gazeta do Norte* posicionava-se, demarcando os sentidos de sua missão educativa. Ainda em 1927, ao proferir discurso de formatura, Geraldina Alves revelou estar consciente das lições da guerra: o conflito indicou para a humanidade que os homens ainda não haviam atingido um elevado grau de civilização. A futura normalista conclamou suas colegas para cumprimento do “sagrado dever de instruir a população”, ponderando que não bastava alfabetizar e instruir para se chegar ao estado de civilização desejado, era necessário que o homem se apropriasse de princípios éticos, morais e religiosos, que aprendesse a viver em grupo³⁰¹.

A grande guerra foi uma tremenda lição porque provou a Humanidade, entre outras verdades que o homem não atingiu o supremo grau de civilização, fugindo-lhe assim a conquista da felicidade, dentro da justiça e da fraternidade humana! E que sêde de saber apodera-se do mundo, paralelamente aos grandes princípios ethicos e religiosos, sem os quaes todas as conquistas humanas estão condenadas ao descalabro e dissolvimento!³⁰²

A escola não poderia ocupar-se apenas da instrução das novas gerações. Era necessário rever finalidades educativas favorecendo a interação humana e a construção de valores sociais, como justiça e fraternidade, sem os quais as conquistas da ciência não fariam sentido. Como lições da guerra, produziu-se a necessidade de buscar a integração entre os povos, de favorecer o desenvolvimento do sentimento de cooperação e solidariedade, tornando a escola um espaço de socialização, de interação humana e trabalho coletivo.

Na década de 1930, em que a *Gazeta do Norte* imprimiu uma perspectiva pedagógica à sua missão “desanalfabetizadora”, as discussões em torno das finalidades sociais da educação encontraram maior espaço nas publicações do jornal. Em 1933, a *Gazeta do Norte*, em sua “Columna Pedagógica”, publicou artigo de Idoleta Maciel, aluna do Curso de Aplicação da

³⁰¹ ALVES, Geraldina. A festa das normalistas. Discurso da alumna Geraldina Alves. *Gazeta do Norte*. Ano IX. nº 508. 12 de fevereiro de 1927, p. 04.

³⁰² *Ibidem*.

Escola Normal, que considerava que “o objectivo das nossas escolas é socializar a criança, isto é, dar-lhe um comportamento condicionado ao seu meio social, tornando-a apta para reagir a todos os estímulos e reações que este lhe oferece”³⁰³.

Em artigo de Augusta Guimarães, também aluna do Curso de Aplicação, foi abordada a necessidade de que as atividades escolares, ao imitarem situações concretas da vida cotidiana, favorecessem condições para a socialização. Isso porque:

Socializar é fazer viver a própria vida do meio escolar, nas aulas, nas excursões, nos auditoriuns, dando oportunidade ao desenvolvimento da personalidade dos alumnos e criando para todos, ricos e pobres, ocasiões de sentirem que são filhos de uma terra onde não há castas sociais. Esta deve ser a socialização da escola brasileira.³⁰⁴

No ano de 1934, em conferência destinada às famílias e publicada na *Gazeta do Norte*, José Raymundo Netto, diretor da Escola Normal, enalteceu a educação social na escola que, deveria basear-se na “humanidade, auxílio-mútuo, confraternização, espírito de cooperação e livre expansão da personalidade; únicos factores capazes de preparar o mundo para advertir da Paz entre os homens”³⁰⁵.

No ano seguinte (1935), ao proferir discurso de formatura em homenagem às normalistas, o professor José Raymundo Netto retomou a questão e esclareceu que a socialização representava uma abordagem pedagógica, pela qual a escola se organizaria pelo trabalho em comunidade, de forma “a ensinar praticamente aos homens do futuro que a união faz a força, que o espírito de solidariedade e de cooperação é a condição básica para o soerguimento de um povo e para a grandeza de uma raça!”³⁰⁶.

Pelos sentidos atribuídos à socialização, a criação de situações didáticas especiais justificava-se pela necessidade de familiarizar as crianças com os

³⁰³ MACIEL, Idoleta. A linguagem como instrumento de comunicação. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 856. 25 de março de 1933, p. 02.

³⁰⁴ GUIMARAES, Augusta. *Collumna Pedagógica*. Socializar a criança. *Gazeta do Norte*. Ano XV, nº 861. 29 de abril de 1933, p. 01.

³⁰⁵ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. *Escola Normal Official*. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 925, 11 de agosto de 1934, p. 02.

³⁰⁶ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. *Normalistas de 1934*. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 946. 05 de janeiro de 1935, p. 02.

processos reais que ocorriam na sociedade em mudança, dos quais ela não poderia vivenciar de forma direta. Nas concepções de Jenny Canella, aluna do Curso de Aplicação:

As nossas sociedades de hoje ganharam uma tal complexidade que a participação directa da criança na vida adulta se torna absolutamente impossível. Nasce daí a necessidade da escola para fornecer aquilo que a vida, directamente, não pode ministrar. E é assim que a vida social se perpetua através da escola. Cumpre, por conseguinte, que a escola se transforme n'um ambiente simplificado, purificado e favorável à confraternização, onde a criança, paulatinamente, vá fazendo a synthese das complexas experiências humanas (ênfases no original) ³⁰⁷.

Essas são formulações produzidas à luz do movimento da Escola Nova. Com o desenvolvimento de atividades coletivas o objetivo da escola era socializar a criança e o jovem, condicionar-lhe os hábitos, inculcar-lhes valores e atitudes adequadas ao seu meio, disciplinando e adaptando seus comportamentos, favorecendo a estruturação de sua personalidade. Conforme Augusta Guimarães, eram dois os processos pelos quais se poderia socializar a criança: a imitação das atividades do meio e a integração do educando nessas atividades. A organização de instituições escolares facilitaria a primeira, sendo que a realização de excursões e de projetos oportunizaria a segunda ³⁰⁸.

Na organização das atividades era fundamental que a professora tivesse como referência os princípios do método ativo, que era “o único socializador”. Era necessário considerar as exigências do meio e adaptar os programas; observar na disciplina o critério de autonomia da criança e respeitar-lhe a personalidade, favorecendo o trabalho solidário, o espírito de cooperação, o respeito aos direitos individuais e a alegria coletiva ³⁰⁹.

No artigo de Augusta Guimarães, a *Gazeta do Norte* também discute os equívocos relacionados à sua utilização pedagógica dos auditórios como atividade socializadora ³¹⁰. O primeiro era pensar que somente por meio de

³⁰⁷ CANELLA, Jenny. Collumna Pedagógica. A escola, meio social. *Gazeta do Norte*. Ano XVI, nº 859. 15 de abril de 1933, p. 01.

³⁰⁸ GUIMARÃES, Augusta. Socializar a Criança. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 861. 29 de abril de 1933, p. 01.

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ As publicações da Revista do Ensino também focalizam a questão. Em 1933, J. Madureira orienta as professoras acerca de realização de atividades socializadoras. Destaca o Regulamento do Ensino que “[...] sabiamente instituiu: auditórios, clubs de leitura, socialização, dramatização, hora de historia, correio infantil, jornais escolares, cozinha e merenda escolares, excursões, teatros, festas, liga de bondade, escoteirismo, ensino por meio de jogos, trabalhos

auditórios seria possível a socialização. O segundo associava-se ao modo de organização. Conforme a normalista, a professora não explorava o potencial socializador dessa atividade: ao invés de contar com a colaboração dos alunos, apenas determina a execução de tarefas – manda decorar certos números, distribui papéis, determina horário e local de realização. Mas, agindo dessa forma, “é nesta instituição escolar que a professora vem mostrar que sua escola não socializa”³¹¹.

Para os defensores da Escola Nova, a individualização significava respeito às diferenças individuais, à liberdade da criança e à iniciativa individual, enquanto a socialização assumia o sentido de interação e adaptação social, pela imitação de práticas ou pela inserção do educando em situações sociais reais. Contudo, em Montes Claros, encontramos apropriações diferenciadas, incompreensões acerca dos significados atribuídos à socialização, disputas por representações que produziram tensões e fizeram emergir temores acerca da descristianização da sociedade e da implantação do comunismo pela via da escola.

3.3- APROPRIAÇÕES, INCOMPREENSÕES E TEMORES EM TORNO DAS PRÁTICAS SOCIALIZADORAS

A socialização como abordagem pedagógica esteve presente nas preocupações da *Gazeta do Norte*, que influenciada pela Escola Nova ampliou os sentidos de sua missão educativa e pretendia interferir nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras de Montes Claros. As publicações do jornal revelam uma apropriação referenciada pelos princípios escolanovistas, que atribuem à socialização o sentido de trabalho cooperativo e em comunidade, visando à adaptação social.

manuaes, etc”. Considera que todas essas atividades somente produziram os efeitos educativos se fosse considerada a iniciativa das crianças, cabendo ao educador auxiliar, orientar e dirigir. Ao contrário, quando as crianças apenas executassem ordens do professor, os resultados do trabalho poderiam até ser brilhantes, mas sem nenhum “resultado compensador”. Isto porque, na realização de uma atividade, mais importava o processo de desenvolvimento do que o resultado em si J. MADUREIRA. Palestrando com professoras. (Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano VII. nº 92. 15 de julho de 1933, p. 08).

³¹¹ GUIMARÃES, Augusta. Socializar a Criança. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 861. 29 de abril de 1933, p.01.

No entanto, ao discursar para as formandas da Escola Normal, em 1935, o paraninfo da turma, Francisco Floriano de Paula, ex-diretor da Escola exercendo o cargo de Assistente Técnico do Ensino em Minas, apresentou uma leitura diferenciada da individualização e da socialização. Denominadas por ele de “individualismo” e “socialismo”, essas abordagens estavam associadas à idéia de egoísmo individualista e de introdução de práticas políticas comunistas ou socialistas pela via da escola.

Em nossa atividade de pesquisa e análise da missão “desanalfabetizadora” da *Gazeta do Norte*, compreendemos ser importante explicitar essas construções de sentido, por serem reveladoras de apropriações diferenciadas de conteúdos culturais que circularam em Montes Claros na década de 1930. Ao trazer essas significações o fazemos a partir de um único sujeito, Francisco Floriano de Paula, e de um único texto, o discurso por ele proferido para as normalistas montesclarenses em janeiro de 1935.

A importância operatória dessa discussão, para a compreensão das práticas culturais montesclarenses, associa-se ao fato de que as idéias de Francisco Floriano de Paula foram publicadas pela *Gazeta do Norte*, que ampliou sua circulação no tempo e no espaço, não as circunscrevendo aos limites de uma festa de formatura. Além disso, conforme Chartier (2001), o conceito de “apropriação” pode ser colocado no centro da História Cultural, porque indica o que os sujeitos sociais fazem com o que recebem. Apropriação é, para o autor, um uso criador, uma forma de invenção e produção dos leitores ao se apoderarem de um texto. O termo indica pluralidade de usos, multiplicidade de interpretações, diversidade de compreensão de textos. (CHARTIER, 2001).

Da maneira como entende Chartier (2001), para a história das práticas culturais, o mais importante, freqüentemente, não se pode quantificar. Dessa forma, o fato de não podermos estabelecer a circulação da *Gazeta do Norte* e o seu número de leitores que tiveram acesso ao discurso de Francisco Floriano de Paula, não inviabiliza a pesquisa e a discussão de uma apropriação distinta em torno de uma idéia. Ao discutir idéias de Francisco Floriano de Paula não pretendemos atribuí-las ao movimento de Escola Nova ou à Escola Normal de Montes Claros. Ao contrário, pretendemos demarcar diferenças e indicar incompreensões, dar a ver que os processos construtivos dos sujeitos refletem

os conteúdos em circulação em uma determinada sociedade ou época, mas também são influenciados por suas próprias operações cognitivas, seus temores, esperanças e expectativas.

O discurso de Francisco Floriano de Paula, para as normalistas montesclarenses, indica o modo como esse sujeito social leu os textos aos quais teve acesso e revela suas apropriações. A distância entre os princípios da Escola Nova e o modo como os assimilou reflete seus temores, que são singulares e não representativos do movimento de renovação escolanovista. Suas reflexões são bastante pessoais e não compartilhadas pelos idealizadores e defensores da Escola Nova.

Em seu discurso, Francisco Floriano de Paula revelou preocupações com a implantação de idéias socialistas e comunistas na escola. Na condição de paraninfo, que havia exercido as funções de professor e diretor da Escola Normal de Montes Claros até o mês de junho de 1933, Francisco Floriano de Paula admitiu erros que havia cometido; revisou idéias que ele próprio havia defendido; teceu críticas ao modo confuso e aligeirado como alguns conteúdos foram ensinados; e, por fim, defendeu a orientação pedagógica cristã, para ele, a única capaz de promover uma educação integral dos indivíduos³¹².

Francisco Floriano de Paula entendia que, por centralizar-se na pessoa, levar em conta seus interesses e necessidades individuais e omitir-se acerca das questões espirituais, a individualização era uma “funesta” orientação para a ação educativa.

Pelo individualismo, que faz do indivíduo o centro de toda a vida e de que se acha pejada a literatura pedagógica de Locke, Rousseau, Kant e outros, vemos que o homem só é considerado na vertical, desenvolvendo-se biologicamente e modificando-se psicologicamente na luta pela vida. O indivíduo é considerado o criador da própria sociedade. Razão, consciência, liberdade, evolução, individualidade, autonomia e independência do indivíduo são suas palavras mágicas na ordem espiritual e na ordem econômica. E o “homo omini lupus” marcou a característica de tão funesta orientação philosophica para os destinos da educação³¹³.

³¹² PAULA, Francisco Floriano de. Discurso Pronunciado em Formatura das Normalistas de 1934. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

³¹³ *Ibidem*.

No discurso de Francisco Floriano de Paula foi evidenciada a necessidade de reorientação filosófica da educação. Em suas palavras, a centralidade no indivíduo produziria uma prática educativa voltada apenas para o desenvolvimento da natureza biológica e psicológica, mas desconsiderava a dimensão espiritual do ser humano, a natureza transcendente do homem. Ainda segundo Francisco Floriano de Paula, o “individualismo” era uma idéia conflitante no interior do próprio movimento de renovação educacional.

Como reação ao individualismo surgiu a corrente sociológica, considerando a sociedade como um organismo vivo, do qual o homem era ínfima parcela. Ahi o indivíduo desenvolve-se biologicamente e modifica-se psicologicamente para a vida em sociedade, isto é, cresce no sentido horizontal para o nivelamento total com os demaes indivíduos³¹⁴.

Contudo, na concepção de Francisco Floriano de Paula o socialismo também não era uma alternativa teórica adequada para orientar a ação educativa. A sua defesa encaminha-se para a preservação dos valores cristãos na educação da infância, e sua preocupação era com um tipo de educação que poderia corromper a formação e produzir a descrença nos valores espirituais.

Colhido de surpresa, sem preparo algum de phylosophia educacional, o nosso professorado passou a sofrer um processo de lenta formação mental, em que o individualismo e o socialismo pedagógicos, antagônicos nos princípios fundamentaes, mas unissomos na faina de nos corromperem a intelligencia e o coração, exerceram tenaz e silenciosa collaboração atravez dos livros comprados a esmo e atirados nas nossas bibliothecas e das divulgações pedagógicas falhas de systematização phisolophica accorde com a nossa concepção de vida. Foi assim que vimos de um momento para outro Rousseau e de Dewey, de Spencer e Natorp casados em nossas aulas de pedagogia, onde o professor, embevecido pelos encantos dos methodos activos, transformou-se em dócil vehiculo de idéas abaladoras de nossa estructura social³¹⁵.

Nas concepções de Francisco Floriano de Paula, o professorado tornara-se alvo fácil de “enganadoras teorias”, em função de suas “leituras apressadas” e desprovidas de reflexão. Tais teorias acenavam com mudanças e novidades, mas pretendiam corromper as tradições, abolir o princípio da

³¹⁴ PAULA, Francisco Floriano de. Discurso Pronunciado em Formatura das Normalistas de 1934. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

³¹⁵ *Ibidem*.

autoridade e usar a escola como instrumento da descristianização da infância e da juventude.

Despercebidas a principio, pelos efeitos anestesicos da novidade, as conseqüências apresentaram-se depois em cores nítidas, na abolição do principio da autoridade e no desprezo dos critérios de valor estabelecidos pela moral e pela razão. À escola tradicional, que com seus maus methodos e processos de ensino visava precipuamente a formação do caráter, ou seja, o fortalecimento da vontade do homem e do cidadão para a realização de seus fins natural e sobrenatural, substituiu-se a escola socializadora, que os manuaes de pedagogia socialista destinam à simples preparação da creança para a vida em sociedade, considerada fim único do homem esquecidos seus auctores que a socialização completa só é possível em situação total. A tendência disciplinadora da educação, observada pela Igreja com o enrijecimento da vontade para o serviço de Deus, opuzeram outras de caracter naturalista, psicologico, scientifico ou sociológico visando sobretudo a derrogação do principio de auctoridade. E o commodismo na esphera das responsabilidades moraes do professor, pela incompreensão de leituras apressadas e sem cuidadosa meditação; foi solapando as nossas mais bellas tradicções, inclusive a fé que enrijara a alma dos nossos avós para os mais rudes embates da vida³¹⁶.

O paraninfo afirmou a importância da formação obtida pelas normalistas na Escola Normal. No entanto, para ele, a adequada utilização dos conhecimentos teóricos adquiridos implicava a necessidade de bom senso e discernimento, pois o exercício da profissão as colocaria em xeque. Pela compreensão de Francisco Floriano Paula, duas possibilidades se apresentariam às futuras professoras. A primeira seria o “aniquilamento das mais justas aspirações e dos mais nobres ideais”, ao se depararem com a agitação do meio social e das “forças díspares” que iriam interferir em sua capacidade para agir. A segunda alternativa seria o robustecimento, na consciência, da certeza de possuírem uma capacidade de ação e de se constituírem em uma força intencionalmente preparada para realizar as modificações reclamadas pela virtude e pelo progresso³¹⁷.

Para Francisco Floriano de Paula, as escolas normais estavam passando por um momento de indefinição e confusão. Na ansiedade de se mostrarem em sintonia com as modernas teorias e métodos pedagógicos da Escola Nova, os professores se esqueciam de levar em conta o quadro natural

³¹⁶ PAULA, Francisco Floriano de. Discurso Pronunciado em Formatura das Normalistas de 1934. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

³¹⁷ *Ibidem*.

e social do Brasil, um país católico e não comunista. O professor deixou evidente sua preocupação com a futura atuação das formandas, fazendo ressalvas no que julgava equivocado no interior “do confuso campo de nossos trabalhos educacionais”. Para ele, orientado por concepções oriundas da “extrema esquerda da Escola Nova” o quadro era de um “verdadeiro desnorteamento”, que exigiria das professoras discernir, dentre as abordagens renovadoras, aquelas que fossem capazes de orientar as mudanças necessárias à educação, sem perda dos princípios e valores morais, que fundavam as crenças religiosas e as concepções de vida da família mineira³¹⁸.

É fora de qualquer dúvida que reina nos meios do ensino, o mais constritoral desnorteamento. As profundas modificações trazidas pela escola activa aos nossos arcaicos methodos e processos de instrucção, vieram acompanhadas de postulados philosophicos dictados pela extrema esquerda da Escola Nova, onde as mais acentuadas tendências socialistas fixaram os seus arraiaes, na esperança de fazer da escola o seguro instrumento de sua infernal política de descristianização do mundo³¹⁹.

Francisco Floriano de Paula considerava arcaicos os métodos de ensino até então utilizados pela escola e era favorável à renovação do ensino. O seu posicionamento era favorável à implementação de uma pedagogia renovada, que facilitaria a aprendizagem, mas a mudança deveria ser guiada pela filosofia cristã – que visava educar e fortalecer a fé e a vontade para servir a Deus.

Dentro das diretrizes da escola e dos methodos activos, deveis enquadrar os vossos conhecimentos de ordem technica, pois inegável tem sido o progresso da sciencia pedagógica deante das pesquisas de caracter biológico, psicológico e sociológico. A pedagogia experimental, a que a psicologia e a sociologia educacionaes têm prestado os mais relevantes serviços, oferece-nos uma contribuição inestimável de methodos e processos que facilitam extraordinariamente o aprendizado. O emprego consciencioso destes meios é dever imposto a todo professor que se honra da cathedra que occupa. Mas apoderar-se de tão úteis instrumentos para realizar a obra impatriótica de crear no Brasil uma mentalidade avessa às nossas tradições de ordem e cultura, oriundas de postulados que a civilização latina nos legou, é falsear a função da escola em nosso meio e transformal-a em fonte de idéas

³¹⁸ PAULA, Francisco Floriano de. Discurso Pronunciado em Formatura das Normalistas de 1934. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

³¹⁹ *Ibidem*.

comprometedoras da unidade nacional e da grandeza da Pátria, pela derrocada das grandes forças moraes da nacionalidade³²⁰.

O professor Floriano de Paula defendeu a efetivação de reformas no campo educacional e compreendia ser necessária a implantação de um projeto educativo que representasse tradição e mudança. Contudo, a renovação deveria introduzir inovações nos métodos de ensino, sem perder de vista o conjunto de valores e concepções de vida cristã. Uma vez que a formação das professoras estava “eivada de princípios destoantes”, a solução apresentada por Francisco Floriano de Paula estava na distinção entre os meios técnicos e os fins da educação. Dessa forma, as professoras seriam capazes de promover mudanças no seu modo de ensinar, colocando a atividade da criança como base de sua aprendizagem, sem perder de vista a necessária formação moral e espiritual. O acesso à cultura e à aprendizagem dos conhecimentos escolares se daria pela utilização dos métodos ativos – os meios –, mas em consonância com os princípios católicos de espiritualidade, de ordem moral, de disciplina e respeito – os fins da educação³²¹.

Em função da diferenciada apropriação que fez dos princípios escolanovistas, Francisco Floriano de Paula identificava finalidades “socialistas” e “comunistas” inscritas na Escola Nova, mas não desqualificava os conhecimentos de ordem técnica que embasavam as propostas de renovação. Em suas concepções, a Psicologia, a Biologia e a Sociologia prestavam inestimáveis serviços ao campo educacional, possibilitando a renovação de métodos de ensino. Para o professor Floriano, era perigosa a apropriação “não conscienciosa” desses conhecimentos pelas professoras que, no exercício de sua profissão poderiam comprometer a formação das novas gerações, desestruturar a unidade nacional e a grandeza da Nação, utilizando o saber técnico como instrumento na derrocada dos valores morais, religiosos e espirituais³²².

Daí ser necessário o discernimento das professoras, para poderem lançar um olhar perscrutador sobre as finalidades educativas, inovarem os métodos de ensino, mas desenvolverem uma ação pedagógica comprometida

³²⁰ PAULA, Francisco Floriano de. Discurso Pronunciado em Formatura das Normalistas de 1934. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

³²¹ *Ibidem*.

³²² *Ibidem*.

com os valores e princípios postulados pela tradição nacional católica. Neste sentido, o paraninfo deixa seu conselho para as formandas:

“Examinae tudo; conservae o que é bom”. Mas em questões de fins da educação procura traçar as diretrizes de vosso exercício magisterial pelos marcos indelévels da philosophia pedagógica christã, cujas normas se acham consubstanciadas na notável encíclica de S.S. o Papa Pio XI, “Acerca da educação christã da juventude”.³²³ (grifos no original).

Pela visão católica, os pressupostos filosóficos e finalidades educativas inspiradas na Escola Nova estavam equivocados e não eram capazes de promover a educação integral, que somente se daria quando o indivíduo, dentro do corpo social, pudesse crescer verticalmente pela igualdade de oportunidades para todos e, no sentido horizontal, se desenvolver para servir a Deus.

Vêde agora o quadro magistral da orientação pedagógica fixada pela “philosophia perennis” em que o respeito à personalidade humana, pela constante exigência de sua afirmação no seio da sociedade, se alia à idéia da Comunidade Christã, onde o individuo cresce verticalmente pela igualdade de oportunidade para todos e horizontalmente serve numa constante prova do “ama a teu próximo como a ti mesmo”. Nesta perfeita concepção de vida resulta o verdadeiro conceito de educação integral, o indivíduo, dentro do corpo social, desenvolve-se biologicamente e modifica-se phisichologicamente para Deus. Por Christo chega-se a Deus, e a Christo atravez dos sábios ensinamentos da Igreja, diz Hovre³²⁴ (grifos no original).

Essa era base da educação integral proposta e defendida pelo professor Francisco Floriano. Por esse “escolanovismo católico”, a educação integral apresentava exigências de ordem física, moral e espiritual. Em sua visão, “individualismo” e “socialismo” eram considerados perniciosos à formação das crianças e, como consequência, também perniciosos para a construção da unidade nacional e grandeza da nação brasileira.

Lança os vossos olhos perscrutadores para o campo de finalidades educativas que vos têm sido apresentado e vereis invariavelmente, ora em antagonicas posições, ora de mãos dadas em comprometedora

³²³ PAULA, Francisco Floriano. . Discurso Pronunciado em Formatura das Normalistas de 1934. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

³²⁴ *Ibidem.*

symbiose, o individualismo e o socialismo pedagógicos oppondo-se por todos os meios à verdadeira compreensão dos objectos da educação. Analisae, porem, as características de cada um e observareis que a educação integral tão propalada por seus adeptos, não se comporta nos âmbitos estreitos de suas concepções ³²⁵.

Vale destacar que, ao falar para suas ex-alunas, o professor Francisco Floriano de Paula, pretendia preveni-las contra as finalidades “socialistas” e “comunistas” que ele considerava estarem presentes na idéia de socialização. No entanto, as alunas da Escola Normal já conheciam essas preocupações. Em artigo intitulado “socializar a creança”, publicado pela *Gazeta do Norte* em abril de 1933, época em que o professor Floriano era diretor da Escola Normal e professor de Metodologia e Prática de Ensino, a aluna Augusta Guimarães esclareceu a origem do princípio da socialização, apontando para as más interpretações em torno do seu significado pedagógico. Em suas palavras:

A idéia de socialização partiu de um grupo de homens de grande experiência educativa. Mas infelizmente tem sido combatida por maus interpretadores e pelos defensores da escola tradicional. Acham uns que preparar a creança para a vida actual é restringir-lhe o campo de acção, diminuir-lhe o crescimento das experiências. Outros entendem que a idéa pretende atingir o comunismo pela escola. Nenhuma das afirmações tem valor. Pela socialização há uma adaptação progressiva da creança ao seu meio; se este evolue, a creança o acompanha ³²⁶.

Por essas idéias fica evidente que a aluna havia se apropriada da idéia de socialização pela visão pretendida pelos propugnadores da Escola Nova, ou seja, como processo de adaptação da criança ao seu meio social. Também fica evidente que a normalista conhecia os temores que circulavam em torno de uma possível utilização da escola como instrumento para a implantação do comunismo, e que considerava esses temores infundados. Em suas concepções, a missão da escola era socializar a criança, “educando-a nos critérios de realidade e valor do seu meio”, por um processo que favoreceria a aquisição de um “comportamento condicionado ao meio”, pela transformação da escola em uma miniatura da sociedade. “Mas a miniatura de experiências simplificadas, sem vícios e competições mesquinhas” ³²⁷.

³²⁵ PAULA, Francisco Floriano. . Discurso Pronunciado em Formatura das Normalistas de 1934. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935, p. 02.

³²⁶ GUIMARÃES, Augusta. Socializar a Creança. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 861. 29 de abril de 1933, p. 01.

³²⁷ *Ibidem*.

Socializar é fazer a própria vida do meio escolar, nas aulas, nas excursões, nos auditoriuns, dando oportunidade ao desenvolvimento da personalidade dos alumnos e creando para todos, ricos e pobres, ocasiões de sentirem que são filhos de uma terra onde não há castas sociais. Esta deve ser a socialização da escola brasileira³²⁸.

A aluna também destacou que os métodos da Escola Ativa eram os únicos capazes de favorecer a socialização, não concorda com a possibilidade de uma utilização política da escola como instrumento para implantação do comunismo e não comunga desse temor.

A socialização deseja crear na escola o trabalho solidário, o trabalho em comunidade, fixando nas creanças a idéa de que não podemos prescindir hoje do trabalho dos nossos semelhantes, mas isto não é comunismo, é a vida de todas as sociedades. Naturalmente, se a sociedade é comunista, como a Rússia, a escola o será, pois tem que se amoldar ao meio, nas entre nós isso seria desvirtuar a idéa de socialização, isto é comportamento condicionado ao meio³²⁹.

A futura professora revelou conhecer os equívocos produzidos em torno da socialização, mas não acreditava na possibilidade de implantação do comunismo pela via das atividades socializadoras. A sua preocupação estava diretamente voltada para o aspecto pedagógico e, por isto, a normalista destacava alguns elementos fundamentais para a introdução das mudanças socializadoras, quais sejam: a necessidade reformulação dos programas de ensino, a adoção dos métodos ativos para o ensino, a vivência de experiências reais de aprendizagem, o conhecimento do meio social pelo professor, a realização de atividades em colaboração, a observação da disciplina e da autonomia da criança³³⁰.

Por entendermos, com Chartier (1990), que a História Cultural é a história das representações e das práticas, e que o conceito de apropriação é central para esse estudo, consideramos importante apresentar idéias que circularam em Montes Claros, mas, sobretudo, analisar as apropriações que os sujeitos sociais fizeram dessas idéias. Ou seja, entender a problemática do “mundo como representação” implica fazer uma reflexão acerca do modo como

³²⁸ GUIMARÃES, Augusta. Socializar a Creança. Gazeta do Norte. Ano XV. nº 861. 29 de abril de 1933, p. 01.

³²⁹ *Ibidem.*

³³⁰ *Ibidem.*

os textos e as imagens, que dão a ver e pensar o real, são apropriados pelos leitores. Entender as apropriações do princípio da socialização realizadas por Francisco Floriano de Paula, implicou considerar elementos contextuais e conteúdos em circulação no Brasil, na década de 1930, e que possivelmente alimentaram a sua imaginação e induziram a produção de sentidos diferenciados em relação à proposta de Escola Nova.

Uma apropriação indica processos pelos quais diferentes sujeitos produzem sentidos diferentes para os textos lidos. Para Chartier, é tarefa do historiador identificar a diversidade das “leituras antigas”, buscando reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentaram impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. “Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se diversamente nos seus leitores”. Abordar a leitura é, pois, considerar, ao mesmo tempo, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refrear a sua leitura. (CHARTIER, 1990, p. 123).

Tomar o conceito de apropriação, para análise dos sentidos produzidos por Francisco Floriano de Paula, implicou considerar que os sentidos não estavam inscritos nos textos sobre a Escola Nova e que estes não foram compreendidos de uma única maneira por todos os educadores. Afinal, os sujeitos que deles se apropriaram eram distintos, portadores de experiências e conhecimentos diversos construídos a partir de trajetórias múltiplas.

Por essas referências, consideramos ser mais importante colocar ênfase nos usos diferenciados da proposta da Escola Nova do que discutir os princípios desse movimento de renovação escolar. Ou seja, pensamos ser mais construtivo produzirmos o deslocamento de um modelo pedagógico para apropriações diferenciadas dos princípios pedagógicos nele inscritos. Dessa forma, entendemos que, na análise da idéia de socialização, mais importante que compreender as significações atribuídas pelos propugnadores da Escola Nova, é mapear e discutir os sentidos produzidos por Francisco Floriano de Paula, analisar suas apropriações, seus motivos e condições.

Considerando teorizações apresentadas por Lourenço Filho (1978), podemos afirmar que as apropriações de Francisco Floriano de Paula constituem-se como leituras não autorizadas, uma vez que o movimento da

Escola Nova, em suas características e princípios gerais, não preconiza a implantação do comunismo ou do socialismo como doutrina política. Para o autor, a Escola Nova coloca ênfase nas relações sociais por sua grande importância na formação humana, por estarem associadas à motivação, à aprendizagem e à estruturação da personalidade. (LOURENÇO FILHO, 1978).

No contexto da investigação que realizamos, pelo menos dois fatores podem ser tomados para explicar as apropriações realizadas por Francisco Floriano de Paula. Em primeiro lugar encontram-se os próprios textos que, em si, quase sempre, implicam uma polissemia e estão abertos a interpretações variadas. Como segunda via de explicação, entendemos que no momento histórico estudado (década de 1930), as idéias de socialismo e comunismo como ordenação política não podem ser desconsideradas.

Nessa primeira via de explicação, ao apropriar-se de concepções e princípios da Escola Nova e entender socialização como socialismo ou comunismo, pensamos que Francisco Floriano de Paula produziu significados para os textos que leu a partir de seus temores acerca das doutrinas políticas não-liberais. Chartier (2001) considera que, ao falar de práticas de leitura, é preciso considerar que não há um sentido fixo estabelecido nos textos, mas múltiplas possibilidades de sentidos e pluralidade interna da linguagem. Há textos que são abertos a reapropriações múltiplas e há outros que não estão. Dessa forma, a construção de sentidos situa-se entre os leitores e os textos. Leitores dotados de competências específicas e identificados por suas posições e disposições; textos cujo significado encontra-se dependente dos dispositivos discursivos e formais pelos quais foi escrito. “A leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores dos autores de textos ou de fazedores de livros [...]” (CHARTIER, 1990, p. 123).

Contudo, conforme indica o autor, em relação às leituras, espera-se que os leitores captem um sentido único, que façam uma compreensão correta do texto lido. Nesse sentido, é importante reconhecer as estratégias pelas quais autores e editores procuram impor uma ortodoxia e produzir uma leitura autorizada, ou seja, o modo como procuram introduzir nos textos os condicionamentos que pretendem impedir a emergência de sentidos não pretendidos. (CHARTIER, 1990).

Por essa inteligibilidade é possível pensar que os princípios da Escola Nova estavam sujeitos a apropriações diferenciadas. Procurando orientar a compreensão dos educadores, refrear os sentidos e impedir uma leitura não autorizada, o próprio Lourenço Filho usou dessas estratégias de forma explícita. No livro “Introdução ao estudo da Escola Nova”, o autor afirma que, ao fazer uso da expressão “social”, Durkheim não tinha a intenção de referir-se ao socialismo como regime político. Lourenço Filho (1978) também destaca que a educação era vista por Durkheim como socialização da criança e sua inserção em uma determinada cultura, tornando-a homem de seu meio, similar aos seus pares. Dessa forma, o termo socialização não possuía qualquer conotação de ordem política, “nada tendo a ver com a idéia de regimes políticos”. (LOURENÇO FILHO, 1979, p. 128).

Ao explicitar que o uso da expressão “social” não dizia respeito a regimes políticos, Lourenço Filho (1978) sinalizava para essa possibilidade de compreensão e, por isso, explicita a inadequação desses sentidos, de forma a orientar o leitor e impedir “idéias erradas” e não autorizadas. Ou seja, Lourenço Filho coloca em seu texto um freio à livre interpretação dos leitores, indicando-lhes as chaves de leitura que pretendiam determinar-lhes um modo de ler, evitando os equívocos aos quais o princípio de socialização esteve sujeito.

Na segunda via de explicação para as apropriações de Francisco Floriano de Paula, consideramos que o contexto brasileiro da década de 1930 poderia ter induzido essas leituras diferenciadas. O clima político no Brasil era propício à produção de temores sobre o comunismo: basta lembrar que em novembro de 1935 o país viveu a Intentona Comunista, insurreição político-militar promovida pelo Partido Comunista do Brasil – PCB, que visava derrubar Vargas e instalar um governo socialista.

É fato que a “Intentona Comunista” ocorreu após a explicitação dos temores por Francisco Floriano de Paula, que discursou para as alunas montesclarenses em janeiro/1935. Contudo, é importante lembrar que o PCB foi criado em 1922 e no final da década já havia se fortalecido ao intensificar sua participação nas campanhas eleitorais e inserir-se no seio do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais e que, após a Revolução de 1930, recebe apoio de militantes e líderes tenentistas, dentre eles Luis Carlos Prestes. Portanto, no período em que Francisco Floriano de Paula manifestou-se sobre

o risco da entrada do comunismo na escola, havia uma ambiência política favorável à instalação de rumores e temores ao “perigo vermelho” – apesar de a socialização como princípio pedagógico não estar relacionada à doutrina política comunista ou socialista. O “perigo vermelho” fazia parte do imaginário social e poderia desencadear ações daqueles que o temiam, mesmo se o risco pudesse parecer ilusório para muitos.

Ao considerar a possibilidade de práticas socialistas ou comunistas no âmbito da renovação proposta pela Escola Nova, Cury (1978) destaca que a utilização política da escola, visando à introdução do socialismo e do comunismo, era uma preocupação presente nos ideais católicos de formação da juventude brasileira, cujas ações pretendiam banir a descristianização. Ao discutir as disputas políticas entre educadores católicos e leigos, Cury (1978) afirma que a Igreja compreendia como perigosas as idéias de Rousseau, considerando-o como pai do “individualismo anárquico”. Ou seja, os católicos consideravam que Rousseau propunha um modelo de sociedade assentado no contrato social livre, em que o indivíduo passava a ser fonte de sua atividade pessoal e social, sem ligação com Deus – princípio e fim de toda ação e autoridade. Para a Igreja, tomar a consciência individual como juiz dos atos humanos permitia a liberação das paixões e egoísmos do homem. (CURY, 1978, p. 29).

Para Carvalho (2004), dentro da própria *Liga Internacional de Educação Nova*, instituição criada em Calais - França, no ano de 1921 para disseminar a Escola Nova, não existia uma posição homogênea e hegemônica em relação aos princípios orientadores da educação. Segundo a autora, pela análise das divergências internas entre os próprios integrantes da *Liga* é possível perceber uma clivagem de natureza conceitual, uma oposição entre tendências místicas e racionalistas.

Ao discutir essas divergências, a autora retoma explicações de Fernando de Azevedo, que afirmava ser necessário distinguir pelo menos duas formas de “educação nova”. Uma que se inspirava nas concepções funcionais e nos conhecimentos biopsicológicos acerca da criança e a outra, ligada à evolução dos conhecimentos e idéias sociais. A primeira acepção estava ligada às tendências individualistas, tomava o indivíduo como ponto de partida para a organização da escola e visava à dinâmica do ensino e dos métodos escolares.

Já a segunda acepção estava orientada para o social, e às vezes para o socialista, tomava a comunidade como ponto de partida para a formação do indivíduo, visava compreender as necessidades do indivíduo a partir das necessidades da comunidade, procurava organizar a escola como uma comunidade de vida. (CARVALHO, 2004).

Carvalho (2004) considera que o impacto da revolução russa foi muito forte na geração de Fernando de Azevedo, não apenas por questões ideológicas ou políticas, mas em função da magnitude do investimento educacional soviético, que colocava à prova o poder da educação em processos de transformação social. Carvalho (2004) acredita que, na condição de intelectual “informadíssimo” e impactado pelas transformações culturais de seu tempo, que Fernando de Azevedo tenha percebido e recebido influências do aporte socialista da pedagogia russa e que essas idéias tenham influenciado a reforma educacional por ele realizada, em 1928, no Distrito Federal. Ainda segundo a autora, mais realista quanto aos limites impostos por uma reforma do sistema educacional brasileiro, Azevedo, nos anos de 1930, passou a evitar o que denominou de “zona de pensamento perigoso”. Contudo, mesmo que residualmente, as influências da pedagogia soviética subsistem no Manifesto – fato que não passa despercebido aos católicos Tristão de Ataíde e Alexandre Correia. (CARVALHO, 2004).

Em Minas Gerais, no ano de 1933, a *Revista do Ensino* publicou discurso, proferido por D. Joaquim Silvério de Souza na formatura de alunos do Grupo Escolar de Diamantina, em que o arcebispo explicita suas preocupações com o comunismo e indaga: “a socialização sem restrições não irá implantando nas almas das crianças o comunismo?”. Para ele, essa questão não poderia ser descartada, pois o comunismo pressupunha o afastamento das crianças em relação aos princípios cristãos de vida e, para a sociedade, seria igualmente perniciosa “a moral sem Deus e a barbária comunista”³³¹.

Se no Brasil essas idéias e princípios influenciaram o tom das disputas entre educadores católicos e leigos (CARVALHO, 2004; CURY, 1978); em Minas Gerais conduziram a uma busca de consenso entre o governo e a Igreja

³³¹ SOUZA, Joaquim Silvério de. Discurso de paraninfo às diplomandas do Grupo Escolar de Diamantina. *Revista do Ensino*: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano VII. nº 79. 1º de janeiro de 1933, p. 25.

(PEIXOTO, 2003, 2004); em Montes Claros apresentaram-se como objeto de preocupação do professor Francisco Floriano de Paula e como temática de discussão na *Gazeta do Norte*.

Segundo Norbert Elias, o que se entende por “indivíduo” ou por “sociedade” depende, em grande parte, da forma assumida pelo que as pessoas desejam e temem (ELIAS, 1994). Assim, por temer o comunismo ou o socialismo e considerar que esta poderia ser uma ameaça real, o professor Francisco Floriano pode ter assumido um posicionamento ético conservador, projetando seus temores e passando a compreender que a Escola Nova poderia favorecer a implantação de doutrinas políticas. Dessa forma, a defesa que faz é, na expressão de Peixoto (2003), de um “escolanovismo católico”, por uma adesão aos métodos e recursos de ensino da Escola Nova, orientado por finalidades cristãs de formação humana, voltada para a solidariedade e o serviço a Deus.

Enfim, pela análise dos conteúdos disseminados pela *Gazeta do Norte* jornal é possível perceber que o jornal não via o comunismo ou o socialismo como ameaça concreta, mas deu a ver as idéias de Francisco Floriano de Paula, explicitando seus temores como um alerta aos leitores. Por pretender o desenvolvimento de Montes Claros, a *Gazeta do Norte* ampliou o seu campo de atuação: queria atingir a população, educá-la e civilizá-la; pretendia provocar modificações na escola, nas concepções e práticas das professoras, das famílias, das mães. O jornal visava à conformação de idéias e práticas e, nesse sentido, procurou esclarecer seus leitores, destinando atenção especial às mulheres – compreendidas como um dos pilares da construção da modernidade e do progresso desejado para a cidade.

CAPÍTULO IV

UMA OUTRA FACETA “DESANALFABETIZADORA” DA *GAZETA DO NORTE*: A EDUCAÇÃO DA MULHER MODERNA

É um crime contra a natureza e a psicologia da criança educá-la pelos castigos. É um erro, de consequências desastrosas, deixá-la entregue a si mesma. Como agiremos, então, nós os responsáveis pelo futuro de nossos filhos?

José Raymundo Netto. *Gazeta do Norte*. 1934.

4.1- A QUESTÃO MÉDICO-HIGIÊNICA E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Tomar a modernidade para a análise das sociedades é uma tarefa complexa e abrangente, porque este é um conceito vago, que apresenta muitas significações, relacionando-se a uma série de transformações inscritas em diversas áreas da vida humana, na política, nas mentalidades, nos costumes, no modo de vida e no cotidiano.

A modernidade também produziu transformações nos processos educativos, atingindo a escola e também as famílias. Para Marcus Vinicius da Cunha, escola e família são instituições sociais de caráter educacional que gravitam em torno de um mesmo centro, o indivíduo educável, e são imbuídas da missão de conduzir pessoas do presente para um espaço futuro, supostamente melhor, mais desejável e superior. No entanto, na definição de seus espaços educativos, essas instituições vivenciaram dificuldades, e ainda estão imersas em acirrado conflito. Pais e professores, se interrogados, apontam uma extensa lista de insatisfações acerca do desempenho do outro. (CUNHA, 2003).

No momento presente (século XXI), esse confronto, conforme Cunha (2003), manifesta-se no lamentável quadro de violência que atinge a escola, mas no passado girou em torno da própria definição da escola como instituição responsável pela educação da infância. Em suas argumentações, o autor discute idéias de Comenius, que circularam há mais de 300 anos e já apontavam a necessidade das escolas para educarem bem os filhos, pois a divisão social do trabalho caminhava a passos largos e impossibilitava que os pais disponibilizassem tempo para essa tarefa, além de não estarem preparados para a atividade educativa. Em outras palavras, a escola evoluiu e inscreveu-se na tradição como espaço de formação do futuro adulto. “O problema é que, ao longo de sua evolução, a escola tornou-se mais do que uma simples instituição de apoio à família, ela posicionou-se contra a família”. (CUNHA, 2003, p. 450).

Para o autor, esse posicionamento da escola, contra a família, relaciona-se aos conhecimentos produzidos pela ciência. Ou seja, a escola, ao longo da história, foi incorporando saberes científicos em oposição aos saberes domésticos tradicionais. Assim, desde a 2ª metade do século XIX, a instituição

familiar era caracterizada pelo mau funcionamento, dada como incompetente, incapaz, sem qualidades para educar as crianças. Como o discurso da ciência que orientava a escola, ao mesmo tempo, também desqualificava a família na educação do corpo e do espírito, fazia-se urgente inseri-la nos padrões de normalidade. (CUNHA, 2003).

Ainda segundo o autor, duas abordagens eram comuns no movimento renovador das práticas educativas. Em primeiro lugar, a educação tornou-se assunto do Estado e a escola era a instituição responsável pela educação. A educação das crianças não poderia ocorrer no âmbito familiar, porque as mães não possuíam as mesmas capacidades que os professores, pela ausência de conhecimentos científicos que embasassem suas ações. Em segundo lugar, o discurso continha um chamamento às famílias, para se aproximarem da escola e se instruírem sobre a educação de seus filhos. Ou seja, os pais não tinham mais direito exclusivo sobre a educação de seus filhos, tornando-se coadjuvantes nessa educação, ao mesmo tempo que a escola indicava-lhes a melhor maneira de conduzir crianças e jovens na direção correta que a sociedade requisitava. E os argumentos da escola eram irrefutáveis, porque assentados em crenças e conhecimentos científicos. (CUNHA, 2003).

No contexto montesclareense, ao empreender sua missão “desanalfabetizadora”, a *Gazeta do Norte* também colocou atenção sobre os processos educativos ocorridos no ambiente familiar, dedicando parte de seus esforços para produzir a mulher moderna, educando-a conforme os conhecimentos científicos, preparando a base da educação das crianças.

Por compreender a mulher como primeira educadora da infância, mas também reconhecer sua desqualificação para essa educação, a *Gazeta do Norte*, apoiando iniciativas da Escola Normal, assumiu papel eminentemente pedagógico, voltado para educar as mães, em parceria com a Escola Normal. As estratégias utilizadas organizaram-se em torno de dois eixos de ação: fazer propaganda dos modernos métodos educativos e apontar as falhas cometidas pelas mães; educar a comunidade local, e especialmente a mulher, pela realização de conferências médicas e pedagógicas e a publicação de artigos educativos no jornal.

Nas conferências realizadas em Montes Claros, foram apontados os defeitos da educação doméstica, destacando-se a imperiosa necessidade de

pais e professores conjugarem esforços para educarem conforme diretrizes comuns. No entanto, as atividades educativas desenvolvidas sofreram um deslocamento temático. Nos últimos anos da década de 1910 e primeiros de 1920, a discussão relacionava-se aos defeitos da educação doméstica, à importância da mãe educadora, à necessidade de autoridade e respeito na relação adulto-criança, ao valor educativo e modelar das virtudes dos pais, aos problemas de higiene e saúde. Essas eram temáticas consideradas como pontos de estrangulamento dos conhecimentos dos pais e da comunidade como um todo. Já os últimos anos da década de 1920 e primeiros da década de 1930, por influência do movimento da Escola Nova, as práticas educativas dirigidas às mães passaram a focalizar a pedagogia moderna. Aos pais foram apresentados os modernos métodos de ensino, valorizando a atividade, o trabalho e o interesse das crianças, sendo discutida a relação entre castigos, autoridade, iniciativa, interesse e curiosidade infantil. Se inicialmente os pais eram desqualificados por não possuírem conhecimentos médico-higiênicos, essa desqualificação passou a referir-se ao desconhecimento dos novos métodos e processos educativos. (Ver QUADRO IV, ANEXO V, que mostra as confências pedagógicas e o ANEXO IV, QUADRO V, que indica as matérias de natureza pedagógica presentes na *Gazeta do Norte*).

A mudança no eixo das discussões revela um deslocamento dos motivos que justificavam a intervenção da *Gazeta do Norte* na vida das famílias. A apropriação de conhecimentos da área médica era necessária ao crescimento e desenvolvimento orgânico saudável das crianças. Já os conhecimentos pedagógicos favoreceriam uma educação moderna, em que as crianças desenvolveriam a capacidade de iniciativa e curiosidade, como também de autodisciplina, de controle dos impulsos e sublimação dos desejos egoístas para a construção do bem-estar coletivo. Não apenas uma preocupação com a moralidade e o crescimento físico, mas uma ampliação da missão educativa que inclui o desenvolvimento da criança em sua individualidade, como pessoa única, dotada de interesses e aptidões, capaz de exercitar sua liberdade e desenvolver mecanismos de autocontrole.

Inicialmente, por influência das pedagogias disciplinares, a disciplina da criança era compreendida como obediência, constituindo-se como reflexo da autoridade moral, da firmeza e afeto dos pais. A partir das pedagogias

psicológicas e da renovação proposta pela Escola Nova, os castigos foram questionados e a disciplina passou a ser compreendida como autogoverno, produzida pela atividade interessada, pela motivação da criança e a orientação dos pais e professores. Como nas décadas anteriores, o lar continuou a ser compreendido como espaço educativo e o papel da família reconhecido, mas as mães precisavam adquirir conhecimentos científicos e revisar suas práticas. Nesse sentido a Escola Normal fez conferências visando educar as famílias, e a *Gazeta do Norte* lhes conferiu publicidade.

No momento inicial de fundação *Gazeta do Norte* (1918), suas relações com a Escola Normal eram mais fluidas e a parceria escola-jornal ainda não havia se consolidado. Assim, o conteúdo das conferências não era transcrito pelo jornal, que limitava-se a dar publicidade e comentar os eventos. Pelo valor educativo dos conhecimentos disseminados, a comunidade era chamada a participar, para educar-se e promover o desenvolvimento da cidade. O jornal organizava suas ações pela lógica da campanha educativa e circunscrevia sua missão “desalfabetizadora” ao plano da propaganda, da conscientização e da formação de opinião, divulgando os benefícios advindos da educação e da instrução.

Por essa abordagem, em 1918, a *Gazeta do Norte* fez um chamamento aos pais, visando sua participação nas conferências e palestras médico-higiênicas desenvolvidas na Escola Normal. O discurso, inicialmente destinado às famílias, acaba por assumir um direcionamento mais específico, voltando-se para as mães de família, e não mais genericamente aos pais. Em matéria assinada por Honor Sarmiento foi explicitado o despreparo das mães para o exercício da educação familiar, e a falta de conhecimento das mães gerava desatenção e descuido com a educação dos filhos:

Notamos, de muito tempo, o descaso com que olham as praticas de hygiene, o descapricho com que tratam os deveres domésticos, de forma especial e evidente, quanto às necessidades que tem as creanças para o seu desenvolvimento são, normal e robusto, descapricho que attribuímos à falta de conhecimentos que, é preciso adquiram as mães de família³³².

³³² SARMENTO, Honor. Cartas Semanaes. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 14, 05 de outubro de 1918, p. 01.

A primeira conferência de uma série de desenvolvidas na Escola Normal foi proferida por seu diretor, Cícero Pereira, em julho de 1918 e teve por tema os defeitos da educação doméstica. Ao falar da importância das conferências a *Gazeta do Norte* salientou que o insucesso observado em grande número de crianças devia-se aos defeitos da educação doméstica. Também destacou a distinção do conferencista, o “brilhantismo” na escolha e no desenvolvimento do tema³³³.

Entre julho e outubro de 1918 a Escola Normal realizou outras conferências voltadas para a saúde: Malária, Moléstia de Chagas, Anquilostomíase, Sífilis, Higiene e Saneamento Moral. As temáticas revelam as concepções da época: a formação de homens produtivos para a sociedade dependia do cuidado com as condições de saúde e higiene e também a preservação de princípios e valores morais.

Influenciada por discussões produzidas no campo da Biologia e da Medicina, a *Gazeta do Norte* compreendia que a higiene não era mais “como antigamente”, vista apenas como um ramo da medicina, mas uma ciência em favor do homem. “Ella constitue por si só uma vasta sciencia, estudada em beneficio da espécie humana, velando pelo homem, em todas a phases de sua vida, ou se trate de seu ser, isoladamente, ou se trate da collectividade”³³⁴.

Essas discussões ocorridas em Montes Claros revelam preocupações desse momento histórico, que colocou foco na saúde e na higiene, no ambiente do lar e na escola. A questão médico-higienista integrou as preocupações que fundaram o próprio movimento da Escola Nova. De acordo com Lourenço Filho (1978), o desenvolvimento da Biologia produziu conhecimentos sobre a criança, favorecendo aplicações técnicas importantes. Das indagações relativas à influência da hereditariedade e do meio ambiente, do efeito das moléstias sobre as crianças e do valor do ambiente doméstico e escolar, surgiram as bases para a constituição da higiene escolar. No começo do século XX, foram realizados congressos internacionais em Nurember (1904), Londres (1907) e Paris (1904), em que foram discutidas as novas idéias relativas à preservação da saúde “na escola” e “por ação da escola”, que passaram a ser

³³³ PEREIRA, Cícero. Registro Social. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 04, 20 de julho de 1918, p. 03.

³³⁴ Hygiene. *Gazeta do Norte*. Ano II. nº 98, 22 de maio de 1920, p. 01.

aceitas e aplicadas. Dessa forma, iniciou-se o estudo racional das construções escolares e de adaptação do mobiliário; defendeu-se a implantação de serviços médico-escolares; discutiu-se a questão da fadiga dos escolares, com reflexos na organização de horários, tempos de trabalho e recreio; destacou-se o valor dos exercícios físicos. (LOURENÇO FILHO, 1978)

Ainda segundo Lourenço Filho, o exame desses problemas firmou o lema de favorecer o desenvolvimento infantil, sendo que a normalidade do crescimento e o equilíbrio das funções passaram a figurar como objetivo fundamental da escola. Como conseqüência da compreensão acerca da importância das “primeiras idades” no processo evolutivo, surge a necessidade de estabelecer uma maior coordenação entre o trabalho das escolas, a ação da família e do lar. Por essa lógica, não bastaria uma medicina curativa dos problemas de saúde da criança – a pediatria –, mas uma medicina preventiva que difundisse conhecimentos gerais de profilaxia, puericultura e cuidados com a criança. (LOURENÇO FILHO, 1978)

No Brasil, conforme análise de Veiga, o discurso médico foi instituído como ferramenta para salvar o país doente. “Doença que inviabilizava a produção de um projeto nacional e, por isso, precisava ser a população saneada, não somente na perspectiva física, como também mental”. Ainda conforme a autora, devia ser saneado o corpo, a inteligência, a sensibilidade, mas também o caráter – tarefa que começa nos lares, por uma nova mentalidade do povo brasileiro, que tem a saúde como um bem e uma condição para a modernidade e entende ser importante educar a criança, tornando-se a educadora de seu meio de origem. (VEIGA, 2004, p. 71).

Estudos de Vidal (2001), acerca da reforma do ensino no Distrito Federal, também revelam que a política higienizadora era uma questão importante na escolarização da população e tinha por base a difusão de princípios de uma vida sadia. Pelo discurso médico, entendia-se que a emancipação do povo poderia ocorrer pela transmissão das noções de higiene, que evitariam a sua degradação física e moral. Já a higiene mental, seria obtida pelo respeito ao desenvolvimento infantil, adequando-se tarefas e conhecimentos. Percebia-se, também, a preocupação em encaminhar as crianças para futuros papéis sociais: formar família e criar seus filhos dentro dos princípios higiênicos. (VIDAL, 2001).

Conforme Cunha (2003), para enquadrar pais, mães, filhos e filhas ao ideal que consideravam adequado às normas de saúde física, mental e moral, os higienistas combateram em várias frentes, e uma delas foi a escola. Contudo, a vaga modernizante, iniciada no Brasil a partir da década de 1920, indicava que medidas higiênicas não eram suficientes para modernizar a sociedade, era necessário adotar medidas educacionais correspondentes. Na educação essa modernização foi traduzida pela inserção de recursos técnicos, conceitos e práticas atestadas pela ciência. (CUNHA, 2003).

Para Marta Carvalho, essa concepção de modernidade era fundada na saúde, na moralidade e no trabalho. Para a autora, os discursos da ABE, na década de 1920, entrelaçam esses três elementos de forma indissociável. Apesar de as referências à educação moral e sanitária serem mais freqüentes, o trabalho aparece como síntese da sociedade que se pretende instaurar, estando ausente da deplorada situação a ser revertida. “Saúde, moral e trabalho compunham o trinômio sobre o qual se deveria assentar a educação do povo”. (CARVALHO, 1997, p. 127).

Nesse empenho normalizador a família era o alvo privilegiado. Nada de duradouro e produtivo poderia ocorrer na escola se não houvesse a receptividade dos procedimentos modernos no ambiente doméstico. (CUNHA, 2003). Assim, as famílias receberam o chamamento da escola para unirem-se aos professores na educação das crianças.

4.2 – O PAPEL DA MULHER MODERNA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

No Brasil, as décadas de 1920-30 presenciaram o engajamento de amplos setores intelectuais em diferentes manifestações culturais, visando à definição de diretrizes e ações capazes de instaurar um país moderno. No ideário da época, a defesa dos reformadores encaminhava-se para a constituição de uma escola única e pública, fundada nos princípios de gratuidade, obrigatoriedade e laicidade. As discussões se voltam para a defesa da educação escolar, com restrição aos processos educativos ocorridos no seio das famílias. Contudo, Cury (1978) destaca que, mesmo assumindo a educação escolar, o Estado não poderia prescindir da colaboração da família, fugindo de direções divergentes.

Ao discutir a questão, Marta Araújo afirma que as concepções da época indicavam que, pela educação escolar, seria forjada a nação brasileira – o que implicava sua assunção pelo Estado, “tendo em vista, naquele momento, as restrições progressivas à família na função de educar os filhos, cuja necessária especificidade era então própria dos profissionais do ensino, da educação”. (ARAÚJO, 2004, p. 138).

O momento era favorável à escola como instituição educadora, por dominar os conhecimentos científicos capazes de instaurar outra sociabilidade. No entanto, os reformadores não negavam o papel educativo a ser exercido no ambiente doméstico, entendiam que a ampliação das funções da escola não significava anulação da família, mas o estreitamento de suas funções, que se tornam mais específicas. A especialização técnica, a industrialização crescente e as condições econômicas forçaram a mulher ao trabalho fora do lar, ampliando o papel da sociedade e atrofiando as funções educativas da família, por ser incapaz de atender a todas as solicitações e necessidades sociais, como afirma Cury (1978).

Nesse contexto, os discursos não negavam o papel imprescindível das famílias, mas indicavam a urgente revisão de concepções e práticas. Essa duplicidade de posicionamentos, que reconheciam a importância das famílias na educação dos filhos e, ao mesmo tempo, consideravam a necessidade de que as mães se instruissem, era comum nessa época.

Ao analisar o movimento renovador da Escola Nova, Cunha (2003), aponta para essa dualidade da abordagem – indicar o papel e a responsabilidade dos pais na educação das crianças e confirmar a idéia de que somente os professores possuíam o necessário conhecimento para efetivar a educação.

Apresentava-se, assim, o sutil mecanismo normalizador que consistia em admitir os pais como co-responsáveis pela educação de suas crianças e, ao mesmo tempo, habilmente mostrar-lhes que os educadores profissionais é que detinham a última palavra; eles, e só eles, possuíam os conhecimentos científicos sobre a melhor maneira de conduzir crianças e jovens na direção correta, na direção daquilo que a sociedade requisitava. (CUNHA, 2003, p. 458).

A análise de Cunha (2003) indica que, por não possuir conhecimentos científicos, a família “[...] devia enquadrar-se ou ser enquadrada, nos princípios ditados pelo discurso educacional renovador. Isto aplicava-se, em tese, a todas as famílias, independentemente da camada social a que pertencessem”. Ainda segundo o autor, o ímpeto normalizador que animava a escola atingiu todas as famílias, inclusive as mais bem posicionadas socialmente, mas abateu com mais vigor sobre as mais pobres (CUNHA, 2003, p. 456).

Essa visão encontra-se com resultados de pesquisas desenvolvidas por Gouvêa ao afirmar que, no contexto de renovação das práticas educativas, os discursos dirigidos às famílias pobres assumiram um tom acusatório – os pais eram considerados incompetentes, não sabiam educar seus filhos e conferiam pouca importância à escola. De forma diferente, as famílias da classe média eram consideradas como parceiras que precisavam ser educadas para educarem seus filhos. (GOUVÊA, 2004).

O contexto montesclareense reflete essa realidade. As representações davam a ver a imagem da mulher forte e consciente do seu valor, mas que recebera uma educação preconceituosa e antiquada. Por reiteradas vezes, a *Gazeta do Norte* deixou evidente o valor da mulher, mas apontou a necessidade de educar-se. Para a modernidade e o progresso de Montes Claros não bastava renovar a formação dos professores e produzir mudança nas práticas educativas escolares. Era necessário produzir a mulher moderna, por um processo em que os conhecimentos científicos se prolongassem e atingissem os lares e as famílias e transformasse a realidade de forma abrangente.

E essa discussão não se apresentava deslocada das crenças e desejos de modernidade que orientavam as práticas sociais. Para Le Goff, a idéia da mulher moderna passa a ser um traço distintivo da modernidade. (LE GOFF, 2003). E essa mulher moderna deveria renovar-se, perceber as transformações em curso no período, unir-se às outras mulheres para intercambiar experiências, tornar-se capaz de assumir os novos papéis sociais a ela destinados. Em 1918, ao dirigir-se às mulheres, Honor Sarmiento considerou que as mulheres deveriam unir esforços:

Auxiliando-se umas às outras com a transmissão mutua dos conhecimentos práticos que cada qual adquiriu por leituras e por licções que lhes dá a observação intelligente; fugindo a tolos preconceitos que, de ordinario, tem herdado de uma defeituosa educação feita pela influencia dos escravos, dos feiticeiros sectarios, dos cegos de espírito, dos fanáticos religiosos, procurando seguir modernas doutrinas scientificas e sociaes³³⁵.

As conferências realizadas na Escola Normal eram direcionadas às mulheres, visavam ao aprimoramento de seus conhecimentos e a sua inserção no mundo moderno. Por considerar o despreparo da mulher, diante do pedido de realização de uma conferência médica, Honor Sarmiento manifestou a impressão de surpresa e contentamento que o fato lhe causara. Surpresa, porque as mulheres deixavam de se ocupar de futilidades. Contentamento, porque a solicitação indicava que as mulheres desejavam educar-se e se interessavam por questões importantes:

Recebemos, com a correcta forma de redacção da carta, com a impressão de que ella nos deu de que algumas senhoras de Montes Claros não se preocupam só com futilidades de vestidos, penteados, missas e namoros, um contentamento, um prazer intenso, que nos leva a lhe fazer referencia especial a tal respeito. [...] É, portanto, digno de se por em destaque caso como este, a que nos referimos, de uma senhora, d'aqui demonstrar interesse pelas causas sociais, comprovando que tem espírito alevantado, intelligencia lúcida e sentimentos patrióticos.³³⁶

Com o objetivo de modernizar as práticas educativas ocorridas no lar, a parceria Escola-Família foi institucionalizada em 1923, com a criação da “Liga de Paes e Professores”. A partir desse ano, também se percebe uma intensificação das relações escola-jornal. Este é um momento em que a Escola Normal reabriu e retomou seu funcionamento regular, encontrando na *Gazeta do Norte* um espaço de divulgação de suas ações e idéias. É um momento em que o jornal redirecionou sua missão: não apenas fez propaganda, crítica e denúncia, mas passou a publicar artigos de natureza pedagógica, transcrevendo conferências proferidas na Escola Normal. (Ver QUADRO IV, ANEXO III, que mostra as palestras e conferências pedagógicas realizadas na Escola normal).

³³⁵ SARMENTO, Honor. Cartas Semanaes. *Gazeta do Norte*. Ano I. nº 14, 05 de outubro de 1918, p. 01.

³³⁶ *Ibidem*.

Em matéria publicada pela *Gazeta do Norte* o diretor da Escola Normal, Cícero Pereira, criticou a desarticulação lar-escola³³⁷, manifestando-se por uma educação doméstica sintonizada com a educação escolar.

Andam muito separados, no Brasil, a escola, o lar e a sociedade. Esta separação é funestíssima. Resultado: o lar já não educa, apenas dá o comer e o vestido; – a escola, privada da indispensável cooperação do lar, já não educa também, apenas instrue; – a sociedade, não tendo por baluartes a escola e o lar, degenera-se, perde-se, aniquilla-se³³⁸.

Para Cícero Pereira, a necessidade da *Liga* era indiscutível, pois “ella aproxima e fraterniza duas famílias: a família do lar e a família da escola. Estabelece entre ellas o vinculo da cooperação e da harmonia. D’ahi a sua grande importância”. Educar era um esforço que deveria iniciar na mais tenra idade e ultrapassaria os espaços e tempos escolares. Ao divulgar as reuniões da *Liga*, Cícero Pereira esclarecia que a atividade teria caráter inteiramente familiar, “de modo a facilitar muito a conjugação de esforços, idéas e planos, tendentes todos a integrar na creança, no moço ou na moça, a mais perfeita educação physica, intellectual, moral e cívica”, pois “disso depende a felicidade social”³³⁹.

A *Gazeta do Norte* aprovou a criação da Liga e colocou-se à disposição para contribuir: “não lhe regateamos os applausos pela bella iniciativa e dessas columnas o auxiliaremos, tanto a nossa fraqueza o permitir”. Isso porque, “quem conhece a lucta dos professores para obter obediência dos alumnos, mal educados e negligentes, comprehenderá o utilíssimo fim dessa cruzada bemdita”³⁴⁰. Ainda segundo a *Gazeta do Norte*:

³³⁷ Essa desarticulação entre lar e escola já havia sido apontada por Herculino Pereira, ainda em 1916. Para o professor, que também era promotor público, a escola era, cada vez mais, o centro de atenções e preocupações de muitos pais, que “fiscalizavam a instrução e educação de seus filhos”, sendo possível que, em breve, houvesse uma efetiva cooperação entre pais e mestres. Contudo, a responsabilidade da escola era, muitas vezes, exagerada – esperava-se demais da escola, sendo que muitos pais não cumpriam a sua obrigação em relação à educação de seus filhos. “Há muitos paes que de tudo cuidam, tudo pensam e a tudo provêm;mas, deixam transcorrer annos inteiros sem cogitar si o ensino de seus filhos é o mais conveniente ou mesmo si elles recebem na escola algum ensino”. (PEREIRA, Herculino. Horas Vagas. Jornal Montes Claros. Ano I. nº 27, 09 de novembro de 1916, p. 02)

³³⁸ PEREIRA, Cícero. Escola Normal – Liga de Paes e Professores. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 253, 26 de maio de 1923, p. 02.

³³⁹ *Ibidem*.

³⁴⁰ Uma bella iniciativa. *Gazeta do Norte*, Ano V. nº 254, 02 de junho de 1923, p. 01.

Há alunos que não aprendem, porque incorrigíveis e mal educados, desesperam os mestres que, finalmente, dedicam seus esforços a outros que desejam aprender. Esse inconveniente vem sempre da educação doméstica. Conjugados os esforços de pais e professores; será uma nova aurora que virá a raiar em nosso ambiente social³⁴¹.

Ao ambiente doméstico cabia a base da formação das crianças pela disseminação das primeiras noções morais e higiênicas; enquanto ao espaço escolar, estava reservada uma ampla função cultural, pelo ensino dos conhecimentos científicos. Nas concepções de Cícero Pereira, diretor da Escola Normal, ao formar a base moral, o lar possibilitaria a atuação dos professores.

Sem essa primeira educação, a educação doméstica, os professores nada poderão fazer, nada têm podido fazer, para bem dirigir e bem formar a alma e o coração da criança. É incalculável a enormidade do prejuízo moral como material, advindo da falta lamentável da educação doméstica!³⁴²

Ainda em 1923, a questão foi novamente abordada pela *Gazeta do Norte* em matéria intitulada “a educação e a atmosfera moral do lar”, em que o diretor da Escola Normal destacou a família como espaço de constituição da própria sociedade. Para Cícero Pereira, sem a educação doméstica nada de permanente poderia fazer a escola. “A casa paterna é a melhor das escolas, quando os pais, desde cedo, infiltram carinhosamente, pacientemente, constantemente, no terno espírito de seus filhinhos, os doces sentimentos e Obediência, Humildade, Respeito e Fé” (ênfases no original). Isso porque: “casa de mãe, escola de filho. Mãe impertinente, filho desobediente”³⁴³.

A *Gazeta do Norte* também destacou o apelo às mães, enviado pelo Presidente de Minas, Mello Vianna, ressaltando sua “alta visão de patriota e administrador”, que reconhece o “tesouro de ternura que tem guardada no coração da mulher brasileira”. Comungando idéias com Mello Vianna, Leônidas Câmara aderiu à criação de associações de mães, pois “se a mulher conhecesse o seu valor, reformaria a sociedade”³⁴⁴. “E reformaria para melhor

³⁴¹ Uma bella iniciativa. *Gazeta do Norte*, Ano V. nº 254, 02 de junho de 1923, p. 01.

³⁴² PEREIRA, Cícero. Liga dos Pais e Professores. Sua grande importância. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 254, 02 de junho de 1923, p. 01.

³⁴³ *ibidem*.

³⁴⁴ MONTEGOZZA, Paulo. Citado por CÂMARA, Leônidas. Palavras de Fé. *Gazeta do Norte*. Ano VII. nº 352. 18 de abril de 1925, p. 02.

porque a sociedade já não ignora a sua intelligencia do zelo que a mulher põe nas soluções dos mais complicados problemas; e a humanidade muito lucraria com a sua intelligente colaboração”. A mulher deveria ser educada e instruída, porque “o nosso século, de grande intensidade de vida, já não tolera que parte da humanidade não participe das conquistas que a civilização vae fazendo no terreno da sciencia e da arte”³⁴⁵. Ainda segundo Leônidas Câmara:

A mulher, antes de ser companheira do homem, deve ser, antes de tudo, um elemento activo para cooperar na marcha evolutiva da humanidade. O desprezo a que tem sido votada representa, na mesma época, um escárneo humilhante atirado ao espírito feminino, contra o qual protesta o bom senso dos homens de bem³⁴⁶.

Para Leônidas Câmara o papel da mulher na campanha pela educação era difícil, mas gratificante, e era intrínseco à sua natureza. Nas mãos da mulher, o “desvelo do amor” e a “sabedoria do carinho” eram instrumentos de fácil manejo, o que a tornava uma “educadora nata”, quer estivesse nas escolas maternas ou no âmbito da educação doméstica. No entanto, para Leônidas Câmara, o papel de educadora não cabia a qualquer mulher, mas à mulher intelligente, capaz de sair do lugar subalterno a ela atribuído pelo homem. Além de preparar-se com os conhecimentos da ciência e das artes, a mulher deveria abandonar a posição do “sexo frágil”, conscientizar-se de sua força³⁴⁷.

O progresso do nosso século reclama a socialização de todas as forças capazes de orientar a humanidade para um destino melhor e a mulher intelligente de nossos dias, e que não lembra em nada a cortesã de outros tempos, já vae compreendendo felizmente a sua posição na sociedade, fortalecida para as luctas em que terá de tomar parte. Ninguém se engane: a victoria será sempre da mais forte, e, si a mulher continuar a acceitar o conceito de fragilidade com que o interesse do homem a baptisou condemnar-se-á, por se mesma, a uma escravidão perpetua. Não; a mulher já não é um objecto de luxo e ostentação da vaidade dos homens; ella tem também uma função a exercer, um destino a cumprir; e, si ainda não represente uma influencia dominadora, é porque não tem sabido utilizar-se intelligentemente de seus amplos recursos.

³⁴⁵ CÂMARA, Leônidas. Palavras de Fé. Gazeta do Norte. Ano VII. nº 352. 18 de abril de 1925, p. 02.

³⁴⁶ *Ibidem.*

³⁴⁷ *Ibidem.*

A mulher será invencível no dia que se conhecer a si mesma³⁴⁸.

Essas idéias e ações dos intelectuais montesclarenses refletem as preocupações do governo mineiro, que instituiu a criação das associações de mães visando à articulação escola-família. A *Revista do Ensino*, em diversas oportunidades, abordou a temática. Em 1925 publicou artigo de Alceu de Souza Novaes que coloca o médico, a família e a escola como responsáveis pela solução dos problemas de educação física, moral e intelectual das crianças. O artigo destacou a “sabedoria do Regulamento do Ensino”, que no seu artigo 88 fez menção às Associações de Mães de Família. Ao valorizar o papel das mães, considerava que, “todos os decretos do mundo não bastariam para fazer de um analfabeto um civilizado”, sem que a pessoa tenha recebido a primeira educação no seio de sua família. Apesar de reconhecer o espírito de devotamento e sacrifício da mulher, que sabe educar pelo exemplo, carinho e persuasão, considerava que a formação do homem civilizado não descarta a medicina e os processos educativos desenvolvidos na escola³⁴⁹. Citando André Angiulli, afirmou que “sem a família, a educação carece de base; sem a ciência, carece de norma e de critério”³⁵⁰.

Para a professora Ignacia Guimarães, a parceria entre a escola e o lar poderia contribuir para evitar o grande número de reprovações entre os alunos³⁵¹. A parceira foi estimulada pelo presidente de Minas, Fernando de Mello Vianna, e a *Revista do Ensino*, em 1925, publicou seu apelo às mães de família. Para Mello Viana, criando e instruindo o filho em ambiente repleto de “altas palavras” e “gestos dignos”, a mãe favorece o despertar da inteligência e do coração, do impulso do dever, do sentimento da nobreza. E mais, “a escola,

³⁴⁸ CÂMARA, Leônidas. Palavras de Fé. Gazeta do Norte. Ano VII. nº 352. 18 de abril de 1925, p. 02.

³⁴⁹ NOVAES, Alceu de Souza. Associação das Mães. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. nº 01. 08 de março de 1925, p. 31.

³⁵⁰ ANGIULLI, André. Citado por: NOVAES, Alceu de Souza. Associação das Mães. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. nº 01. 08 de março de 1925, p. 32.

³⁵¹ GUIMARÃES, Ignacia. Porque se reprovam tantos alumnos? Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. nº 02. 14 de abril de 1925, p. 437.

prolongamento do lar, pouco fará sem as fortes inspirações da mãe de família”³⁵².

Em 1926, a *Revista do Ensino* abordou o amor e a compreensão dos pais como requisitos para orientar e conduzir a criança, destacando os bons resultados que a parceria família-escola havia produzido nos países cultos, especialmente a Alemanha, em que a questão estava sendo tratada de forma quase oficial³⁵³. A *Revista* traduziu e publicou artigo da “Revue Pédagogique”, de Paris, que considerava os pais como educadores naturais e insubstituíveis, responsáveis pela primeira educação das crianças³⁵⁴.

Em síntese, ao empreender sua missão educativa, a *Gazeta do Norte* desqualificou as mães, mas não negou o seu papel na educação da infância, mas indicou a necessidade de rever os processos educativos domésticos com base nos conhecimentos produzidos pela ciência. Como uma espécie de porta-voz da Escola Normal, nas décadas de 1920-30, a *Gazeta do Norte* publicou matérias voltadas para as famílias, por entender que a educação escolar não seria capaz de instaurar a modernidade e a civilização se os pais não saneassem o espaço doméstico, disciplinando e orientando as novas gerações.

4.3- CIVILIZAÇÃO COMO PROCESSO DE DISCIPLINAMENTO DOS INDIVÍDUOS

Pensar historicamente os processos de estruturação das sociedades e de ordenamento dos comportamentos é uma tarefa importante para a compreensão das relações sociais que nos são contemporâneas e implica pensar o modo como a escolarização interfere nessa construção. Ao assumir papel central na inculcação de novos valores e na conformação dos padrões de comportamento, a escola torna-se uma guardiã da civilidade, a escolarização tornou-se uma força social importante, e a alfabetização passou a ser

³⁵² VIANNA, Fernando de Mello. As mães de família mineira. Pela instrução e pela educação moral da infância. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano I. nº 02. 14 de abril de 1925, p. 02.

³⁵³ A cooperação das famílias na educação. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano II. nº 15. Junho de 1926, p. 207.

³⁵⁴ O que dizem as outras revistas. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano II. nº 16-17. Julho e agosto de 1926.

compreendida como condição para o desenvolvimento individual e coletivo, como um traço da modernidade.

A modernidade produziu transformações nos processos educativos, que passam a visar a “civilização”, ou seja, o controle dos comportamentos instintivos, de forma a transformar o homem para que assuma uma “segunda natureza”, distancie-se de sua animalidade e torne-se um ser civilizado.

O termo “civilização” é básico nas teorizações de Norbert Elias. Ao discutir a organização das sociedades sob a forma de “Estados”, Elias (1993b) explica a “civilização” a partir da monopolização e centralização dos processos de tributação e utilização da força física pelo Estado. Para o autor, o processo civilizador constitui-se como mudança nas formas de conduta e no comportamento das pessoas, de forma que as atividades humanas mais instintivas vão sendo, paulatinamente, excluídas da vida coletiva, posto que revestidas do sentimento de vergonha e inadequação, sendo instituídas estratégias de auto-regulação e autocontrole.

Elias (1993b) destaca que essas modificações não parecem ter sido intencionalmente planejadas. Progressivamente e ao longo de três séculos, foi colocada em circulação e mantida em movimento uma rede de relações e convivências, nas quais os homens foram mudando seus hábitos e atitudes, sintonizando-se, desde a infância, com este padrão de comportamento, o que culmina com a constituição de uma segunda natureza, em substituição à sua natureza natural. Passo a passo foi materializada uma das pré-condições sociais mais elementares de todos os grandes movimentos da civilização – a nobreza belicosa transforma-se em nobreza domada e os guerreiros tornam-se cortesãos – e o padrão civilizado passou a servir de marca de distinção e prestígio. Por um processo de auto-regulação de instintos e desejos, a própria personalidade humana foi modelada, constituída e estruturada, sendo que os resultados são as formas de conduta e os sentimentos que consideramos civilizados. (ELIAS, 1993b).

Em suas reflexões, Veiga (2002) destaca não ser possível transportar para o Brasil o conceito de civilização, que teve uma construção histórica tão demarcada. No entanto, essa especificidade do conceito não significa que o termo civilização não tenha sido incorporado pela sociedade e mesmo pelo Estado, que o tomaram não para fazer referência a uma nação, mas para a

produção de sua auto-imagem.

Na tradição intelectual brasileira do século XIX e início de século XX, a representação de um Brasil não se fez com base no conceito de uma nação civilizada que se auto-reconhece como tal, mas constituiu-se pela permanente dúvida em relação às condições de possibilidade de tornarem seus habitantes civilizados. (VEIGA, 2002, p. 101).

Neste sentido, a ênfase na escolarização no Brasil não se produziu pela necessidade de completar um processo de civilização, como ocorreu na Europa, “[...] mas de estabelecer as civilidades e, principalmente, legitimar e dar visibilidade a uma nova configuração de poder em construção”. (VEIGA, 2002, p. 101). Assim, no final do século XIX, as práticas escolares desenvolvidas no Brasil articularam escolarização e civilização.

Tomando como referência as propostas de transformações do ensino em Minas, e considerando o propósito de instaurar a modernidade em Montes Claros, a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal também discutiram a necessidade de romper com práticas arcaicas e fazer uma revisão das concepções educativas, no lar e na escola. Nesse sentido, disciplina e autoridade passaram a ocupar lugar central nas discussões. Há um claro posicionamento em favor da autoridade paterna, mas o espírito de modernidade e idéia de civilização considerava inaceitável que os pais impusessem disciplina pela via de práticas violentas e desprovidas de afeto e calor humano.

Cícero Pereira, diretor da Escola Normal, considerava necessária uma mudança significativa no ambiente doméstico de forma que a “atmosfera moral do lar fosse saneada”. Entendia que, tanto os pais quanto os filhos, estavam agindo inadequadamente e lamentava o fato de os progenitores não estarem ocupando o lugar de modelo a ser respeitado e imitado.

Infelizmente, vae ficando longe o tempo em que os filhos obedeciam, respeitavam, amavam, eram dóceis, humildes, fieis. Hoje, o que se vê é tristemente doloroso: paes que maltratam os filhos; filhos que maltratam os paes; paes que fazem impertinências e dão mau exemplo: filhos que desobedecem e seguem caminho do vício, da ociosidade, da perdição!³⁵⁵

³⁵⁵ PEREIRA, Cícero. A Educação e a Atmospha Moral do Lar. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 260. 14 de julho de 1923, p. 03.

E o diretor entendia que essa situação de caos era conhecida de todos. “Mas ninguém lhe quer tomar a responsabilidade. E o Brasil vai fenecendo, a minguada de filhos que conheçam e que cumpram o seu Dever” (ênfase no original)³⁵⁶. Em suas palavras: “O lar já não é aquela imagem desejável no Céu. Nelle se vêem discórdias, desharmonias, injustiças, prepotências. Em vez do amor, o excessivo e intempestivo rigor. Em vez do carinho, que convence, os palavrões que escandalizam”³⁵⁷.

Para Cícero Pereira, a função de reformar os costumes e restaurar o respeito, a obediência e a disciplina, somente poderia ser exercida quando os pais assumissem o seu lugar de autoridade, sem prescindir do carinho, da paciência e do amor, porque o afeto tinha grande poder de convencimento, abrandando o coração e produzindo a docilidade³⁵⁸. Nas palavras do professor Cícero Pereira:

Toda gente precisa ter uma auctoridade a quem obedeça. Para o filho ou para o estudante, a auctoridade é o pae, a mãe e a sociedade. O princípio da auctoridade é divino. Exige obediência e respeito, temperados por sentimentos de affecto e delicadeza³⁵⁹

Nas concepções de Cícero Pereira o lar era uma escola de energia e de força de vontade, de domínio próprio e de firmeza. “A escola em que os puros prazeres da vida limpa, e os exemplos do amor, da virtude, do trabalho, da harmonia” estariam presentes e seriam os eixos estruturantes da educação dos filhos. “Seja o lar para elles um céu de encantos e atrações ineffaveis, no qual impere, como imagem de Deus, a auctoridade doce, carinhosa, benigna dos paes”³⁶⁰.

Apesar de afetuosos, os pais não poderiam ceder aos caprichos e desejos dos filhos. Exercendo uma autoridade firme e inflexível, seriam modelos a serem imitados pelas crianças.

Nunca assistam os filhos qualquer discussão entre os paes. Nunca se lhes dê o funesto exemplo de uma indignidade. Nunca se lhe grite. Nunca se lhe faça carranca. Nunca se lhe espanque com injustiça, ou

³⁵⁶ PEREIRA, Cícero. A Educação e a Atmospha Moral do Lar. Gazeta do Norte. Ano V. nº 260. 14 de julho de 1923, p. 03.

³⁵⁷ *Ibidem.*

³⁵⁸ *Ibidem.*

³⁵⁹ *Ibidem.*

³⁶⁰ *Ibidem.*

com excesso. Nunca se lhes permita a ociosidade, a desobediência, o desrespeito, a desordem. Nunca se lhes consinta qualquer manifestação de maldade, ou de crueldade. Nunca se lhes permita a companhia ou o convívio dos maus³⁶¹.

Assim estruturada, a família construiria a base sobre a qual a escola ergueria o edifício. Pela força do exemplo e do afeto dos pais as crianças modelariam seu próprio comportamento, apropriando-se dos valores e sentimentos socialmente aprovados.

Era claro e inequívoco o papel educativo atribuído à família. Dos progenitores, esperava-se a orientação moral dos filhos e que “a auctoridade do pae e da mãe seja inflexível, firme, doce e macia, como uma barra de ferro coberta de velludo”³⁶². Igualmente claros eram os resultados a atingir. Das crianças esperava-se obediência, humildade, respeito e fé. “Obediência prompta, completa, sem restrições. Humildade digna, sem baixeza. Respeito absoluto, intransigente. Fé inteiriça, sem vacillações”. Isto porque, “um coração assim forte é um verdadeiro escrínio de virtudes. Nem há elogio que chegue à altura de seus merecimentos. A autoridade paterna resultaria na respeitosa obediência dos filhos e “só assim a educação doméstica será um facto. Só assim a pátria terá filhos dignos dela”³⁶³.

Em 1925, a *Gazeta do Norte* retomou a discussão das relações entre a família e a moralização das crianças. Mesmo reconhecendo como importante a presença feminina nas escolas primárias e maternais, Leônidas Câmara entendia que, na família, a mulher encontrava condições ideais para mostrar seu valor e demonstrar sua força, educando os filhos e neles prolongando as suas virtudes.

É na família, essa bella associação de interesses mútuos, que a mulher encontra a verdadeira expressão da sua finalidade, já enriquecendo o seu espírito de novas experiências, já exercitando a sua intelligencia nos conhecimentos artísticos e scientificos. A mulher educada e instruída verá, com orgulho, em seus filhos um digno prolongamento das suas virtudes³⁶⁴.

³⁶¹ PEREIRA, Cícero. A Educação e a Atmosphera Moral do Lar. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 260. 14 de julho de 1923, p. 03.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ CÂMARA, Leônidas. Palavras de Fé. *Gazeta do Norte*. Ano VII. nº 352. 18 de abril de 1925, p. 02.

Por considerar que o ambiente doméstico fosse fundamental na educação dos filhos e atribuir às mães o papel de fornecer essa primeira educação, a *Gazeta do Norte* disseminou conhecimentos científicos, visando educar esse público. Cabia à mulher ser modelo de virtude e de autoridade, para inculcar valores e impedir o convívio das crianças com as más companhias. Aprender as primeiras lições com os pais foi uma crença que compôs as concepções de educação na década de 1920 e revelou-nos que a *Gazeta do Norte* entendia civilização como mudança nas sociabilidades. Pela educação as pessoas modificavam valores, comportamentos e costumes, assumindo maneiras de estar no mundo compatíveis com a sua nova inserção social.

Os processos educativos defendidos por Cícero Pereira encontravam-se com a proposta de educação que Varela (1996) entende como “pedagogia disciplinar”. Pela via do poder disciplinar, a autora considera que os processos educativos visavam civilizar e domesticar a criança, tornando o seu corpo dócil e útil (VARELA, 1996). Isso porque, nos discursos de Cícero Pereira, é possível perceber uma proposta de mudança na educação doméstica, que deixa de basear-se nos castigos físicos e na violência contra a criança, para apoiar-se na força do exemplo, na manifestação de afeto, na modificação do espaço dos lares. O professor Cícero Pereira defendia a idéia de que o lar, como lugar de convivência, deveria adequar-se a uma nova sociabilidade: nunca permitir a ociosidade e a desordem, as manifestações de maldade ou de crueldade, os comportamentos desrespeitosos, más companhias e o convívio com os maus. Ou seja, havia uma preocupação com o tempo do trabalho e da não-ociosidade, com o espaço de ordem, respeito e convivência com outros comportamentos modelares, visando comportamentos operativos e produtivos. Assim, o ambiente do lar, em si, passava a se constituir como lugar de aprendizagem dos comportamentos pretendidos.

Esse posicionamento encontra-se com teorizações de Varela (1996), ao afirmar que as pedagogias disciplinares não podem ser analisadas a partir de uma noção de repressão, pois supõem uma nova compreensão do espaço e do tempo. Ainda segundo Varela (1996), o poder disciplinar joga em dois terrenos: o da produção dos sujeitos e o da produção dos saberes. Em outras palavras, a partir de uma pedagogia normalizadora, a escola produz um novo tipo de

sujeito, que percebe a necessidade da disciplina e reconhece o valor atribuído a determinados comportamentos. Por outro lado, o Estado intervém direta e indiretamente nas lutas pelo poder do saber, legitimando determinados saberes e desqualificando outros considerados como não científicos.

Essas disputas pela produção de indivíduos e de saberes podem ser percebidas nos discursos de Cícero Pereira. Ao indicar um determinado comportamento para as crianças – respeito, obediência, docilidade – estava trabalhando na produção de um tipo de indivíduo adequado à modernidade. Ao desqualificar as mães de família pode-se perceber uma intencionalidade em legitimar os saberes produzidos na escola, considerados como adequados à educação das crianças, porque baseados na ciência.

4.4- CIVILIZAÇÃO COMO AUTOCONTROLE DOS COMPORTAMENTOS E RESPEITO À LIBERDADE INDIVIDUAL

No final da década de 1910 e primeiros anos de 1920, orientados por pedagogias disciplinares e revelando concepções da época, a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal defenderam a necessidade de valores ético-morais na educação. Contudo, nos anos de 1930, essa preocupação deslocou-se: da defesa de uma autoridade firme, inflexível e afetuosa do adulto em sua relação com a criança, os educadores passaram a defender o respeito à individualidade e o direito à liberdade. De uma disciplina produzida pelo controle externo e baseada na autoridade de quem educa deslocou-se para a autodisciplina e o autogoverno, não sendo necessário apelar para castigos físicos e punições na educação da criança.

Em Montes Claros esse apelo para a mudança foi direcionado para as famílias, por um processo em que a Escola Normal e *Gazeta do Norte* desenvolveram ações para educar as mães, segundo métodos da pedagogia moderna. Para convencer pais e mães da necessária renovação, em 1934, o diretor da Escola Normal, José Raymundo Netto, promoveu algumas conferências³⁶⁵, cujo conteúdo foi publicado pelo jornal. Citando João Toledo e

³⁶⁵ O conteúdo dessas conferências havia sido publicado pela Revista do Ensino de nº 92, de julho de 1933, quando o professor José Raymundo Netto exercia a função de Assistente Técnico do Ensino em Minas.

Porto Carrero, abordou idéias bastante provocadoras no intuito de impactar os pais, indicar seus erros, abalar suas crenças e conduzi-los à percepção dos malefícios advindos da superproteção e desvalorização das capacidades da criança. Nas palavras de José Raymundo Netto, “a educação no lar, tal como temos actualmente, é a verdadeira arte de perverter a criança; ali ou se busca inferiorizar a criança, zombando de sua menor força física e de sua menor capacidade intelectual, ou se lhe leva demasiado auxílio, sob protestos dessa inferioridade”³⁶⁶.

Ao tecer críticas à educação doméstica, a *Gazeta do Norte* apontou “os perigos que podem advir dos meios violentos, castigos físicos, insultos e outros recursos deprimentes adoptados por inumeros paes”³⁶⁷. O respeito à individualidade e à liberdade constituía-se como a outra face da autoridade e da disciplina. Educar deixava de ser ação que produzia a obediência. Conforme Raymundo Netto, os pais e a escola encontravam-se diante de duas abordagens extremistas e equivocadas: de um lado o excesso de rigor e de controle que não possibilitava o desenvolvimento da autonomia da criança; do outro, o excesso de liberdade não favorecia a aprendizagem, porque a criança necessitava de orientação e direção em suas atividades. A autonomia se constituiria na capacidade de agir com iniciativa e liberdade, mas respeitando as regras sociais³⁶⁸.

No entanto, a Escola Nova não estava com os “extremistas”, pois não fazia adesão a idéias que consideram a criança “como naturalmente má e só educável pelos meios coercitivos”. Também não se posicionava ao lado de pessoas que julgavam conveniente abandonar a criança “à sua própria Natureza para a consecução de um pleno e harmonioso desenvolvimento”. Isso porque, “a natureza do homem tende naturalmente para a ordem, a disciplina, o methodo, o governo de si mesmo, mas não marcha fatalmente para esses fins, tão almejados pela Civilização”³⁶⁹.

³⁶⁶ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrucção. Escola Normal Official. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 925, 11 de agosto de 1934, p. 02.

³⁶⁷ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrucção. Escola Normal Official. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 918, 16 de junho de 1934, p. 02.

³⁶⁸ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrucção. Escola Normal Official. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 925, 11 de agosto de 1934, p. 02.

³⁶⁹ *Ibidem*.

Para o professor Raymundo Netto, a concepção filosófica da Escola Nova visava ao equilíbrio. Não compreendia a criança como portadora de uma natureza naturalmente má, com tendência para a desordem e a indisciplina. Contudo, acreditava que a criança não se tornaria boa sem a ação encaminhadora da educação.

E é esse ideal máximo da escola nova ou educação progressiva: – levar o educando, pela acção querida e vivida, a aquisição das mais altas virtudes sociaes: – coragem, paciência, lealdade, espírito de sacrifício, amor ao próximo, disciplina ou auto governo! É preciso portanto que, no ideário da Escola Nova, seja bem compreendido por todos os educadores o principio cardeal que a orienta: – Liberdade e respeito à individualidade da criança!³⁷⁰

Para Raymundo Netto, a inteira liberdade era geradora de uma permissividade inadequada e prejudicial: a criança necessitava ser orientada para construir valores e referenciais de comportamentos. Já a imposição rígida de limites produziria indivíduos alienados e escravizados, sem iniciativa e capacidade de conduzir sua própria vida. No primeiro formato de educação, a criança seria entregue à sua própria natureza, “à sua pura espontaneidade”, e o resultado seria “um ser caprichoso, rebelde, com prejuízo do carácter”. Já no segundo formato, submetida a um “regime de lei, imposta à viva força”, seria formado “um indivíduo de carácter servil, escravizado e que nunca se bastará a si mesmo”. Por esse motivo, “é um crime contra a natureza e a psicologia da criança educá-la pelos castigos. É um erro, de consequências desastrosas, deixá-la entregue a si mesma”³⁷¹.

Ao apontar os equívocos, José Raymundo Netto indicava a necessidade de superação dos extremos de liberdade e controle, negava o espontaneísmo e a intervenção superprotetora, rejeitava a aplicação de castigos e recompensa, fazia questionamentos:

Como agiremos, então, nós os responsáveis pelo futuro de nossos filhos?³⁷² Não haverá um terceiro termo em que lei e espontaneidade se

³⁷⁰ RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XVII, nº 925, 11 de agosto de 1934, p. 02.

³⁷¹ RAYMUNDO NETTO, José. Na Escola Normal Oficial. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. Gazeta do Norte. Ano XVII, nº 926, 18 de agosto de 1934, p. 01.

³⁷² RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XVII, nº 925, 11 de agosto de 1934, p. 02.

combinem; em que a lei se torne espontânea, e a espontaneidade se structure em lei?³⁷³

Visando contextualizar o problema e dar respostas aos seus próprios questionamentos, o professor apresentou críticas aos responsáveis pela educação da criança. Em suas concepções, pais e professores falhavam por adotarem equivocadamente princípios da “nova” educação ou permanecerem arraigados aos erros cometidos pela “velha” educação. O processo educativo, sendo guiado pela abordagem antiga e “ignorando a força dinâmica e evolutiva inerente à experiência da criança adoptava o contról, a direcção, a coacção enfim, como indispensáveis para impelir a creança por determinados caminhos”³⁷⁴. E, dessa maneira, eram formadas pessoas dependentes e desprovidas de iniciativa.

Citando John Dewey, “o pai da pedagogia moderna”, o professor Raymundo Netto afirmava que a “nova” educação, não sendo bem compreendida, enfrentava o perigo de considerar a idéia de desenvolvimento de um modo demasiadamente formal e vazio e esperar do “menino que elle desenvolva de seu espírito tal qualidade ou tal facto por si mesmo”³⁷⁵. Isso porque:

Deixar a criança entregue a si mesma, obedecer excessivamente à vontade da criança, é comprometer a obra de sua formação integral e harmoniosa; usar de rigor, severidade, insultos e castigos, pôr em prática, enfim os processos de *Recalcamento* na obra de sua educação, é prejudica-la profundamente. (grifo no original)³⁷⁶

Ao adotar os princípios da Escola Nova na educação, cabia aos pais favorecerem o desenvolvimento das capacidades, a construção da liberdade e da autonomia, sem fazer uso de castigos e outros meios coercitivos, nem abandonar às crianças às suas próprias vontades e desejos. Para José Raymundo Netto, além de ineficiente, a aplicação de castigos, produziria o recalçamento de tendências e desejos. O recalçamento era prejudicial, pois as

³⁷³ RAYMUNDO NETTO, José. Na Escola Normal Official. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. Gazeta do Norte. Ano XVII, nº 926, 18 de agosto de 1934, p. 01.

³⁷⁴ RAYMUNDO NETTO, José. Na Escola Normal Official. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. Gazeta do Norte. Ano XVII, nº 926, 18 de agosto de 1934, p. 01.

³⁷⁵ *Ibidem* .

³⁷⁶ *Ibidem*.

energias instintivas do ser humano poderiam ser canalizadas para finalidades produtivas e socialmente aprováveis. “Todos os instintos do homem, até mesmo os mais brutos, são susceptíveis de ser modificados, sublimados em benefício do próprio indivíduo e da sociedade”³⁷⁷. Contudo, essa modificação dos instintos não se daria pela imposição, devendo-se evitar que a criança fosse levada a fazer algo pela imposição e pela força:

Deante do educador que quer governar opressivamente, a criança não considera outra coisa senão uma vontade particular (alheia), a do educador, em choque com a sua própria vontade. Quando a criança defronta um querer, que luta contra o seu próprio querer, surge nella o desejo de superar o querer alheio. Trava-se, então, um duelo, em que vencerá o educador ou a criança. É preciso evitar esta situação de luta, que dá a sensação de um choque entre duas vontades! (grifos no original)³⁷⁸.

Para José Raymundo Netto, ao invés de aplicar castigos e impor a autoridade, era necessário penetrar no mundo emotivo da criança, levá-la a querer o que o educador desejava, sublimar instintos e desejos, canalizá-los para outras realizações e empreendimentos. Não era recomendável impor comportamentos e atitudes recomendáveis pela força física, mas pela força moral e pelo atendimento ao interesse da criança, levando-a a obedecer por perceber a importância da ordem e do trabalho. Na escola, como também na família, todas as formas de arte eram consideradas como atividades produtivas e adequadas à sublimação dos desejos na criança³⁷⁹.

Sublimar, ao envez de recalcar. A arte, na família, na escola e na sociedade é a estrada larga para todas as sublimações: – o canto, o teatro, canções populares, jogos, brinquedos, musica, desenho, modelagem, jardinagem, trabalhos manuais, construção, declamação, bailes, enfim, o culto da Natureza e de tudo o que é bello e sublime!...(grifos no original)³⁸⁰

Por essas publicações, a *Gazeta do Norte* compreendia a sublimação como uma alternativa adequada para a educação. Pela sublimação, as vontades poderiam manifestar-se nas diferentes formas de arte e no culto à

³⁷⁷RAYMUNDO NETTO, José. Na Escola Normal Oficial. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 926, 18 de agosto de 1934, p. 01.

³⁷⁸ *Ibidem*.

³⁷⁹ *Ibidem*.

³⁸⁰ *Ibidem*.

natureza, produzindo-se o engajamento das pessoas em atividades socialmente recomendadas. Isso porque “educar é ensinar a sublimar, mas sublimar no útil, não na phantasia improdutiva e perigosa”. “Educar não é occultar o perigo: é ensinar a defesa ante o perigo”, também “não é amedrontar, cultivar a angustia”, mas “ensinar a acção, que deve contravir às agressões do meio”.³⁸¹

Nas representações disseminadas pela *Gazeta do Norte*, a acção educativa era compreendida como potencialização das energias vitais da criança. A criança precisava ter liberdade e sua acção não deveria ser imposta, mas orientada pelo adulto que a educava, por um movimento em que “liberdade e disciplina se integravam”. Educar para o exercício de uma liberdade disciplinada, conduzir à sublimação dos desejos e instintos no lugar de impor a autoridade pela opressão e medo dos castigos, era uma questão discutida no âmbito da Escola Normal de Montes Claros.

Em 1937, a *Gazeta do Norte* publicou artigo de Maria Geralda Gomes, aluna da Escola Normal, que destacava a necessidade de se conhecer as boas e as más tendências da criança³⁸², de forma que se pudesse favorecer condições para desenvolver as primeiras e sublimar as últimas, integrando disciplina com liberdade.

Assim como a liberdade não deve existir separada da disciplina também não é lícito que disciplina exista isolada da liberdade. Uma necessita da outra e uma só merece o seu verdadeiro valor por si para sua integridade. Ambas dependem de um factor que é o móvel de todas as acções: o interesse. Na escola não se observa disciplina verdadeira si não há liberdade, porque não havendo liberdade não há interesse legítimo, pois bôa disciplina é aquella que decorre do trabalho

³⁸¹ RAYMUNDO NETTO, José. Na Escola Normal Official. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. *Gazeta do Norte*. Ano XVII, nº 926, 18 de agosto de 1934, p. 01.

³⁸² Essa necessidade de identificar as boas e as más tendências presentes na criança, também foi discutida pela *Revista do Ensino*, que em 1926 já havia publicado artigo de Maria Luiza de Almeida Cunha, indicando que o bom professor deveria selecionar, entre as tendências da alma infantil, a sua inclinação mais acentuada, para educá-la e orientá-la para uma profissão (CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A educação da vontade. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano II. nº 16-17. Julho e Agosto de 1926, p. 298-300). Ainda em 1926, a autora retoma a discussão, reafirmando a necessidade de se conhecer o espírito das crianças para se poder guia-las contra as suas más inclinações. Nesse sentido, o ideal da educação da vontade era a “obediência pela liberdade”, pois a disciplina baseada no medo não exercia influencia na formação íntima e, na maioria dos casos, produzia a revolta. (CUNHA, Maria Luiza de Almeida. *Disciplina escolar*. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano II. nº 18. outubro de 1926, p. 364-365).

interessante, é a interior e não aquella forçada, formal, exterior³⁸³.

Pelo ideal educativo disseminado pela *Gazeta do Norte*, era preciso conciliar liberdade e disciplina. Em artigo assinado pela normalista Maria Geralda Gomes, os equívocos produzidos pela falta de conhecimentos sobre a Escola Ativa levavam os professores a confundirem comportamento disciplinado com quietude, silêncio e passividade do sujeito. A “classe disciplinada” não era aquela em que “os alumnos de braços para traz, ficavam prostados como estatuas, sem se mecherem nem falar, em completo silencio e imobilidade”. Esse tipo de educação produzia a “aniquilação” do sujeito, “por isso mesmo é que a educação na escola activa procura libertar, dirigir, desenvolver”³⁸⁴.

Pelo ideal educativo disseminado pelo jornal, essa pedagogia ultrapassada já havia mostrado sua inadequação à modernidade e ao desenvolvimento. Nas palavras da normalista Maria Geralda Gomes, o ideal era “educação sem coerção e sem liberdade desenfreada”, ter o “bom senso servindo de guia”, tomar o “meio termo de ponto de apoio”. Isso porque, “o que se deseja é uma liberdade disciplinada productiva, pois a verdadeira disciplina, disciplina fundada na liberdade deve ser necessariamente activa”³⁸⁵.

Por essa visão, no lar e na escola, as mulheres deveriam exercer uma ação educativa não-punitiva, baseada em uma autoridade serena e equilibrada, banindo-se qualquer espécie de punição. Afinal, “a disciplina decorre do interesse, do ambiente de liberdade. Por isto deve ser fundada na liberdade e a liberdade deve ser disciplinada. Disciplina e liberdade não podem ser termos opostos”³⁸⁶. A educação não poderia prescindir da disciplina consciente e autônoma, por um processo em que os alunos não necessitariam do controle externo a ser exercido pelos professores ou pelas mães. “Como se vê, a finalidade é conseguir aos poucos a adopção do regime de auto-disciplina, de auto-governo de sorte que as injunções de autoridade externa cedam lugar ao

³⁸³ GOMES, Maria Geralda. Problemas de Educação. Liberdade e Disciplina se integram. *Gazeta do Norte*. Ano XX. nº 1072. 04 de setembro de 1937, p. 02.

³⁸⁴ *Ibidem*.

³⁸⁵ *Ibidem*.

³⁸⁶ *Ibidem*.

critério da autoridade interna fundamentada no sentimento de responsabilidade de cada um”³⁸⁷.

Por serem importantes, as questões relativas à disciplina, liberdade e aplicação de castigos foram discutidas pela *Revista do Ensino*³⁸⁸. Desde 1925, a *Revista* publicou artigos que focalizavam a idéia de que liberdade e disciplina

³⁸⁷ Escola Normal Oficial de Montes Claros: Sua organização no corrente anno – o problema de educação da mocidade feminina. *Gazeta do Norte*. Ano XVII. nº 957. 30 de março de 1935, p. 03.

³⁸⁸ Em diferentes oportunidades a *Revista do Ensino* tematizou a questão. Em 1926 afirma a disciplina imposta formaria manequins e não cidadãos independentes (A disciplina na concepção de Tagore. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano II. nº 15. Junho de 1926, p. 229).

Em dezembro do mesmo ano, explicita a crença de que a criança deveria obedecer ao adulto, mas ser preparada para atingir um ponto em que se tornaria capaz de reger-se de forma autônoma e racional (SANTOS, Lúcio José dos. *Pedagogia da obediência*. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano II. nº 19. Dezembro de 1926, p. 403-404).

Ainda em 1926, afirma que o sujeito não poderia gozar de liberdade absoluta, não poderia fazer o que desejava, era necessário considerar e respeitar as outras pessoas. Para La Salle, “livre é aquele que, pesando o que é útil a se e aos outros, aceita as normas que conduzem os resultados” (LA SALLE, João Baptista. In: os grandes nomes da pedagogia. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano II. nº 18. outubro de 1926, p. 351).

Em 1927, indica que “a auctoridade moral do mestre é o principal fundamento da disciplina na escola”. E “o mestre deverá alcançá-la inspirando aos discípulos intensa *sympatia* e procurando tornar o ensino atraente (*Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte Ano III. nº 21. Maio e junho de 1927, p. 480).

Em 1929 a *Revista do Ensino* aponta a indisciplina como um “defeito na organização da aula” e discute o cultivo da atenção dos alunos com base na seleção de atividades e no trabalho desenvolvido pelo professor (COSTA, Firmino. *O cultivo da atenção*. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte Ano IV. nº 32. Abril de 1927, p. 31-37).

Em 1927, a *Revista* discute idéias de Ellen Key, indicando que essa “grande pedagoga sueca” preconizava o respeito à individualidade, mas isto não significava liberdade ilimitada, por reconhecer a importância dos deveres essenciais (KEY, Ellen. In. DROESSCHER, Lili. Os grandes nomes da pedagogia. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano III. nº 20. Abril de 1927, p.413).

Em 1930, sinaliza para a integração entre liberdade e disciplina, indicando que liberdade como princípio da Escola Ativa ainda “assustava” muitos educadores: “Supõem-na incompatível com a disciplina, quando é ella, de facto, condição indispensavel para a existencia da verdadeira disciplina” (NETTO, José Raymundo. *Escola Activa – Liberdade e disciplina*. *Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução*. Ano V. nº 44. Abril de 1930, p. 04).

Em 1931, Mário Casasanta também discute quatro tipos de disciplina e considera que o terceiro e o quarto tipos de disciplina eram adequados à formação dos cidadãos. Neles prevaleceria a decisão do grupo e os alunos agiriam espontaneamente e para o bem da escola, secundarizando pretensões e desejos de caráter privado. (CASASANTA, Mário. *O problema da disciplina*. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte. Ano VI. nº 53, 54, 55. Janeiro, Fevereiro e Março de 1931, p. 42).

Em janeiro de 1933, a *Revista* aponta os defeitos da antiga escola, cuja senha era a direção e a fiscalização, em que o mestre dava sua tarefa como cumprida quando era capaz de manter uma disciplina “tumular”, reduzir os alunos à quietude o ao silêncio e esgotar os programas escolares (O ambiente escolar. *Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução*. Ano VII. nº 79. 1º de janeiro de 1933, p. 01).

não se excluía e que a aplicação de castigos, além de ser uma prática opressora e não educativa, também revelava ser pouco civilizada. Como órgão de divulgação pedagógica e atualização dos professores mineiros, a *Revista* pretendia que os conhecimentos produzidos pela ciência, em especial a Psicologia, orientassem as ações docentes, pois essas novas práticas representavam a modernidade pedagógica.

Ao estabelecer comparação entre os conteúdos disseminados pela *Gazeta do Norte* com os artigos da *Revista do Ensino*, constatamos a atualidade das publicações locais. Ao assumir uma missão educativa e associar-se à Escola Normal, a *Gazeta do Norte* possibilitou que os conhecimentos que guiavam as modernas propostas educativas pretendidas pelo governo mineiro pudessem circular entre os montesclarenses, e também orientar as práticas educativas desenvolvidas no nível local.

Em relação a essas publicações, havia um desfasamento temporal de alguns anos. Se na *Revista do Ensino*, desde a sua fundação em 1925, já se discutia essas temáticas, em Montes Claros, a *Gazeta do Norte* iniciou uma discussão acerca da necessidade de mudança a partir de 1927. No entanto, somente discutiu a introdução de práticas não-opressoras em 1934, período em que José Raymundo Netto assumiu a direção da Escola Normal e deu início a uma série de conferências destinadas à educação das mães. Vale ressaltar que os conteúdos das conferências pedagógicas proferidas em Montes Claros já haviam sido publicados pela *Revista do Ensino* de nº 44, em 1930, quando o professor Raymundo Netto exercia o cargo de Assistente Técnico do Ensino em Minas.

Ao afirmar que a defesa de práticas não-opressivas foi proposta em 1934 não estamos desconsiderando as proposições de Cícero Pereira, que desde 1923 havia condenado a aplicação de castigos e se posicionado em favor do afeto na relação dos pais com seus filhos. Contudo, nesse momento, ainda não se pregava a autodisciplina e a liberdade da criança, mas o controle externo exercido pela firme autoridade e pela força do exemplo dos pais.

Em síntese, é possível concluir que, em sua missão “desanalfabetizadora”, a *Gazeta do Norte* apoiou a necessidade de práticas moralizantes. No entanto, no contexto montesclarenses, essas propostas começaram a sofrer modificações a partir da associação do jornal com a

Escola Normal, ampliando a discussão a partir do movimento da Escola Nova, pela afirmação de uma sensibilidade diferenciada em relação à criança. Por essa perspectiva escolanovista, as crianças passaram a ser compreendidos em seus ritmos individuais, em suas necessidades e interesses, que deveriam ser considerados no planejamento das atividades. A modernidade precisava de cidadãos ordeiros e produtivos, que se autogovernassem, que não necessitassem de controle externo de seus comportamentos, que refreassem seus instintos revelando uma “segunda natureza” e apresentando-se como indivíduos civilizados.

Ao discutir o processo civilizador, Norbert Elias entende que os modelos de controle, pelos quais são moldadas as paixões, constituem-se como uma necessidade social e sofrem variações de acordo com a função e a posição social do indivíduo. A estabilidade dos aparatos de controle mental mantém relações com a monopolização da força física pelo Estado e apresenta-se embutida nos hábitos das pessoas civilizadas, por um processo em que a contenção dos impulsos ocorre pela previsão das possíveis conseqüências desagradáveis decorrentes. (ELIAS, 1993).

A paixão momentânea e os impulsos afetivos são, por assim dizer, reprimidos pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que, pela força do hábito, esse medo finalmente contenha o comportamento e as inclinações proibidas, mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presente, e a energia dessas inclinações seja canalizada numa direção inócua, sem o risco de qualquer aborrecimento. (ELIAS, 1993, p. 227).

É um processo em que a sociedade cria mecanismos de regulação, uma verdadeira “psicologização” dos comportamentos e das condutas individuais, modeladas pela vergonha, repugnância, medo e embaraço. Para Elias (1993), sem a influência desses medos criados pelo homem, a criança e o adolescente jamais aprenderiam a controlar o próprio comportamento, e o “o jovem animal humano” nunca se tornaria um adulto merecedor do nome de ser humano. Por processo semelhante, a humanidade de ninguém amadureceria se a vida lhe negasse suficientes alegrias e prazeres. Isso significa que “a força motriz da mudança de auto-orientação individual foi fornecida pelas pressões surgidas do entrelaçamento entre muitas esferas de atividades humanas”. Para compreender este jogo de forças no tecido social, não basta conhecer as

metas racionais de autorizações e proibições, pressupõe entender os medos que induzem e controlam as ações, como também os guardiões de seus preceitos. (ELIAS, 1993, p. 268).

Os posicionamentos defendidos pela *Gazeta no Norte*, que entendem a autodisciplina como característica importante do aluno civilizado, mas que condenam a aplicação de castigos físicos e de violência na educação das crianças, encontram-se com essa teorização. Ou seja, no processo educativo não há necessidade de uso da violência, mas é necessário que o ambiente social ofereça modelos de comportamento adequado e que a criança interiorize um conjunto de regras e normas, regulando-se internamente sem haver necessidade de controle externo.

Ao discutir as mudanças nos processos educativos, Varela (1996) entende que a renovação proposta pela Escola Nova ocorre em um momento de consolidação das pedagogias psicológicas, que têm um controle exterior frágil, mas o controle interior é cada vez mais forte, em que os indivíduos sejam capazes de se auto-avaliação e autodisciplina.

Para Varela (1996), as pedagogias psicológicas têm sua origem nas pedagogias disciplinares. No início do século XX, estas novas formas de escolarização, “produzidas à sombra das crianças anormais e instituições especiais”, são disseminadas para as escolas de educação infantil e constituem as pedagogias psicológicas que, cada vez mais, defendem a liberdade individual e o autocontrole. Na escola, o poder disciplinar pôde suprimir as penalizações e os castigos físicos, por substituir as correções e sanções por processos menos visíveis, que consistem em repetir os exercícios, repetir os exames, fazer de novo a mesma coisa. (VARELA, 1996).

A eficiência dos castigos e da coerção é negada pelas “pedagogias psicológicas”, que pretendem a inculcação de valores, hábitos e atitudes, por uma compreensão que propunha a não utilização de métodos coercitivos ou a imposição da autoridade, pregando-se a adaptação dos indivíduos ao seu meio social. Por processos menos opressivos e mais operativos, as escolas passam a situar a criança em primeiro plano, produzindo um ambiente “artificial”, organizado e preparado para o atendimento às suas supostas necessidades naturais. O objetivo dessa nova pedagogia é favorecer a organização do meio, visando à obtenção da autodisciplina e da ordem interior, evidenciando a

necessidade de se evitar castigos físicos e o controle exterior dos comportamentos das crianças. (VARELA, 1996).

Essa prática educativa era recomendada pela Escola Nova. Lourenço Filho (1978) considera que, pelo controle dos comportamentos instintivos, “a pessoa substitui o alvo de seus motivos, empenhando-se então a fundo numa atividade compensadora”. Por produzir o ajustamento normal, essas substituições representam maneiras socialmente úteis, devendo ser encorajadas por ação educativa. Para o autor, “as substituições, que envolvem elevado nível de apreciação social ou moral, dá-se o nome particular de sublimação”. (1978, p. 112). A sublimação representa a própria idéia do cidadão civilizado, capaz de canalizar suas energias, controlar seus instintos e apresentar comportamentos socialmente aprovados.

Essas idéias acerca da liberdade, disseminadas pela *Gazeta do Norte* e Escola Normal, encontram-se com a análise de Carvalho (1997). Ao discutir os discursos da ABE, a autora nos indica que, no contexto da época, a instauração da modernidade pressupunha a necessidade de controle social e organização da atividade produtiva. A defesa da educação integral opunha-se à idéia de mera instrução, por representar a possibilidade de disciplinar a população, educando-lhe os sentimentos, os gestos, o corpo e a mente. A educação preconizada deveria promover a elevação moral e a disciplina consciente e voluntária, uma ordem sem a imposição da força e sem medidas que pudessem restringir a liberdade. (CARVALHO, 1997).

Dada a necessidade de não apenas instruir, mas promover uma nova sociabilidade, na educação eram depositadas as expectativas de disciplinar a população, promover-lhe a saúde física e mental, favorecer condições para a moralização e o trabalho produtivo. Nesse sentido, impor a autoridade ou educar para a liberdade; aplicar castigos ou superproteger a criança; interferir no desenvolvimento da criança ou permitir o desabrochar de suas tendências naturais; eram questões que integravam o cenário educacional, apresentando-se como desafios a serem enfrentados³⁸⁹. Não eram questões locais, mas

³⁸⁹ Por não ser de fácil operacionalização, essa questão da liberdade na educação das crianças permaneceu em discussão por mais tempo. Em 1940, momento em que a Escola Normal de Montes Claros estava desativada, uma matéria da *Gazeta do Norte*, assinada por “Z”, retoma a polêmica nos seguintes termos: A rua ensina, mas não educa. A criança de hoje e ainda mais a mocidade gozam de liberdade e regalias com que as gerações passadas apenas

problemas com os quais se defrontavam os educadores brasileiros, cuja implementação significava instaurar a modernidade pedagógica e produzir o cidadão civilizado.

Enfim, visando tornar o indivíduo civilizado, os processos educativos, disseminados pela *Gazeta do Norte* em sua missão educativa, pregavam o respeito à individualidade e a educação para a liberdade. A criança não deveria ser apenas alfabetizada e instruída, mas educada para exercer uma liberdade disciplinada e produtiva. Assim educada no lar, a criança apresentaria comportamentos adequados ao ambiente escolar e estaria pronta para usufruir os benefícios da escolarização. Passaram a ser proscritos os atos de violência e de desamor, pois a autoridade do adulto deveria ser pautada no sentimento de respeito, carinho e afeto. Apresentar-se disciplinado e organizado era o ideal do cidadão civilizado que, que deveria controlar os comportamentos instintivos, abrir mão de interesses pessoais para trabalhar em favor de metas coletivamente discutidas e aprovadas.

sonhavam. Se um bem ou um mal, o futuro dirá. Os sociólogos preocupavam-se com as possíveis conseqüências destes novos hábitos sociais. Mas as suas preocupações esbarram como fato consumado dos novos costumes, que são a moda. E a moda é soberana. O perigo deverá estar em sair-se de um excesso para se cair no excesso oposto. Os extremos são sempre perigosos e os excessos, trazem em si mesmos os males que arruinam. (Registro Social – A Rua. *Gazeta do Norte*. Ano XXII. nº 1209.18 de maio de 1940, p. 04)

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi discutir o empreendimento educativo e “desanalfabetizador” da *Gazeta do Norte* e seu imbricamento com a Escola Normal de Montes Claros – instâncias educativas que assumiram o projeto social de modernização, civilização e progresso da cidade de Montes Claros. Neste sentido, identificamos e analisamos práticas culturais produzidas pelo jornal, que tiveram Escola Normal como referência e inspiração, cujas representações foram postas em circulação entre 1918 e 1938 – recorte temporal que circunscreve a fundação do primeiro e a extinção da segunda. Focalizamos, especialmente, os últimos anos de 1920 e os primeiros da década de 1930, período em que se intensificou a ação militante dos intelectuais montesclarenses ligados à escola e ao jornal.

As décadas de 1920-30 também representaram o desejo de modernização, unificação do país e consolidação de uma cultura brasileira, mobilizando as energias da intelectualidade, que compreendia a educação como possibilidade de realizar as transformações pretendidas. Montes Claros, por inserir-se nesse contexto de mudanças, também produziu um ideal de civilização, modernidade e desenvolvimento, procurando viabilizá-lo pela utilização dos recursos disponíveis ao nível local. A educação foi assumida como bandeira de luta, considerada como um seguro contra o atraso cultural e econômico. A “desanalfabetização” da população, compreendida como sentido da missão educativa da *Gazeta do Norte*, foi assumida pela intelectualidade local, que encontrava no jornal um espaço privilegiado para viabilizar o progresso e o desenvolvimento.

Utilizar a imprensa como objeto de estudo e fonte documental possibilitou-nos a compreensão de questões que se tornaram centrais em Montes Claros. Apesar de limitados pela perspectiva daquele que os escrevem, os jornais apresentaram-se como veículos de comunicação que ultrapassam a mera função de informar, sendo capazes de provocar a interação social, a disseminação de idéias e concepções, o debate público de temas e problemas, a formação de opinião, tornando possível captar a sensibilidade de uma época.

Pela utilização da *Gazeta do Norte* foi possível compreender que a modernidade pretendida para Montes Claros encerrou múltiplos significados e

mobilizou ações distintas. Nas matérias jornalísticas veiculadas, os sentidos atribuídos à modernidade relacionavam-se com os objetivos pretendidos e com o contexto em que eram produzidas. Em algumas situações, a modernização significou o desenvolvimento tecnológico e a urbanização da cidade, sobretudo, demandou pela mudança de mentalidade e a adoção de novas práticas culturais e sociais. O próprio jornal compreendia-se como produto cultural e fator de modernidade, progresso e civilização; e a sua leitura estabelecia uma distinção entre civilizados e ignorantes. O acesso a ele significou privilégio, a sua não-leitura estabelecia uma distinção negativa das pessoas e indicava sua não-civilização.

Ao selecionar *Cidade Grande*, um fragmento de *Favelário Nacional*, como epígrafe de abertura desse trabalho, o fizemos por compreender o poema de Carlos Drummond de Andrade como signo que constrói um espelho de significados para as diferentes facetas de uma Montes Claros “moderna”, permitindo-nos um diálogo com a realidade passada. E, nesse diálogo, tornou-se possível perceber a materialização de desejos e sonhos dos homens e das mulheres que nos precederam – idealizadores de um futuro de desenvolvimento e de progresso, em cuja efetivação trabalharam.

Caso lancemos para a cidade o mesmo olhar drummondiano, oblíquo, constataremos “como cresceu Montes Claros”; perceberemos “quanta indústria em Montes Claros”. Poderíamos até dizer que uma parcela das expectativas do passado e das imagens grandiosas projetadas para o futuro, deixou o plano do imaginário. Veremos que Montes Claros tornou-se uma cidade universitária, pólo regional a exercer influência e atrair pessoas de toda a região Norte Mineira e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Em muitos aspectos, a cidade apresenta traços da modernidade e do progresso sonhados no passado.

No entanto, se novamente lançarmos sobre a cidade o mesmo olhar do poeta perceberemos, também, que atrelados a um suposto desenvolvimento, há os problemas urbanísticos e de saneamento básico, as mazelas e desigualdades econômicas, sociais, culturais que nos saltam aos olhos. Perceberemos que a “prima-rica do Rio de Janeiro” cresceu bastante, “ficou urbe notória”, no dizer de Drummond, e que “já tem cinco favelas, por enquanto, e mais promete”. Como se percebe, a modernidade é mesmo

paradoxal.

Intelectuais montesclarenses, no passado, projetaram um futuro para Montes Claros, sonharam um lugar civilizado, culto e moderno, desejaram que a cidade do sertão se aproximasse dos grandes centros civilizados. Mas não idealizaram a pobreza como parte do sonho de desenvolvimento, nem imaginaram que a aproximação com as metrópoles pudesse ocorrer pela negação de traços da civilização e do progresso, e que guardasse promessas de pobreza.

Tomando Baczko (1985) como referência, não houve, nesse trabalho de pesquisa, a pretensão em se discutir os limites ou deficiências de uma previsão. Por isso compreendemos que, apesar dessa lacuna, nada tira as funções *reais* dos percursos imaginados pelos montesclarenses. As favelas de hoje não invalidam o sonho e o trabalho de ontem. Embora os homens do passado, que militaram na *Gazeta do Norte* e Escola Normal, não tenham planejado a cidade do século XXI, é possível que seus projetos de modernidade e civilização e a força de suas ações tenham reverberado no momento presente e, de alguma forma, desencadeado os processos que produziram a Montes Claros contemporânea, com seus conflitos e contradições. Assim compreendemos Norbert Elias, quando afirma que a mudança de uma forma de convívio para outra não depende só do individual, daquilo que tenha sido planejado por algum indivíduo isoladamente, que deliberada e intencionalmente tenha trabalhado para constituir a sociedade de nossos dias. (ELIAS, 1994).

Ou seja, as formações sociais não podem ser explicadas pelas ações individuais, nem como uma criação racional e deliberada, desencadeada por pessoas individuais. Isso porque, conforme o autor, as sociedades não têm uma natureza supra-individual e independente dos indivíduos. Assim, não podemos dizer que os intelectuais montesclarenses tenham projetado e que construíram a cidade do momento presente. Também não podemos afirmar que não tenham nenhum papel nesse processo. Se, conforme Elias (1994), as formações sociais não podem ser explicadas por indivíduos isolados, não faz sentido buscar as pessoas que tiveram a idéia ou que primeiro a puseram em prática. As sociedades não são obras anônimas e imunes à intervenção humana. Se a história dos processos sociais não foi pretendida ou promovida

por qualquer das pessoas que constituem a sociedade, também não foi um processo independente da ação dessas pessoas. (ELIAS, 1994).

Por essa via é possível pensar a ação militante da *Gazeta do Norte*, em sua associação com a Escola Normal. Compreendemos que Jornal e Escola exerceram um importante papel civilizatório, sobretudo, por terem congregado os intelectuais montesclarenses em torno de uma missão, mobilizando suas ações, produzindo imagens de progresso para o futuro, mas, sobretudo, por terem buscado a adesão dos cidadãos, enviando-lhes insistente chamado à participação. Os intelectuais isolados nada conseguiram mudar, pois a força de sua ação estava no coletivo, na aceitação de suas idéias pelo público. Pela perspectiva daqueles que assumiram a missão “desalfabetizadora”, a causa educacional era meritória e dependia da contribuição de todos.

Assim, os intelectuais montesclarenses buscaram a ação coletiva para poderem driblar as dificuldades e o isolamento. O trabalho daqueles que imaginaram uma Montes Claros moderna e civilizada inseriu-se no contexto mobilizador das idéias de renovação de seu tempo. E, ao considerarem que a civilização produzida pela educação fosse um traço distintivo da modernidade e uma alavanca para a arrancada, a renovação dos processos educativos afigurou-se como possibilidade de solução para os problemas e como base para o progresso.

E Montes Claros, graças à atividade militante de seus intelectuais, mesmo afastada dos grandes centros urbanos, não se isolou das discussões e dos desejos de mudança produzidos no país e no Estado de Minas. Em sua missão educativa, o jornal revela uma relativa atualidade dos conteúdos educativos colocados em circulação. Ao serem confrontadas com a *Revista do Ensino*, as publicações locais apresentavam um distanciamento de 2-3 (dois a três) anos (em média), em se comparando às temáticas produzidas na capital mineira, no mesmo período. Isso indica que a *Gazeta do Norte*, um semanário de natureza comercial, ao assumir-se como uma espécie de porta-voz dos interesses locais, desempenhou uma função educativa e pedagógica, ampliou as possibilidades de circulação de conhecimentos científicos validados no país, impulsionando mudanças culturais locais.

O estudo histórico de práticas culturais desenvolvidas em Montes Claros tornou possível captar e compreender que, como reflexo do nível global,

no contexto espaço-temporal investigado, a sociedade montesclareense compreendia a educação, a instrução e a “desanalfabetização” como eixos das mudanças pretendidas. Apesar das novas demandas e transformações requeridas, aprender a ler e escrever constituiu-se como um valor referendado por sucessivas gerações. Se contemporaneamente a sociedade ampliou as demandas por leitura e escrita, exigindo o desenvolvimento de novas habilidades de uso dessa tecnologia, o contexto montesclareense das primeiras décadas do século XX, indica que as necessidades e expectativas sociais não circunscreveram a escolarização da população a um mero aprender a ler e escrever.

Saber ler e escrever constituiu-se como uma antiga preocupação da cidade de Montes Claros. Preocupação que se intensificou a partir de 1918, com a fundação da *Gazeta do Norte* e o empreendimento de sua campanha “desanalfabetizadora”, mas ganhou contornos diferenciados a partir de 1923, em função do estreitamento de sua relação com a Escola Normal. Face ao movimento de renovação educacional proposto pela Escola Nova, outras demandas foram postas, levando a *Gazeta do Norte* a redimensionar a sua atuação. Enquanto sua missão educativa esteve organizada no formato de campanhas por instrução e educação, o jornal apoiou as iniciativas dos montesclareenses para reabertura da Escola Normal e produziu representações em que o saber ler/escrever foi tomado como símbolo da modernidade. Também se opôs ao analfabetismo, por ser indicador de atraso, não-civilidade e uma série de problemas econômicos, políticos, culturais e sociais.

Para a *Gazeta do Norte*, a ação de “desanalfabetizar” a população não deveria ser assumida apenas pelo poder público, mas por todos aqueles que pudessem dar sua contribuição. Por esse modo de compreender e atribuir responsabilidades, os discursos do jornal foram diferentemente construídos. Ao dirigir-se ao Estado o discurso jornalístico deslocava-se para a denúncia dos problemas, a reivindicação da abertura de escolas, a cobrança de melhoria nas suas condições de seu funcionamento. Esperava-se que o poder público assumisse a escolarização da população e controlasse o processo educacional. Ao dirigir-se à população, a *Gazeta do Norte* fez propaganda da escola e cobrou a sua freqüência e a dos filhos, visando à consciência acerca de sua ignorância e a percepção de que a educação era condição para a

formação de cidadãos esclarecidos e produtivos. Ao falar para os intelectuais, dirigia-lhes um veemente apelo para que se engajassem na causa educacional, sendo que o discurso do jornal, para os professores, encaminhava-se no sentido de conscientização acerca da nobre missão educativa.

No contexto da missão educativa da *Gazeta do Norte*, por reconfigurações gradativas, o ensino avançou de uma perspectiva que entendia a “desalfabetização” como indicador de civilidade e modernidade para, nos últimos anos da década de 1920 e 1930, apresentar a leitura como habilidade necessária às novas demandas pelo conhecimento. Inicialmente, a alfabetização apresentava-se como condição necessária para iluminar o espírito, abolir a ignorância, favorecer o ordenamento social e produzir condições para integrar a cidade de Montes Claros no contexto das metrópoles civilizadas. Em um segundo momento, como ressonância das propostas escolanovistas, o domínio da leitura e da escrita passou a constituir-se como uma atividade reflexiva, por um processo em que se buscava nos textos a ampliação de conhecimentos, a pesquisa, a formação de opinião, a argumentação, a criticidade e o prazer.

E não apenas isso, as mudanças ocorridas no plano global impulsionaram a revisão dos propósitos da *Gazeta do Norte*, que revelou outra faceta de sua missão “desalfabetizadora” e civilizatória, passando a ocupar-se de outras temáticas. Ao direcionar matérias para a educação das mães, o jornal pretendia forjar a mulher moderna, consciente de que as transformações sociais lhes reservaram um papel ativo e um lugar não-submisso. Para isso, era necessário que se apropriasse dos conhecimentos da ciência e revisasse valores e práticas, que educasse as novas gerações por processos não-opressivos e mais operativos. Era necessário que a mulher, como mãe e professora, se integrasse ao mundo civilizado e educasse as crianças, respeitando sua individualidade, seus interesses, aptidões e necessidades.

Em seu empreendimento educativo, a *Gazeta do Norte* também dedicou atenção à leitura literária. As obras ficcionais foram compreendidas por um olhar educativo-moralizante, mas também como recursos pelos quais se poderiam acessar os conhecimentos produzidos pelas ciências, como espaço para fruição da arte, da beleza e da cultura. Por essa visão, o jornal procurou orientar as mães para se tornarem leitoras e mediar a relação de seus filhos

com a leitura de histórias, prescreveu práticas e propôs a censura da leitura, como forma de evitar o contato das crianças com textos perniciosos e inadequados à sua formação moral.

A partir desses deslocamentos em sua missão “desanalfabetizadora”, cujas significações não mais se circunscreviam ao ensino da leitura e da escrita, a ênfase dos debates e as preocupações da *Gazeta do Norte*, também se modificaram. Se, inicialmente, a questão pôde ser tratada pela via de campanhas por alfabetização, instrução e educação, o estreitamento das relações com a Escola Normal e as influências modernizantes da Escola Nova provocaram o surgimento de outra abordagem. Se a *Gazeta do Norte* visou denunciar os problemas, conscientizar os analfabetos para se matricularem nas escolas e os intelectuais para aderirem à causa educacional, as mudanças impuseram uma nova configuração.

Assim, nos últimos anos da década de 1920 e na década de 1930, a missão educativa da *Gazeta do Norte* ganhou novos contornos e a preocupação com a modernidade assumiu uma natureza pedagógica. As atenções deixaram de focalizar apenas a consciência acerca do valor da alfabetização, deslocando-se para os métodos de alfabetização e os usos da leitura em situações escolares, para uma utilização lúdica da literatura e a renovação dos processos educativos. Esperava-se que os sujeitos alfabetizados pudessem fazer uso dessas habilidades para sua imersão na cultura e ampliação de conhecimentos relativos às outras matérias integrantes do currículo. Há nessa mudança uma preocupação com as inovações didáticas, por um processo em que o ensino deveria ocorrer pelo método global, focalizando não apenas a decifração do código escrito, mas, sobretudo, a compreensão dos textos lidos.

No passado, o eixo da discussão era a garantia de educação e instrução, com os usos escolares das habilidades de leitura adquiridas pela alfabetização, com a imersão no mundo da cultura letrada, a mudança de mentalidade e a adoção de novas sociabilidades. A *Gazeta do Norte* preocupou-se com a oferta de escolas e a democratização do acesso a elas. Preocupou-se, também, em fazer propaganda da escola, divulgando os benefícios da alfabetização. A disputa por métodos de alfabetização e a discussão de seus resultados, a denúncia do fracasso escolar, a necessidade

de mudança no ensino, a proposição de novos significados para ler e escrever foram parte integrante das discussões em torno da afirmação da escola e da necessidade de “desanalfabetizar” a população. Era necessário saber ler para aprender conteúdos de outras matérias de ensino, para fazer pesquisas escolares, para ampliar os conhecimentos científicos, geográficos, etc, mas, sobretudo, para abandonar o lugar de “trevas” e “ignorância”, produzir o cidadão civilizado e a cidade moderna.

Em suas matérias jornalísticas, a *Gazeta do Norte* revelou preocupação com o uso da leitura e da escrita, com a escolha de métodos adequados e materiais significativos para o ensino, com processos não-opressivos de educação. Essas são questões que o passado colocou em discussão e que, assumindo contornos diferenciados, ainda hoje não foram adequadamente resolvidas.

É contemporânea a preocupação com uma alfabetização que não se circunscreva ao mecânico processo de decifrar sinais gráficos, para constituir-se em habilidade a ser utilizada em contextos sociais, fazendo frente às demandas reais de uso da leitura e da escrita. Se o passado colocou métodos sintéticos e analíticos em disputa, o tempo presente oferece-nos uma intensa discussão em torno das propostas socioconstrutivistas. Se havia uma preocupação com o uso escolar das habilidades de ler e escrever, hoje, o nosso olhar volta-se para o “alfabetizar letrando” que, na acepção de Soares (1999, 2004a), significa aprender a ler e escrever, ao mesmo tempo em que, também, aprende-se a usar essas habilidades e resolver demandas sociais que têm a leitura e a escrita como foco.

Também contemporânea é a ênfase nos materiais para alfabetização, que não sirvam apenas para ensinar a ler, mas apresentem-se como verdadeiros textos: portadores de sentidos e não uma repetição de palavras a serem treinadas; produzidos com finalidades sociais e não meramente escolares; em circulação nos espaços e situações reais e não apenas nas salas de aula; utilizados com finalidades sociais diversificadas e não apenas para ensinar a ler. Dessa forma, entende-se a leitura como prática cultural, vinculada a usos reais, inscritos nas demandas cotidianas, que as situações sociais apresentam aos sujeitos.

As matérias da *Gazeta do Norte* fizeram circular representações em

que as práticas de leitura encontravam-se tecidas entre liberar consumo incondicional de todas as histórias e controlar o acesso a determinados textos; entre apostar na capacidade educativa intrínseca aos textos ou acreditar que determinadas leituras poderiam deseducar as crianças. Ainda hoje, as práticas de leitura literária inscrevem-se nessa tensão – entre o prazer do leitor e a funcionalidade da obra; entre permitir liberdade de leitura e indicar livros adequados às finalidades educativas escolares; entre a ética e a estética na construção das histórias destinadas ao público infantil. Ainda não se encontrou um ponto de equilíbrio entre o educativo e o recreativo, uma vez que não foram superados os antagonismos construídos em torno da arte e da pedagogia.

A *Gazeta do Norte* ocupou-se da educação da mulher moderna, preocupou-se com a integração escola-família, com a disciplina e a liberdade da criança, com o respeito aos interesses e necessidades educacionais da infância, com o não-uso de castigos, recompensas e outros processos de educação não operativos. Enfim, a alfabetização, a leitura e escrita, a relação professor-aluno, a autoridade, a liberdade e a disciplina, o desenvolvimento individual e social, a construção da identidade, são questões para as quais o passado focalizou atenção e esforços. Ainda hoje a sociedade discute essas temáticas, que ganharam outros contornos e colocam novos desafios e problemas.

Enfim, são inúmeros os pontos de convergência e conflito, de continuidade e ruptura do tempo presente em relação ao passado. Compreendê-los e produzir sentidos para eles apresenta-se como um objetivo fundamental e como um desafio, em torno do qual a contemporaneidade precisa fazer investimentos de pesquisa e de ação educacional e, nesse sentido, um olhar retrospectivo poderá iluminar e sugerir caminhos.

Além de indicar questões a serem discutidas no tempo presente, a pesquisa realizada junto aos jornais montesclarenses indicou-nos outros aspectos que demandam por investigação, sobretudo em relação às práticas desenvolvidas nas escolas. Em sua missão “desanalfabetizadora” e civilizatória, as publicações do jornal montesclarenses foram capazes de produzir impactos nas práticas pedagógicas das professoras primárias ou mesmo nas ações educativas desenvolvidas no ambiente doméstico? Qual foi o alcance da influência da Escola Normal de Montes Claros e da *Gazeta do*

Norte na disseminação de conhecimentos pedagógicos e na formação de professores para a região Norte Mineira? Em relação à proposta de mudança nos métodos de alfabetização é possível que tenham ocorrido resistências e rejeição ao método global. Como e quando se processou a adoção do método global nas escolas primárias? A Escola Normal exerceu influência nesse processo ainda na década de 1930, antes de sua extinção no ano de 1938?

Questões que agora discutimos, com outros contornos, foram colocadas em debate pela *Gazeta do Norte*, desde as primeiras décadas do século XX, pela afirmação da obsolescência das práticas instituídas e a proposição de novas práticas escolares, adequadas às novas funções e demandas por escolarização e leitura. E assim, como viajantes, pensando em De Certeau, realizamos a nossa travessia, circulamos pelas terras alheias nas quais se constituiu a *Gazeta do Norte*, caçando em campos que não escrevemos e deles arrebatando os bens dos quais usufruímos. Encerramos a nossa viagem deixando labirintos, lacunas, pistas outras, para futuros leitores adentrarem pelas mesmas trilhas deste texto, trapaceando a linguagem, no dizer de Roland Barthes, para além da “desalfabetização”, para evitar a morte-da-história.

FONTES DOCUMENTAIS:

A cooperação das famílias na educação. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspetoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 15. Junho de 1926.

A escola. Jornal Correio do Norte. Ano VII. nº 326. 02 de novembro de 1890.

A escola. Jornal Correio do Norte. Ano VII. nº 334, 23 de dezembro de 1890.

A. das mães de família. Gazeta do Norte. Ano VII. nº 377, 12 de setembro de 1925.

AFELINO. Instrução pública – um appello ao novo governo. Gazeta do Norte. Ano V, nº 218, 23 de setembro de 1922.

ALTES. A instrução. Gazeta do Norte, nº 33, 15 de fevereiro de 1919.

ALVARENGA, Adherbal. A arte de ler. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspetoria Geral da instrução. Ano VII. nº 92. 15 de julho de 1933.

ALVES, Geraldina. A festa das normalistas – discurso da alumna Geraldina Alves. Gazeta do Norte. Ano IX. nº 508, 12 de fevereiro de 1927.

ANGIULLI, André. In: NOVAES, Alceu de Souza. Associação das Mães. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspetoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. nº 01. 08 de março de 1925.

As eleições e o Norte. Gazeta do Norte, Ano I. nº 36, 08 de março de 1919.

Asas para o Norte. Gazeta do Norte. Ano XXXII, nº 1190, 04 de agosto de 1949.

BRANDÃO, Cláudio. O ensino da leitura e do vocabulário. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspetoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 10. Janeiro de 1926.

Caixa Escolar. Gazeta do Norte. Ano III. nº 113, 04 de setembro de 1920.

Caixas Escolares. Gazeta do Norte, Ano VI. nº 274, 20 de outubro de 1923.

CAMARA, João. *apud* ÁLVARES, Alberto (1911). Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano X. nº 562. 27 de agosto de 1927.

CÂMARA, João de Andrade. Recenseamento. Gazeta do Norte. Ano III, nº 110, 14 de agosto de 1920.

CÂMARA, Leônidas. Palavras de Fé. Gazeta do Norte. Ano VII. nº 352. 18 de abril de 1925.

CANELA, C. Progresso da leitura infantil em Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano XX. nº 1065, 17 de julho de 1937.

CANELLA, Jenny. Collumna Pedagógica. A escola, meio social. Gazeta do Norte. Ano XVI, nº 859. 15 de abril de 1933.

Carta Aberta ao muito illustre dr. Raul Soares de Moura, Presidente do Estado de Minas. Gazeta do Norte. Ano V. nº 221. 14 de outubro de 1922.

Cartas Semanaes. Gazeta do Norte. Ano III. nº 134, 29 de janeiro de 1921.

CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no Norte de Minas. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 966, 01 de junho de 1935.

CASASANTA, Mário. O problema da disciplina. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte Ano VI. nº 53, 54, 55. Janeiro, Fevereiro e Março de 1931.

CHAVES, João. O poder da palavra. Gazeta do Norte. Ano II, nº 102. 19 de julho de 1920.

Commentarios. Gazeta do Norte. Ano XV, nº 871, 15 de julho de 1933.

CONTE, Alberto. Por que a Escola Nova é uma revolução pedagógica. Gazeta do Norte. Ano XVI, nº 912. 05 de maio de 1934.

COSTA, Firmino. Curso de aperfeiçoamento para o professorado primário. Methodologia de historia e de Instrução Moral e Cívica. Prof. Firmino Costa. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral. Ano V. nº 44. Abril de 1930.

COSTA, Firmino. O cultivo da atenção. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da instrução. Belo Horizonte Ano IV. nº 32. Abril de 1927.

COSTA, Firmino. O ensino da leitura. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte Ano IV. nº 29. janeiro de 1929.

COUTINHO FILHO, Freitas. O ensino primário e o secundário no Brasil. Gazeta do Norte. Ano XX. nº1102, 02 de abril de 1938.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida Disciplina escolar. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 18. outubro de 1926.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A educação da vontade. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 16-17. Julho e Agosto de 1926.

Curso de aperfeiçoamento para o professorado primário. Methodologia de língua pátria. Aulas da professora Lucia Schimidt Monteiro, sintetizadas pela

Revista do Ensino. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 44. Abril de 1930.

Diário – o que é. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 43. março de 1930.

Discurso proferido por Aflio Mendes Aguiar. Gazeta do Norte. Ano XXXII, nº 1201, 18 de setembro de 1949.

Dr. Floriano de Paula Gazeta do Norte. Ano XV, nº 870, 08 de julho de 1933.

Dr. Floriano de Paula. Gazeta do Norte. Ano XIV. nº 776, 05 de setembro de 1931.

E. N. “Mello Vianna – a sua equiparação às oficiais do Estado. Gazeta do Norte, nº. 340, 24 de janeiro de 1925.

E. Normal M. Vianna. Gazeta do Norte. Ano X. nº 608. 25 de fevereiro de 1928.

Editorial. Gazeta do Norte. Ano I. nº 01, 06 de julho de 1918.

Editorial. Gazeta do Norte. Ano II, nº 104, 03 de julho de 1920.

Editorial. Gazeta do Norte. Ano II. nº 98, 22 de maio de 1920.

Editorial. Gazeta do Norte. Ano VII. nº 340. 24 de janeiro de 1925.

Egoísmo e inércia. Gazeta do Norte. Ano III. nº 74, 06 de dezembro de 1919.

Escola N. Mello Vianna. Gazeta do Norte. Ano X. nº 608, 25 de fevereiro de 1928.

Escola Normal – a solenne instalação da Escola Normal “Norte Mineira”.

Escola Normal “Norte Mineira”. Jornal Montes Claros. Ano I, nº 23, 12 de outubro de 1916.

Escola Normal de Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano V. nº 245. 31 de março de 1923.

Escola Normal de Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano X. nº 610. 05 de maio de 1928.

Escola Normal Oficial de Montes Claros: Sua organização no corrente ano – o problema de educação da mocidade feminina. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 957. 30 de março de 1935

Escola Normal. Gazeta do Norte, nº 67, Ano II, nº 18 de outubro de 1919.

Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano III. nº 134, 29 de janeiro de 1921.

Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano V. nº 248. 21 de abril de 1923.

Escolas Municipais. Gazeta do Norte. Ano III. nº 150, 28 de maio de 1921.

Escolas Regionaes. Gazeta do Norte, Ano VIII. nº 419, 06 de fevereiro de 1926.

Escrever não é perverter. Jornal Folha do Norte. Ano I. nº 16, 04 de maio de 1930.

Façanhas do Liberalismo Protestante. Gazeta do Norte. Ano XII nº 703, 04 de janeiro de 1930.

Família Virciani: notas de um curioso. Jornal Montes Claros. nº 71. 07 de outubro de 1917.

FIGUEREDO, Polydoro. Gazeta do Norte. Ano IX, nº 468, 01 de setembro de 1926.

Gazeta do Norte, Ano I. nº 25, 21 de dezembro de 1918.

Gazeta do Norte, Ano VI. nº 302, 03 de maio de 1924.

Gazeta do Norte, Escola Normal. Ano VI, nº. 302, 03 de maio de 1924.

Gazeta do Norte. Ano I. nº 01, 6 de julho de 1918.

Gazeta do Norte. Ano I. nº 26. 28 de dezembro de 1918.

Gazeta do Norte. Ano III. nº 141. 19 de março de 1921.

Gazeta do Norte. Ano V. nº 252, 19 de maio de 1923.

Gazeta do Norte. Ano VI. nº. 297, 29 de março de 1924.

Gazeta do Norte. Ano XII. nº 692, 19 de outubro de 1929.

Gazeta do Norte. Ano XII. nº 767, 04 de julho de 1931.

Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 972, 13 de julho de 1935.

Gazeta do Norte. nº 75, 13 de dezembro de 1919.

GOMES, Maria Geralda. Problemas de Educação. Liberdade e Disciplina se integram. Gazeta do Norte. Ano XX. nº 1072. 04 de setembro de 1937.

GONÇALVES, Otilio. Termo de fiscalização de exames de 1ª época da Escola Normal Official de Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano XIV, nº 792, 26 de dezembro de 1931.

Grupo Escolar. Gazeta do Norte. Ano I. nº 31. 01 de fevereiro de 1919.

GUIMARAES, Augusta. Collumna Pedagógica. Socializar a creança. Gazeta do Norte. Ano XV, nº 861. 29 de abril de 1933.

GUIMARÃES, Ignacia. Porque se reprovam tantos alumnos? Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. nº 02. 14 de abril de 1925.

Homenagem da Prefeitura ao governador Valladares. Gazeta do Norte. Ano XX, nº 1107, 07 de março de 1938.

Horizonte Ano VI. nº 59, 60, 61. Julho, Agosto e Setembro de 1931.

Higiene. Gazeta do Norte. Ano II. nº 98, 22 de maio de 1920: 01.
Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 15. Junho de 1926.

J. da RUA. Registro social – professoras e alumnos. Gazeta do Norte. Ano XIX. nº 1038, 19 de dezembro de 1936.

JOÃO NETTO, *30.000 normalistas sem colocação!*. Gazeta do Norte. Ano XX, nº 1099, 12 de março de 1938.

JOMEZ, Athos. Gazeta do Norte. Ano I, nº 01, 06 de julho de 1918: 02.
Jornal *Gazeta do Norte*. Ano XVI. 1934.

KEY, Ellen. In: DROESSCHER, Lili. Os grandes nomes da pedagogia. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da instrução. Belo Horizonte. Ano III. nº 20. Abril de 1927.

LAMBERT, Levindo. Cantos escolares. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da instrução. Ano VII. nº 87-88. mai/ago./1933.

LAMBERT, Levindo. Escola Activa. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 47. julho de 1930.
Leituras perniciosas. Gazeta do Norte. Ano XIX. nº 1058, 08 de maio de 1937.

LIMA, Athanazio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007.

MACIEL, Idoleta. Columna pedagógica. A linguagem como instrumento de comunicação. Gazeta do Norte, Ano XV, nº 856, 25 de março de 1933.

MADUREIRA. Palestrando com professoras. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano VII. nº 92. 15 de julho de 1933.

Mãos a obra. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral. Ano V. nº 41. jan.1930.

MARTINS, Olyntho. Escola Normal “Norte Mineira” – As festas de encerramento do anno letivo. Jornal Montes Claros. Ano I. nº 29. 23 de novembro de 1916.

MARY, Esperança malograda. Gazeta do Norte. Ano XXI, nº 1142, 01 de janeiro de 1949.

MELLO, Conceição Freitas Rocha. Embaixada acadêmica que nos visita. Gazeta do Norte. Ano XVII, nº 922, 21 de julho de 1934.

MINAS GERAIS. Decreto Lei nº 63/1938. In: Gazeta do Norte. Ano XX, nº 1092, 22 de janeiro de 1938.

MINAS GERAIS. Relatório do governo Mello Vianna. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. (Reportagem transcrita de “O Paiz”).

MONTEGOZZA, Paulo. Citado por CÂMARA, Leônidas. Palavras de Fé. Gazeta do Norte. Ano VII. nº 352. 18 de abril de 1925.

Montes Claros progride. Gazeta do Norte. Ano XI. nº 673, 25 de maio de 1929.

MORAES, Jazon de. Escola Normal Regional Norte. Gazeta do Norte. Ano IX, nº 547, 06 de julho de 1927.

MORAES, Jazon. Termo de Assitencia Technica. Gazeta do Norte. Ano XV, nº 842, 17 de dezembro de 1932.

NETTO, José Raymundo. Escola Activa – Liberdade e disciplina. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da instrução. Ano V. nº 44. Abril de 1930.

NETTO, José Raymundo. Escola Activa – Liberdade e disciplina. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução.. Ano V. nº 44. Abril de 1930.

NETTO, José Raymundo. Na Escola Normal Official. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. Gazeta do Norte. ANO XVII, nº 926, 18 de agosto de 1934.

NETTO, José Raymundo. Pela Instrução. Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 975. 03 de agosto de 1935.

NETTO, José Raymundo. Pela Instrução. Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 925, 11 de agosto de 1934.

NETTO, José Raymundo. Treis phases da pedagogia. Gazeta do Norte. ano XVI. nº 912. 05 de maio de 1934.

NOVAES, Alceu de Souza. Associação das Mães. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. nº 01. 08 de março de 1925.

O ambiente escolar. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da instrução. Ano VII. nº 79. 1º de janeiro de 1933.

O ensino da língua. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 43. março de 1930.

O ensino no Brasil. Gazeta do Norte, Ano III, no 109, 07 de agosto de 1920.

O maior dia de Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano IX. nº 469, 01 de setembro de 1926.

O nosso maior mal. Gazeta do Norte. Ano V. nº 214, 26 de agosto de 1922.

O Operário. Ano III. nº 105, 1932 (Transcrito da Revista Minas Econômica)

PAULA, Francisco Floriano de. Pela Instrução. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 948, 19 de janeiro de 1935.

PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007.

PAULA, Hermes Augusto de. Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Rio de Janeiro.

PAULA, Hermes de. Escola Normal de Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano XXXVI. nº 2124, 12 de abril de 1953.

Pela Instrução – Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Anno XVII. nº 975, 03 de agosto de 1935.

Pela Instrução - Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XI. nº 642, 20 de outubro de 1928.

Pela Instrução - Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XI. nº 674, 01 de junho de 1929.

Pela instrução – Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 893, 16 de dezembro de 1933.

Pela instrução – Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 905, 17 de março de 1934.

Pela instrução – Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 893, 16 de dezembro de 1935.

Pela Instrução - Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano XI. nº 663, 16 de março de 1929.

Pela Instrução – Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano XIII. nº 754, 04 de abril de 1931.

PEREIRA, Cícero. A Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano V. nº 248, 21 de abril de 1923.

PEREIRA, Cícero. Escola Normal de Montes Claros. Gazeta do Norte. Ano V, nº 245, 31 de março de 1923.

PEREIRA, Cícero. Escola Normal. Liga de Paes e Professores. Gazeta do Norte. Ano V. nº 253. 26 de maio de 1923.

PEREIRA, Herculino. Horas Vagas. Jornal Montes Claros. Ano I. nº 27, 09 de novembro de 1916.

PIMENTA, Lucy. Pela Instrução - Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano XI. nº 665, 30 de março de 1929.

PINTO COELHO. Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XXXI, nº 1114, 19 de setembro de 1948.

PINTO, Augusto A. Política Educacional. Gazeta do Norte. Ano XXVIII, nº 1661, 10 de fevereiro de 1946.

PRATES, Newton. Um retrato - Prefácio. In: PAULA, Hermes Augusto de (1957). Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Coleção Sesquicentenária. Vol 01. Montes Claros: Unimontes Editora, 2007.

RAYMUNDO NETTO, José. In.: O primeiro aniversário do Estado Novo. Gazeta do Norte. Ano XXI, nº 1133, 12 de novembro de 1938.

RAYMUNDO NETTO, José. Escola Normal Oficial. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 972, 13 de julho de 1935.

RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Normalistas de 1934. Gazeta do Norte. Ano XVII. nº 946, 05 de janeiro de 1935.

RENAULT, Abgar. Discurso de paraninfo às diplomandas da Escola Normal de Juiz de Fora. Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano VII. nº 79. 1º de janeiro de 1933.

Restauração de nossa Escola Normal. Gazeta do Norte. Ano XXXI. Nº1132. 25 de novembro de 1948.

Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 15. Junho de 1926.

Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da instrução. Belo Horizonte Ano III. nº 21. Maio e junho de 1927.

Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da instrução. Belo Horizonte Ano I. nº 01. 08 de março de 1925.

Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da instrução. Ano VII. nº 90-91. 1º de julho de 1933.

RIBEIRO, Plínio. Discurso pronunciado pelo illustrado clinico dr. Plínio Ribeiro. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 910, 21 de abril de 1934.

RISOPHILO. Festas populares. Jornal A Opinião do Norte. Ano I. nº 04, 31 de dezembro de 1905.

SANTOS, Austen Drumond dos. Carta aberta ...Gazeta do Norte. Ano XXX. nº 1781, 12 de janeiro de 1947.

SANTOS, Helena. Columna pedagógica. O pré-livro e a globalização. Gazeta do Norte. Ano XV. nº 855, 18 de março de 1933.

SANTOS, Lúcio José dos. Pedagogia da obediência. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução. Belo Horizonte. Ano II. nº 19. Dezembro de 1926.

SARMENTO, HONOR. Cartas Semanaes. Gazeta do Norte, Ano I. nº 10. 07 de setembro de 1918.

SARMENTO, Honor. Cartas Semanaes. Gazeta do Norte. Ano I. nº 44, 03 de maio de 1919.

Seja útil à sua terra. Gazeta do Norte. Ano X. nº 552. 23 de julho de 1927.

SILVEIRA, Catharina. Amor à leitura. Como suscitaes em vossos alumnos o amor à leitura? Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução. Ano V. nº 43. março de 1930.

Supressão de escolas normaes no Estado. Gazeta do Norte. Ano XX. Nº 1092. 22 de janeiro de 1938.

Um ponto de partida: precisamos de dois elementos apenas. Jornal Montes Claros. Ano I, nº 13, 03 de agosto de 1916.

Uma bella iniciativa. Gazeta do Norte. Ano V. nº 254. 02 de junho de 1923.

VIANA, Urbino. Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1916.

ZIMBRES, Sebastião. Pela instrução- Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XV, nº 839, 26 de novembro de 1932.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Márcia (2000). Prefácio: percursos da leitura. ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp. p.09-18.

AGUIAR, Fátima Rita Santana. (2007). *Grupos Escolares e a cidade*. I Seminário Norte-Mineiro de ensino e pesquisa em História da Educação. Montes Claros: Unimontes, 03-05 de outubro de 2007 (Anotações de aula).

ARIÈS, Philippe (1981). *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

ARAUJO, Marta Maria. A educação tradicional e a educação nova no 'Manifesto dos pioneiros'.(2004). XAVIER, Maria do Carmo (org). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: editora FGV. P.131-146.

ARAUJO, José Carlos Souza (2002). Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista "A Escola". In.: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (org). *Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU. p. 91- 132.

BACZKO, Bronislaw (1985). *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Ed. Portuguesa, v.5: Antropos-Homen. p. 296 - 332

BARROS, José D'Assunção (2004). *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis-RJ: Vozes.

BASTOS, Maria Helena Câmara (2002). Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In.: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (org). *Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU. P.151-174.

BAUDRILLARD, Jean (1989). *Encyclopaedia Universalis*. Vol XI. Paris: Encyclopaedia Universalis France.

BOTTO, Carlota (1996). *A escola do homem novo: entre o iluminismo e a revolução francesa*. São Paulo: UNESP.

BOURDIEU, Pierre. (1999). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (1998). Em que pensam os historiadores? In.: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV. p.21-61.

BRESSON, François. (1996). A leitura e suas dificuldades. In.: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade. p. 25-34.

BUFFA, Éster. História e filosofia das instituições escolares (2002). ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (org). *Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG:EDUFU. P. 25-38

BURKE, Peter (org) (2002). *História e teoria social*. São Paulo: UNESP.

BURKE, Peter (1992). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In.: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

CARDOSO, Ciro Flamarion (1997). História e paradigmas rivais. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. p.01-23

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAUJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. (2002). Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica. In.: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (org). *Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU. p. 67-90.

CARVALHO, Marta Maria Chagas Carvalho.(2004). O ‘Manifesto’ e a Liga Internacional pela Educação Nova. In.: XAVIER, Maria do Carmo (org). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: editora FGV. p. 147- 182.

CARVALHO, Marta Maria Chagas Carvalho. *Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação* (1997). In.: DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres da (org) A década de 20 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Editora da UNESP.

CASTRO, Hebe (1997). História social. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. p. 45-59.

CATANI, Denice Bárbara. Estudos sobre a profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (org). *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica. p.587-599.

CHARTIER, Roger (org).(1996). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade.

CHARTIER, Roger (1990). *História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil.

CHARTIER, Roger. (2001). *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed.

CHARTIER, Roger. (2002). *À beira da falésia: história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS,2002.

CHARTIER, Anne-Marie. (2007). *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica.

CHERVEL, André (1990). *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e Educação. Porto Alegre. n.02. p.177-229.

COOK-GUMPERZ, Jenny (1991). Alfabetização e escolarização: uma equação imutável? In. COOK-GUMPERZ, Jenny (org.). *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artmed. P. 27-57.

CUNHA, Marcos Vinicius da. (2007). A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica. p.447-468.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Ferreira da. (2004). Cultura escolar e a formação da boa sociedade: uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo. In.: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de e VAGO, Tarcísio Mauro (orgs.). *Histórias da educação: histórias da escolarização*. Belo Horizonte: Edições Horta Grande. p.93-104.

DE CERTEAU, Michel. (1998a). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes. V. 01

DE CERTEAU, Michel. (1998b). *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes. V. 02

DE LORENZO, Helena Carvalho (1997). Eletricidade e modernização em São Paulo na década de 1920. In.: DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres da (orgs.) *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP. p.159-184.

DENNY, J. Peter. O pensamento racional na cultura oral e a descontextualização da cultura escrita. In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 75-99.

DINES, Alberto (1986). *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus.

ELIAS, Norbert (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (1993a). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. vol.1.

ELIAS, Norbert (1993b). *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. vol. 2.

ESCOLANO, Agustín (2001). Arquitetura como programa – Espaço-escola e currículo. In.: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DPe.

FALCON, Francisco (1997). História e poder. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. p.61-89.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e GONÇALVES, Irlen Antonio.(2004). O processo de escolarização e obrigatoriedade escolar; o caso de Minas Gerais (1835-1911). In. FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (2003). O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (org). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. p.77-98

FARIA FILHO, Luciano Mendes (2002a). O jornal e outras fontes para a história da educação mineira no século XIX: uma introdução. In.: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (org). *Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG:EDUFU. P.133-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (2002b). Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In.: LOPES, Ana Amélia Borges Magalhães et Il. (orgs). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC. P.109-117.

FARIA FILHO, Luciano Mendes *et al.* (2004). *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo. V. 30. p. 139-159. jan/abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e SOUZA, Rosa Fátima (S/D). *Contribuições dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da História do Ensino Primário n Brasil*. (mimeo).

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VIDAL, Diana Gonçalves (2003). *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual*. Revista Educação em Foco. Juiz de Fora: UFJF. Set/fevereiro 2002/2003. v.7 n.2.

FELDMAN, Carol Fleisher. Metalinguagem oral. In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 55-74.

FENELON, Dea (1989). Pesquisa em historia: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez.

FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. (1985). *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e (2003). História da educação e história cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (org). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. (2004). Escolha de livros de alfabetização e perspectivas pedagógicas do ensino da leitura. In. BATISTA, Antônio Augusto Gomes e COSTA VAL, Maria da Graça (orgs). *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Isabel Pereira. (2006). O Livro de Lili em Minas Gerais: hegemonia didática e suas influências. In.: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Isabel Pereira. (org). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE. p. 95-116

FURET, François. *Da história narrativa à história-problema*. In: Oficina da história: Lisboa: Gradiva. s/d.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2001.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes (2003). Manuais escolares e pesquisa em história. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (org). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

GATTI JUNIOR, Décio (2002). A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (org). *Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG:EDUFU. P. 03-24

GINZBURG, Carlo (1987). *O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.

GINZBURG, Carlo (1990). *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras.

GIROUX, Henry A. (1997). *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

GIROUX, Henry A. *et al* (1997). A necessidade de estudos culturais. In: GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia*

crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed.

GONÇALVES NETO, Wenceslau (2002). Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX.. In.: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (org). *Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG:EDUFU. p. 197-225.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (2002). A construção de um projeto de formação de professores – as escolas normais mineiras no período imperial. In.: LOPES, Ana Amélia Borges Magalhães et Il. (org). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC. P. 260-264.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (1997). Nas tramas do livro. In: PAULINO, Graça (org). *O jogo do livro infantil: textos selecionados para formação de professores*. Belo Horizonte: Dimensão. p.65-72.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (1997). *O mundo da criança: a construção da infância na literatura*. Belo Horizonte: FaE-UFMG. Tese, Doutorado em Educação.

GRAFF, Harvey J. (1994). *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artemed.

GRANZIERA, Rui Guilherme. (1997). O Brasil depois da Grande Guerra. In.: DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres da (org) *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP. p. 135-142.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 17-34.

HÉBRARD, Jean. (1996). O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler? In.: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade. p. 35-74.

GOULEMOT, Jean Marie. (1996). Da leitura como produção de sentidos. In.: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade. p. 107-116.

INÁCIO, Marcilaine Soares. (2004). O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852). In.: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de e VAGO, Tarcísio Mauro (org). *Histórias da educação: histórias da escolarização*. Belo Horizonte: Edições Horta Grande. p.23-36.

JULIA, Dominique (2001). A Cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. SBHR. Campinas-SP: Editora e Autores Associados. Jan/jun/2001.

KLEIMAN, Ângela B.(1995). Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela B (org). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras. p. 15-61.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In.: DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres da (org) *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP. p.93-114.

LE GOFF, Jacques (1984). *Memória-História* – Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

LE GOFF, Jacques (2003). *Historia e memória*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp.

LOPES e GALVÃO (2001). *História da Educação*. Rio de Janeiro: DPeA.
LURIA, Alexander Romanovich. Diferenças culturais e pensamento. In: VIGOTSKII, Lev Semenovich, LURIA, Alexander Romanovich e LEONTIEV, Alexis N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 5 ed. São Paulo, Ícone,1994. p. 85-102.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom.(1978). *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea*. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar.

LURIA, Alexander Romanovich.(1994). Diferenças culturais e pensamento. In: VIGOTSKII, Lev Semenovich, LURIA, Alexander Romanovich e LEONTIEV, Alexis N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 5ª ed. São Paulo, Ícone. p. 85-102.

MICELI, Sergio (2001). *Intelectuais a brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

MONARCHA, Carlos (1999). *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas-SP: Editora da Unicamp.

NAGLE, Jorge.(2001). *Educação e sociedade na primeira república*. Rio de Janeiro: DPeA.

NASCIMENTO, Milton Meira do. (1989). *Opinião pública e revolução, aspectos do discurso político na França revolucionária*. São Paulo: Nova Stella Editorial, EDUSP.

NÓVOA, António (1997). A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. *Educação em Revista: imprensa periódica e História da Educação*. São Paulo: Escrituras.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de (1993). *Historiografia da educação e fontes*. Cadernos ANPEd. Porto Alegre.n 05. p. 07-64

NUNES, Clarice (2000). (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica. p.371-397.

NUNES, Clarice. (2002). *Ensino Normal – formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A.

OLSON, David R. *O mundo no papel: Implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997.

OLSON, David R. A escrita como atividade metalingüística. In: OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 267-286.

PALLARES-BURKE., Maria Lúcia Garcia (1998). A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de pesquisa*. Nº 101, jun-1998. p.144-161.

PAIVA, Aparecida. (1997). *A Voz do veto: a censura católica à leitura de romances*. Belo Horizonte: Autêntica.

PAIVA, Aparecida. (1999). Estatuto literário e escola. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins, BRANDÃO, Heliana Maria Brina, MACHADO, Maria Zélia Versiani (org.). *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 257-262.

PAIVA, Aparecida (2000). A leitura censurada. ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp. P.411- 426.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. (2004). A reação de Minas ao “Manifesto dos pioneiros da educação nova”. In.: XAVIER, Maria do Carmo (org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: editora FGV. p. 271-300.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. (2003). *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: EDUSF.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2003). *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica.

PFROMM NETO, Samuel (1974). *O livro da educação*. Rio de Janeiro.: Primor/INL.

PORTO, César Henrique de Queiroz. (2007). *A emergência do poder privado na 1ª República*. Mini-curso ministrado pelo Departamento de História. Montes Claros: Unimontes, 28/04/2007 (anotações de aula)

REIS FILHO, Nestor Goulart. (1997). Cultura e estratégias de desenvolvimento. In.: DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres da (org). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP. p. 143-158.

REVEL, Jacques (1990). *História e ciências sociais: os paradigmas dos Annalles*. In: A invenção da sociedade. Lisboa: Difel.

RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. Campinas: Papirus; São Paulo: Ação Educativa, 1999.

ROSA, Walquiria Miranda (2004). Representações da profissão docente em Minas Gerais (1825-1852). In.: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de e VAGO, Tarcísio Mauro (org). *Histórias da educação: histórias da escolarização*. Belo Horizonte: Edições Horta Grande. p.11-22.

ROSA, Walquiria Miranda (2002). Produzindo a profissão docente: originais de pareceres mais atos relativos a exames de instrução pública em Minas Gerais. In.: LOPES, Ana Amélia Borges Magalhães et Il. (org). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC. P.277- 286.

SOARES, Magda. (2004a). Letramento e escolarização. In. RIBEIRO, Vera Masagão (org.) *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF*. São Paulo: Global. p. 89- 114.

SOARES, Magda (2004b). *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Dimensão, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck.(1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.

SOUZA, Rosa Fátima (2000). Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In.: CUNHA, Marcos Vinicius da (org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas-SP: Editora e Autores Associados. p.03-27

TANURI, Leonor Maria (2000). *História da formação de professores*. Revista Brasileira de Educação. Anped. Mai/jun/jul/ago. 2000, n. 14. p.61-88.

THOMPSON, E. P (1995). *Introducción: costumbre y cultura*. In: Costumbres en común. Barcelona: Crítica.

VAINFAS, Ronaldo (1997). História das mentalidades e história cultural. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. p. 127-162

VARELA, Julia (2003). Categorias espaço temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *Escola básica na virada do século*. São Paulo: Cortez.

VEIGA, Cynthia Greive (2003). História e política e historia da educação. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

VEIGA, Cynthia Greive (2002). A escolarização como projeto civilizador. *Revista Brasileira de Educação*. Anped. Set/out/nov/dez/2002. p.90-103.

VEYNE, Paul (1983). *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Braziliense.

VIDAL, Diana Gonçalves (2000). Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. p.497-518.

VIDAL, Diana Gonçalves e GVIRTZ, Silvina (1998). *O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940*. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/jun.jul/ago. p.13-30.

VIDAL, Diana Gonçalves.(2000). Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil. ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas- SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp.

VIDAL, Diana Gonçalves (2001). *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco.

VIDAL, Diana Gonçalves (2005). *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas-SP: Autores Associados.

VILELA, Heloisa de O. (2000). O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. p.95-134.

VILELA, Heloisa de O. Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates. In. GONDRA (Org). *Dos arquivos à escrita da História: a educação entre o Império e a república no século XIX*.

VIÑAO FRAGO, Antonio (2000). El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *Revista Contemporaneidade e Educação*. Ano V, n. 7. 1 Sem/2000.

VIÑAO FRAGO, Antonio (2001). Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In.: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: Dpe.

XAVIER, Libânia Nacif.(2004) “O Manifesto dos pioneiros da educação nova” como divisor de águas na história da educação brasileira. In.: XAVIER, Maria do Carmo (org). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: editora FGV. p. 21- 38.

WARDE, Mirian Jorge e CARVALHO, Marta Maria Chagas de (2000). Política e cultura na produção da história da educação no Brasil. *Revista Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada-IEC. Ano V, n.07. 1º semestre de 2000. p.09-33.

ZICMAN, Renée Barata. (1985). História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. Projeto História-Revista do Programa de Estudos Pós-grad. Em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC/SP. P. 89-102.

ANEXOS:

ANEXO I:

QUADRO I: ACERVO DE JORNAIS PUBLICADOS EM MONTES CLAROS - 1884 - 1938

Jornais Período	Correio do Norte	Opinião do Norte	A palavra	A Verdade	Montes Claros	Gazeta do Norte	A Liga	Folha do Norte	A Ordem	O Operário
1884	08									
1885	02									
1887	04									
1889	07									
1890	08									
1891	04									
1905		01								
1910			01							
1911				01						
1916					18					
1917					05					
1918					05	25				
1919						52				
1920						52				
1921						25	01			
1922						27	01		04	
1923						52				
1924						52				
1925						52				
1926						52				
1927						52				
1928						52				
1929						52				
1930						52		02		
1931						52				
1932						52				10
1933						52				11
1934						52				04
1935						52				02
1936						52				
1937						52				02
1938						52				

ANEXO II:

QUADRO III: PESSOAL DA ESCOLA NORMAL COM PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS

Nome	Função na Escola Normal/Campo da Educação	Função na Imprensa local	Outras funções públicas ou liberais
José Thomaz de Oliveira, Bacharel em Direito.	<ul style="list-style-type: none"> - Prof. de História do Brasil, História Universal, Educação Moral e Cívica da ENMC. (1918, exonerado em 1924, renomeado em 1925 e 1928, com a equiparação e em 1928, com a oficialização), respectivamente - Vice-diretor (1927) 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundador, diretor proprietário e redator chefe da Gazeta do Norte (até outubro de 1931, quando a direção do jornal é transferida para seus filhos) 	<ul style="list-style-type: none"> - Juiz Municipal em Carmo do Parnayba, Dores do Indayá. - Delegado municipal em várias circunscrições da República. - Chefe da contabilidade e secretário do Posto Zootécnico de Pinheiro. - Delegado de Polícia em Montes Claros. - Juiz substituto e promotor de justiça.
Olyntho Martins, Bacharel em Direito	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor (1915 -1918) e um dos fundadores da ENMC. - Prof. de Português da ENMC (1915-1918) 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação de discursos no jornal Gazeta do Norte. 	Juiz municipal
Herculino Pereira, Bacharel em Direito	<ul style="list-style-type: none"> - Vice-diretor (1915-1918) da ENMC. - Prof. de Francês da ENMC (1915 -1918) - Autor do hino da ENMC. - Inspetor Escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela Seção "Horas Vagas" do jornal Montes Claros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promotor público. - Advogado
Cícero Pereira	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor da ENMC (1923 - 1924) - Prof. de Ped., "Higiene e Psychologia" 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica artigos e conf. pedagógicas na G.Norte. 	

QUADRO III: PESSOAL DA ESCOLA NORMAL COM PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS (continuação)

Nome	Função na Escola Normal/Campo da Educação	Função na Imprensa local	Outras funções públicas ou liberais
Francisco Floriano de Paula	- Diretor da ENMC (19??-1933) - Prof. de Metodologia e Prática Profissional da ENMC (19??-1933).	- Publicação de conferências e discursos publicados no jornal.	- Vice- Reitor do Gymnasio Mineiro. - Assistente Técnico do Ensino
Honor Sarmiento, Major, Bacharel em Direito	- Prof. da ENMC. (1915 -1918)	- Responsável pela Seção “Cartas Semanaes”, na Gazeta do Norte	- Advogado
Alfredo Coutinho. Bacharel em Direito	- Prof. de Português, Gramática Histórica e Noções de Literatura Nacional da ENMC. (1925, nomeado com a equiparação)	- Colaborador da Gazeta do Norte (conferências publicadas no jornal)	- Advogado
Leônidas Câmara	- Prof. de Francês da ENMC	- Colaborador da Gazeta do Norte	- Poeta e Jornalista
Marciano Alves Maurício, Médico	- Prof. de Física, Química e História Natural da ENMC (1924, renomeado com a equiparação em 1925).	- Conferências publicadas na Gazeta do Norte - Redator do Jornal A Liga	- Médico
Antonio A. Teixeira, Farmacêutico	- Prof. de “Higiene e Psychologia” e Pedagogia da ENMC. (1915 -1918)	- Colaborador G.Norte (1918) - Redator Jornal A Liga (1922)	- Proprietário de farmácia
Geraldina Alves Normalista	- Profa. De Educação Physica da ENMC.	- Publicação de discursos na Gazeta do Norte	
José Raymundo Netto	- Diretor da ENMC (1934-1938) Professor da ENMC (1934 -1938). - Assistente Tec. Ensino em Minas (antes de assumir a direção da ENMC e após fechamento em 1938).	- Publicação de artigos, discursos e conferências pedagógicas na Gazeta do Norte.	

QUADRO III: PESSOAL DA ESCOLA NORMAL COM PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS (continuação)

Nome	Função na Escola Normal/Campo da Educação	Função na Imprensa local	Outras funções públicas ou liberais
Carlos Maciello	- Vice-diretor da ENMC (1924) - Prof. da ENMC	- Redator do Jornal A Liga (1922)	
Polydoro Figueredo	- Inspetor Escolar Regional - Diretor do Grupo Escolar “Gonçalves Chaves” (1920)	- Publica comunicados e poemas na Gazeta do Norte, e artigos educativos no Jornal A Ordem	
Plínio Ribeiro dos Santos, Médico	- Diretor interino da ENMC (1933- 1934) - Prof. de “Sciencias Naturais” da ENMC – 1928-1938 (nomeado com a oficialização da escola).	- Colaborador Gazeta do Norte - Publicação de conferências pedagógicas e discursos na Gazeta do Norte	- Médico
Jazon de Moraes	- Inspetor Regional de Ensino - Assistente Técnico do Ensino	- Publicação de Ata de Inspeção e outros artigos na Gazeta do Norte	
Antonio Ferreira Oliveira, Farmacêutico.	- Prof. de Geografia da ENMC (1915). - Suplente do Inspetor Escolar (1919)	- Redator proprietário do Jornal Montes Claros (1916 – 1917) - Redator proprietário do Jornal A Liga (1922)	
Antonio Augusto Spyer	- Prof. da ENMC	- Colaborador da Gazeta do Norte	
Maria das Mercês Prates, Normalista	- Profa. De Geografia da ENMC	- Publicação de conferência pedagógica na Gazeta do Norte	
Otílio Gonçalves	- Assistente Técnico Regional	- Publicação de ata de Inspeção na gazeta do Norte	
Sebastião Zimbres	- Diretor da escola Normal Oficial de Ouro Preto - Inspetor da ENMC	- Publicação de Ata de Inspeção na Gazeta do Norte	

QUADRO III: PESSOAL DA ESCOLA NORMAL COM PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS (continuação)

Nome	Função na Escola Normal/Campo da Educação	Função na Imprensa local	Outras funções públicas ou liberais
Helena Santos	- Aluna do Curso de Aplicação da ENMC (1933)	- Publicação de Artigo Educativo na Gazeta do Norte	
Idoleta Maciel	- Aluna do Curso de Aplicação da ENMC (1933)	- Publicação de Artigo Educativo na Gazeta do Norte	
Jenny Canella	- Aluna do Curso de Aplicação da ENMC (1933) - Profa da ENMN	- Publicação de Artigo Educativo na Gazeta do Norte	
Augusta Guimarães	- Aluna do curso de Aplicação da ENMC (1933)	- Publicação de Artigo Educativo na Gazeta do Norte	
Maria Geralda Gomes	- Aluna do Curso de Aplicação da ENMC (1933)	- Publicação de Artigo Educativo na Gazeta do Norte	

FONTE: **Montes Claros:** nº 01, 1916; nº 13, 1919; **Gazeta do Norte:** nº 07, 1918; nº 46, 1919; nº 292, 1924; nº 17, 1918; nº 518, 1927; nº 60, 1918, nº 102, 1920; nº 518, 1927; nº 518, 1927, nº 340, 1925; nº 518, 1927; nº 610, 1928; nº 518, 1927; nº 518, 1927; nº 349, 1925; nº 610, 1928; nº 893, 1933; nº 905, 1934; nº 972, 1935; nº 610, 1928; nº 877, 1933; nº 972, 1935; nº 518, 1927; nº 855, 1933; nº 856, 1933; nº 857, 1933; nº 859, 1933; nº 861, 1933; nº 914, 1934; nº 1072, 1937; **Jornal a Liga:** nº XIV, 1922.

ANEXO III

QUADRO IV: PALESTRAS E CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS REALIZADAS NA ENMC - 1918 - 1935

Conferencista	Temática abordada	Período
Cícero Pereira – Diretor da ENMC, Professor de Pedagogia, Psicologia e Higiene	Defeitos da educação doméstica	Jun/1918
João José Alves – Médico	Malária	Ago/1918
Marciano Alves Maurício – Médico, Professor de Física, química e História Natural da ENMC	Moléstia de Chagas	Ago/1918
Antonio Teixeira de Carvalho	“Ankilostomíase”	Ago/1918
Antonio Ferreira Oliveira – Prof. da ENMC, Suplente do inspetor Escolar	Sífilis	Out/1918
Honor Sarmiento – Médico, Prof. da ENMC (1918)	Higiene	Out/1918
Herculino Pereira de Souza – advogado, Promotor Público, Inspetor Escolar	Saneamento Moral	Out/1918
Ortiz Maddox – Visitante de Belo Horizonte	Tema não anunciado	Mar/1919
Luiz Gonzaga Júnior – Diretor e Professor da ENMC	O Ensino Global da Leitura	Out/1928
Maria Mercês Prates – Profa de Geografia da ENMC	Patriotismo e o Ensino de Geografia	Out/1928
José Thomaz de Oliveira – Advogado, Professor de História da ENMC, Redator Proprietário da Gazeta do Norte	Nossa Pátria e sua Bandeira	Nov/1928
Maria Alice Diniz Maia – Aluna da ENMC	História do Brasil - Quilombos	Abr/1930
Eugenia Pinto Moura – Aluna da ENMC	O Amor que devemos ter à Pátria	Abr/1930
Francisco Floriano de Paula – Diretor da ENMC	O Ensino no Brasil	Jun/1931
Alfredo Coutinho – Advogado, Prof. da ENMC	A Mãe e a Professora	Ago/1931
José Raymundo Netto – Diretor da ENMC	Três Fases da Pedagogia	Mai/1934
José Raymundo Netto – Diretor da ENMC	Reformas do Ensino	Jun/1934
Elisa Velloso – Aluna da ENMC	Aplicação de Castigos	Jun/1934
José Raymundo Netto – Diretor da ENMC	Educação no Lar e na Escola	Ago/1934

QUADRO IV: PALESTRAS E CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS REALIZADAS NA ENMC - 1918 – 1935 (Continuação)

Conferencista	Temática abordada	Período
José Raymundo Netto – Diretor da ENMC	Escola Nova: seus ideais e bases científicas	Ago/1934
José Raymundo Netto – Diretor da ENMC	Pedagogia Nova: disciplina e aplicação de castigos	Ago/1934
Martins Barros- Professor do Paraguai	Problemas Brasileiros	Mar/1935
Plínio Ribeiro – Médico, Prof. Psicologia de ENMC	Estudo de glândulas de secreção interna e distúrbios e endócrinos na criança	Jun/1918
João de Freitas Netto – Prof. Geografia e História da ENMC	Metodologia do Ensino de Geografia e História	Ago/1935
José Raymundo Netto – Diretor da ENMC	Psicologia da Escola Ativa	Ago/1935
Marciano Alves Maurício – Médico, Professor Psicologia e Higiene da ENMC	Educação e Civilidade	Ago/1935
Felicidade Tupinambá – Prof. Educação Física da ENMC	Educação Física da mulher	Ago/1935
Alfredo Coutinho – Advogado, Prof. Geografia e História da ENMC	Colonização do Continente Americano	Set/1935
Jenny Canella – Normalista, Profa. da ENMC	A Paz Mundial	Out/1935
José Raymundo Netto – Diretor da ENMC	A Educação Moderna e o Sentido da Paz Mundial	Out/1935

FONTE: *Gazeta do Norte*: nº 01, 1918; nº 06, 1918; nº 14, 1918; nº 15, 1918; nº 16, 1918; nº 17, 1918; nº 37, 1919; nº 641, 1928, nº 642, 1928; nº 647, 1928; nº 765, 1931, nº 774, 1931; nº 912, 1934; nº 918, 1934; nº 925, 1934; nº 926, 1934; nº 956, 1935; nº 972, 1935; nº 975, 1935; nº 976, 1935, nº 978, 1935; nº 981, 1935; nº 984, 1935; *Jornal Folha do Norte*: nº 17, 1930; *Jornal O Operário*, nº 136, 1934

ANEXO IV:

QUADRO V: MATÉRIAS DE NATUREZA PEDAGÓGICA PUBLICADAS NOS JORNAIS

Autor	Título da Matéria/Tema Abordado	Jornal	Período
Herculino Pereira, Advogado, Promotor Público, Inspetor Regional	Discussão de Saudação à Bandeira (patriotismo e unidade nacional)	Montes Claros	Nov/1916
Herculino Pereira - idem	Horas Vagas – (Educação das crianças na Europa e os equívocos do sistema educativo brasileiro – disciplina)	Montes Claros	Nov/1916
Polydoro Figueiredo, Inspetor Escolar Regional	Educação Moral e Cívica (a educação das crianças no lar)	A Ordem	Dez/1922
Polydoro Figueiredo, Inspetor Escolar Regional	A Criança e suas Qualidades e Defeitos (educação no lar, disciplina, criança mimada)	A Ordem	Dez/1922
Polydoro Figueiredo, Inspetor Escolar Regional	Educação Moral e Cívica – a criança, suas qualidades e defeitos	A Ordem	Jan/1923
Cícero Pereira	A Educação e a Atmosfera Moral do Lar	Gazeta do Norte	Jul/1923
Francisco Floriano de Paula – Diretor da ENMC	A Finalidade da História na Instrução Primária – Dewey, o menino e o programa escolar	Gazeta do Norte	Fev/1932
Helena santos: Aluna do Curso Aplicação da ENMC	O Pré-Livro e a Globalização	Gazeta do Norte	Mar/1933
Idoleta Maciel: Aluna do Curso de Aplicação da ENMC	A Linguagem como Instrumento de Comunicação	Gazeta do Norte	Mar/1933
Idoleta Maciel: Aluna do Curso de Aplicação da ENMC	A Linguagem como Instrumento de Comunicação	Gazeta do Norte	Abr/1933
Jenny Canella: Aluna do Curso de Aplicação da ENMC	A Escola, Meio Social	Gazeta do Norte	Abr/1933
Augusta Guimarães: Aluna do Curso de Aplicação da ENMC	Socializar a Criança	Gazeta do Norte	Abr/1933

QUADRO V: MATÉRIAS DE NATUREZA PEDAGÓGICA PUBLICADAS NOS JORNAIS (Continuação)

Autor	Título da Matéria/Tema Abordado	Jornal	Período
Raul Rodrigues Gomes – Jornalista da UBI	Uma Grande Lição (orienta os pais sobre horário de estudos para os filhos)	O Operário	Nov/1932
José Firmo – Jornalista da UBI	O Cinema e a Civilização	O Operário	Set/1933
José de Albuquerque	Educação Sexual	Gazeta do Norte	Dez/1933
Helena Souza Santos: Aluna do Curso de Aplicação da ENMC	Ensino Normal (como deve ser o ensino pelos princípios da escola Nova)	Gazeta do Norte	Mai/1934
Francisco Floriano de Paula: Assistente Técnico do Ensino	Discurso de Formatura / Socialismo e Individualismo Pedagógicos	Gazeta do Norte	Abr/1934
Matéria não assinada	Leituras Perniciosas	Gazeta do Norte	Mai/1937
Maria Geralda Gomes: Aluna do Curso de Aplicação da ENMC	Problemas de Educação: Liberdade e Disciplina se Integram	Gazeta do Norte	Set/1934

FONTE: Montes Claros: nº 29, 1916; nº 30, 1916; Jornal Folha do Norte: nº 16, 1930; **Jornal a Ordem:** nº 01, 1922; nº 03, 1922; nº 04, 1922; nº 05, 1923; **Jornal A Liga,** nº XVI, 1922; **Gazeta do Norte:** nº 260, 1923; nº 337, 1925; nº 634, 1928, nº 799, 1932; nº 855, 1932; nº 856, 1932; nº 857, 1932; nº 859, 1932; nº 861, 1933; nº 881, 1933; nº 912, 1934; nº 915, 1934; nº 1058, 1937; nº 1065, 1937; nº 1072, 1937. **O Operário:** nº 56, 1932; nº 59, 1932; nº 60, 1933; nº 83, 1933; nº 96, 1933; nº 105, 1933; nº 107, 1934; nº 137, 1934; nº 222, 1935; nº 229, 1935.

ANEXO V:

QUADRO VI: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Escola Normal (modelada pela da capital, a Escola Normal de Montes Claros tem funcionado regularmente, sendo elogiada por pessoas distintas no meio social)	João Câmara	Montes Claros	Mai/1916
Termo de Visita de D. João Pimenta, Bispo Diocesano e Paraninfo da ENMC.	D. João Pimenta	Montes Claros	Jun/1916
Termo de Visita de Honorato Alves, Deputado e Paraninfo da ENMC.	Honorato Alves	Montes Claros	Jun/1916
Termo de Visita de Álvaro Viana, Advogado da Cidade de Curvelo, à ENMC	Álvaro Viana	Montes Claros	Jun/1916
Horas Vagas – (o valor da educação)	Herculino Pereira	Montes Claros	Jun/1916
Termo de Visita de Honor Sarmiento, Advogado, à ENMC.	Honor Sarmiento	Montes Claros	Jul/1916
Termo de Visita de Rogociano Rocha, Acadêmico de Medicina em BH, à ENMC.	Rogociano Rocha	Montes Claros	Jul/1916
Um ponto de Partida – precisamos de dois elementos apenas (instrução e ferrovia)	Matéria não assinada	Montes Claros	Jul/1916
Escola Normal (diretor e professores da escola dirigem-se a BH para reivindicar benefícios junto ao Congresso)		Montes Claros	Ago/1916
Escola Normal “Norte Mineira” (destaca a importância da escola para Montes Claros e região, manifesta-se favorável à sua equiparação ou oficialização)		Montes Claros	Ago/1916
Um ponto de partida – precisamos de dois elementos apenas (instrução e ferrovia)		Montes Claros	Out/1916
Horas Vagas – (professor acusado e imperícia na educação)	Herculino Pereira		Out/1916
Escola Normal “Norte Mineiro” (comemoração do 1º aniversário da escola)		Montes Claros	Out/1916
Horas Vagas – (Término do ano letivo na Escola Normal – hora dos pais avaliar os belos resultados obtidos na Escola Normal)	Herculino Pereira	Montes Claros	Nov/1916

**QUADRO VI: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Encerraram-se ante ontem as aulas na Escola Normal “Norte Mineira”		Montes Claros	Nov/1916
Vida Social (exames e a ansiedade dos alunos frente aos resultados)		Montes Claros	Nov/1916
Horas Vagas (a educação na França e os erros cometidos na educação das crianças)	Herculino Pereira	Montes Claros	Nov/1916
Termo de Visita (destaca o valor do instituto, a conduta irrepreensível dos alunos, o trabalho realizado pelos professores)	Dep. Camillo Prates	Montes Claros	Dez/1916
Escola Normal “Norte Mineira” (sugere aos alunos a leitura de Folha de São Paulo)	Herculino Pereira	Montes Claros	Dez/1916
Escola Normal “Norte Mineira” (destaca a eleição da nova diretoria, definida em reunião da congregação; o interesse do jornal pelas ações da escola e seus professores)		Montes Claros	Dez/1916
Escola Normal “Norte Mineira” (termo de visita à ENMC, que destaca o esforço dos alunos e o trabalho dos professores)	Eugênio Detalonde	Montes Claros	Jan/1917
Horas Vagas (destaca aspectos do ensino em São Paulo relativos ao diminutos números de matrícula e aprovação, face aos investimentos financeiros)	Herculino Pereira	Montes Claros	Fev/1917
Vida Social (funcionamento regular da Escola Normal e reinício do ano letivo)		Montes Claros	Mar/1917
Escola Normal “Norte Mineira” (contatos com o estado para sua equiparação)		Montes Claros	Fev/1918
Escola Normal “Norte Mineira” (chamada para matrícula)	João Câmara	Montes Claros	Fev/1918
Editorial do 1º número da Gazeta do norte (papel educativo e civilizador da imprensa)		Gazeta do Norte	Jul/1918
Escola Normal “Norte Mineira” (contatos com o Estado para sua equiparação)		Gazeta do Norte	Fev/1918
Cartas Semanais (solicitação de conferência médica)	Honor Sarmento	Gazeta do Norte	Out/1918

**QUADRO VI: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Realização de conferências médicas		Gazeta do Norte	Out/1918
Notas aos fatos (a importância educativa da profissão de jornalista)	Athos Jomez	Gazeta do Norte	Jul/1918
A instrução (instrução e engrandecimento da pátria)		Gazeta do Norte	Fev/1919
A instrução (a instrução ainda não atingiu o grau de desenvolvimento almejado)	Altes	Gazeta do Norte	Mar/1919
As eleições e o Norte (e sua relação com a educação)		Gazeta do Norte	Mar/1919
Indiferentismo ou má sorte (o descaso do governo com a educação em Montes Claros)		Gazeta do Norte	Abr/1919
Cartas Semanais (abertura de Colégio, que substitui falta de escola normal em Montes Claros)	Honor Sarmento	Gazeta do Norte	Mai/1919
Escola Normal (dificuldades financeiras e administrativas, que provocaram seu fechamento em 1919)		Gazeta do Norte	Set/1919
A falta de escola normal na região Norte Mineira, crítica à exigência de diploma de normalista para exercício do magistério		Gazeta do Norte	Nov/1919
Egoísmo e inércia (falta de instrução como causa do atraso)		Gazeta do Norte	Dez/1919
(falta de instrução é poço de misérias humanas)		Gazeta do Norte	Dez/1919
Tempos difíceis (falta de instrução e decadência moral)		Gazeta do Norte	Mar/1920
Hygiene (ampliação do campo de estudo médica)		Gazeta do Norte	Mai/1920
O poder da palavra	João Chaves	Gazeta do Norte	Jun/1920
O ensino ambulante em São Paulo		Gazeta do Norte	Jun/1920
Mensagem Presidencial (a "lei sábia" do presidente Arthur Bernardes, que exige o diploma de normalista para o exercício da profissão)		Gazeta do Norte	Jul/1920
O ensino no Brasil (um grande problema nacional)		Gazeta do Norte	Ago/1920
Caixa Escolar (a sua importância no combate ao analfabetismo)		Gazeta do Norte	Set/1920

**QUADRO VI:: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Instrução pública (empenho do Governo mineiro em matricular as crianças)		Gazeta do Norte	Jan/1920
Escola Normal (a chegada do inspetor regional e sua missão do re-organizar o funcionamento da escola, as dificuldades administrativas e financeiras que provocaram seu fechamento)		Gazeta do Norte	Jan/1921
Escola Normal (a necessidade de não-politicagem na re-abertura da escola)		Gazeta do Norte	Fev/1921
Matrícula escolar (a necessidade de novas vagas para o ensino primário)		Gazeta do Norte	Fev/1921
A necessidade de melhor fiscalização nas escolas primárias		Gazeta do Norte	Mar/1921
Escolas primárias (nomeação de professor para fabricar eleitores)		Gazeta do Norte	Mai/1921
A eloqüência dos números (discute a relação entre o expressivo eleitorado – 4200 – e a necessidade de usar esse número para cobrar benefícios para Montes Claros, incluindo a Escola Normal)		A Liga	Mar/1922
Crônica a lápis (discute concepção de civilização, compreendida como saúde e educação para o povo)	“X”	A Liga	Mar/1922
Nosso maior mal (a falta de instrução da população)		Gazeta do Norte	Ago/1922
Instrução pública – um apelo ao novo governo (a necessidade de medidas enérgicas para resolver os problemas)	Afélineo	Gazeta do Norte	Set/1922
Instrução pública (protestos em favor do professor I)	P.Figueiredo	Gazeta do Norte	Set/1922
Instrução pública (protestos em favor do professor II)	Álvaro Prates	Gazeta do Norte	Set/1922
Carta Aberta ao presidente Raul Soares (dificuldades da instrução no Norte de Minas, em que o ensino não é ministrado para metade da população)	Um mineiro do Norte	Gazeta do Norte	Out/1922
Um pouco de tudo (o valor da ordem e da disciplina)		A Ordem	Dez/1922
Discurso de paraninfo em homenagem aos formandos do Grupo escolar (o valor da educação e da ciência)	Dr. Corrêa Machado	A Ordem	Dez/1922
Escola Normal (a reunião na Câmara Municipal para re-organizar a escola)		Gazeta do Norte	Mar/1923
Escola Normal (congregação delibera por sua re-abertura)		Gazeta do Norte	Abr/1923
Escola Normal (a importância de sua reabertura para Montes Claros)	Cícero Pereira	Gazeta do Norte	Abr/1923

**QUADRO VI: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Escola Normal (manifestação favorável à sua re-abertura)		Gazeta do Norte	Abr/1923
Escola Normal (sessão solene de re-abertura)		Gazeta do Norte	Mai/1923
“Liga de Pais e professores” (seu funcionamento, suas finalidades e sua importância para a educação)	Cícero Pereira	Gazeta do Norte	Mai/1923
Uma bela iniciativa (“Liga de Pais e Professores”)		Gazeta do Norte	Jun/1923
“Liga de Pais e Professores” (sua grande importância)		Gazeta do Norte	Jun/1923
“Liga de Pais e Professores” (a realização das reuniões e seus objetivos)	Cícero Pereira	Gazeta do Norte	Jun/1923
“Liga de Pais e Professores” (convite às mães e esclarecimentos)	Cícero Pereira	Gazeta do Norte	Jun/1923
“Liga de Pais e Professores” (apresentação do programa da reunião)	Cícero Pereira	Gazeta do Norte	Ago/1923
Termo de Visita de Olavo Simões, Promotor de Justiça da comarca.	Olavo Simões	Gazeta do Norte	Ago/1923
Termo de Visita de Affonso Teixeira Lages, Inspetor escolar, à ENMC	Affonso T. Lages	Gazeta do Norte	Ago/1923
“Liga de Pais e Professores” (convite às mães e elogio às reuniões)		Gazeta do Norte	Out/1923
Caixas Escolares (infrequência dos alunos pobres, necessidades de que a educação seja olhada com carinho)		Gazeta do Norte	Out/1923
Escola Normal (exame de admissão e matrícula)	Carlos Macielo	Gazeta do Norte	Fev/1924
Escola Normal (seu funcionamento e corpo docente)		Gazeta do Norte	Mai/1924
Instrução (finalidade da educação e da instrução)	José do Norte	Gazeta do Norte	Mai/1924
Carta Aberta ao presid.Mello Vianna (apelo para equiparação da E. Normal)	Felix Felício	Gazeta do Norte	Dez/1924
Equiparação da ENMC às oficiais de Minas		Gazeta do Norte	Jan/1924
Associação das mães de família (apelo do presidente Mello Vianna para estabelecimento de parceria escola e família na educação das crianças)		Gazeta do Norte	Abr/1925
Palavras de fé (o valor da mulher na educação das crianças)	Leônidas Câmara	Gazeta do Norte	Abr/1925
(A beleza presentes nas almas incultas)	jardim	Gazeta do Norte	Jun/1925
Caixa Escolar		Gazeta do Norte	Jun/1925
Associação das mães de família (o valor da educação no lar)		Gazeta do Norte	Set/1925

**QUADRO VI: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Escola Normal (regularidade de seu funcionamento)		Gazeta do Norte	Set/1925
Escola Normal (comemoração do 10º aniversário, bons serviços prestados)		Gazeta do Norte	Out/1925
Feminismo? (o valor da mulher na educação da infância)	Nemo	Gazeta do Norte	Nov/1925
Escola Normal (importância para Montes Claros)		Gazeta do Norte	Dez/1925
Escolas Regionais (a necessidade de sua criação)		Gazeta do Norte	Fev/1926
Escola Normal “Mello Vianna” (a abertura do ano letivo)		Gazeta do Norte	Mar/1926
O maior dia para Montes Claros (ferrovia e instrução são as chaves da civilização)		Gazeta do Norte	Set/1926
Congresso de instrução primária em BH		Gazeta do Norte	Jan/1927
A nossa escola Normal (O sacrifício para sua manutenção)		Gazeta do Norte	Jan/1927
A instrução em Montes Claros (Montes Claros desperta do seu letargo)		Gazeta do Norte	Fev/1927
Discurso de formatura (a nobre missão de educar)	Geraldina Alves	Gazeta do Norte	Fev/1927
Revista do Ensino (solicitação de fotografias de atividades de socialização realizadas, para publicação na Revista)		Gazeta do Norte	Abr/1927
Escola Normal Regional (ressente-se da extinção da Escola Normal em 1905 e defende instalação de nova escola oficial na região)	Jazon de Moraes	Gazeta do Norte	Jul/1927
Seja útil à sua terra (apelo aos intelectuais da cidade, em função da dificuldade em completar o quadro de docentes da Escola Normal)		Gazeta do Norte	Jul/1927
Seja útil à sua terra (resposta a apelo aos intelectuais montesclarenses)	Antônio F Oliveira	Gazeta do Norte	Jul/1927
Escola Normal (motivos pelos quais a Escola Normal Regional deve ser instalada em Montes Claros)	João Câmara	Gazeta do Norte	Ago/1927
Escola Normal Regional: a reivindicação de um direito usurpado		Gazeta do Norte	Nov/1927
Escola Normal “Mello Vianna” (a instalação da Escola Normal Regional em Montes Claros significa a restauração de uma injustiça)		Gazeta do Norte	Fev/1928
Escola Normal de Montes Claros (a oficialização da Escola Normal)		Gazeta do Norte	Mar/1928
A instalação da escola Normal Oficial de Montes Claros		Gazeta do Norte	Abr/1928

**QUADRO VI : MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Pela instrução (professora do Grupo Escolar irá fazer curso de aperfeiçoamento na capital)		Gazeta do Norte	Jun/1928
O professor (a falta de prestígio do professor no Brasil, em contraposição com o Japão)	Cyrano	Gazeta do Norte	Ago/1928
Educação dos meninos		Gazeta do Norte	Set/1928
Congresso das municipalidades do Norte (realizado em Diamantina, em que se discutiu a criação de “gymnásio oficial” na região)		Gazeta do Norte	Out/1928
A instrução no estado de Minas (quantitativos da educação em Minas, com destaque para os dados da Escola Normal de Montes Claros)		Gazeta do Norte	Nov/1928
Os concursos da Revista do Ensino		Gazeta do Norte	Fev/1929
O apelo ao episcopado mineiro em prol da instrução		Gazeta do Norte	Fev/1929
Pela instrução (anúncio de novo diretor na Escola Normal, prof. Almir Ferreira de Souza)		Gazeta do Norte	Mar/1929
Uma grande data para o ensino em Montes Claros (reabertura aulas)		Gazeta do Norte	Mar/1929
A instrução em Montes Claros (demonstrativo numérico do “elevado estado de instrução”)		Gazeta do Norte	Abr/1929
Montes Claros progride (a chegada da ferrovia em Montes Claros; instrução e comunicação são fundamentais para o progresso)		Gazeta do Norte	Mai/1929
Escola Normal (retorno de diretor substituto, Almir de Souza, a BH)		Gazeta do Norte	Jun/1929
Façanhas do liberalismo protestante (protestos contra a retirada da fotografia de Mello Vianna do salão nobre da Escola Normal)		Gazeta do Norte	Jan/1930
Escrever não é perverter (destaca a missão educativa da imprensa)		Gazeta do Norte	Abr/1930
Escola Normal Oficial de Montes Claros: de acordo com o regulamento do ensino, iniciaram-se as palestras das alunas mestras		Folha do Norte	Mai/1930
A nossa Escola Normal (visita do proprietário e redator-chefe da gazeta do Norte, à Escola Normal de Montes Claros, atendendo a convite)		Gazeta do Norte	Mar/1931

**QUADRO VI : MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Escola Normal (destaca o trabalho de alguns professores para manutenção da Escola; de Mello Vianna como seu benfeitor, que a oficializou; a injustiça de sua classificação em 4ª categoria)		Gazeta do Norte	Dez/1931
Termo de fiscalização de Otilio Guimarães (destaca o trabalho administrativo e pedagógico primoroso da Escola Normal)		Gazeta do Norte	Dez/1931
Escola de 2º grau (reunião de professores com o presidente de Minas, para elevação da escola Normal à categoria de 2º grau)		Gazeta do Norte	Jun/1932
Foi elevada a 2º grau a nossa Escola Normal		Gazeta do Norte	Jun/1932
O centenário de Montes Claros (as atividades desenvolvidas pelos alunos da Escola Normal, utilizando-se do método de projetos)		Gazeta do Norte	Out/1932
O centenário de Montes Claros (breve histórico da escola Normal, reportando-se para a sua 1ª fase, na época do Império)		Gazeta do Norte	Out/1932
O centenário de Montes Claros: foram brilhantes as festas comemorativas da grande data (sobretudo atividades da E. Normal)		Gazeta do Norte	Out/1932
A nova educação no interior do Brasil (elogio ao trabalho pedagógico desenvolvido na Escola Normal de Montes Claros)		Gazeta do Norte	Out/1932
Termo de inspeção de Sebastião Zimbres (destaca o trabalho administrativo e pedagógico primoroso da Escola Normal)	Sebastião Zimbres	Gazeta do Norte	Nov/1932
Exames de saúde (a necessidade de fazer exames médicos nas crianças para garantir-lhes a saúde)	Oscar Clark	O Operário	Nov/1932
Termo de Assistência Técnica lavrada por Jason de Moraes (destaca eficiência do trabalho do instituto e sua finalidade educacional)	Jason de Moraes	Gazeta do Norte	Dez/1932
Direitos da criança; o direito de proteção do estado, dos 2 aos 6 anos. (destaque para a questão da saúde física e mental e da escola)	Oscar Clark	O Operário	Dez/1932

**QUADRO VI: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Uma iniciativa louvável (a fundação de um clube para manifestações artísticas, científicas e recreativas, para aperfeiçoar a cultura)			Jan/1933
Escola Normal Oficial (destaca regularidade de seu funcionamento em seu “6° ano de vida” como instituição oficial)		Gazeta do Norte	Fev/1933
Escola Normal Oficial (destaca definições da congregação para admissão de alunas gratuitas)		Gazeta do Norte	Fev/1933
Pela Instrução (destaca matrícula da Escola Normal)		Gazeta do Norte	Mar/1933
Vamos rejuvenescer Montes Claros (a necessidade de rever construções antigas, iluminação e calçamento, como condição de civilização para a cidade)		O Operário	Mar/1933
Escola Nova (destaca a publicação do primeiro número da revista “Escola Nova”, organizado pelas alunas da Escola Normal)		Gazeta do Norte	Jun/1933
A visita dos secretários a Montes Claros (destaca a educação rural)		O Operário	Jun/1933
Francisco Floriano de Paula (destaca a despedida do diretor da Escola Normal e o aperfeiçoamento do ensino, em função do seu trabalho)		O Operário	Jul/1933
Como desenvolver uma campanha eficiente de combate à opilação		O Operário	Jul/1933
Reparos no prédio da Escola Normal		O Operário	Jul/1933
Ao primeiro mestre (homenagem saudosa à professora por sua abnegação e carinho)	Athos Braga	O Operário	Nov/1933
Montes Claros e sua higienização – uma dolorosa verdade		O Operário	Dez/1933
O novo diretor da Escola Normal Oficial de Montes Claros		Jul/1933	Jul/1933
Dr. Floriano de Paula (destaca nomeação do diretor da Escola Normal Montes Claros como vice-reitor do Gymnasio Mineiro de BH)		Jul/1933	Jul/1933
Comentários (destaca a ilusão da visita dos secretários de estado a Montes Claros, que não resultou em benefícios para a cidade)		Gazeta do Norte	Dez/1933

**QUADRO VI : MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO
(Continuação)**

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Escola Normal Oficial (telegrama do Assistente Técnico J.Raymundo Neto ao Secretario Noraldino Lima, em que destaca os admiráveis resultados de promoção dos alunos, que ascendem a 93%)	José Raymundo Neto	Gazeta do Norte	Dez/1933
Escola Normal Oficial (telegrama de Francisco Floriano de Paula ao Secretario Noraldino Lima, em que destaca a grande obra que tem sido desenvolvida na Escola Normal de Montes Claros)	Francisco Floriano de Paula	Gazeta do Norte	Jan/1934
Em torno de uma dedicatória (destaca o esforço de uma aluna, mãe de família, para se formar e os agradecimentos ao seu marido, pela compreensão em relação às faltas nos afazeres domésticos)		O Operário	Jan/1934
Pela instrução (nomeação de José Raymundo Neto, assistente Técnico do Ensino, para assumir a direção da Escola Normal de Montes Claros)		Gazeta do Norte	Mar/1934
Problemas do ensino em Minas	J.Raymundo Neto	Gazeta do Norte	Mai/1934
Escola Normal Oficial (a realização de conferências pedagógicas, visando a aproximação escola e família)		O Operário	Ago/1934
A que reduziram o ensino no Brasil (destaca o pouco conhecimento dos candidatos à admissão nos cursos superiores)		O Operário	Ago/1934
Curso de Educação Física em Montes Claros		Gazeta do Norte	Set/1934
O adiantamento da instrução pública em Minas Gerais		Gazeta do Norte	Set/1934
Discurso de formatura de José Raymundo Neto	J. Raymundo Neto	Gazeta do Norte	Jan/1935
Escola Normal Oficial de Montes Claros (a organização da escola, a criação do Conselho de estudantes)		Gazeta do Norte	Mar/1935
A instrução no Norte de Minas (impressões do médico Arnaldo Carvalho, de Jequitinhonha, que vem a M. Claros, conhecer a E.Normal, visando implantar instituto congênere em sua cidade)		Gazeta do Norte	Mai/1935

QUADRO VI: MATÉRIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA - NATUREZA INFORMATIVA E/OU FORMADORA DE OPINIÃO

Título/Temática da Matéria	Autor	Jornal	Período
Escola Normal (série de conferências na escola Normal para divulgar a moderna ciência de educar)		Gazeta do Norte	Jul/1935
Escola Normal (continuidade da série de conferências na Escola Normal para divulgar a moderna ciência de educar)		Gazeta do Norte	Ago/1935
Via crucis (dificuldades de manutenção de um jornal, dadas as interferências políticas)		O Operário	Ago/1935
Como será comemorada a Semana Nacional de Educação		O Operário	Out/1935
Semana Nacional de Educação		Gazeta do Norte	Out/1935
Semana Nacional de Educação (a programação das comemorações)		Gazeta do Norte	Out/1935
Professoras e alunos (a diplomação de professoras)	J. da Rua	Gazeta do Norte	Dez/1936
Montes Claros de Hontem e de Hoje – algumas medidas inadiáveis	Geraldo Prates	O Operário	Jan/1937
O progresso da literatura infantil em Montes Claros	C. Canela	Gazeta do Norte	Jul/1937
Supressão de escolas normais no Estado		Gazeta do Norte	Jan/1938
30.000 normalistas sem colocação!	João Neto	Gazeta do Norte	Mar/1938
Instituto Norte Mineiro de Educação		Gazeta do Norte	Mar/1938
O ensino primário e o secundário no Brasil	Freitas C.Filho	Gazeta do Norte	Abr/1938
Como será comemorada a Semana Nacional de Educação		Gazeta do Norte	Out/1935

FONTE: **Jornal Montes Claros:** nº 01, 1916; nº 05, 1916; nº 06, 1916; nº 10, 1916; nº 13, 1916; nº 14, 1916; nº 16, 1916; nº 19, 1916; nº 21, 1933; nº 23, 1916; nº 25, 1916; nº 27, 1916; nº 28, 1916; nº 32, 1916; nº 39, 1917; nº 45, 1917; nº 87, 1918; **Jornal A Ordem.** nº 01, 1922; nº 02, 1922; nº 03, 1922; **Jornal A Liga:** nº XVI, 1922; **Gazeta do Norte:** nº 01, 1918; nº 10, 1918; nº 14, 1918; nº 16, 1918; nº 33, 1919; nº 36, 1919; nº 38, 1919; nº 43, 1919; nº 45, 1919; nº 67, 1919; nº 69, 1919; nº 74, 1919; nº 75, 1919; nº 87, 1920; nº 98, 1920; nº 102, 1920; nº 103, 1920; nº 104, 1920; nº 108, 1920; nº 113, 1920; nº 131, 1921; nº 134, 1921; nº 135, 1921; nº 141, 1921; nº 150, 1021; nº 214, 1922; nº 218, 1922; nº 219, 1922; nº 221, 1922; nº 245, 1922; nº 247, 1923; nº 248, 1923; nº 249, 1923; nº 250, 1923; nº 253, 1923; nº 254, 1923; nº 255, 1923; nº 258, 1923; nº 263, 1923; nº 266, 1923; nº 273, 1923; nº 274, 1923; nº 302, 1924; nº 322, 1924; nº 351, 1925; nº 352, 1925; nº 360, 1925; nº 364, 1925; nº 377, 1925; nº 380, 1925; nº 386, 1925; nº 392, 1925; nº 393, 1925; nº 394, 1925; nº 395, 1925; nº 396, 1925; nº 405, 1925; nº 419, 1926; nº 429, 1926; nº 469, 1926; nº 497, 1927; nº 500, 1927; nº 505, 1927; nº 508, 1927; nº 522, 1927; nº 547, 1927; nº 552, 1927; nº 553, 1927; nº 562, 1927; nº 583, 1927; nº 608, 1928; nº 610, 1928; nº 614, 1928; nº 623, 1928; nº 634, 1928; nº 642, 1928; nº 645, 1928; nº 660, 1929; nº 663, 1929; nº 666, 1929; nº 673, 1929; nº 674, 1929; nº 703, 1939; nº 791, 1931; nº 792, 1931; nº 816, 1932; nº 821, 1932; nº 832, 1932; nº 838, 1932; nº 839, 1932; nº 842, 1932; nº 849, 1933; nº 851, 1933; nº 853, 1933; nº 868, 1933; nº 870, 1933; nº 871, 1933; nº 893, 1933; nº 893, 1933; nº 894, 1934; nº 895, 1934; nº 905, 1934; nº 914, 1934; nº 928, 1934; nº 931, 1934; nº 946, 1934; nº 957, 1935; nº 972, 1935; nº 1038, 1936; nº 1092, 1938; nº 1099, 1938; nº 1001, 1938; nº 1102, 1838; **O Operário:** nº 54, 1932; nº 59, 1932; nº 68, 1933; nº 83, 1933; nº 84, 1933; nº 86, 1933; nº 87, 1933; nº 101, 1933; nº 105, 1933; nº 107, 1933; nº 115, 1933; nº 136, 1933; nº 137, 1933; nº 222, 1935; nº 229, 1935; Folha do Norte: nº 12, 1930; nº 17, 1930

ANEXO VI:

QUADRO VII: EVENTOS, FESTAS, HOMENAGENS- NOTÍCIAS SOBRE A ESCOLA NORMAL

Atividade realizada	Jornal	Período
Festa de Encerramento do ano letivo na ENMC	Gazeta do Norte	Nov/1916
Exposição de trabalhos manuais de alunos da ENMC	Gazeta do Norte	Nov/1916
Exposição de trabalhos manuais de alunos da ENMC	Gazeta do Norte	Dez/1916
Celebração do Jubileu literário de Ruy Barbosa	Gazeta do Norte	Ago/1918
Manifestação pública pelo fim da 1ª guerra mundial	Gazeta do Norte	Out/1918
Instalação solene da ENMC	Gazeta do Norte	Mai/1923
Abertura solene do ano letivo na ENMC	Gazeta do Norte	Mai/1923
Fundação da Liga de Pais e professores na ENMC	Gazeta do Norte	Mai/1923
Reunião da Liga de Pais e Professores	Gazeta do Norte	Jun/1923
Trasladação do Senhor Crucificado	Gazeta do Norte	Ago/1923
Reunião da Liga de Pais e Professores	Gazeta do Norte	Ago/1923
Reunião da Liga de Pais e Professores	Gazeta do Norte	Out/1923
Encerramento solene do ano letivo na ENMC	Gazeta do Norte	Nov/1923
Exposição de trabalhos dos alunos	Gazeta do Norte	Dez/1923
A festa da árvore	Gazeta do Norte	Set/1925
Comemoração do 10º aniversário de fundação de ENMC	Gazeta do Norte	Out/1925
A festa das normalistas: formatura de turma de 1926	Gazeta do Norte	Fev/1927
Comemoração cívica pela Abolição da Escravatura	Gazeta do Norte	Mai/1927
Excursão à fabrica de tecidos	Gazeta do Norte	Out/1927
Recepção ao novo diretor da ENMC, Luiz Gonzaga Junior	Gazeta do Norte	Mar/1928
Solenidade de instalação de ENMC (oficial)	Gazeta do Norte	Abr/1928
Comemoração a Cristóvão Colombo	Gazeta do Norte	Out/1928
Comemoração do Dia da Bandeira	Gazeta do Norte	Nov/1928

**QUADRO VII: EVENTOS, FESTAS, HOMENAGENS- NOTÍCIAS SOBRE A ESCOLA NORMAL
(continuação)**

Atividade realizada	Jornal	Período
Festa de abertura do ano letivo: sessão solene, passeata e baile	Gazeta do Norte	Mar/1929
Pela instrução (homenagem das alunas ao novo diretor da escola)	Gazeta do Norte	Mar/1929
Solenidade pelo aniversário da Abolição da Escravatura	Gazeta do Norte	Mai/1929
Festa cívica: Abertura da Semana de Leitura “Ruy Barbosa”	Gazeta do Norte	Abr/1931
Posse da Diretoria das Aulas de Socialização	Gazeta do Norte	Abr/1931
Abertura das Aulas de Socialização: recitativos, cânticos e bailados	Gazeta do Norte	Jun/1931
Festa cívica: encerramento do ano letivo nas classes anexas à ENMC	Gazeta do Norte	Jun/1931
Comemoração do Dia das Mães	Gazeta do Norte	Ago/1931
Comemoração do aniversário de F.F de Paula, diretor da ENMC	Gazeta do Norte	Set/1931
Fundação do Batalhão de Escoteiros das classes anexas da ENMC	Gazeta do Norte	Out/1931
Exposição de trabalhos dos alunos da ENMC	Gazeta do Norte	Dez/1931
Homenagem a Carlos Drummond de Andrade	Gazeta do Norte	Abr/1932
Celebração do Centenário de Montes Claros: exposição de trabalhos, parada escolar, apresentação de atividades físicas pelas alunas e auditório	Gazeta do Norte	Out/1932
Desenvolvimento de projeto em homenagem ao Centenário de Montes Claros: excursões diversas, exercícios de redação, modelagem, desenho, estudos de matemática, história, geografia, ciências naturais	Gazeta do Norte	Out/1932
Festa das normalistas – formatura da turma de 1932	Gazeta do Norte	Dez/1932
Lançamento da Revista “Escola Nova” por alunas da ENMC	Gazeta do Norte	Jun/1933
Aula de socialização: apresentação de cantos, poesias e músicas	Gazeta do Norte	Ago/1933
Festa das normalistas: formatura da turma de 1933	Gazeta do Norte	Jan/1934
Homenagem a ex-diretor – inauguração de retrato	Gazeta do Norte	Abr/1934
Instalação do Grêmio Social “Alberto Torres”	Gazeta do Norte	Mai/1934
Instalação do Grêmio Musical “Carlos Gomes”	Gazeta do Norte	Mai/1934

**QUADRO VII: EVENTOS, FESTAS, HOMENAGENS- NOTÍCIAS SOBRE A ESCOLA NORMAL
(continuação)**

Atividade realizada	Jornal	Período
Homenagem a alunos visitantes da capital mineira: discursos e baile	Gazeta do Norte	Jun/1934
Festa das normalistas: formatura da turma de 1934	Gazeta do Norte	Jan/1935
Instalação do conselho de estudantes	Gazeta do Norte	Mar/1935
Homenagem à médica de Jequitinhonha em visita à ENMC: recitativos e discursos	Gazeta do Norte	Jun/1935
Homenagem a Benedito Valadares	Gazeta do Norte	Ago/1935
Homenagem ao prefeito de Montes Claros, José Antônio Saraiva	Gazeta do Norte	Ago/1935
Semana Nacional de Educação; missa campal, formatura, sessão cívico-recreativa, discursos, palestras, tarde esportiva, auditório, sessão cívica, números artísticos	Gazeta do Norte	Out/1935
Homenagem a Benedito Valadares: recepção na ENMC, discursos e visita à exposição de trabalhos dos alunos	Gazeta do Norte	Dez/1936

FONTE: **Jornal Montes Claros** n° 29, 1916; n° 30, 1916; n° 31, 07 1916; **Gazeta do Norte:** n° 07, 1918; n° 16, 1918; n° 250, 1923; n° 253, 1923; n° 258, 1923; n° 263, 1923; n° 273, 1923; n° 278, 1923; n° 282, 1923; n° 349, 1925; n° 380, 1925; n° 386, 1925; n° 508, 1927; n° 533, 1927; n° 574, 1927; n° 611, 1927; n° 664, 1929; n° 672, 1929; n° 754, 1931; n° 764, 1931; n° 769, 1931; n° 790, 1931; n° 791, 1931; n° 809, 1932; n° 832, 1932; n° 839, 1932; n° 838, 1932; n° 842, 1932; n° 868, 24 n° 910, 1934; n° 915, 1934; n° 922, 1934; n° 946, 1935; n° 957, 1935; n° 966, 1935; n° 976, 1935; n° 978, 1935; n° 984, 1935; n° 985, 1935; n° 1037, 1936.

ANEXO VII:

QUADRO VIII: MATRÍCULA NA ESCOLA NORMAL DE MONTES CLAROS – 1916 - 1937

ANO	CLASSES ANEXAS (criadas em 1928)					CURSO ADAPTAÇÃO			CURSO NORMAL				CURSO DE APLICAÇÃO (criado em 1932)			TOTAL
	1º	2º	3º	4º	sub total	1º	2º	sub total	1º	2º	3º	sub total	1º	2º	sub total	
1916	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78
1927	-	-	-	-	-	41	11	62	-	-	-	+ de 100
1928	26	11	19	56	-	-	-	122
1929	130	111	63	-	-	-	304
1931	21	16	25	17	79	25	23	48	33	27	15	75	-	-	-	220
1932	49	73	88	-	-	-	210
1933	50	42	30	72	35	25	33	93	15	...	15	230
1934	64	64	40	104	26	33	23	82	09	05	14	264
1935	16	13	11	15	55	37	37	74	34	21	25	80	...	05	05	214
1937	220

FONTE: Jornal Montes Claros; Jornal Gazeta do Norte, Jornal O Operário.